

ESTRATIFICACAO E MUDANCA SOCIAL EM BRASILIA

(Dissertação de Mestrado em Sociologia - IFCH/UNICAMP)

Aluno: Marcelo Coutinho Vargas

Orientador: prof. Daniel Hogan

A Jorge Vargas, meu pai e norte moral (*in memoriam*)

Agradecimentos

Este trabalho não poderia ter sido concluído sem a inestimável colaboração de algumas pessoas e o apoio difuso de muitas outras. Entre as primeiras, agradeço especialmente as críticas e sugestões do prof. Daniel Hogan; a co-orientação do prof. André Villalobos; o incentivo profissional do prof. Benício V. Schmidt; os depoimentos de todos os entrevistados; e, o trabalho de arte-final de Ilca Zutin e Ismael de Oliveira. Entre as últimas, reconheço os préstimos e a amabilidade de inúmeras pessoas, entre professores, colegas, funcionários, amigos e familiares. Meu reconhecimento e sincera gratidão pessoal a todas elas deve eximir-me de citá-las expressamente. Finalmente, sou grato ao CNPq, à CAPES, e à FAPESP, pelo apoio financeiro à pesquisa.

SUMARIO

<i>Introdução.....</i>	<i>06</i>

PRIMEIRA PARTE: A Teoria e o Método

I - Da estrutura social à estrutura urbana	17
1- Premissas teórico-metodológicas	19
2- Estrutura social e estratificação: formulações teóricas....	23
2.1- Estrutura social e estratificação.....	24
2.2- Estratificação e mudança social	28
2.3- Estrutura social das sociedades de classes	34
3- Reformulações: entra em cena o espaço	44
<i>Notas.....</i>	<i>53</i>
II - A mudança social em Brasília: estrutura, conjuntura, agentes e processos.....	59
1- Demarcação.....	59
2- A estrutura urbana de Brasília	66
3- Quadro hipotético	72
4- Fontes e métodos da pesquisa.....	77
<i>Notas.....</i>	<i>79</i>

SEGUNDA PARTE: A Pesquisa

III - A capital	81
1- A questão teórica da capital	82
2- A interiorização da capital brasileira: sentido, causas e consequências	84
3- Federalismo e cidadania política na capital	99
4- A capital em questão	115
<i>Notas.....</i>	<i>130</i>

IV - A cidade planejada	134
1- Espaço urbano e práticas sociais	134
1.1- O papel do cenário	134
1.2- Panorâmica: monumentalidade e monotonia.....	138
2- Cidade planejada: o urbanismo como ideologia e utopia.....	150
2.1- Brasília e o urbanismo moderno	151
2.2- Plano Piloto: ideologia e utopia	163
2.3- A utopia revisitada: por uma continuação crítica do modernismo	200
3- Planejamento e desenvolvimento urbano: o plano em questão.	214
3.1- Coação, apropriação e gestão do espaço urbano	215
3.2- Sociedade civil e urbanismo em Brasília	220
3.3- Mudanças e permanências na arena governamental.....	225
<i>Notas</i>	240
V - A metrópole terciária: economia e sociedade no DF.....	255
1- As contradições da economia super-regulada	258
1.1- Mercado de trabalho e distribuição de renda.....	258
1.2- Transporte coletivo e custos de acessibilidade	265
1.3- Mercado imobiliário e moradia	269
1.4- Apropriação diferencial dos benefícios da capital...280	
2- Mercado, sociedade civil e cidadania: formação e desenvolvi- mento do campo político local	281
2.1- A genealogia do processo	282
2.2- Herança social	291
2.3- Desenvolvimento	294
3- Metropolização, industrialização e emancipação econômica..	307
<i>Notas</i>	317

VI - O rosto sem face	326
1- Quem é o brasiliense?	327
2- O campo ideológico-cultural de Brasília.....	334
2.1- Cultura, ideologia e estratificação social.....	334
2.2- A arena cultural de Brasília.....	338
2.3- A cidadania pré-política: a "cultura candanga" em gestação.....	344
3- Política cultural e cidadania no Distrito Federal	361
Notas.....	384
VII - Conjuntura e estrutura: a perspectiva da capital.....	392
1- Sociedade urbano-industrial no Brasil: dilemas atuais.....	393
2- Estrutura socio-urbana e transição no DF.....	402
3- Conclusão.....	408
Notas.....	409
 Bibliografia	411
Anexos	425
Siglas.....	457
Índice de figuras e tabelas.....	460

INTRODUÇÃO

Uma apresentação sucinta e abrangente (no sentido "panorâmico"), eis o conteúdo de uma boa introdução a qualquer obra acadêmica, não importa o ramo do conhecimento a que ela se dedica. Ao mesmo tempo em que sedutoramente nos atrai, ele deve também preparar-nos para a argumentação desenvolvida nos capítulos, descrevendo o roteiro que baliza as etapas de seu desenvolvimento.

Neste sentido, busca-se apresentar aqui o contorno geral da tese, destacando alguns de seus aspectos principais, que serão aprofundados na primeira e na segunda parte deste trabalho. Tais aspectos foram sintetizados nos quatro pontos examinados abaixo. Afora pequenas questões de método abordadas em todos eles, a discussão da metodologia propriamente dita (crítica da literatura investigada, premissas teóricas, raciocínio hipotético, etc.) foi deixada para os dois capítulos da primeira parte.

1 - A Problemática e o Objeto da Tese

Com o tema "Estratificação e Mudança Social em Brasília", pretendeu-se, desde o início, atingir o objetivo central da associação entre as teorias e as práticas sociais, onde ambas colocam-se mutuamente problemas e respostas. Numa postura de crítica à "neutralidade científica", a teoria assume aqui o papel de fornecer instrumentos de análise para indagações que o pesquisador retira de sua práxis na realidade social que o cerca e com a qual interage, dela selecionando determinados aspectos para comporem seu objeto de pesquisa. Ao mesmo tempo, ca-

be à investigação deste objeto, empiricamente referenciado, renovar o espectro de problemas e respostas da teoria social.

Desdobrando o tema, tínhamos, assim, dois campos interligados de indagações. Primeiramente, no âmbito da teoria, tratava-se de enfrentar um domínio nebuloso de problemas, envolvendo uma anunciada crise nos paradigmas de interpretação dos processos de mudança histórico-social nas "outrora ditas" sociedades de classes, onde o conceito de estrutura social (essencial para entender os processos de reprodução ou mudança das sociedades em geral) aparentemente ter-se-ia diluído na polêmica em torno da relação entre "estratificação" e "estrutura de classes", ou mesmo, nas dificuldades da categoria "agente social" (cf. Laclau, 1986). Em segundo lugar, no âmbito das indagações provenientes da práxis social do investigador, desejávamos estudar as questões anteriores (reprodução e mudança nas estruturas sociais da sociedade contemporânea), relacionando-as à estrutura social brasileira e aos processos pelos quais ela passa na conjuntura inaugurada com a chamada "Nova República"; tudo isso, porém, sob o ponto-de-vista específico do habitante da capital do país.

A última observação justifica-se pela busca de uma perspectiva localizada das relações entre estruturas, processos e agentes sociais num contexto histórico e geográfico delimitado. Mas, aparentemente, tal perspectiva iria deparar-se com o grave risco de não responder de maneira adequada às questões levantadas acima no âmbito teórico, uma vez que estrutura social, estrutura de classes, e mesmo a estratificação social, são normalmente referenciadas às sociedades-Estado nacionais. Afora a argumentação desenvolvida no primeiro capítulo, rebatemos esta objeção com as seguintes observações: 1) Embora este não

seja o caminho tradicional, já existem diversos estudiosos buscando localizar ou regionalizar as noções de classe e estrutura de classes (cf. Urry, 1981; e, Guimarães, 1987); 2) o próprio fenômeno urbano é visto historicamente, inclusive por autores marxistas, como uma estrutura com uma dinâmica própria que "expressa e modela as relações com as outras estruturas na totalidade", ocupando mesmo um lugar de destaque enquanto arena privilegiada da luta de classes e dos conflitos políticos entre os principais agrupamentos sociais na moderna sociedade urbano-industrial, como propõe a discutida tese da "revolução urbana" de Henri Lefebvre (cf. Harvey, 1980: capítulo VII); finalmente, 3) sendo a capital do país, Brasília não só reflete de modo especial as transformações nacionais, como também, as eventuais transformações estruturais do DF - pelas forças sociais que teriam de mobilizar e pela projeção da cidade - resultariam provavelmente em efeitos de repercussão nacional.

Todavia, não foram os argumentos acima o motivo principal da nossa busca de uma "perspectiva localizada" dos problemas associados à relação entre a estrutura, os processos e os agentes sociais. Não se tratava apenas de uma opção metodológica nos moldes de um "estudo de caso"; pois, mais do que um locus de estudo, Brasília constituiria, desde o início, uma especificação de nosso objeto de investigação. Em síntese, este consiste numa tentativa de aplicar as teorias sobre a estrutura social e os processos de mudança histórico-social (a relação entre ambos e, destes, com a conjuntura e os agentes sociais) a um contexto espaço-temporal específico, no intuito de melhor compreendê-lo: a Brasília de hoje, capital de um país em fase de transição de uma ditadura militar para um regime civil de Estado de Direito.

2 - Objetivos

Diríamos, assim, que o nosso objetivo específico só pode ser a caracterização, para os habitantes de Brasília, do que é a "estrutura socio-urbana" (simultaneamente política, econômica, ideológico-cultural e espacial) da capital; bem como, de quais os processos e os agentes sociais que estão atuando no sentido de sua mudança ou conservação na atual conjuntura. Naturalmente, qualquer suposição de mudança estrutural no plano local exige uma avaliação paralela (em linhas gerais, pelo menos) da estrutura, dos processos e dos agentes atuantes no âmbito da sociedade brasileira como um todo. O próprio esforço analítico de articulação entre as esferas local e nacional para traçar perspectivas de mudanças estruturais localizadas aparece, então, como o objetivo teórico mais amplo da pesquisa - i.e: o seu objetivo geral.

Ainda no contexto deste item, cumpre justificar a escolha de Brasília como objeto. As razões desta escolha seriam, por assim dizer, os "objetivos implícitos" deste trabalho.

Razões de ordem empírica, metodológica e pessoal nos orientaram, simultaneamente, para a escolha de Brasília como objeto da investigação. Entre as primeiras, estão as "evidências" de que a estrutura urbana de Brasília encerra no plano empírico as contradições teóricas da estratificação social (lato senso): são "legíveis" nas diferenciações do espaço urbano não apenas as divisões de classe que separam os habitantes do Plano Piloto (predominantemente um espaço da burguesia, da nova pequena burguesia, e de grupamentos de elite) dos habitantes das cidades-satélites (espaço eminentemente proletário e pequeno burguês) que caracteriza, pela descontinuidade do tecido urbano da capital, al-

go mais que a mera divisão das metrópoles capitalistas entre "centro" e "periferia"; além destas "fronteiras de classe", também são espacialmente legíveis em Brasília fronteiras corporativas entre os "grupos de status" do Plano Piloto (militares; deputados e senadores; diplomatas; burocratas de alto e médio escalão da administração federal; bancários dos bancos da União, etc.), que tendem a ocupar segregadamente o espaço residencial (em superquadras exclusivas ou semi-exclusivas) e, até mesmo, algumas áreas de lazer, como os clubes socio-recreativos. Acrescente-se que a descontinuidade do tecido urbano da capital produz um agravamento da questão urbana, elevando os custos locais do transporte (especialmente entre o centro e a periferia dispersa) e da moradia, pela oferta limitada de imóveis na cidade planejada e nas áreas contíguas a ela, "politicamente" esvaziadas (cf. Gonzales, 1985).

Do ponto-de-vista metodológico, a estratificação socio-espacial de Brasília, intimamente ligada à função político-administrativa de capital da República, é desafiante porque: 1) a cidade representa um caso de "sobredeterminação" da esfera econômica pela esfera política, cujas injunções foram responsáveis pela implantação do assentamento central, segundo um modelo urbanístico peculiar, destinado a abrigar a sede dos poderes federais e setores de apoio; 2) como, além de um espaço de "interesse nacional" (especialmente os interesses do Estado nacional), Brasília constitui uma comunidade com interesses locais e regionais cada vez mais acentuados e, frequentemente, contraditórios em relação ao primeiro, trata-se de um locus de estudo perfeito para obter a "perspectiva macro-sociológica". Esta, segundo Florestan Fernandes (1973:3- 9), permite visualizar a simultânea hierarquia e in-

terpenetração existente entre as "unidades coletivas reais" (as sociedades, os agrupamentos sociais, e as formas de interação social); ou ainda, a interação dos aspectos comunitários e societários da vida social.

Finalmente, entre os motivos de ordem pessoal, que não excluem uma faceta metodológica, estava o fato de sentir-me um brasiliense, tendo vivido na capital dos oito aos vinte e um anos de idade, quando, ao completar a graduação em sociologia na UnB, deixei-a para cursar o mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, dedicar-me a este trabalho. Além da ligação empírica e afetiva com o objeto de estudo, a sua escolha também refletiu a postura metodológica do autor em face da sociologia; pois, recordando Freyer, ele a crê uma disciplina "existencial", uma "ciência do ethos" (ao invés de uma "ciência do logos", conforme a visão de Simmel e outros clássicos da tradição sociológica), na qual o pesquisador está diretamente envolvido e necessariamente refletido. Noutras palavras, persegue-se aqui aquela "imaginação sociológica" que, para Wright Mills, caracteriza a tradição do "analista social clássico", cuja tarefa ou "promessa" é permitir uma compreensão do inter-relacionamento entre história e biografia dentro das estruturas das sociedades (Mills, 1975:cap.I).

3 - Campo de Investigação

Situados genericamente o problema e o objeto, bem como, os objetivos da investigação efetuada aqui, resta referenciá-la, em linhas gerais, com relação ao universo teórico da sociologia. Quanto ao objeto empírico investigado, a demarcação final de "Brasília" como termo

que, no contexto da pesquisa, designa preferencialmente o Distrito Federal será descrita e justificada no segundo capítulo.

Vista da superfície, a problemática pesquisada aqui localiza-se no universo sociológico num ponto de interseção entre dois grandes campos de investigação teórica: 1) a sociologia geral, lidando com conceitos como estrutura social, estratificação, conjuntura, agentes e processos sociais; e, 2) a sociologia urbana, que procura atualizar estes conceitos, juntamente com outras relações, referenciando-os histórica e espacialmente no mundo contemporâneo, dominado pela dinâmica da "sociedade urbano-industrial".

Observados em profundidade, ambos os campos se revelam como um emaranhado complexo de conceitos e teorias controversos. Para mergulhar neste cabedal teórico, o caminho mais "natural" seria perfurar a superfície da literatura mais recente em direção a um aprofundamento na teoria clássica.

Assim, a crise nos paradigmas de mudança histórico-social mencionada no primeiro item, em parte resultante das dificuldades de caracterização da estrutura social das sociedades contemporâneas exclusivamente nos termos de uma "estrutura de classes", exigiu uma dupla revisão geral das teorias sobre a estrutura social e a estratificação: uma revisão das principais vertentes da teoria das classes (marxistas e não-marxistas); e, uma outra ainda, da teoria dos agrupamentos sociais.

Por outro lado, a tentativa de caracterizar as principais sociedades hodiernas, a leste e a oeste do planeta, como inseridas no grande paradigma da sociedade urbana, explorado por uma ampla corrente de autores da chamada "sociologia urbana", foi pesadamente abalada

pela crítica de Castells (1979 e 1983). Esforçando-se tenazmente por "passar a limpo" esta literatura, este autor consegue, desde o início da década de setenta, recolocar a questão urbana noutra nível de análise: o estudo da "produção social do espaço". Todavia, Castells acabaria encurralado na alternativa teórico-metodológica que perseguiu - o "falido edifício althusseriano" (segundo suas próprias palavras, em pós-fácio à La Question Urbaine publicado na edição de 1975) - , recuando para uma postura autocrítica, porém, menos ousada. As pretensões da sociologia urbana tradicional foram maculadas; mas, a "nova" sociologia urbana que o sociólogo espanhol pretendia inaugurar, malgrado suas contribuições, não conseguiu romper com o formalismo estruturalista, nem com o viés economicista na conceituação dos processos e da estrutura urbana (cf. os franceses Lojkine, J. Cohen, F. Godard, entre outros), perdendo em abrangência e profundidade. Logo, as grandes reviravoltas da sociologia urbana e de sua crítica deixam um espaço para novos esforços de cunho teórico-metodológico que, sob certos aspectos, abre caminho para o enfoque da estrutura socio-urbana ensaiado neste trabalho.

Sem pretender resolver os problemas supracitados, nossa investigação do campo teórico situado na interseção entre a "sociologia geral" e a "sociologia urbana" procurou aproximar ambas as vertentes da literatura sociológica a partir de reformulações teóricas relevantes e, de novas proposições referentes ao contexto "urbano" - i.e.: às questões socio-espaciais de caráter local e regional.

4 - Percalços da Pesquisa e do Pesquisador

A avaliação geral dos resultados da investigação foi inserida no último capítulo, que faz as vezes da "conclusão" da tese. A metodologia propriamente dita, por sua vez, foi remetida à primeira parte da obra, destacando o segundo capítulo. Para encerrar esta introdução, por conseguinte, só nos restam algumas observações de caráter, por assim dizer, "confessional"; ou seja: um breve apanhado das dificuldades gerais encontradas na pesquisa e, de suas limitações principais.

A primeira observação quanto às dificuldades gerais da pesquisa reside na relação de proximidade física do pesquisador com seu objeto empírico de investigação. Minha experiência como "brasiliense" envolveu parte da infância, a adolescência completa, e o início da fase de amadurecimento. Nestas circunstâncias, o tão propalado "distanciamento crítico", aliado a preocupações quanto à formação acadêmica do autor, induziu-me a viver uma experiência fora de Brasília. Porém, na medida que a pesquisa buscava, pela análise da "mudança social", situar-se na conjuntura inaugurada com a "Nova República", este distanciamento comprometia parcialmente o acompanhamento detalhado dos percalços da transição no DF. Tal comprometimento foi contrabalançado por uma intensa participação no movimento político e cultural de Brasília na fase preliminar da transição (v. Anexo II, p.428) e, minorado por viagens frequentes à capital. Versos escritos alhures nos recordam a maneira de se fazer uma abordagem "penetrante" de um objeto qualquer: "é preciso entrar para sair e, sair para entrar...".

Mas, a dificuldade acima não resumiu-se a considerações metodológicas, pois a distância dificultou o trabalho de campo. Assim, para

não mencionar a coleta de dados gerais, as entrevistas totalizaram um volume quantitativo muito aquém do escopo qualitativamente almejado aqui: uma apreciação global da estrutura socio-urbana do DF, dos processos e dos agentes envolvidos na sua reprodução ou transformação na conjuntura da transição negociada. E, mesmo no que tange ao aspecto qualitativo das entrevistas, foi inevitável, algumas vezes, preterir lideranças autênticas (seja a nível político, sindical, comunitário ou cultural) em favor de representantes menos expressivos, porém, mais disponíveis nas condições da pesquisa e do pesquisador. Contudo, todos os entrevistados mantiveram certa "representatividade", uma vez que nenhum deles deixou de fazer considerações relevantes sobre as principais questões a que foram submetidos.

Enfim, podemos concluir esta apresentação reafirmando a dupla validade deste trabalho a nosso ver. Espera-se haver traçado aqui um mapeamento geral dos principais problemas socio-econômicos, políticos e culturais do DF, bem como, dos agentes e processos envolvidos no seu "contrôle" ou superação. Mas, se por ventura tal desiderato não tiver se cumprido inteiramente, nosso esforço terá sido válido sob o prisma científico e educativo: o trabalho concluído não retrata um ponto-de-vista previamente estabelecido na mente do pesquisador e sujeito a comprovação experimental; mas, ao invés disso, trata-se de um ponto de chegada que reflete a evolução de nossa análise de um conjunto de questões e hipóteses do qual partimos. Sem dúvida alguma, este foi um trabalho essencial à formação teórico-metodológica do autor, qualitativamente transformada no seu processo de produção.

1a. PARTE

A TEORIA E O METODO

I

DA ESTRUTURA SOCIAL A ESTRUTURA URBANA

Conforme adiantado na introdução, a discussão teórica que aqui se empreende situa-se no bojo de uma "crise" mundial nos paradigmas de interpretação dos processos de mudança histórico-social nas sociedades contemporâneas. Também foi visto, grosso modo, que esta crise é parcialmente tributável às dificuldades de caracterização da estrutura social das sociedades hodiernas exclusivamente sob o prisma da "estrutura de classes". Assim, é chegado o momento de analisarmos mais detidamente esta crise, inclusive no seu aspecto, por assim dizer, "conceitual".

Neste sentido, nossa investigação insere-se nas preocupações da área de "Estrutura Social Brasileira" do Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cujo foco-de-interesse, conforme explícito no programa do curso, consiste na atualização da problemática das classes sociais em face das transformações sociais políticas e econômicas do mundo contemporâneo, destacando o surgimento e a proliferação das chamadas "novas classes médias". Estas contrariaram as expectativas do século XIX quanto ao futuro da luta de classes no capitalismo, ao colocar em xeque empiricamente, nos dias atuais, a teoria marxiana do "processo de proletarianização", segundo a qual haveria uma tendência para a polarização da "estrutura de classes" das sociedades capitalistas desenvolvidas entre as classes antagônicas fundamentais, burguesia e proletariado. Com isto, complica-se bastante o quadro das discussões sobre as possibilidades de emergência do socia-

lismo ou de colapso do capitalismo nas sociedades da atualidade.

Porém, colocada nestes termos, a questão apresenta-se demasiado simplificada. Não se trata apenas de determinar quem é a classe operária hoje; nem, tampouco, quais os seus aliados potenciais na luta pró-socialismo (setores das "novas classes médias" ou "nova pequena burguesia"). Embora sejam estas as principais questões que tocam o marxismo atual, dentro e fora da academia, a "crise" acima propalada vai além das indagações marxistas sobre a luta de classes e o socialismo; pois, trata-se de uma crise ideológica global de nossa época, cuja origem estaria principalmente no acúmulo de experiência histórica e cultural alcançado na modernidade. O elevadíssimo grau de socialização de informações alcançado na segunda metade do século XX, com a sofisticação da tecnologia de comunicação, faz com que tornem-se cada vez mais conhecidos e debatidos, numa velocidade cada vez maior, os desafios que a realidade histórico-social opõe constantemente às pretensões generalizantes da teoria social, destruindo mitos outrora consagrados em torno do "socialismo real", da "social democracia", do "eurocomunismo" ou do desenvolvimento do terceiro mundo a partir da "modernização tecnológica" ou a "industrialização da periferia".

Assim, a referida crise retroage sobre o pensamento social acumulado e, por conseguinte, sobre os paradigmas que se associam às noções mais basilares da sociologia, como as de "estrutura social", "estratificação" e "mudança social". Mas, ao invés de gerar apenas atitudes céticas e niilismo, acreditamos que este movimento retroativo mostra-se necessário num duplo sentido: primeiro, por não ser "gratuito", refletindo os movimentos históricos tangenciados acima; e, segundo, por exigir um desejável aprimoramento do aparato conceitual da disci-

plina. Para tanto, é preciso que uma tal revisão dos conceitos e da teoria que envolve a estrutura e a mudança social se dê a partir de premissas teóricas e metodológicas adequadamente formuladas. E o que procura-se fazer a seguir.

1 - Premissas Teórico-Metodológicas

"...Só existe de imutável a abstração do movimento."

Karl Marx (in Miséria da Filosofia)

Agindo com cautela no esforço de reformulação teórica e, em respeito à tradição sociológica clássica, é preciso reconhecer, antes de mais nada, reconhecer que a sociedade urbano-industrial contemporânea, seja capitalista ou "coletivista", no que tange à sua estrutura social, deve ser caracterizada, numa perspectiva histórico-comparativa, como "sociedade de classes" , a despeito das dificuldades conceituais da categoria (01). Neste contexto, as principais questões teóricas atualmente em jogo neste domínio da sociologia continuam sendo as "clássicas" :- Que relações existem entre "estratificação" e "estrutura de classes"? Como se relacionam "estrutura de classes" e "estrutura social"? Ou ainda: Como se dá a articulação teórica entre a(s) estrutura(s) e os processos sociais e, qual o papel dos "agentes sociais" nesta articulação?

São estas as questões de fundo que alimentam a pesquisa, conferindo-lhe embasamento e significado teórico.

Para responder a estas questões fundamentais, nossa reflexão deverá passar por três procedimentos: 1) pela conceituação de "estrati-

ificação", buscando retirar as ambiguidades terminológicas desta noção mediante uma precisa demarcação de seu significado; 2) por uma historicização da sociedade de classes, a partir do confronto e da crítica das principais contribuições teóricas sobre o assunto; e, 3) pela relativização dos conceitos de estrutura social e processo de mudança histórico-social, no intuito de dar-lhes uma perspectiva local, ou melhor, "localizada", situada no contexto de Brasília.

Quanto ao terceiro ponto, não se trata de propor aqui uma autonomia absoluta dos fatores locais na determinação das condições de vida do DF; mas antes, uma particularização das determinações gerais da estrutura social brasileira nas condições socio-urbanas da capital. Assim, nossas preocupações envolvem uma conceituação dinâmica e relacional da "estrutura urbana" de Brasília, que situa as estruturas, processos, e agentes sociais de expressão local em suas relações entre si e com as estruturas processos e agentes atuantes no âmbito nacional, tangenciando a área de investigação que se convencionou chamar de "poder local". Adota-se a noção de "campo político local" numa perspectiva crítica que endossa a ressalva habilmente formulada por Ledrut (1981:8) : "neste campo evidentemente atuam forças externas a localidade e que dependem de estruturas que não são exclusivamente locais". O que está em jogo, acrescenta o autor, é "saber se o campo político local tem um valor estratégico ou não" (ibid.).

Sob o prisma desta pesquisa, a questão local em Brasília parece desempenhar um papel não apenas estratégico, mas igualmente "subversivo", na medida que muitos dos interesses da comunidade local se chocam com os interesses dos poderes públicos federais sediados na capital (v. cap.III). Sob a ótica teórico-conceitual, por sua vez, uma relati-

vização histórico-geográfica das noções de estrutura social e mudança histórico-social permite, em hipótese, admitir uma pluralidade de processos e agentes atuando na conservação ou transformação das condições estruturais da vida social local. Aliás, este tipo de abordagem já goza de uma longa e prestigiosa tradição na sociologia contemporânea na forma de "estudos de comunidade" - *community studies* - (cf. Adorno e Horkheimer, 1973, cap.X).

Uma vez que a discussão acima avança sobre questões abordadas no segundo capítulo e, que os demais procedimentos enumerados anteriormente são examinados em pormenores nos próximos itens, cumpre estabelecer, de uma vez por todas, algumas premissas teórico-metodológicas básicas.

Para avaliar algumas das principais contribuições teóricas que dizem respeito às variáveis ou conceitos em questão (estrutura social, estratificação, estrutura de classes, mudanças social e agentes), e suas relações, tomou-se como ponto de partida metodológico uma acurada assertiva de Hans Gerth e C.Wright-Mills: "todo modelo de estrutura social implica um modelo de mudança histórico-social" (in Ianni, 1972: 21). Como, por sua vez, a história consiste em "mudanças que as estruturas sociais sofrem" (ibidem), a recíproca é verdadeira; ou seja, toda concepção de mudança social implica noções prévias ou paradigmáticas de estrutura social. Levando em consideração estes pressupostos, verificou-se paralelamente que a "estrutura social" tem sido sempre associada ao fenômeno da "estratificação" no sentido amplo do termo (castas, estamentos, classes, etc); associação mais próxima n'alguns autores, menos noutros (cf. Bottomore, 1978: cap VII). Portanto, mostrou-se perfeitamente plausível, no âmbito dos postulados acima, a

permuta pura e simples dos termos, i.e.: todo paradigma de estratificação social (estrutura de classes, hierarquias de status superpostas, etc.) conduz necessariamente a um modelo de mudança social e vice-versa.

Seguindo a premissa acima, vimo-nos obrigados a assumir pelo menos dois posicionamentos teórico-metodológicos básicos: 1) recusar qualquer espécie de simplificação da teoria sobre o fenômeno da estratificação social; mas, ao invés disso, abordar a questão segundo a pluralidade de problemas e respostas existentes neste domínio da sociologia; 2) realizar um esforço para mantermô-nos numa posição equidistante de posturas "reprodutivistas" ou "mudancistas" na abordagem da mudança social.

Esclarecendo o último ponto, chamamos de "reprodutivismo" uma tendência a ver os processos sociais de mudança como "contidos" na estrutura social, o que implicaria numa redução apriorística dos mesmos à reprodução desta estrutura. "Mudancismo", por sua vez, designaria a tendência diametralmente oposta: exagerada ênfase explicativa nas forças da mudança em detrimento dos mecanismos de reprodução social, como se a própria inércia da dinâmica social levasse à mudança das estruturas. Como exemplo de "postura reprodutivista" podemos citar a corrente "funcionalista" da sociologia norte-americana (Mayo, Fayol, Parsons, etc.); ou ainda, numa linha ideologicamente oposta, o "estruturalismo marxista" dos franceses (Althusser, Balibar e Poulantzas) (02). Como "postura mudancista", pode-se destacar o exemplo da vertente mecanicista/economicista do marxismo, que se apropriou de maneira ortodoxa das noções de "condições objetivas" da luta de classes e, "contradições internas" do materialismo dialético (Berstein, e seguidores na

Segunda Internacional).

A principal crítica às duas posturas acima consiste no reconhecimento de que a dinâmica das estruturas sociais possui uma dupla face: de um lado, há procesos estruturais que reforçam a manutenção da ordem social estabelecida (reprodução social), como a "socialização" e o "controle social"; e, de outro, processos que alimentam a transformação desta ordem, como a luta de classes e os diversos tipos de conflito social. Neste quadro as mudanças sociais só poderão atingir um sentido realmente transformador quando as forças da mudança, além da elaboração de projetos de transformação social "mobilizantes", obtiverem meios eficazes de minar as forças da reprodução. Isto só poderá ocorrer mediante o desvendamento dos mecanismos que alimentam estas forças. Assim, na análise das estruturas do Estado capitalista, é preciso buscar uma síntese entre a reprodução e a mudança (03). Noutras palavras, é preciso evitar, no estudo da mudança histórico-social, o "otimismo" ou o "pessimismo" como atitudes prévias do investigador (explícitas ou implícitas nos seus paradigmas e pressupostos analíticos): tanto a mudança como o "continuismo" (reprodução) na ordem social estabelecida (socio-econômica, política e ideológico-cultural) devem ser tratados igualmente como hipóteses.

2 - Estrutura, Estratificação e Mudança social: formulações teórico-conceituais

Os dois posicionamentos teórico-metodológicos referentes à estratificação e à mudança social mencionados acima exigiam rever a noção de "estrutura social; pois, é a partir dela que ambos os conceitos

adquirem o seu pleno significado, conforme já esboçado anteriormente. A partir de tal revisão, examinada a seguir, chega-se à conclusão que a estratificação (lato senso) ocupa um lugar central na noção de estrutura social e, por conseguinte, nos processos de mudança histórico-social. Entretanto, como será visto adiante, nem a estrutura, nem os processos sociais devem ser reduzidos às determinações voluntaristas dos grupos situados no topo da hierarquia social. Procura-se demonstrar aqui, além disso, que a estrutura social de uma sociedade dividida em classes não corresponde pura e simplesmente uma "estrutura de classes", uma vez que o padrão de estratificação deste tipo de sociedade inclui agrupamentos sociais relevantes não redutíveis às classes. Finalmente, argumenta-se em favor de uma visão pluralista da estrutura e da estratificação social pela necessidade de se obter uma visão igualmente pluralista dos processos de mudança histórico-social.

2.1 - Estrutura Social e Estratificação

Para inferir o significado teórico geral do conceito de estrutura social que se encontra por detrás da multiplicidade de definições, recorreu-se a uma revisão bibliográfica (in Bottomore, 1978:cap.VII) e histórico-etimológica (in Bastide, 1971) da noção que ele encerra. Do segundo procedimento, extraiu-se que o termo "estrutura" origina-se do latim struere ("construir"), sendo introduzido inicialmente na cultura moderna através da engenharia para designar o "esqueleto" que sustenta os prédios, espalhando-se posteriormente pela biologia até atingir praticamente todas as ciências humanas e sociais tradicionais (v. Bastide, 1971:02).

Sem avançar na etimologia histórica do termo, nossa atenção deteve-se sobre a origem semântica dele, buscando interpretar a analogia com o esqueleto num exercício que se mostrou teoricamente profícuo. Trata-se de uma metáfora bastante rica e sugestiva; pois, a estrutura social pode ser visualizada como um edifício "orgânico": uma edificação social (ou seja, um conjunto de ações ou processos "edificadores" que materializam-se nas práticas sociais consagradas numa sociedade) cuja base, como ocorre com o esqueleto físico, está igualmente "viva", sofrendo mutações constantes sem, no entanto, escapar inteiramente aos limites de certa compleição originária.

Ora, uma dupla lição se traduz pela analogia terminológica estabelecida acima: 1) a estrutura social seria composta dos aspectos que compõem a base sobre a qual se apoia a edificação social de todas as sociedades, aspectos fundamentais cujas características diferenciadas explicam as feições peculiares a cada uma delas; ou seja, são processos, agentes e recursos (materiais e simbólicos) responsáveis pela reprodução dos "pré-requisitos da sociedade" (cf. Bottomore, 1978:122); 2) embora as características essenciais da dinâmica destes processos, agentes e recursos sejam responsáveis pela forma e as mudanças de forma ("reforma" ou "transformação") do edifício social, a feição deles próprios (i.e.: da "estrutura") não é diretamente apreensível pela observação exterior da forma aparente, ou seja: é preciso "rasgar a carne" para ver o esqueleto. Para usar uma analogia menos dolorosa, derivada de uma descoberta da arquitetura moderna, deve-se recordar que a fachada do edifício não necessita mais ser moldada pelos ditames de sua estrutura. É o caso da fachada da sociedade brasileira, bem mais alegre, criativa e "moderna" que a miséria de sua realidade so-

cial subdesenvolvida.

Todavia, os aspectos básicos que fundamentam a reprodução e a transformação das características essenciais de cada sociedade podem ser desdobrados, no plano teórico, em um número variável de elementos. Bottomore (1978:122), p. ex., sugeriu cinco "sistemas" envolvendo grupos e instituições sociais correspondentes: 1) "sistema de comunicação" (a língua, a imprensa, a mídia); 2) "sistema econômico" (as classes, os sindicatos e as instituições que regulamentam as relações de trabalho); 3) "sistema de socialização" (a família e as instituições de ensino); 4) "sistema de autoridade e distribuição de poder" (aparelhos de Estado, partidos, e instituições políticas); e, 5) "sistema ritual" (certas tradições culturais, instituições e agrupamentos religiosos). Segundo o sociólogo norte-americano, este complexo envolvendo os "principais grupos e instituições de uma sociedade" constitui a sua estrutura social, justamente porque deriva diretamente das pré-condições para o "funcionamento" de qualquer sociedade (04). Destas "exigências básicas", ele ainda acrescenta, "podem surgir outras como a estratificação social que, por sua vez, as influencia" (ibidem).

Trocando em miúdos, a concepção elaborada por Bottomore a partir de uma ampla revisão bibliográfica da literatura sociológica e antropológica clássica mostra a estrutura social como uma noção simultaneamente distinta e indissociável do fenômeno da estratificação: ao mesmo tempo em que é o fundamento deste fenômeno, ela é também fundamentada por ele. Embora seja correto atribuir esta centralidade à estratificação em relação à noção de estrutura social, a última não deve ser reduzida à primeira.

Em grande parte moldada pela correlação de forças entre os agrupamentos sociais mais poderosos, seus projetos e ações, a estrutura social também envolve aspectos da sociedade que não são imediatamente políticos ou culturais, como, por exemplo, sua dimensão socio-ecológica: neste domínio encontram-se forças sociais relativamente objetivas ante a consciência e a intencionalidade dos grupos e instituições. Ora, as condições demográficas e socio-espaciais de uma sociedade, juntamente com os impactos ambientais que delas decorrem, analisados sociologicamente na sua correlação com os fatos ou fenômenos econômicos, políticos e socioculturais, devem ser tomados como um elemento constitutivo da estrutura social; pois, crescimento populacional, migrações e urbanização são processos estruturados na sua determinação e, estruturantes nas suas consequências.

Voltando aos aspectos essenciais da estrutura social, aqueles cinco "sistemas" enumerados por Bottomore podem ser desdobrados, em procedimento analiticamente pertinente, num número ainda maior de elementos: poderíamos acrescentar, por exemplo, um "sistema espacial", envolvendo as condições geográficas e ecológicas, os interesses e os agrupamentos locais e regionais de uma sociedade; e, um "sistema de relações inter-societárias" (a diplomacia e o corpo diplomático, a defesa e as forças armadas). Inversamente, os mesmos elementos anteriores poderiam ser agregados e reduzidos a apenas três: o sistema político, o sistema econômico, e o sistema "ideológico-cultural" (que envolveria o sistema de comunicação e o sistema ritual). Melhor ainda, os três sistemas poderiam ser vistos como uma unidade tridimensional, ao modo do althusserismo, mas sem reduzir cultura a ideologia (um discutível reducionismo com o qual estamos em desacordo).

Por conseguinte, o que se propõe aqui é uma concepção flexível e dinâmica da noção de estrutura social como sendo a base de uma edificação que se reproduz e se transforma através da atuação de processos e agentes sociais. Cada compartimento deste edifício, ao invés de um "sistema" fechado, deveria ser visto como um "campo" de lutas e embates entre agentes e forças sociais em torno do controle de processos essenciais à reprodução ou transformação da sociedade e seu status quo.

No contexto da tese, a concepção de estrutura social esboçada acima é a base sobre a qual se assenta nossa conceituação de estrutura urbana como uma unidade quadridimensional, onde se acrescenta um "campo" ou "sistema" espacial às esferas política, econômica e ideológico-cultural. O detalhamento desta conceituação da estrutura urbana, bem como, o modo de aplicá-la à análise dos problemas essenciais de Brasília serão discutidos oportunamente no capítulo II.

2.2 - Estratificação e Mudança Social

Até aqui a noção de estratificação não foi adequadamente conceituada, embora ela tenha sido situada, em linhas gerais com relação a uma concepção de estrutura social, assim como, à análise da mudança social (cf. paráfrase da assertiva de Gerth e Mills no 1 tópico, p.22). Agora, cumpre conceituar adequadamente aquela noção para desimpedir e facilitar uma visão clara da mudança social.

De maneira mais ou menos explícita, a estratificação foi colocada como essencial à reprodução, reforma ou transformação das características fundamentais de uma sociedade ou comunidade, devido ao papel

que ela desempenha como elemento mediador entre as estruturas e os processos sociais.

Embora a estratificação seja vista, grosso modo, como um conjunto de relações assimétricas e de hierarquia que se estabelecem entre os agentes sociais, colocá-la como elemento mediador entre as estruturas e os processos sociais não significa necessariamente endossar uma concepção "voluntarista" da mudança social, nos moldes do "psicologismo do sujeito" criticado por Poulantzas (1971). Os agentes sociais não são necessariamente os "sujeitos" dos processos sociais, nem são, por outro lado, meros "portadores de estruturas", como na concepção poulantziana de "agência": ao invés disso, eles são ambas as coisas ao mesmo tempo; i.e., sujeitos e objetos dos processos sociais. Pois, infelizmente, os processos sociais não refletem apenas uma "média ponderada" das aspirações frequentemente opostas e contraditórias dos múltiplos agrupamentos de poder (ou seja, o resultado da correlação de forças entre os atores das lutas sociais), mas, igualmente, as injunções dos aspectos socio-ecológicos da estrutura social, como o crescimento demográfico, o processo de urbanização e as correntes migratórias - cf. noção destes processos como sendo naturais, entre aspas, em Santos (1979:64) ou (1985:235). Não se pode esquecer, contudo, que as decisões politicamente disputadas e negociadas e, a ação estatal planejada têm se mostrado historicamente, sem dúvida alguma, como um fator estratégico de mudanças histórico-estruturais.

Feitas as observações acima, passemos à conceituação da estratificação. O termo apresenta pelo menos duas acepções frequentemente confundidas, uma ampla e outra restrita.

Em sentido restrito, o termo "estratificação" refere-se à noção de "estrato" ou "camada social", cuja elaboração partiu de vertentes empiricistas da sociologia norte-americana, tendo sido severamente criticado dentro e fora dos E.U.A.. Alguns autores propuseram que esta noção fosse tomada como substituta dos conceitos de classe e grupo social (para uma crítica razoável desta perspectiva, cf. Stavenhagen, 1976). Trata-se de uma proposição improcedente, pois o conceito de "estrato" não possui densidade teórica: basea-se quase exclusivamente em critérios empiricistas, apoiados sobre a vaga noção de que haveria uma correspondência entre indicadores de renda, escolaridade, e ocupação, além de outros critérios secundários, e as atitudes sociais dos indivíduos que se encontram na mesma faixa estatisticamente determinada. Porém, inexiste critério "orgânico" que estabeleça as características e o número das distintas "camadas sociais"; havendo apenas critérios quantitativos e "mecânicos". Logo, um número indefinido de possibilidades se apresenta ao investigador. Logo, os "estratos" não constituem unidades coletivas ou grupos sociais reais, mas apenas "agregados nominais" de indivíduos. Assim, é quase impossível um uso verdadeiramente analítico da noção de camada social, encaixando-a num modelo explicativo da mudança ou da reprodução social, não obstante seja possível fazer-se dela um uso descritivo.

Tomado no sentido amplo, por sua vez, o termo "estratificação" designa a noção da existência, em qualquer sociedade, de padrões estáveis de hierarquização social de grupos e indivíduos a partir de determinações histórica e geograficamente variáveis (econômicas, políticas, culturais, religiosas, etc.) conforme o tipo de estrutura social analisado. Até aqui parece haver certa convergência entre estudiosos

de diferentes matizes ideológicos, pois trata-se de uma das noções mais básicas da sociologia (05). A polêmica maior começaria na seleção dos critérios mais importantes ou determinantes desta hierarquização, cujas implicações e significado teórico-analítico só podem ser apreendidos mediante a sua inserção no quadro de alguma estrutura social conceitualmente elaborada sobre uma base concreta, gerando categorias diversas, entre as quais a sociologia destaca as "classes sociais", os "estamentos" e as "castas" (V., p.ex, o verbete "estratificação social" do Dicionário de Sociologia da ed. globo, 1967:123-4). A estas três categorias, cada qual associada a determinado tipo de estrutura social historicamente estabelecido, Bottomore (1978) acrescenta ainda a "escravidão", ligada aos impérios da antiguidade e às colônias do período mercantilista, e, os "grupos de status", que ele associa especialmente à sociedade norte-americana atual, "a única das sociedades industriais a não ter forte tradição de organização de classe ou conflito ideológico" (p. 198).

Como se verifica acima, existe uma clara demarcação entre o fenômeno da estratificação social e o fenômeno análogo da "diferenciação social" enquanto formação de agrupamento sociais; i.e.: nem todos os grupos sociais reais (ou seja, distintos dos agregados nominais) devem ser colocados no domínio da estratificação social; mas, apenas aqueles cujas ações e relações possuem "efeitos hierarquizantes" (de transformação ou conservação) sobre a estrutura social na qual estão inseridos. Isto não quer dizer que o conceito de estratificação social deva restringir-se aos grupos "estruturantes" (como as classes, na sociedade de classes; os estamentos, na sociedade feudal; ou, as castas na sociedade hindu pré-ocidentalização); pois, tal postura, ao absoluti-

zar a noção de estrutura social, obscurece a sua relação com os processos de mudança histórico-social e os seus agentes, limitando o escopo da mudança às transformações macro das configurações histórico-estruturais ("modos-de-produção", "ordens sociais" ou tipos de "sociedade global"). Além disso, concretamente, nenhuma sociedade apresenta uma estrutura social "pura", na medida que "coexistem numa mesma época estruturas que não são 'contemporâneas'" (Horkheimer e Adorno, 1973:72).

Defende-se, aqui, uma postura alternativa, que permite estudar sob uma perspectiva "pluralista" tanto a estratificação como a mudança social. A proposta teórica que fundamenta esta perspectiva consiste justamente em, respeitando as premissas estabelecida até aqui, situar as formas de estratificação em relação a uma estrutura social concebida enquanto totalidade em movimento; i.e., como uma rede de agentes e fatores condicionantes de possibilidades históricas em processamento (i.e., permanentemente "abertas" ou "inacabadas", podendo sempre, em hipótese, virem a ser alteradas por "n" fatores ou circunstâncias). Nesta ótica, é permitido situar qualquer categoria que designe agentes de processos estruturais de mudança ou reprodução social (enquanto resistência ativa às mudanças ou "ação reacionária") sob o domínio de estudos da estratificação social. Entre estes agentes, alguns estão atados de modo mais perene à estrutura social, detendo uma relação privilegiada com as condições estruturais ou "pré-condições" para a existência de uma sociedade, o que lhes confere formas específicas de poder, as quais se interpenetram, ao mesmo tempo em que se especializam: as classes hegemônicas (poder econômico); a burocracia e o parlamento (poder político-institucional); as forças armadas (poder mili-

tar); a imprensa e a mídia, a igreja e as instituições religiosas, juntamente com os organismos e instituições de ensino (poder cultural). Além destes, agentes não ligados diretamente à estrutura social podem desempenhar um papel "estratificante" em conjunturas histórico-sociais específicas, como os "grupos de pressão", a "massa", os "movimentos sociais", etc.

Esta visão pluralista da estratificação está associada, portanto, a uma visão igualmente pluralista da noção de mudança social. Conforme ponderam H. Gerth e C. Wright Mills (in Ianni, 1972), a mudança social pode ser quantitativa ou qualitativa, micro ou macroscópica, conforme a unidade de observação estudada: os papéis sociais, as instituições ou as configurações histórico-estruturais. Mas, isto não quer dizer que tal perspectiva implique no esfacelamento desta noção, recaindo no "mudancismo" estéril; pois, os próprios autores mencionados insistem que a mudança social, enquanto "objeto de conhecimento", só pode ser definida seletivamente - i.e, como mudanças "relevantes" - de acordo com um quadro hipotético que constitui os pressupostos teóricos norteadores da investigação do cientista social. Portanto, a relativização e o pluralismo nas concepções de mudança histórico-social podem ser admitidos desde que um procedimento análogo com respeito à noção de estrutura social não deixe de situar a unidade de investigação em relação às características fundamentais da sociedade global na qual ela se insere.

Assim, sendo a unidade de investigação uma realidade local e as transformações de sua estrutura socio-urbana, uma "perspectiva pluralista" tanto da estratificação quanto da mudança social parece ser a mais adequada para captar as peculiaridades do nosso objeto de estudo;

inclusive, o seu modo particular de inserção na sociedade nacional envolvente, enquanto sua capital. Porém, a despeito dos múltiplos aspectos singulares de Brasília (v. cap.II), não é possível, conforme o pressuposto enunciado acima, estudar as mutações desta comunidade urbana sem situá-la em relação aos processos sociais de mudança da sociedade brasileira, cujas principais características estruturais (a serem reproduzidas ou transformadas) devem ser vistas assim: é uma sociedade de classes pouco estruturada enquanto tal (06), com um capitalismo periférico e dependente, onde o Estado hipertrofiado tem exercido uma função de tutela em relação a uma sociedade civil pouco organizada, para não falar no seu papel econômico como viga-mestra da acumulação capitalista no setor privado. Além disso, o Brasil tem a inglória honra de ostentar o recorde mundial da desigualdade social, mesmo comparado com as nações mais pobres do planeta (07).

Todavia, a individualidade histórica da formação social brasileira não pode ser apreendida senão a partir de um referencial teórico de base no que tange às principais características gerais da estrutura social de uma sociedade de classes, cuja análise requer, por sua vez, um aprofundamento nos conceitos de classe e, de grupo ou "agrupamento" social.

1.3. Estrutura Social da "Sociedade de Classes": algumas vertentes da polêmica

Conscientes do risco de prováveis arbitrariedades, inerentes (em maior ou menor grau) a qualquer processo de escolha ou seleção, restringimos nossa discussão das diferentes interpretações sobre as clas-

ses e a sociedade de classes basicamente a quatro autores, agrupados em dois paradigmas: uma "perspectiva marxista", aqui representada por algumas das principais contribuições para a teoria das classes no capitalismo avançado (Poulantzas, A. Przeworski e E. Olin Wright), e uma "perspectiva sociológica", representada pela "obra-síntese" de Georges Gurvitch (08). Outros autores são eventualmente evocados como interlocutores adicionais, para apoiar ou criticar a visão dos autores citados. Apesar de sua diferenciação interna, a diversidade teórica existente entre os autores e obras colocados sob o mesmo paradigma pode ser unificada, grosso modo, em duas perspectivas distintas, que tornam-se delineáveis a partir do confronto entre si.

O que distingue os dois paradigmas é sua maneira de responder às questões fundamentais levantadas no início do primeiro tópico (p. 19); i.e., o modo pelo qual são concebidas por eles as relações entre estrutura, processos e agentes sociais na sociedade contemporânea. Os marxistas, de um modo geral, têm uma visão "exclusivista" do processo de mudança histórico-social na sociedade de classes: para eles, este processo estaria amarrado à luta de classes, cujo sentido último teria de ser a superação desta sociedade, com a supressão do capitalismo (09). Esta visão do processo reflete-se necessariamente sobre a concepção marxista da estrutura social da sociedade de classes e dos agentes que dela participam, num sentido igualmente limitante: embora exista nos autores marxistas examinados um reconhecimento mais ou menos explícito de que a "estrutura social" da sociedade de classes comporta outros "agentes" ou "forças sociais" que não são redutíveis às classes, o papel destes na mudança social é minimizado e obscurecido (Poulantzas), ou é visto apenas sob a ótica das classes e da luta de

classes (Przeworski e Olin Wright).

A "perspectiva sociológica", ao contrário, pela própria diversidade de correntes, métodos e preocupações que permeiam a disciplina, tende a uma visão "pluralista" não só do processo de mudança histórico-social; como também, da estrutura social dos diferentes tipos de sociedade historicamente estabelecidos (dos quais a sociedade de classes não passa de um tipo particular) (10) e, das respectivas formas de estratificação que aí se manifestam. No que diz respeito à sociedade de classes, esse pluralismo pode mostrar-se por vezes excessivo, por não conceituar adequadamente o papel privilegiado que as classes desempenham na vida social contemporânea. Não é o caso de Gurvitch que, a despeito de propor uma teoria diferencial dos agrupamentos sociais baseada numa classificação "pluralista", considera as classes sociais como sendo "indiscutivelmente, os mais importantes de todos os agrupamentos desde que, numa sociedade global, a sua estruturação tenha já começado" (Gurvitch 1982:85).

Mas, do confronto entre os dois "paradigmas" estabelecidos, além dos pontos diferenciadores esboçados acima, depreendemos, inversamente, um ponto de referência em comum: noções subjacentes de "agência" ou agentes (negativas ou positivas) que medeiam as relações indissociáveis, como vimos, entre as estruturas e os processos sociais de mudança. Outro ponto em comum, mencionado anteriormente, consiste no reconhecimento (implícito ou explícito) de que a estrutura social da sociedade de classes não coincide com a sua estrutura de classes, incluindo formas de estratificação não redutíveis às classes sociais.

Quanto ao segundo ponto acima, ele pode ser inferido de certas formulações ou conceitos de cada um dos autores supracitados. Único

dos teóricos mencionados a utilizar explicitamente os conceitos de "estrutura social" e "estrutura de classes", Olin Wright reconhece diretamente o fato de que nas sociedades divididas em classes existem "posicionamentos na estrutura social" que não estão "de imediato definidos pelas relações de classe" (Wright, 1981:82). Nem Poulantzas, nem Przeworski, por sua vez, valem-se das referidas categorias. Porém, o primeiro admite a existência de agentes ou "forças sociais" com poder de "sobredeterminação" no domínio das estruturas, cuja natureza é determinada de modo relativamente autônomo em relação às classes, como a burocracia e os intelectuais ; enquanto o último, por sua vez, fala no "processo de formação das classes" através da "luta sobre classes" (distinta da "luta entre classes" e logicamente "anterior" a ela) na qual participam agentes diversos, como a burocracia, os partidos, as igrejas, os jornais e os exércitos, entre outros agrupamentos (Przeworski, 1977: 13). Finalmente, numa terminologia que lhe é própria, Gurvitch (1982) fala de uma "hierarquia de agrupamentos funcionais" (análoga à estratificação lato senso) que entra "em concorrência" com a "hierarquia específica das classes" (análoga à estrutura de classes) nas "sociedades globais" de tipo capitalista.

Logo, a discussão acima mostra ser não apenas possível, mas também desejável, aproximar, até onde for possível, vertentes de reflexão marxistas e não-marxistas para obter uma visão adequada da complexidade da estrutura social e de sua articulação com a estrutura de classes e a estratificação social; especialmente, no caso de nossa pesquisa, onde tais fenômenos e sua articulação são estudados num contexto específico e delimitado no tempo e no espaço. Antes de examinarmos como as proposições teóricas enunciadas podem ser apropriadas para a

análise de nosso objeto de pesquisa, cumpre aprofundarmos um pouco mais nos resultados de nossa investigação teórica, cujo mérito é essencialmente uma crítica à literatura mais atual que lida com a teoria das classes.

Além dos pontos de diferenciação e convergência indicados anteriormente, o confronto entre os dois paradigmas e a análise da literatura investigada levaram-nos, por fim, a adotar uma noção da classe social como sendo um agrupamento sociocultural dentre outros, cujas características históricas, além de específicas, são um tanto "especiais".

Raymond Aron (1950) já havia demonstrado a ambiguidade da teoria marxiana das classes. Para ele, Marx teria utilizado o termo "classe social" com sentidos variados ao longo de sua obra: ora era uma categoria econômica (as três classes de renda do último capítulo d'O Capital); ora uma categoria filosófica (o proletariado do jovem Marx); ou, ainda, uma categoria histórica, como em Revolução e contra-revolução na Alemanha, As lutas de classe na França 1848-1850, O dezoito de brumário de Luís Bonaparte, e, A guerra civil na França 1871. Num curso de 1954, Gurvitch (1982) retoma e aprofunda esta discussão, mostrando como o ponto-de-vista de Marx evoluíra gradativamente, ao longo de sua obra, para uma perspectiva cada vez menos filosófica e mais histórico-sociológica do conceito de classe social. Comparando a teoria marxiana com teorias posteriores sobre as classes, marxistas e não-marxistas, Gurvitch propõe, como em 1947 fizera Sorokin (cf. artigo traduzido in Velho, 1976:84-93), que as classes sejam vistas como um tipo de agrupamento social cuja especificidade deve ser situada em relação a uma teoria diferencial dos agrupamentos (i.e., uma tipologia baseada numa

conceituação precisa).

Nossa conclusão, portanto, já era antiga. Mas, chegamos a ela por um caminho inusitado: a crítica à teoria poulantziana e neo-poulantziana das classes mostrou-nos que as dificuldades internas de cada obra, e as divergências aparentemente sem solução entre autores do mesmo paradigma, teriam sido evitadas ou atenuadas se eles dominassem uma noção sociológica adequada de "grupo social", na qual as classes são perfeitamente inseríveis. De acordo com esta noção, proveniente da chamada escola durkheimiana francesa (especialmente Marcel Mauss e M. Halbwachs), os grupos são "fenômenos sociais totais"; ou seja, não são redutíveis a mero epifenômeno de fatores econômicos, geográficos, psicológicos, ou de qualquer outra natureza que não seja a sociocultural propriamente dita; pois, eles são fenômenos inerentes à vida histórica e cultural das sociedades. Como fenômenos históricos e socioculturais, os grupos possuem, à semelhança das sociedades com seu "caráter nacional", uma "consciência coletiva" que é, ao mesmo tempo, imanente e transcendente em relação às consciências individuais de seus membros: estes passam (morrendo ou mudando de grupo), enquanto aquela permanece, reproduzindo-se através das novas gerações. Noutras palavras, qualquer agrupamento social, inclusive as classes, possui uma dimensão sociocultural efetivamente coletiva, sendo mais do que uma mera soma ou média das opiniões, interesses, ou atitudes individuais.

Trata-se de uma questão mal compreendida por Poulantzas (verdadeiro pecado para um teórico radicado na França) e seus epígonos (Przeworski e Olin Wright). Assim, ao estabelecer uma distinção entre "lugares" e "posições" na luta de classes, considerando o primeiro como o "aspecto principal" a ser analisado, Poulantzas (1978) propõe :

"as classes não são grupos empíricos de indivíduos - grupos sociais - 'compostos' pela adição desses indivíduos. As relações destes agentes entre si não são, pois, relações interindividuais" (p. 17 - grifado pelo autor). Ora, como vimos, nenhum grupo social é ou pode ser composto pela soma de seus membros individuais (pois um grupo social carece ter uma consciência ou "identidade" coletiva que não é produzida pelos indivíduos; mas, pelo próprio grupo, através deles). Nem por isso, todavia, eles deixam de ser "agentes empíricos" (a própria idéia de agentes não empíricos não é, em si mesma, contraditória ou metafísica?).

Em sentido inverso, na busca de uma caracterização das classes como agentes empíricos, Przeworski retoma a distinção poulantziana e se perde nela. Ele reconhece um "pluralismo objetivo", dividindo os agentes que ocupam lugares específicos nas relações de produção (especialmente os lugares de "trabalhador" e "capitalista"), o qual seria derivado de elementos de diferenciação social (renda, riqueza, nível de instrução, ocupação, prestígio, poder, estilo de vida, etc.). O autor não comete o engano de derivar os "atores históricos" da luta de classes e da "luta sobre as classes" destes elementos; mas, limita-se a mostrar que não há correspondência direta entre eles (os atores) e os ocupantes dos "lugares-a-serem-preenchidos" nas relações de produção, que variam conforme a dinâmica das forças produtivas. Os agentes permanecem, portanto, como um resultado indefinido daquelas lutas e desta dinâmica.

Finalmente, Wright (1981) retoma Poulantzas (rejeitando a distinção entre "lugar" e "posição" de classe), bem como, o conceito przeworskiano de "processo de formação das classes". Porém, ao invés de

aprofundar-se no estudo dos agentes históricos vistos como agrupamentos socioculturais, Wright evita associar os "interesses objetivos" da classe ou a "dominação ideológica" do trabalhador à sua "consciência de classe"; pois, como bom poulantziano, ele rejeita atribuir relevância analítica a esta categoria. Poderia ser dito até que, evitando-a, ele busca superar a indeterminação poulantziana e przeworskiana das agentes através do conceito de "capacidades de classe" e de sua visão do processo de formação das classes como relações sociais dentro das classes. Porém, suas vacilações acabam fazendo-o esbarrar na "consciência coletiva": "... os interesses de classe só podem ser definidos em termos de motivos subjetivos potenciais das coletividades, e não simplesmente de indivíduos" (Wright, 1981:82-83). Ora, todos estes rodeios poderiam ter sido poupados por uma noção da consciência de classe como sendo uma consciência coletiva entre outras. O próprio antagonismo entre as consciências coletivas, "a medida da impermeabilidade de uma em relação às outras, da sua penetrabilidade ou não pelas consciências coletivas da sociedade global", recorda-nos Gurvitch (1982:87), desempenha um "papel privilegiado" no conflito entre as classes.

Voltando às peculiaridades das classes como agrupamento social, destacamos a seguir algumas de suas características principais na visão de Gurvitch (1982): são agrupamentos de "vasta envergadura", representando "macrocosmos de agrupamentos subalternos", "de fato" e "à distância", nascidos com a sociedade industrial capitalista, cuja consciência coletiva tende a uma "estruturação intensa" e à produção de "obras culturais específicas". Como tais atributos exigem o conhecimento da complexa "tipologia diferencial dos agrupamentos" de Gur-

vitch, não os discutiremos detalhadamente aqui. Do ponto-de-vista da pesquisa, o mais interessante na definição gurvitchiana é serem as classes um agrupamento de agrupamentos espacialmente disperso (i.e., possuem efeitos trans-espaciais que transcendem à localidade) e, cuja "consciência coletiva" é fortemente "estruturável", embora não necessariamente "estruturada". Nesta perspectiva, pode-se dizer que o amadurecimento da classe trabalhadora em Brasília, como em qualquer outro lugar, estaria menos amarrado às condições econômicas locais (o desenvolvimento do setor secundário, por exemplo) que a fatores como ideologia, organização e "capacitação" de classe; ou seja, dependeria especialmente do grau de integração entre os sub-agrupamentos componentes dela, como as bases, as lideranças e os organismos de classe (sindicatos, partidos, conselhos de fábrica, associações culturais, jornais etc.).

Com as últimas observações, devemos passar à análise de como as proposições teóricas tangenciadas aqui podem ser apropriadas ao estudo de nosso objeto de pesquisa. Antes de mais nada, cumpre observar que, do ponto de vista da investigação que se persegue aqui, não nos cabe "resolver" toda a discussão anterior no plano puramente teórico. A questão da estrutura de classes e da luta de classes só é do interesse deste trabalho enquanto uma das possibilidades de articulação de agentes sociais em processos de mudança estrutural localizada. Não é o caminho mais claro, e muito menos o mais fácil, para mudar a estrutura socio-urbana de Brasília; embora, potencialmente, seja o mais transformador, pela articulação econômica, política e ideológica que um "projeto" de classe costuma envolver a nível nacional. Entretanto, a emergência direta da organização e do conflito entre as classe em Bra-

sília é especialmente problemática.

Cidade de caráter essencialmente "administrativo" (cf. cap. V), Brasília praticamente não conta com a classe operária industrial, o que faz do Estado o grande patrão dos trabalhadores brasilienses. Neste contexto, a principal contribuição do debate sobre as classes sociais nos marxistas supracitados consiste naquelas formulações que atribuem uma relativa autonomia entre as classes enquanto "categorias de lugares" nas relações de produção ou na divisão social do trabalho ("determinação estrutural das classes" ou "estrutura de classes") e, as classes como "agentes históricos" da luta de classes ("formação das classes"). Estas vão desde as noções de Poulantzas sobre as "posições de classe" das diversas "forças sociais" atuando no seio das diferentes conjunturas (não necessariamente coincidentes com o "lugar de classe" ocupado pelos agentes na divisão social do trabalho), até a noção przeworskiana de "processo de formação de classes", passando pela noção de "capacidades de classe" de E. Olin Wright.

Quanto à última noção, destacamos especialmente a "capacidade estrutural da classe trabalhadora que se radica na comunidade"; i.e., nas relações entre os trabalhadores fora da produção que, segundo Wright (1981), "podem ser pelo menos tão importantes quanto as relações sociais entre os trabalhadores dentro da produção". O que reforça a importância dos laços comunitários em Brasília não é apenas a ausência de uma classe operária industrial; mas, principalmente, as peculiaridades da estratificação de sua estrutura urbana (rígida segregação espacial dos grupos e classes hierarquicamente distintos). Além disso, acrescentam-se os fatos da população residente no DF ser majoritariamente constituída por migrantes vindos de todas as regiões do

país; e, ainda, de ser Brasília uma cidade "jovem" e "ambígua" no sentido jurídico-institucional (cf. cap.II), os quais contribuem para que a identidade cultural entre os habitantes enquanto "brasilienses" permaneça ainda em estágio semi-embrionário.

Os pontos assinalados acima onde a teoria tangencia nosso objeto empírico de pesquisa, e a crítica da literatura analisada, não esgotam as contribuições da teoria da estratificação (incluindo os agrupamentos de um modo geral, e as classes sociais, em especial) para elucidar os problemas levantados na observação científica do mesmo. Entretanto, daqui por diante, pareceu-nos mais oportuno recorrer às formulações teóricas na medida que estes problemas forem aparecendo no decorrer da argumentação desenvolvida na tese.

3 - Reformulações: entra em cena o espaço

Da mesma maneira que no século XIX a história foi redescoberta pelas ciências humanas e pela filosofia como uma ferramenta metodológica de crítica às elaborações conceituais da teoria social (a argumentação epistemológica "historicista"), o espaço (i.e., a relativização espacial dos conceitos e das teorias sociais) assume o mesmo papel no século XX. Inovação construída neste século, a visão de uma relação dialética entre espaço e sociedade, caracterizando os aspectos espaciais das relações sociais, assim como, o conteúdo social das formas espaciais, não pôde, contudo, manter-se confinada a uma disciplina. O impacto dos problemas práticos e teóricos de natureza espacial, especialmente após a Segunda Grande Guerra, deram origem a novas discipli-

nas acadêmicas e, a novos enfoques dentro de disciplinas tradicionais. Assim, dá-se, a partir deste período, a segunda "idade de ouro" da Sociologia Urbana (cf. Castells, 1979:57) e o nascimento da Economia Regional, ao lado de um movimento progressivo de revisão crítica no âmbito da geografia (que vai do método regional à mais recente "Geografia Crítica", passando pela chamada "Nova Geografia" que surgiu em meados da década de 50); bem como, da arquitetura e do urbanismo, que abandonam o enfoque formal e abstrato em favor de uma perspectiva histórica e sociocultural do espaço (especialmente nas áreas de teoria do urbanismo e planejamento urbano).

Porém, a incorporação da problemática espacial no âmbito da sociologia não se conteve no propósito metodologicamente defensável de relativizar o alcance e a precisão dos conceitos e teorias explicativas da vida social, delimitando as circunstâncias históricas e socioespaciais particulares em que ambos são válidos. As análises da chamada "sociologia urbana" extrapolaram em muito tal aspiração, a ponto de converterem-se numa "ideologia teórica" cujos efeitos têm simultaneamente repercussão sobre a prática da teoria e as práticas sociais, seja a esquerda ou à direita do espectro político ideológico (cf. Castells, 1982: cap.II). Neste sentido, "a noção de uma Sociologia Urbana parece estar ligada em geral a uma certa primazia que se conferiria ao urbano *per se*, e conseqüentemente também ao rural, em termos de seu valor explicativo para uma série de fenômenos sociais" (Velho, 1967:7).

A orientação acima, generalizada entre os membros da chamada Escola de Chicago e seus epígonos, não é, entretanto, a única perspectiva teoricamente legítima pela qual o fenômeno urbano tem sido analisado no âmbito das ciências sociais em geral, ou da sociologia, em par-

ticular. Segundo Otávio Velho (1967:10), praticamente todos os estudiosos deste fenômeno, "aceitem ou não o urbano como categoria explicativa básica, estão de acordo quanto à sua enorme importância, mormente na época atual". Mais do que isso, prossegue este autor, "mesmo aqueles que não aceitam a primazia do urbano como tal concordam com a importância da categoria inclusive de sociedade urbano-industrial, em que o "industrial" permite ao "urbano" atualizar todas as suas virtualidades ..." (ibidem - expressão em **negrito** destacada no original).

Como veremos a seguir, até mesmo a obra de Castells (1979 e 1983), arauto maior da crise da sociologia urbana e, uma das principais críticas já feitas à "ideologia do urbano", pode ser enquadrada (grosso modo) nos termos da última observação do parágrafo anterior. Pois, embora negue à formação discursiva institucionalizada como sociologia urbana qualquer "objeto específico", seja teórico ou real, o sociólogo espanhol procura resgatar a sua herança, ao propor a emergência de "um novo campo teórico", contemplando como questão geral a produção social do espaço historicamente situada; e, de modo especial, os processos de reprodução da força de trabalho através da gestão estatal dos "meios de consumo coletivo" que caracterizam a urbanização capitalista da era industrial (Castells, 1979:cap.II). Além disso, ele insiste em ver na questão urbana uma "problemática fundamental" nas sociedades de nossa época, onde "o Estado desempenha um papel central no novo processo de urbanização", propondo a necessidade de "uma teoria capaz de integrar a análise do espaço com a das lutas sociais e dos processos políticos" (Castells, 1983: prefácio à ed. bras., p. III). Finalmente, para o sociólogo espanhol, a questão urbana, além de delimitar um campo específico de intervenção de atores políticos no

capitalismo avançado (classes sociais, organismos estatais e movimentos sociais), está diretamente associada à problemática do desenvolvimento (idem).

Mas, é bem verdade que Castells (nas duas obras citadas) jamais se utiliza da categoria "sociedade urbano-industrial"; ao invés disso, ele procura demonstrar o papel fundamental da urbanização na chamada "sociedade industrial". No entanto, se ele refuta veementemente a ideologia da "sociedade urbana", é justamente por visualizar "a impossibilidade, inclusive analítica, de isolar os efeitos da urbanização a nível da cultura global da sociedade que se persiste em chamar de urbana" (Castells, 1979:48 - grifado pelo autor); i.e.: impossibilidade de separar os efeitos da urbanização dos efeitos da industrialização. Tal impossibilidade é exemplificada muito oportunamente com as classes sociais: segundo o sociólogo espanhol, "as classes sociais constituem-se como atôres durante o processo de industrialização. Mas, elas organizam-se a partir da existência de grupos sociais reais, que têm como um dos fundamentos originais a segregação ecológica" (ibid.).

Ora, a consideração da imbricação entre os processos de urbanização e industrialização no mundo capitalista contemporâneo (com nuances diferenciadoras entre os países centrais e a periferia da economia mundial) (11) vai ao encontro de nossa concepção da sociedade de classes como produto histórico do desenvolvimento capitalista (v. nota 10). Neste sentido, pode-se concluir sem rodeios que, a despeito das possíveis divergências ou afinidades terminológicas entre os teóricos, a sociedade de classes deve ser caracterizada nos aspectos socio-econômicos, políticos, ideológico-culturais e espaciais de sua estrutura como uma "sociedade urbano-industrial".

Tendo chegado a este ponto, só nos resta agora examinar os principais aspectos da "crise" da sociologia urbana, alvejada pela crítica contundente de Castells (entre outros); bem como, certo impasse criado a partir desta crítica mesma. Após tal avaliação, será a vez de buscar uma saída para esta crise a partir de algumas indicações teóricas não suficientemente sistematizadas, procurando situar o lugar dos processos "urbanos" na estrutura social, de acordo com a concepção desta esboçada no último item.

De fato, o campo de problemas teóricos e práticos abarcado pelo fenômeno urbano jamais logrou enquadrar-se sociologicamente num corpo disciplinar com especificidade própria, não obstante os esforços da "Escola de Chicago" e seus epígonos.

Repassando a história da disciplina, Castells (1979:54) nos recorda que, "embora as análises da industrialização, de Marx a Durkheim e a Max Weber, tenham tomado em consideração o fenômeno urbano e tenham insistido no papel desempenhado pelas cidades (especialmente Weber em Economia e Sociedade), a afirmação de uma teoria sociológica especificamente aplicável à cidade não tem força até a publicação dos trabalhos da chamada Escola de Chicago...", a partir de meados da década de vinte. Para o sociólogo espanhol, todo o desenvolvimento posterior da "sociologia urbana" seria marcado pela influência dos principais teóricos desta escola: Robert Ezra Park, cujos estudos deram origem a uma perspectiva culturalista sistematizada pioneira e brilhantemente por Louis Wirth; R. D. Mackenzie, um dos fundadores da chamada "ecologia urbana", de cunho funcionalista; e, finalmente, Ernest Burgess, cuja análise do crescimento urbano, embora ainda amarrada à ótica universalizante da ecologia humana, teria ultrapassado-a ao

situar a urbanização como variável dependente de um sistema socio-ecológico, tornando-se o ponto de partida para a vertente crítica que inaugurou a tradição "historicista" da sociologia urbana norte-americana (Sojberg, Schnore, etc.). Prosseguindo com o seu mapeamento histórico-bibliográfico fora do contexto estadunidense, Castells (1979) ainda acrescenta que a evolução da sociologia urbana produzida na Europa teria seguido basicamente as mesmas "linhas fundamentais" indicadas.

Na sua ampla resenha da literatura sociológica que buscou-se caracterizar como "urbana", Castells mostra ter havido uma "paulatina dispersão do objeto central da sociologia urbana, atomizado em múltiplos objetos parciais muito diferentes uns dos outros" (op.cit.:23). Sem um "objeto teórico" autônomo, esta disciplina teria uma especificidade meramente institucional, uma vez que suas três vertentes principais, esboçadas no parágrafo anterior, passando com demasiada facilidade do estudo da cidade para a "sociedade urbana", iriam desembocar em três especificações da sociologia geral referenciadas historicamente na era industrial: uma sociologia da integração (e da patologia) social; uma sociologia da mudança social de cunho evolucionista, que explica a passagem da sociedade agrária ("tradicional") para a sociedade urbana ("moderna"); e, por fim, uma sociologia da comunidade. As atuais dificuldades para definir empiricamente o "urbano" por oposição ao "rural", por sua vez, colocaram em questão até mesmo o "objeto real" desta disciplina. Com isso, o sociólogo espanhol conclui que a sociologia urbana seria, antes de tudo, uma "ideologia".

Solidamente assentada sobre bases sociais, esta "ideologia do urbano" iria infiltrar-se entre os quadros técnicos e acadêmicos tanto

de direita como de esquerda (cf. crítica a H. Lefebvre em Castells, 1983: cap.II, pp 113-23). Embora os efeitos de tal ideologia sejam diferenciados conforme a tendência política de seus ideólogos, os pressupostos implícitos nela acabam sendo os mesmos em ambas as vertentes: a tentativa de formular teoricamente uma transposição entre formas espaciais (a cidade, o campo) e processos sociais (a urbanização). Noutras palavras, propõe-se uma teoria das formas socioculturais ("sociedade urbana", "cultura urbana", ou mesmo, "revolução urbana") derivada das formas ecológicas, numa espécie de determinação *démodé* da cultura pela natureza ... (12)

Apesar do brilho e da força de sua crítica, as alternativas propostas por Castells (1979 e 1983) não chegam a ser satisfatórias. Sua conceituação da estrutura ou do "sistema urbano" é demasiado formalista e economicista, recaindo no reprodutivismo althusseriano (cf. sua autocrítica mencionada à pg. 46). Além disso, a nível teórico geral, sua proposta de substituir a problemática "urbana" pelo estudo da produção social do espaço referenciada historicamente, embora pertinente, não dá conta dos aspectos específicos da urbanização enquanto processo estrutural. Pois, mesmo concordando com a afirmação de que, paradoxalmente, "a difusão urbana equivale a perda do particularismo ecológico e cultural da cidade" (13), é possível ver na urbanização (entendida como o crescimento e proliferação das cidades) um processo histórico diretamente ligado à estrutura social.

Antes de arrolarmos qualquer referência teórica para conceituar a urbanização como processo estrutural, a ligação do fenômeno urbano com as estruturas sociais historicamente estabelecidas pode ser apreendida mediante uma análise da origem etimológica de certos conceitos

ou noções centrais na cultura e na civilização ocidental. A raiz latina para designar cidade (*civitate*) foi o berço das noções de "cidadania", "civilidade" (*civilitate*), "civismo" (*civitas*) e, por extensão, de "civilização". A raiz grega (*polis*), por sua vez, está na origem do termo "política"; enquanto "burguesia" vem de burgo (do germânico *burgs*, "pequena cidade", pelo latino *burgu*, que significa "fortaleza") - as vilas medievais desenvolvidas marginalmente aos domínios dos castelos feudais, que foram conquistando gradativamente a sua autonomia. A cidade, matriz do próprio Direito, se liga de modo especial à "ordem burguesa" não apenas por aí; mas, principalmente, pela noção de cidadania já associada aos Estados nacionais liberais (cf. Marshall, 1967) que, teoricamente, teriam se erguido sobre o desenvolvimento das respectivas "sociedades civis".

Quanto a formulações teóricas mais amplas, embora já não seja mais possível entender a amplitude social do fenômeno urbano a partir da análise da cidade como forma edificada, a análise histórica dos padrões e do processo de urbanização ainda pode ser vista como essencial à compreensão das estruturas sociais de uma dada sociedade. É neste sentido que, ao indagar-se sobre a natureza do "urbanismo" (14), o geógrafo estadunidense David Harvey (1980:261-71) analisa detalhadamente suas distintas manifestações históricas, concluindo que ele deve ser visto como uma estrutura relativamente "auto-suficiente", cuja dinâmica "expressa e modela as relações com outras estruturas na totalidade".

Para visualizar a última proposição, invocamos as formulações ainda mais ousadas de Aníbal Quijano. Segundo este autor, o processo de urbanização "pode ser visto como um processo da sociedade como um

todo que tem lugar através de cada uma de suas ordens estruturais e, como dimensão do processo de mudança que ocorre em cada uma destas ordens" (cit. in artigo de Paviani, 1987:109). Neste sentido, haveria assim: "1) urbanização da estrutura econômica; 2) urbanização da estrutura social; 3) urbanização da estrutura ecológico-demográfica; 4) urbanização da estrutura socio-psicológica; e, 5) urbanização da estrutura política" (ibid.). Segundo esta perspectiva, "o processo global de urbanização é o resultado de modos específicos nos quais as várias dimensões do processo em cada uma destas ordens estão inter-relacionadas ou ligadas na prática (idem, p.110).

Contudo, entre os objetivos desta tese não consta a defesa da sociologia urbana, ou mesmo, uma teorização mais ampla do fenômeno urbano. Trata-se, ao invés disso, de buscar aqui uma perspectiva localizada das relações entre estrutura, processos e agentes sociais numa conjuntura determinada. Assim, ao enveredarmos pelo campo teórico delimitado pela chamada sociologia urbana, não nos foi decepcionante descobrir a "ausência de um objeto específico" (seja teórico ou empírico) para a disciplina; pois, segundo o próprio autor desta crítica, "parece evidente que não há mais que uma sociologia, aplicada a diferentes áreas do real" (Castells, 1979:82). Neste sentido, propõe-se aqui aplicar o instrumental analítico e conceitual da sociologia geral para estudar os principais mecanismos sociais atuantes na manutenção ou modificação de uma situação histórica e socio-espacial específica: a estrutura urbana de Brasília na conjuntura da "Nova República".

NOTAS

- (01) A consideração de que os países atualmente sob regime socialista não realizaram a "sociedade sem classes" idealizada por Marx, mas apenas a abolição da classe capitalista é uma questão que tem gerado polêmica entre teóricos marxistas e não marxistas. Curiosamente, o próprio Lenin admite a persistência de três classes rurais nos anos posteriores à revolução russa (cf. Gurvitch, 1982:74), enquanto o liberal Raymond Aron (1950) fala da sociedade soviética como uma "sociedade sem classes", embora "estratificada". De todo modo, as classes sociais ocupam indiscutivelmente um papel de destaque nos conflitos sociais da atualidade; seja a "leste" ou a "oeste" do mundo contemporâneo, entrando em cena nas principais disputas hodiernas de cunho político, econômico ou ideológico, como se percebe diariamente, observando o noticiário nacional e internacional da imprensa ou, acompanhando o debate mais restrito aos meios intelectuais.
- (02) O pensamento de Althusser (1970) pode ser tomado como o "tipo ideal" do reprodutivismo entre os marxistas. Assim, os canais de reivindicação, participação e expressão da ordem burguesa são vistos como meros componentes da macro-estrutura do Estado capitalista, na sua tríplice dimensão econômico-político-ideológica. A escola, os sindicatos, a Igreja, a imprensa e os partidos seriam, portanto, nada mais que "aparelhos ideológicos de Estado" (AIE), que complementam a ação dos "aparelhos repressivos de Estado" (ARE), como a justiça e a polícia. Logo torna-se impossível prever, neste quadro, a possibilidade de mudanças estruturais a partir da tomada do "poder de Estado" por segmentos da classe proletária, uma vez que os "aparelhos de Estado" (AIE e ARE) já estão, por definição, apropriados pela estrutura do Estado capitalista. Só restaria, portanto, a saída revolucionária. Poulantzas (1978:12) reforça parcialmente este modelo reprodutivista, acrescentando aos AIE o "aparelho cultural" (cinema, teatro e edição), e até a família. Contudo, o reprodutivismo poulantizano, com seu esmagamento do agente social, é contraditório, pois apesar de sua retórica formalista, centrada no domínio das estruturas, as verdadeiras preocupações teórico-políticas do autor consistem na elaboração de categorias para a análise da luta de classes no seio do Estado capitalista em conjunturas concretas, visando determinar possíveis alianças de classe estratégicas. Tal contradição, apontada por Fernando Henrique Cardoso na sua crítica ao artigo "Les Classes sociales" (in Poulantzas et.al., 1976), já vinha desde a primeira obra do autor, onde ele afirma ser a luta política "o nível sobredeterminante da luta de classes", sendo a tomada do poder de Estado o seu "objetivo" e, a conjuntura o seu "objeto" (Poulantzas 1971:109-111). As categorias para análises de conjuntura são posteriormente desenvolvidas em Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui (1974).
- (03) Novamente, é no marxismo que vamos encontrar o melhor exemplo desta síntese: a noção de "hegemonia" em Gramsci, no contexto da discussão que a envolve. Relacionada ao conceito de "bloco histórico", a noção gramsciana envolve uma visão do Estado ou "sociedade política" que o aproxima da "sociedade civil", mostrando como as instituições da última podem contribuir para a reprodução e

a solidificação das condições de dominação do "bloco no poder". Porém, ao contrário do paradigma reprodutivista, ele vê o bloco histórico como "correlação de forças", onde uma ação estratégica de organismos (partido, comitês de fábrica, sindicatos, associações, culturais, e órgãos de imprensa representativos da classe operária) e de organizadores (os intelectuais, seja na sua função de "dirigentes" ou de "persuasores permanentes") pode levar a uma tomada estável do poder pelo proletariado.

- (04) Bottomore (1978:22) nos adverte, numa nota de rodapé, para o fato de que "tal classificação dos elementos necessários à estrutura social não precisa, é óbvio, ser formulada em linguagem funcionalista; podemos nos referir simplesmente aos 'pré-requisitos' da sociedade".
- (05) Este seria, a nosso ver, um ponto-de-vista estritamente "sociológico", mas não o único sobre a questão. Para Poulantzas, p.ex., a questão encerra um ponto de marcada divergência entre a "teoria marxista" e "as diversas ideologias da estratificação social" que predominam, segundo ele, no contexto atual do pensamento sociológico. De acordo com as últimas, "as classes sociais ... só seriam uma das classificações, parcial e regional (referentes, sobretudo e unicamente, ao nível econômico) de uma estratificação mais geral". Tal estratificação "daria lugar, nas relações políticas e ideológicas, a grupos sociais paralelos e exteriores às classes, os quais a elas se superporiam" (Poulantzas, 1978:25- grifos do autor). O traço distintivo fundamental entre a "teoria marxista" e a perspectiva da "ideologia burguesa das 'Ciências Sociais'", para o autor, consiste na consideração de que as diversas "categorias sociais" desta "estratificação mais geral" teriam todas um "pertencimento de classe", pois, "seus agentes dependem em geral das várias classes sociais" (ibidem). Ora a pluralidade de manifestações do fenômeno da estratificação social, em sentido lato, é uma realidade observável concretamente, e não apenas "ideologia". O "pertencimento de classes" dos diversos agentes desta estratificação ampla não elimina o problema da sua existência, inclusive, enquanto "forças sociais relativamente autônomas", como o próprio Poulantzas reconhece (ib.).
- (06) O aspecto mal formado ou "deformado" da sociedade brasileira enquanto sociedade de classe é uma questão complexa que já envolve uma longa tradição de debates, incluindo nomes como Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, e Alain Touraine, entre outros. Não pretendemos discorrer sobre ela aqui, embora seja pertinente fazermos algumas indicações. No aspecto socio-econômico da questão, recorda-se o caráter relativamente recente da organização urbano industrial do país, cuja população rural em 1960 ainda era superior à população urbana. Só a partir desta década, além disso, a contribuição do setor secundário para o PIB iria ultrapassar, em caráter definitivo desde então, a contribuição do setor primário. No âmbito político-institucional, por sua vez, evidencia-se o caráter corporativo e o atrelamento da estrutura sindical ao Estado estabelecidos com a legislação trabalhista autoritária, criada pelo Estado Novo e ainda em vigor (já como "letra morta") até sua revisão na Constituição recém-promulgada. Finalmente, a nível sociocultural, é preciso admitir que a situação de dependência socio-econômica do

país e a fragilidade histórica do seu regime democrático não permitiram o desenvolvimento de uma efetiva hegemonia ideológica e política da burguesia nacional e, muito menos, a formação de um proletariado ideologicamente maduro e organizado em torno sindicatos (e outros organismos de classe) representativos. Mesmo nos sindicatos mais sólidos e organizados, a proporção dos trabalhadores não filiados ainda é consideravelmente majoritária em relação ao conjunto da categoria que paga a contribuição sindical obrigatória. Não obstante a emergência e o paulatino desenvolvimento de um sindicalismo autônomo com as greves do ABC paulista em 1978, o surgimento do PT, e a criação das centrais sindicais CUT e CGT - forças que trouxeram considerável aumento da mobilização político-sindical dos trabalhadores -, grande parte da força de trabalho ainda se encontra à margem do setor formal da economia e, legalmente desamparada para lutar por seus direitos sociais: pouco mais da metade dos trabalhadores brasileiros possui carteira de trabalho assinada (54,9%), alcançando esse percentual valores tão baixos quanto 37,9% no nordeste e um máximo de 63% no Sul (Jaguaribe, 1986: 227).

- (07) Conforme demonstra Hélio Jaguaribe (1986:17), baseando-se em ampla coleta de dados internacionais patrocinada pelo Banco Mundial, "o Brasil é o país do mundo que revela hoje a maior distância entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais". Assim, embora sejamos atualmente, em termos de PIB, a oitava maior economia do mundo, no tocante à distribuição interna da renda e dos benefícios sociais "nossa posição cai abaixo da situação das Filipinas ou da Tailândia" (ibid.). Ao descompasso entre um desenvolvimento econômico acelerado e um progresso social extremamente vagaroso, devemos somar ainda as desigualdades inter-regionais e inter-étnicas, bastante acentuadas em nosso país.
- (08) Poulantzas (1978) propõe que o "paradigma" a ser examinado seja "a" perspectiva marxista (cf. nota n 05). Entretanto, preferimos o artigo indefinido "uma", pois sendo um campo de pesquisas e análises bastante vasto, é possível que o marxismo traga em seu bojo variantes divergentes dos contornos deste paradigma; assim como, também pode haver não-marxistas identificados com ele. Quanto à colocação da obra de Gurvitch como "síntese" sociológica, ela foi sugerida por Florestan Fernandes (1973:6), para quem as formulações gurvitchianas são uma tentativa sólida e original de "conciliar diferentes tendências da sociologia (dominantes em épocas sucessivas na Alemanha, na França e nos Estados Unidos)". Leia-se, respectivamente, fenomenologia, escola durkheimiana, e empirismo (estudos de caso).
- (09) Todavia, a substituição do capitalismo por um modo de produção socialista não significa necessariamente a supressão de todas as classes. Porém, mesmo que assim o fosse, esta supressão não implicaria na abolição da dominação política exercida pela "classe dirigente" sobre as camadas governadas (cf. Aron 1950), gerando conflitos internos relativamente frequentes, segundo se pode verificar a partir da vaga e distorcida imagem que nos chega via noticiário internacional. Dada esta experiência histórica, os agentes da luta de classes já não precisam amarrar a direção da mesma a fórmulas pré-estabelecidas de socialismo ou capitalismo,

como reconhece o historiador marxista e estudioso das classes sociais, E.P.Thompson (1981) ao comentar assim as "hipóteses" do materialismo histórico: "não haverá erro mais prejudicial e realmente perigoso para a prática de qualquer liberdade humana do que, a noção de que há um modo 'socialista' de produção (como a propriedade pública ou estatal dos meios de produção) dentro do qual são 'dadas' certas relações 'socialistas' de produção, e que constituirá uma garantia categórica de que uma sociedade (valores, idéias, instituições, etc.) socialista se produzirá a si mesma..., saindo do ventre do modo de produção. Isto é totalmente inexato: toda escolha e toda instituição está ainda por ser feita, e qualquer outra suposição constitui um erro..." (p. 179).

- (10) Considerando algumas das principais contribuições teóricas, para a teoria das classes, verifica-se que a questão da "historicidade" ou da "universalidade" do fenômeno classe social divide e agrega teóricos de diferente orientação ideológica: entre os "historicistas", para quem as classes são contemporâneas do capitalismo, encontram-se marxistas como Lukacs, E. P. Thompson, e A. Przeworski, e, não-marxistas como Gurvitch e Sorokin; enquanto nas fileiras dos "universalistas" alinham-se marxistas como Engels, Althusser e Poulantzas, e, não-marxistas como Schmoller, Pareto, Weber, Schumpeter e Maurice Halbwachs, para os quais as classes são um fenômeno universal ou "trans-histórico". Quanto a Marx, vide comentário adiante (p. 38).
- (11) Consultando-se autores fundamentais no estudo e na teorização da problemática urbana, como Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey, verifica-se que nenhum deles nega a estreita correlação entre urbanização e industrialização na sociedade moderna, a despeito de suas divergências mais amplas quanto ao caráter desta correlação. Lefebvre cumpre bem o seu papel de filósofo do urbano, tecendo elocubrações "dialéticas" sobre ambos os fenômenos. Eles são vistos como dois aspectos inseparáveis de um único processo conflitante. Não obstante, segundo o filósofo, a industrialização seja o fenômeno "indutor" e "a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos, ... as preocupações que estas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como sociedade urbana a realidade social que nasce à nossa volta" (Lefebvre, 1968:10). Sendo o fenômeno urbano preexistente ao fenômeno industrial, ele mostra ter havido historicamente um "assalto da cidade pela industrialização" que passa a dominar as condições do urbanismo e da vida social em geral (idem, pp. 9-18). Neste mergulho dialético, o filósofo arrisca-se a vaticinar sobre o atual estágio da sociedade contemporânea, pregando a emergência de uma nova etapa em que a problemática industrial (acumulação econômica, desenvolvimento tecnológico, etc.) começa a subordinar-se à problemática urbana (organização espacial não apenas da produção e da circulação, mas principalmente da gestão e do consumo). Trata-se de sua famosa tese da "revolução urbana" criticada por Castells (1983:113-23) e Harvey (1980: 261-71). O sociólogo espanhol, por sua vez, vê a industrialização e a urbanização capitalistas como processos que se reforçam mutuamente: "a urbanização ligada à primeira revolução industrial e inserida no desenvolvimento do tipo de produção capitalista é um processo de organização do espaço" onde "... as cidades atraem

a indústria devido à concentração de mão de obra e a constiuição de um mercado"; enquanto a indústria, por sua vez, "desenvolve novas possibilidades de emprego e suscita serviços" (Castells, 1983:23). Na sua perspectiva, contudo, a indústria permanece como o "elemento dominante" (ibid.), não obstante o caráter central que os problemas urbanos assumem para a acumulação no capitalismo avançado (a reprodução da força de trabalho mediante a distribuição e a gestão dos meios de consumo coletivo, a racionalização da circulação de mercadorias e de serviços econômico-financeiros, etc.). Finalmente, Harvey também contesta a predominância das contradições sociais de caráter urbano sobre as contradições de cunho industrial como foco dos processos políticos e econômicos da sociedade contemporânea. Porém, o geógrafo estadunidense adverte cautelosamente: "Dizer que a tese de Lefebvre não é verdadeira nesta conjuntura histórica não é dizer que não esteja em processo de tornar-se verdadeira ou que não possa tornar-se verdadeira no futuro" (Harvey, 1980:270).

- (12) Neste sentido, a análise de Castells (1983) reduz o paradigma culturalista da sociologia urbana tradicional e o paradigma "revolucionário" de Lefebvre aos mesmo pressupostos. Porém, segundo o sociólogo espanhol, uma ideologia se conhece, principalmente, por seus efeitos sociais. Assim, embora ambos os paradigmas operem certo obscurecimento da contradições de classe da sociedade moderna, Castells vê um sentido distinto para a vertente crítica do pensamento do eminente marxista francês: "uma grande parte da ressonância social da obra urbanística de Lefebvre vem do papel político desempenhado por uma crítica implacável do urbanismo oficial - crítica que só podemos aprovar e prosseguir, no caminho que ele teve coragem de abrir" (p. 121).
- (13) Segundo Castells (1983:22), "o desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim o seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos". Contraditoriamente, o desenvolvimento das cidades pré-industriais, enquanto comunidades com administração, leis, justiça e exército em boa parte próprios e, como "matriz fundamental das lealdades", pode ser analisado historicamente como um dos resultados e, ao mesmo tempo, como um pressuposto do capitalismo, conforme argumenta brihantemente Max Weber em Economia e Sociedade. Apesar de estar associada à origem da sociedade burguesa e suas instituições estatais, na medida que se incorpora a estados nacionais, a cidade "deixa de esgotar-se em si mesma, perde muito de sua capacidade de auto-explicar-se; rompe-se, nega-se, e não pode mais ser captada e estudada como uma totalidade" (cit. in Velho, 1967:9).
- (14) A ambiguidade terminológica no âmbito dos estudos urbanos é tamanha que somos obrigados a utilizar termos diferenciados como sendo intercambiáveis, até perder de vista a sua diferenciação. Não pretendemos "resolver" esta questão estabelecendo definições precisas que, mais cedo ou mais tarde, terão de ser traídas nalguma passagem ou citação, inclusive pela dificuldade das traduções nacionais. Não fomos nós que criamos esta tão difundida ambiguidade. Assim, limitamo-nos a especificar algumas das múltiplas conotações dos que vêm sendo atribuídas aos referidos termos, deixando

do ao leitor a tarefa de situar o correto significado deles de acordo com o contexto da argumentação desenvolvida aqui:

- urbanismo: 1 - O fenômeno urbano visto nas suas diversas manifestações histórico-geográficas; 2 - "o estudo sistematizado e interdisciplinar da cidade e da questão urbana ..." (Dic. Aurélio da Língua Portuguesa); 3 - Ramo do Planejamento Urbano que lida como a "ordem do solo" (distribuição de usos e funções, segundo objetivos específicos), por oposição à Arquitetura, que se ocupa com a ordem das edificações (ou a "ordem dos sólidos") (cf. cap.IV).;

- urbanização: 1 - Processo de crescimento e proliferação das cidades; 2 - conjunto de trabalhos necessários para dotar uma área de infra-estrutura e/ou serviços públicos (termo tipicamente estabelecido no contexto latino-americano, onde tanto pesam as condições "suburbanas", não encontra correspondência com os cognatos francês ou anglo-saxão "urbanization", cuja grafia é idêntica).

II

A MUDANÇA SOCIAL EM BRASÍLIA: ESTRUTURA, PROCESSOS, AGENTES E
CONJUNTURA

"Pense globalmente e atue localmente"

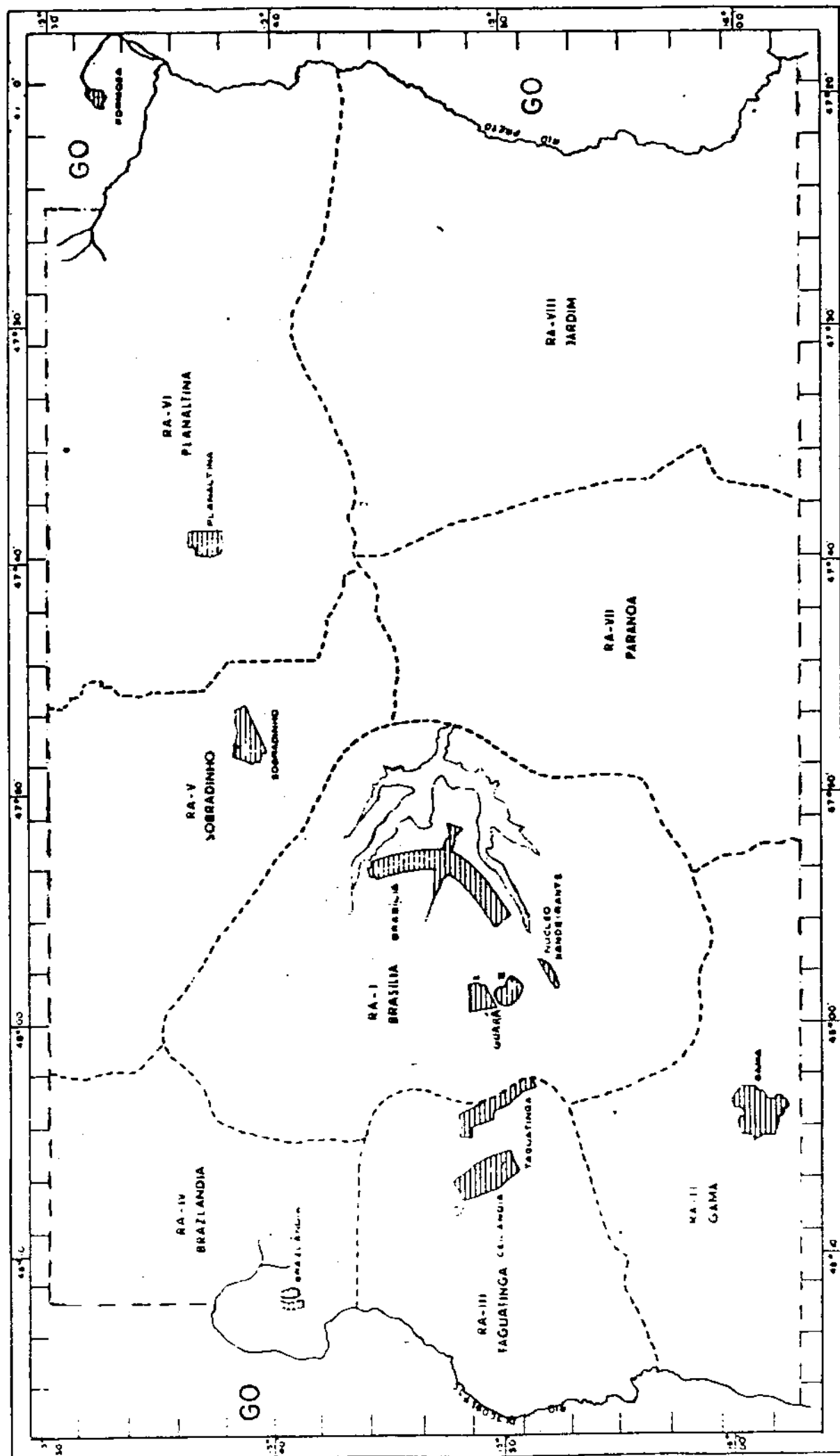
(John Lennon)

No capítulo anterior, buscou-se delimitar o campo teórico que referencia a análise do objeto de pesquisa. Agora, é chegado o momento de dialogar teoricamente com o objeto empírico que se pretende analisar, estabelecendo a demarcação das fronteiras "concretas" (i.e.: espaciais) da unidade de observação aqui denominada como "Brasília", bem como, as características essenciais de sua estrutura socio-urbana. Deste diálogo retirar-se-ão algumas hipóteses para analisar a dinâmica desta estrutura e as possibilidades de sua transformação.

1 - Demarcação

Tratando-se da capital federal, a demarcação das fronteiras espaciais do objeto não se impõe apenas pela necessidade onipresente na ciência de dar precisão às dimensões do universo empírico no qual se referencia (ou sobre o qual se estabelece) a pesquisa. Ela é impositiva na capital principalmente porque o objeto designado pelo termo "Brasília" é em si mesmo ambíguo, tanto para os pesquisadores como para os moradores desta "cidade".

Figura 1: Quadrilátero Cruls, Distrito Federal e RA's



Fonte: Anuário Estatístico de Brasília, 1982

Em artigo sobre Brasília para um número do Cahiers de Sciences Humaines especialmente dedicado ao problema prático-teórico das fronteiras, Frontieres: mythes et pratique, a geógrafa francesa Claire Heuzé (1986) viu-se diante de um objeto especialmente apropriado a tais estudos. Ela deparou com pelo menos quatro definições de Brasília, três "oficiais" e uma, por assim dizer, "oficiosa": 1) Brasília enquanto o conjunto do DF; 2) Brasília-Região Administrativa 1 (v. p. seguinte); 3) Brasília-Plano Piloto; e, 4) Brasília como a mais nova região metropolitana do país.

Quanto ao último aspecto, é preciso lembrar que Brasília ainda não figura na listagem oficial das regiões metropolitanas brasileiras, embora o mercado de trabalho, os equipamentos e os serviços urbanos da capital atendam a um vasto contingente populacional vivendo em assentamentos que extrapolam inclusive as fronteiras do DF, conforme discute-se no próximo item. Além disso, o capítulo V faz uma abordagem mais aprofundada da metropolização da capital federal, enfatizando os aspectos capitalistas deste processo. Assim, devemos voltar às ambiguidades socio-institucionais da realidade local aqui designada como Brasília, antes de estabelecermos a sua demarcação no contexto da pesquisa.

Se o termo "Brasília" chega a ser oficialmente equívoco (uma vez que tanto se refere ao DF todo, como à RA 1, ou ao Plano Piloto e suas imediações - cf. Figuras 1 e 2), não é menor a ambiguidade que cerca as "cidades satélites". Esta denominação, que aparece nos documentos oficiais, não poderia rigorosamente ser aplicada às 08 localidades urbanas definitivamente assentadas no DF (exclui-se o Plano Piloto e adjacências, como também, o núcleo semi-assentado de Samambaia): elas

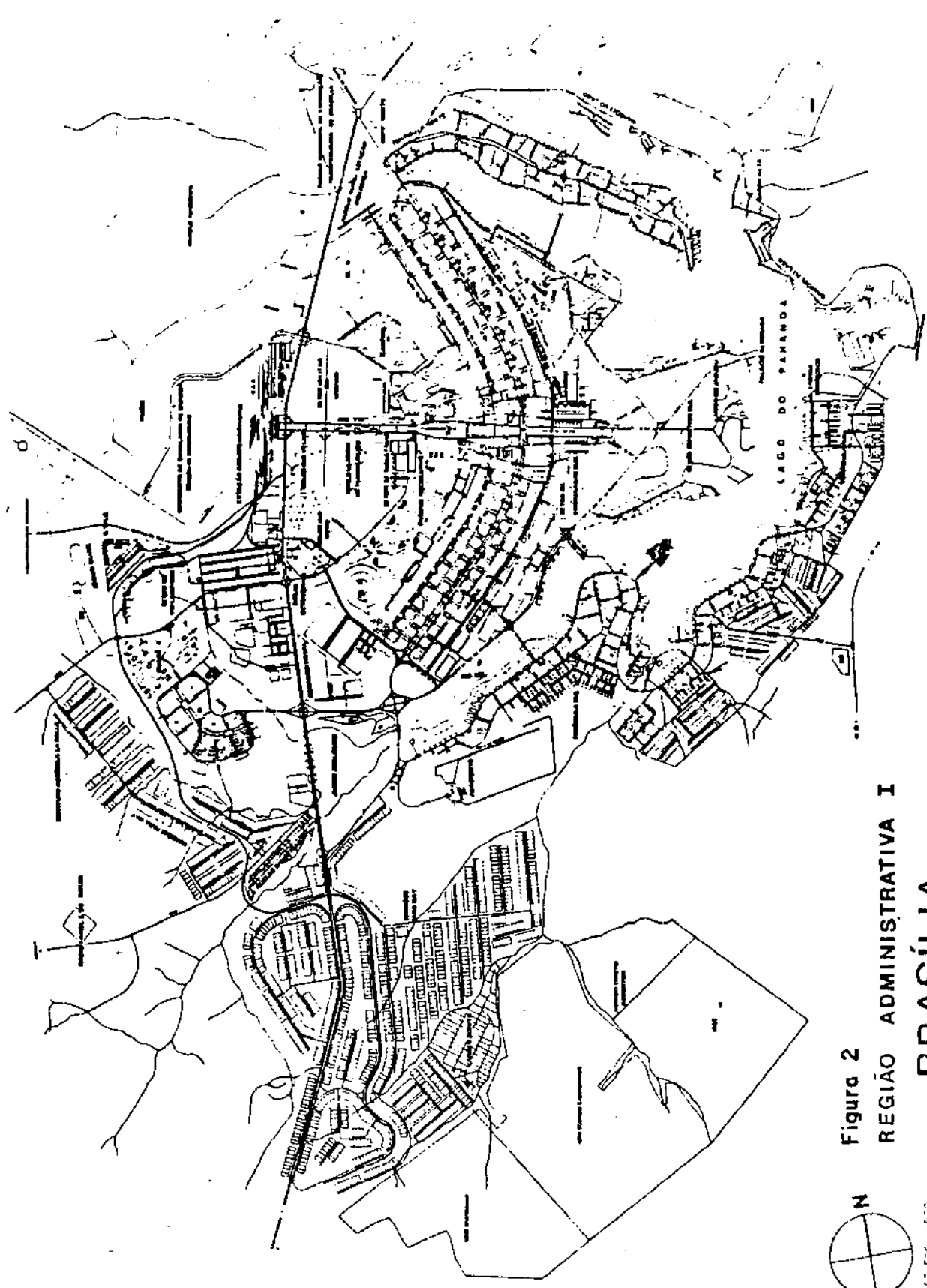
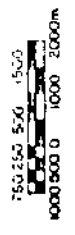
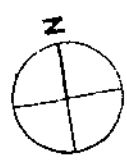


Figura 2
REGIÃO ADMINISTRATIVA I
BRASÍLIA
ÁREA URBANA



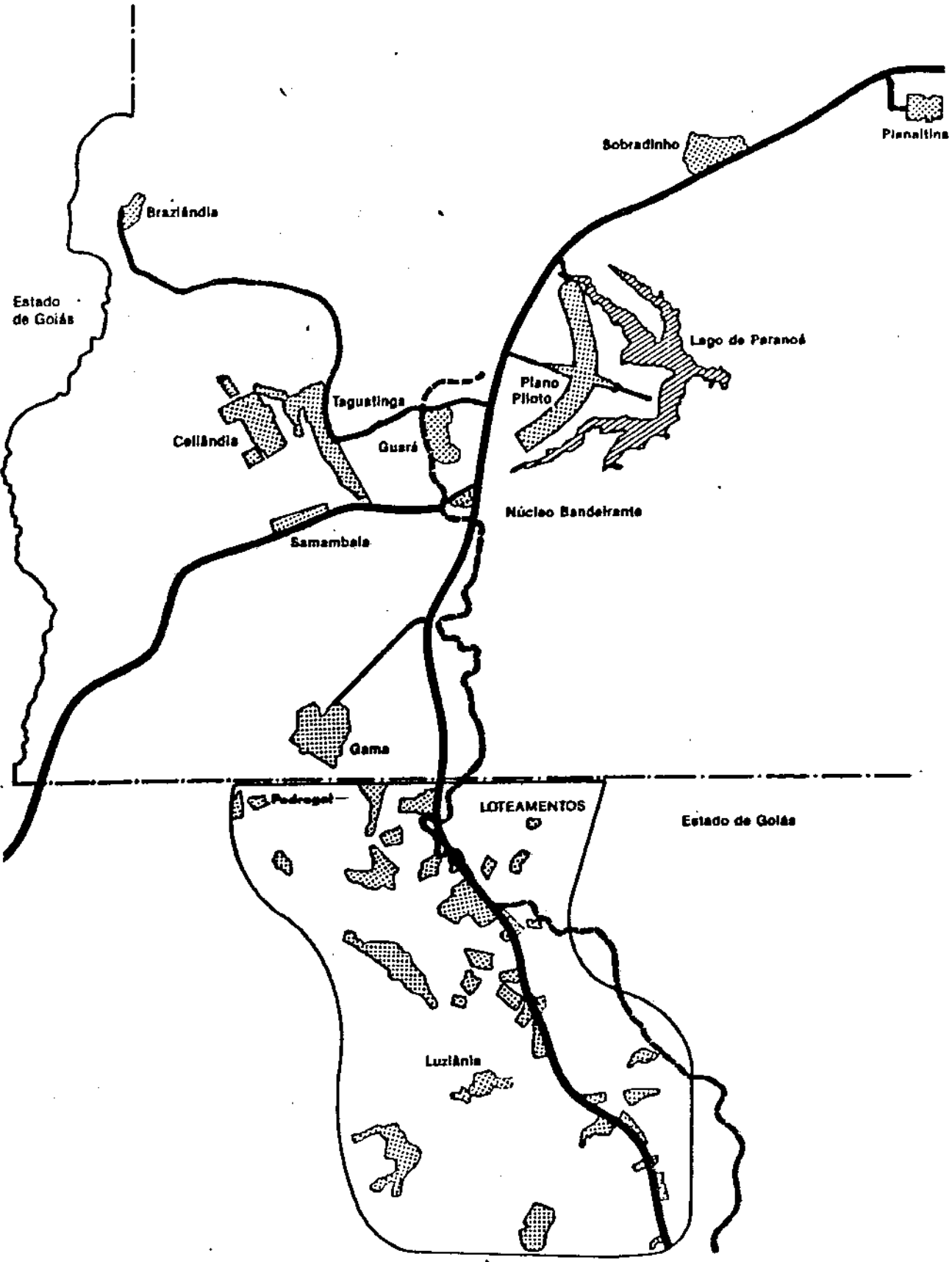
não são propriamente cidades, pois, não possuem autonomia administrativa, nem representação política correspondente (prefeitura, câmara de vereadores, etc.). Tal ambiguidade reflete-se tanto ao nível do senso comum, como nas pesquisas de cunho acadêmico ou técnico-governamental sobre o DF.

Ao nível do senso comum, é costume dos nascidos nas cidades-satélites autodenominarem-se "brasilienses" quando indagados sobre sua origem de nascimento. Do mesmo modo, quando em viagem lhes perguntam de onde vêm, respondem invariavelmente, "de Brasília", mesmo porque os nomes das cidades satélites são desconhecidos fora do DF. Tivemos oportunidade de observar reflexos desta ambiguidade no discurso de diversos dos entrevistados (v. caps. III e VI):

No âmbito das pesquisas oficiais, por sua vez, levantamentos estatísticos realizados por órgãos distintos ou, as vezes, até pelo mesmo órgão, ora consideram Brasília com a "região administrativa" (mais comum nas fontes do IBGE), ora como "localidade" restrita ao Plano Piloto e adjacências - Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro e Áreas Octogonais Sul (mais frequente nos relatórios da Codeplan).

Finalmente, quanto às pesquisas acadêmicas, a definição de "Brasília", sendo ampla ou restrita, modifica completamente as conclusões de qualquer estudo. Se o foco de interesse for a morfologia urbana, p.ex, naturalmente o núcleo planejado será destacado para análise isolada ou comparativa com o restante; se for a metropolização, os limites de Brasília deverão necessariamente ser estendidos à parte da região do "Entorno do DF" (ou mesmo à região como um todo, quando se trata de planejar o seu desenvolvimento) que aparece na Figura 3; e, assim por diante. Enfim, nota-se que Brasília e sua estratificação pa-

Figura 3
Brasília
Conjunto urbano e periferia sul



Fonte: Paviani, A (1985 : 59)

recem querer imitar o charme d'algumas donzelas, oscilando entre a "transparência" e a "invisibilidade".

Inicialmente, nosso estudo pretendia limitar-se à definição restrita de Brasília (i.e., o Plano Piloto e adjacências imediatas) devido à suas peculiaridades no tocante à estratificação, num sentido também restrito do conceito. Porém, à medida em que foram progredindo nossas idéias, conforme esboçado no primeiro capítulo, decidimos optar por uma definição ampla deste conceito. Consequentemente, pareceu-nos impossível permanecermos restritos ao quadro empírico correspondente ao núcleo central da cidade. Portanto, do ponto-de-vista espacial, o nosso estudo ficou principalmente referido ao Distrito Federal, tangenciando a região do Entorno de Brasília, quando se analisa o aspecto metropolitano do DF (v. cap. V).

Assim como a demarcação espacial de nosso objeto está associada ao nosso conceito de estratificação, a sua demarcação temporal foi associada ao conceito de "mudança social". Como este refere-se normalmente a mudanças amplas ou "estruturais" cuja viabilidade histórica depende diretamente da conjuntura política, decidimos concentrar a nossa observação dos processos sociais em evolução na capital no período que abrange a "transição política" batizada de "Nova República" (1984-88), incluindo desde a campanha nacional pró-diretas e a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral, até a eleição do Congresso Constituinte e a promulgação da nova Carta Constitucional. Naturalmente, esta opção reflete nossa aspiração teórica já explicitada de articular os planos local e global em sua interação mútua.

2 - A Estrutura Urbana de Brasília

Antes de mais nada, a caracterização da estrutura socio-urbana de Brasília exigiu um esforço para distinguir o que nela seria produto específico das condições locais, como por exemplo o partido urbanístico o Plano Piloto e seus desdobramentos, daquilo que seria mera manifestação local de fenômenos gerais. Porém, verificamos que mesmo quando o pesquisador se dedica a investigar os fenômenos mais gerais em sua manifestação local, Brasília surge como um referente empírico não apenas "localizado", mas também singularizado por determinações de ordem genética, funcional e estrutural.

Exemplificando, um estudo da metropolização de Brasília teria de considerar não apenas a inserção da capital em processos sociais globais que caracterizaram a urbanização brasileira a partir dos anos sessenta (como a ampliação do mercado interno nacional, o êxodo rural e a intensificação dos fluxos migratórios); mas, igualmente, as peculiaridades da nova "metrópole". Considerando a sua gênese, esta não seria um mero produto das injunções do mercado no capitalismo brasileiro; pois, aqui, elas tiveram que moldar-se a condições políticas previamente estabelecidas: o núcleo central da cidade, cujo partido urbanístico e linhas arquitetônicas deveriam "adequar-se" à condição prévia de abrigo para a sede do Governo Federal, foi criado por uma decisão do poder estatal, o que diferencia seu formato e seu crescimento urbano das demais metrópoles brasileiras, as quais tiveram um desenvolvimento menos induzido e controlado pelo Estado.

Tomando-a sob o prisma estrutural (político-institucional e socio-econômico), trata-se de uma metrópole ainda mais singular. Do pon-

to de vista jurídico, não pode sequer ser considerada uma metrópole. Legalmente falando, existem apenas nove regiões metropolitanas no país, nucleadas pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, conforme estabelecido, em 1973, na Lei Complementar n 14. Contudo, não se trata apenas de uma questão formal: o que impede Brasília de constar no rol das regiões metropolitanas nacionais é a dimensão jurídica e político-administrativa de sua organização social, e não o desconhecimento por parte da burocracia estatal do caráter "metropolitano" (no que tange ao aspecto funcional) de sua estrutura urbana. E que, do ponto-de-vista socio-institucional, uma região metropolitana se caracteriza por um conjunto de municípios (i.e., circunscrições administrativas autônomas dirigidas por uma prefeitura) organizados em torno de centro-metrópole, que sedia e concentra, geralmente, os poderes administrativos sobre a região (cf. Heuzé, 1986). Não é o caso do Distrito Federal, cujos núcleos urbanos não são municípios, situando-se entre as oito Regiões Administrativas em que o primeiro foi dividido, as quais são administradas por administradores regionais nomeados pelo governador, exceto a RA 1 (núcleo central), sob administração do Governo do Distrito Federal (GDF) (v. Figura 1) (01).

Não obstante a dificuldade jurídico-institucional, é possível considerar a região de Brasília entre as grandes regiões metropolitanas do país, uma vez que, como nas demais, lá também existe um "núcleo central [que] detém a importância funcional do aglomerado" de tal sorte que "as funções preenchidas pelos outros núcleos urbanos do DF têm caráter de complementação das funções do primeiro (Ferreira, I.C. B., citado in Paviani, 1985:71): a RA 1, com destaque para o Plano Pi-

loto e suas adjacências, não só concentra a maior parte do emprego e da renda do DF (02), como também, aglutina equipamentos e serviços consumidos por um considerável contingente populacional que reside fora das fronteiras distritais, abrangendo principalmente a área descrita no Mapa w. Mesmo sem considerar que a zona de influência imediata de Brasília ultrapasse os limites contidos neste mapa, incluindo doze municípios da chamada região do Entorno do DF (03), pode-se dizer que a referida área constitui o maior aglomerado urbano da região centro-oeste e corresponde aproximadamente ao que seria a "região metropolitana de Brasília". De fato, a metrópole-capital federal deveria ocupar a nona posição entre as mais populosas regiões metropolitanas brasileiras, no universo das dez que efetivamente existem no país, deslocando para o último lugar "de fato" a capital do Pará (atual nono e último lugar "de direito" no ranking oficial das metrópoles (v. Tabela 1). Finalmente, ainda é preciso observar, a este respeito, que a inexistência de um estatuto jurídico de "região metropolitana" para Brasília não impediu a elaboração pelo Governo Federal de uma política de expansão urbana e ocupação territorial planejada para a metrópole capital em escala regional (04).

Porém, a singularidade de Brasília como metrópole não reside apenas nos aspectos político-administrativo e jurídico-institucional. Economicamente falando, trata-se da única metrópole essencialmente terciária do país (cf. Paviani, 1985:57-79). Finalmente, no que tange à dimensão socio-espacial de sua estrutura, a ocupação territorial deste aglomerado urbano singulariza-se por um modelo poli-nuclear cuja acentuada dispersão (v. Tabela 2) envolve um alto custo social.

TABELA 1

População das grandes metrópoles por Município e Região Metropolitana

Metrópole	População do Município	População da Região Metropolitana (1)
São Paulo	8.493.217	12.588.745
Rio de Janeiro	5.090.723	8.772.277
Belo Horizonte	1.780.839	2.589.208
Salvador	1.491.675	1.828.300
Fortaleza	1.307.608	1.580.069
Recife	1.203.887	2.265.493
Porto Alegre	1.125.478	2.252.580
Curitiba	1.024.980	1.440.663
Belém	933.280	1.021.473
Brasília	310.701 (2)	1.138.835 (3)

fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, FIBGE, 1982

(1) O IBGE não trabalha explicitamente com o conceito de região metropolitana senão nos levantamentos do PNAD (Plano Nac. de Amostragem Domiciliar), mas com a definição de micro e meso regiões que no caso das metrópoles oficiais demonstra equivalência numérica.

(2) Corresponde à Região Administrativa 1 (RA1).

(3) Corresponde à população urbana do conjunto do DF

TABELA 2

Distância entre as cidades satélites e o Plano Piloto

Localidades	Distância do Plano Piloto (KM)
Guará	13
Núcleo Bandeirante	12
Taguatinga	25
Ceilândia	35
Gama	38
Sobradinho	22
Planaltina	40
Brazlândia	43

Fonte: Vesentini (1986:211)

Enfim, tendo analisado as peculiaridades genética e estruturais da metrópole-capital, não se pode deixar de considerar que as características examinadas são em grande parte explicáveis pelo aspecto funcional de Brasília, uma cidade planejada para desempenhar o papel exclusivo de capital político-administrativa do país, na qual o Estado inibe deliberadamente o desenvolvimento industrial (v. cap.III).

Sintetizando, poderíamos dizer que a correta caracterização das peculiaridades da estrutura socio-urbana de Brasília envolve uma abordagem de quatro aspectos básicos: 1) a cidade-capital que, entre outras implicações, resulta numa peculiar limitação da cidadania política dos brasilienses (a cidade nunca havia votado até que, com a "Nova República", alcançou uma representação política inicial no Congresso, tendo obtido, com a nova Constituição, o direito a eleger o governador e uma representação de caráter local limitada - v. cap.III); 2) a cidade planejada a partir de um modelo singularmente centralizado e totalizante, cujas diretrizes ainda hoje interferem na expansão e no planejamento urbanos de todo o DF (v. cap.IV); 3) a metrópole terciária, onde se cruzam as injunções do urbanismo capitalista com a intencionalidade do planejamento estatal para conformar um modelo poli-nucleado de ocupação territorial que agudiza a questão urbana em Brasília (especialmente no campo da habitação popular e do transporte coletivo - v. cap.V); e, finalmente, 4) a cidade sem identidade, aspecto associado principalmente ao fato da cidade ser jovem e até hoje constituída por uma população majoritariamente migrada das diversas regiões do país, mas ligado também à já comentada ambiguidade do termo "Brasília" e à situação jurídica peculiar do DF (v. cap. VI).

Pois bem, a articulação das quatro facetas enumeradas acima é análoga à concepção quadridimensional da estrutura social proposta no capítulo anterior (p. 28), formando a nossa concepção da estrutura socio-urbana de Brasília: a cidade-capital corresponde à esfera política; a "metrópole terciária", à esfera econômica (mais pelo aspecto metropolitano do que pela característica terciária, associada à faceta de capital federal); a cidade planejada, à esfera espacial; e, a "cidade sem identidade", à esfera ideológico-cultural. Da imbricação destas quatro facetas estruturais resultam os traços essenciais do objeto investigado: suas feições de metrópole terciária cujo espaço urbano é intensamente estratificado e segregado, seja na função residencial, na circulação, no trabalho, ou no lazer, conforme será visto na segunda parte.

Mas, voltando à quatro facetas supracitadas, se cada uma delas goza de uma "autonomia relativa", analogamente às "instâncias" do althusserismo, poderíamos dizer, também, que existe uma esfera "determinante" ulterior, a despeito do poder de "sobredeterminação" das demais. No caso da estrutura urbana do DF, a faceta estrutural ulteriormente determinante não seria, porém, a esfera econômica, como suporia uma perspectiva marxista-estruturalista na linha de Althusser, Poulantzas e epígonos; mas sim, a esfera política. Ora, tanto a metrópole terciária como a cidade planejada ou a cidade sem identidade foram e continuam sendo, em grande parte, determinadas em última instância pela decisão estatal de edificar uma nova cidade em região inóspita e quase despovoada no planalto central, transferindo para lá a sede do Governo Federal. O fato de abrigar a capital influenciou tanto o caráter da cidade planejada (os traços modernistas, a intocabilidade do

plano inicial, a centralidade e a monumentalidade do centro governamental) (v. cap.IV), como ainda influencia a metrópole (preservando-lhe o caráter terciário pela inibição deliberada do desenvolvimento industrial) e, a cidade sem identidade, pela ausência de status jurídico de município para o Plano Piloto e as cidades satélites (decorrente da doutrina federalista do "território neutro"), que resulta numa definição ambígua, para os próprios habitantes do DF, de Brasília e do brasiliense (v.cap.III).

Contudo, afora a última proposição (determinação ulterior da esfera política na estrutura socio-urbana de Brasília), é preciso ainda estabelecer um raciocínio hipotético para pensar articuladamente a dinâmica da estrutura esboçada acima, a fim de estudarmos as possibilidades de sua transformação na conjuntura da transição política atual.

3 - Quadro Hipotético

Diante do quadro estrutural anteriormente esboçado, chegamos à conclusão de que a mudança social em Brasília deve ser pensada em três planos distintos: 1) ao nível da formação da sociedade civil brasiliense, uma vez que a capital surgiu como cidade do Estado antes que ali houvesse constituído-se um mercado e desenvolvido as instituições civis (cf. Schmidt, 1985: 28-41) ; 2) ao nível da luta pela cidadania dos habitantes em geral (direitos políticos) e das camadas populares em especial (direitos sociais), parcialmente contida no primeiro plano; e, finalmente, 3) ao nível da continuidade e provável intensificação do processo de metropolização da capital.

Os dois primeiros planos foram vistos como intimamente relacionados com a questão da estratificação social (lato senso), na medida que, por um lado, o "status de cidadania" (direitos civis, políticos e sociais) tem sido um objeto historicamente privilegiado na luta de classes (v. Marshall, 1967); e, por outro, vem sendo uma questão bastante discutida que a estratificação e a estrutura de classes não podem ser dissociadas de suas relações com o Estado, as quais podem ser expressas pelo conceito de sociedade civil (cf. Bobbio, 1982). Ambos envolvem processos tendencialmente direcionados para mudanças. Quanto ao último plano, o processo de metropolização de Brasília atua como uma contratendência que, permanecendo ou intensificando-se as condições atuais (crescimento migratório acelerado, expansão da periferia do DF sem condições básicas de infra-estrutura, inibição do desenvolvimento industrial de Brasília), pressionará a estrutura urbana da capital no sentido de manter ou agravar as suas dificuldades.

Colocada a questão da mudança social nestes termos, podemos levantar algumas hipóteses gerais, a serem "testadas" na pesquisa:

- No plano da formação da sociedade civil, o processo envolveria uma participação mais ativa e autônoma (i.e., sem uma subordinação direta à estrutura de classes) dos agentes sociais, individuais e coletivos, permitindo uma pluralidade de formas de estratificação estruturantes: "estamentos" (militares, burocracia, igreja), agrupamentos de status (intelectuais, artistas, jornalistas, estudantes), agrupamentos de localidade (movimentos comunitários, associações de moradores) e mesmo os agrupamentos transitórios (as massas, e os diversos tipos de público);

- No plano da luta pela cidadania, haveria menos autonomia de ação transformadora por parte dos agentes individuais ou coletivos sobre o processo de produção e reprodução das estruturas econômicas e políticas do social: o próprio processo como que filtraria as formas de estratificação menos consequentes, deixando o campo de disputas sobre o domínio das forças sociais mais organizadas ou, pelo menos, estruturadas, especialmente, as classes e os partidos; mas, provavelmente, também a tecnoburocracia, as "organizações de base", ou mesmo, a imprensa;

- Naturalmente, os dois primeiros planos devem ser vistos como interagindo simultaneamente, na medida em que o processo de formação das classes, dos partidos políticos e das forças sociais organizadas ocorre juntamente com a "formação da sociedade civil", no sentido do desenvolvimento das diversas formas de associativismo entre os múltiplos segmentos sociais de uma sociedade ou comunidade;

- Finalmente, o recorte da mudança social apoiado nos três eixos de reflexão acima considerados (luta pela cidadania, formação da sociedade civil, e metropolização) permite transcender a esfera local, articulando-a à esfera nacional, na medida que: 1) a cidadania, em qualquer sociedade, manifesta-se como um processo permanente de construção, envolvendo a luta dos setores "marginalizados" pelo seu reconhecimento enquanto membros da coletividade nacional, com direito a uma participação efetiva (política, econômica e sociocultural) nas benesses de seu desenvolvimento (para uma noção geral do processo de construção da cidadania, v. MARSHALL, 1967); 2) o mesmo se dá com a "sociedade civil", cujas relações com o Estado, bem como, o desenvolvimento desigual de seus segmentos componentes, encontram-se permanen-

temente "em formação" (i.e.: em processo de organização, desorganização e reorganização), de sorte que o recorte da mudança social nestes dois primeiros eixos permite confrontar o movimento da sociedade civil e da luta pela cidadania na sociedade brasileira como um todo (e seus desdobramentos na capital) com movimentos e lutas análogos de origem e expressão local; e, finalmente 3) o processo de metropolização, por sua vez está articulado a mudanças regionais que só podem ser compreendidas à luz das profundas transformações da estrutura social brasileira nas últimas décadas (v. Santos, 1985: 224-335).

Ainda sobre este aspecto, buscou-se aprofundar na análise das analogias e correlações existente entre os níveis local e nacional do processo de desenvolvimento da sociedade civil e da cidadania, especialmente no capítulo final. Apesar do conservadorismo das forças que estão no comando do aparelho de Estado central, podemos adiantar que a transição negociada se deu juntamente com um movimento de reestruturação da sociedade civil brasileira, cuja principal manifestação aparente foram as grandes mobilizações de massa organizadas por lideranças político-partidárias e associações civis (sindicatos, associações de moradores, comitês, etc.) no nascedouro da "Nova República". Neste sentido, os autores de Brasil, sociedade democrática (Jaguaribe et al., 1985) já apontavam para o surgimento de "novas elites" (talvez "liderança" fosse um termo mais adequado) nos "subsistemas" político e cultural, cujos projetos estariam encaminhando o país para uma "democracia de massas". No plano da cidadania, segundo Wanderley G. dos Santos (1979 e 1985), a transição atual apresentaria sinais de um rompimento drástico com o padrão de "cidadania regulada" que predominou ao longo da República populista e agravou-se com o "recesso" da

cidadania política durante o regime militar, cuja década final marcaria o início daquela ruptura, com a criação do FUNRURAL em 1971.

Enfim, não se pode esquecer que o processo constituinte, por si mesmo, foi um momento de passar a limpo a cidadania e o relacionamento entre o Estado e a sociedade civil não apenas para a sociedade brasileira como um todo, mas também para o caso específico do DF, cuja autonomia política (como e em que grau) foi parcialmente decidida naquele foro, como veremos no próximo capítulo.

Portanto, podemos dizer que a conjuntura inaugurada com a chamada "nova República", seja a nível local ou nacional, concordemos ou não com as ligeiras avaliações da transição enunciadas acima, nasceu sob o signo da mudança (política, social, cultural, e até econômica), e não do imobilismo político-administrativo que passou a caracterizar o governo Sarney após o fracasso do plano cruzado e dos "pacotes econômicos" que o sucederam. Isto não quer dizer que mudanças estruturais sejam inevitáveis nesta conjuntura; mas, sim, que (ao contrário dos períodos de nítida estagnação) trata-se de uma conjuntura favorável à formulação de hipóteses de mudança social.

Formuladas as hipóteses acima e feitas as últimas observações, restam-nos algumas considerações finais sobre a natureza da pesquisa efetuada a fim de encerrar a primeira parte desta obra.

4 - Fontes e Métodos da Pesquisa

O problema investigado dentro do quadro hipotético esboçado acima sugere o duplo caminho percorrido na pesquisa: 1) análise e crítica de uma extensa bibliografia lidando indiretamente com o que seriam aspectos parciais da estrutura socio-urbana de Brasília; e, 2) inquirição de agentes sociais ligados a grupos organizados e movimentos sociais emergentes na sociedade civil brasiliense sobre suas concepções e projetos em torno desta estrutura. Na primeira tarefa, buscou-se fazer uma leitura da bibliografia examinada, destacando questões pertinentes à problemática da pesquisa, enquanto na última, optou-se por entrevistar lideranças com certa representatividade entre determinados segmentos da sociedade civil local, segundo critérios não muito rígidos, conforme explicitado a seguir.

O "trabalho de campo" junto aos entrevistados representava uma empreitada secundária em relação à pesquisa bibliográfica, até mesmo pelas dificuldades materiais da investigação empírica com o pesquisador residindo noutra cidade. Assim, tratava-se antes de colher opiniões, pontos de vista, e eventuais projetos de pessoas ligadas a segmentos sociais expressivos com algo a dizer sobre a vida política e cultural da cidade na conjuntura examinada, as quais foram selecionadas numa "amostra qualitativa" da qual não esteve ausente o critério de acessibilidade. Na área de política, entrevistou-se um candidato de cada um dos principais partidos seguindo o esquema de um questionário padrão para todos eles (v. ANEXO III). Na área cultural, por sua vez, seguiu-se o esquema de "entrevistas não-diretivas" com pessoas ligadas às diferentes vertentes do "movimento cultural" da capital

(idem).

Portanto, as informações levantadas nas entrevistas não foram senão um complemento, embora indispensável, da pesquisa bibliográfica. No mesmo sentido, mas sem a mesma relevância, devem ser cotejadas informações obtidas junto a jornais, revistas e outras fontes (cf. bibli.). Além disso, mencione-se a participação direta do autor em alguns movimentos e agrupamentos sociais da cidade em determinados períodos (v. ANEXO II), que foi fundamental para conhecer lideranças e obter informações específicas e documentos. Finalmente, no que tange aos dados quantitativos levantados na pesquisa, a maioria proveio de fontes secundárias, embora a coleta de alguns dados primários também tenha sido procedida.

NOTAS

- (01) A divisão geográfica das regiões administrativas do DF está ilustrada na Figura 1. Resta ver como fica a sua divisão propriamente administrativa. Neste aspecto, a RA 1 - que abrange os núcleos urbanos de Brasília (Plano Piloto e adjacências), Guará (I e II) e, Núcleo Bandeirante - é administrada pelo GDF, enquanto os demais núcleos urbanos possuem cada um a sua própria administração regional. Assim, a RA 3 contém duas administrações regionais (Taguatinga e Ceilândia). Finalmente, as RA's 7 e 8 (os núcleos rurais Paranoá e Jardim) estão subordinadas respectivamente às administrações regionais do Gama e de Planaltina.
- (02) No tocante à renda, existem dois aspectos diferentes da questão. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a concentração da renda do DF no Plano Piloto não é função de uma polarização econômica onde o centro absorve a renda da periferia; pois, a maior parte da receita do DF provem de verbas repassadas pelo Governo Federal (cf. cap.V). Por outro lado, não se discute aqui a distribuição do orçamento do GDF entre as RA's e as cidades satélites. Trata-se, ao invés disso, de uma função da concentração espacial da elite dirigente e dominante a nível nacional estabelecida, em grande parte, no Plano Piloto, cuja renda é alimentada pelo conjunto da Federação.
- (03) São eles os municípios goianos de Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras, Corumbá, Cristalina, Formosa, Goianésia, Luziânia, Padre Bernado, Planaltina e Pirenópolis, juntamente com Unaí (MG)
- (04) As regiões metropolitanas "oficiais" foram objeto de uma política federal de desenvolvimento urbano elaborada pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), criada pelo decreto 74.156 de 1974. Com o mesmo caráter, mas com objetivos específicos, o PERGEB, nascido do convênio SEPLAN/GDF firmado em 1976, surgiu na esteira do Programa de Desenvolvimento do Cerrados para a Região Centro-Oeste (POLOCENTRO), preconizado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento. Buscando reduzir a taxa de expansão demográfica do DF e evitar a pressão direta sobre os equipamentos e serviços coletivos de Brasília, a partir da valorização econômica da região a sua volta, com vistas a "preservar o caráter político-administrativo e cultural da capital federal", o PERGEB atuaria numa triplíce escala: 1) a "escala local", compreendendo o conjunto do DF; 2) a "escala de transição", formada pelos doze municípios do Entorno de Brasília; e, 3) a "escala regional", envolvendo 140 municípios mineiros e goianos, sob influência difusa da capital, a serem objeto de dinamização econômica (investimentos, incentivos, etc.).

2a. PARTE

A PESQUISA

III

A CAPITAL

Recapitulando um ponto central da argumentação desenvolvida no último capítulo, se as quatro facetas da estrutura urbana de Brasília interagem de modo a condicionar-se mutuamente, a esfera política, no seu aspecto prevalescente de "cidade-capital", deve ser vista como a instância ulteriormente determinante na configuração social do DF. Embora não seja este o enfoque predominante entre os intelectuais que estudam Brasília, cujas pesquisas e análises tendem a privilegiar as contradições sociais da cidade espaço e seu planejamento, esta proposição hipotética esboçada anteriormente constitui o foco da análise ensejada neste capítulo.

Pretende-se esclarecer aqui como o desempenho do papel institucional de sede político-administrativa da Federação afeta de maneira central o conjunto da estrutura urbana de Brasília, fazendo-se refletir sobre as condições gerais da ocupação territorial, da cidadania política, do desenvolvimento econômico e sociocultural do DF.

Enfim, busca-se mostrar como a cidade-capital repercute decisivamente sobre o discurso, os projetos e as práticas dos agentes envolvidos em processos sociais situados na conjuntura política atual, como se verá no último tópico

1 - A Questão Teórica da Capital

A correta conceituação do significado de uma capital para determinado Estado ou sociedade exige que a examinemos sob uma perspectiva histórico-comparativo bifacial: por um lado, aborda-se o contorno geral da capital em exame, naquilo que ele apresenta de comum em relação às demais capitais com as quais o comparamos no tempo e no espaço; por outro, procura-se visualizar os traços específicos da capital examinada, tendo por fundo e fundamento a peculiaridade do ambiente histórico-social e cultural onde ela nasce e se desenvolve.

Sob um prisma teórico geral, importa ressaltar que não é possível falar-se em capital sem tocar na questão do Estado, sendo a recíproca igualmente verdadeira. Se partirmos de uma conceituação mais genérica de ambos os termos, veremos que "não há sociedade política sem um local - mesmo provisório - que sedie a cúpula do Estado onde se exerça o governo" (Vesentini, 1986:14). Portanto, isto significa que apenas as sociedades que não desenvolveram formação estatal de espécie alguma não possuem a sua "capital": um amplo exame histórico-etnográfico excluiria de nosso objeto tão somente algumas das sociedades tribais tratadas na literatura antropológica. Se, todavia, este dado for ultrapassado mediante a especificação deste objeto genérico - a capital - não mais como a sede onde situa-se o governo de uma sociedade qualquer (01), mas, como um sítio social e espacialmente específico, as cidades-capitais, a lição extraída da história será ainda mais profunda: elas se mostram ligadas à própria gênese da organização estatal ampliada, pois, como recorda-nos Joffily (1977:11), "as principais características do Estado nasceram com a formação da cidade chamada ca-

pital (quer dizer, "cabeça"), quando exercia marcante influência sobre as outras...". O veio teórico sugerido nesta passagem é aprofundado por Benício V. Schmidt, que, ao refletir sobre a formação dos Estados nacionais, propõe em seu artigo (in Paviani, 1985:28-41) inserir a questão da capital no problema geral da "construção do centro político" das nações, investigando os desdobramentos desta proposição para o caso de Brasília.

Ora, estabelecida a relação acima, o que interessa no estudo da capital de determinado Estado é perceber que "sua localização no território, seus fluxos com as diversas unidades do território sob domínio deste Estado, seu traçado urbanístico e suas linhas arquitetônicas... representa um aspecto visível, material, espacial enfim, das relações e imbricações entre o Estado e a sociedade onde ele existe" (Vesentini, 1986: 15).

A última observação desencoraja analogias entre Brasília e outras capitais de outros países e épocas, dadas as peculiaridades históricas e socioculturais da realidade brasileira. E, neste sentido, endossaríamos a opinião do geógrafo supracitado segundo a qual "não é possível elaborar-se uma teoria das cidades-capitais que abranja num mesmo sistema a Roma da antiguidade, a Madri do séc. XVI e a Brasília de hoje" (ibid) (02). Mesmo assim, não se deve desprezar o valor ilustrativo de algumas comparações históricas a serem aqui exploradas: as analogias entre a capital brasileira inaugurada em 1960, e a Versalhes erigida por determinação de Luís XIV em fins do século XVII; entre a capital idealizada por Lúcio Costa, e a Paris reformada pelo Barão de Haussmann na segunda metade do século XIX (próximo capítulo), ou, ainda, entre Brasília e Washington. O que a observação do parágrafo ante-

rior nos sugere de relevante, enfim, é que a transferência da capital para Brasília e as características essenciais desta capital devem ser compreendidas, antes de mais nada, à luz da história da formação da sociedade e do Estado nacional brasileiros, na qual a idéia de interiorização sempre esteve presente entre os governantes e as elites intelectuais.

2 - A Interiorização da Capital Brasileira: sentido, causas e consequências

Este item não se dedica a rever o histórico da idéia da interiorização ou das providências legais tomadas neste sentido desde a primeira Constituição republicana (1891), cuja retrospectiva o leitor encontrará no Anexo I (p. 423). Nossa intenção aqui é, antes, rever os argumentos historicamente invocados em favor da mudança da capital brasileira para o interior do território à luz do processo de construção do Estado nacional e seu "centro político". O estudo em paralelo da formação do Estado e de sua capital, além de esclarecer sobre o caráter de ambos, permite uma melhor compreensão do processo de estruturação da sociedade civil brasileira, cujo desenvolvimento "invertido" (o Estado antecipando-se a ela nos processos mais importantes de mudança política e social) se faz sob reprodução ampliada e pleno de contradições em Brasília, conforme tenta-se demonstrar nas próximas linhas.

A história da interiorização da capital brasileira está cercada de ideologia e mitos por todos os lados, como nos alerta parte da literatura a respeito. A mitologia sobre a origem de Brasília já foi

brilhantemente analisada por Holston (1986), mostrando como a história real costuma ser anulada pelo "mito da Fundação" em proveito da ideologia desenvolvimentista e dos ideais utópicos modernistas. Vesentini, por sua vez, ampara-se numa citação de Gramsci - onde o célebre marxista da Sardenha critica as "biografias nacionais" escritas pelos estudiosos da formação do Estado italiano a partir do Risorgimento - para descartar a "ideologia" da "construção da Nação". Pouco atento à especificidade do caso e da passagem examinados, entretanto, o geógrafo citado esquece o papel central que o próprio Gramsci atribui à ideologia (lato senso) produzida pelos intelectuais: consolidada no seio de um "bloco histórico", transmuta-se na "hegemonia" que dá a ligação intelectual-moral que solidifica a unidade entre "sociedade civil" e "sociedade política", sem a qual não pode haver o domínio de uma classe sobre um Estado nacional soberano. E neste sentido que se pode analisar a idéia e os ideólogos da interiorização da capital como instrumentos da construção do Estado brasileiro, sem prestar qualquer tributo ao idealismo metafísico ou ao voluntarismo histórico tão repudiados no pensamento contemporâneo.

Unico autor na bibliografia pesquisada a desenvolver esta linha de reflexão em torno de Brasília - a cidade-capital enquanto projeto de construção do centro político nacional - Schmidt (1985) situa em Max Weber o marco referencial ulterior desta discussão. Empobrecendo ainda mais a simplificação esquemática da análise weberiana feita pelo primeiro, no intuito de sermos breves, faremos aqui uma sucinta revisão geral de seu argumento.

Fundamentando-se em ampla pesquisa histórica, Weber efetua uma análise comparativa do desenvolvimento urbano no ocidente e no orien-

te, na qual a cidade, ao invés de uma entidade autônoma, é vista como a matriz fundamental a partir da qual se desenvolveram as instituições políticas e econômicas dos Estados nacionais. De sua vasta tipologia histórica, depreende-se duas linhas de desenvolvimento que cristalizam-se em torno de dois paradigmas básicos: de um lado, a "cidade ocidental" que, nas suas múltiplas vertentes ("agrária", "mercantil", "industrial", etc.) é resultante basicamente do mercado; e, de outro, a "cidade oriental", cujo desenvolvimento refletiria, antes de tudo, a vontade e o poder do "soberano" (i.e.: o poder político dos governantes imperiais; bem como, dos governos autocráticos, por extensão).

Sem entrar no paradigma oriental, o que importa, de ponto de vista sociológico, é ver o mercado como o *locus* inicial da atividade social pública a partir do qual desenvolveu-se a esfera pública da política e suas instituições no ocidente: o desenvolvimento econômico em torno de alguns centros urbanos e seu meio regional acelera os conflitos sociais e induz à progressiva organização da sociedade civil num movimento em paralelo à construção da ordem estatal como esfera reguladora das contradições sociais oriundas da divisão social do trabalho. Mas, se este desenvolvimento mostra-se verdadeiro para a Europa e os Estados Unidos, o mesmo não se dá com a América Latina e, muito menos, com o Brasil.

Ao nascer da exploração colonial, a economia primário-exportadora dos países latino-americanos manteve-se em situação de dependência ante a economia dos países colonizadores e, posteriormente, face às potências imperialistas, impedindo o desenvolvimento e a integração de seus respectivos mercados nacionais. Neste contexto, de resto semelhante, o Brasil se destaca do restante da formação social latino-ame-

ricana: enquanto a ruptura do pacto colonial nos demais países se deu em "diferentes e sucessivas ondas de 'republicanismo', sempre embasadas na cruenta manifestação de caudilhismos que levaria a separatismos e instabilidade política", tal ruptura é feita gradualmente no Brasil e, pelas mãos de um monarca, dando origem a um Estado de caráter "burocrático-patrimonial" (Schmidt, 1985: 28).

As circunstâncias históricas acima esboçadas e seus desdobramentos políticos - instabilidade dos governos, tensões inter-regionais, hipertrofia do poder da autoridade central, etc. - exigem e favorecem a constituição de um centro político efetivamente nacional, fator "crucial para determinar a configuração estatal e territorial das sociedades". Seguindo a trilha apontada por Schmidt, este processo pode ser diretamente "viabilizado pelo desenvolvimento econômico", ou resultar de "um complexo jogo onde a interação entre a economia e a política é o ponto nodal" (ibid.). O primeiro caso é bem ilustrado por Buenos Aires, centro político e econômico nacional da Argentina, cujo desenvolvimento seguiu as linhas gerais do modelo ocidental típico das nações do Velho Mundo. O último, por sua vez, indicaria-nos o caminho adequado para analisar a questão do centro político nacional no Brasil.

Schmidt nos recorda que desde o século passado São Paulo erigia-se como "a metrópole econômica nacional típica, embora ainda o Rio de Janeiro estivesse à sua frente até a metade do século [atual] e se conservasse como sede do poder federal" (p. 29). "Todavia", prossegue o autor, "através da expansão cafeeira e a decorrente industrialização, é São Paulo que se transforma no ponto nodal do sistema brasileiro" (ibid.). Esta situação faz com que, mesmo no século XX, até pelo

menos a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, o país se defronte com "ambivalências de poder que bem poderiam ter levado a separatismos" (ibid.). Mas, a aguda necessidade de integrar política e economicamente o país mediante a constituição de um centro dirigente nacional a situar-se no interior do território já começa a despontar muito antes, desde as primeiras revoltas do Brasil colônia, passando pelas insurreições do período regencial e do Segundo Reinado, conflitos político-regionais que se apresentaram como "momentos sucessivos de reconstrução do ideal federativo" (p. 60) (03). Este é o sentido maior da interiorização da capital brasileira, finalmente levada a cabo pelo presidente Kubitschek com a inauguração de Brasília em 1960.

Com a observação final do parágrafo acima podemos dar por encerrada nossa revisão da linha de raciocínio de Schmidt (1985). Porém, é preciso ainda que a análise dê concretude ao sentido apontado acima, situando-o em relação a agentes e conjunturas históricas específicas. Assim, a compreensão deste sentido não indica uma conclusão; mas, um ponto de partida para refletir sobre indagações fundamentais:

- Como foi vista a edificação do centro dirigente da nação na perspectiva das elites que projetaram historicamente a interiorização da capital? Por que Brasília só foi ser construída no final dos anos cinquenta, quando sua implantação já estivera prevista na legislação federal desde a primeira Constituição republicana (1891) ? Quais as consequências políticas da iniciativa estatal de transferir para Brasília a sede do governo da União a fim de fazer da nova capital um "centro dirigente" efetivamente nacional?

Uma avaliação panorâmica dos argumentos amalhados historicamente para justificar a transferência da capital brasileira para o inte-

rior do território nacional mostra quatro ordens de preocupação mais ou menos permanentes e correlacionadas entre os diversos defensores da interiorização: 1) propósitos de natureza militar e político-estratégica ligados à defesa do território contra invasões estrangeiras, bem como, à defesa do Estado contra "inimigos internos"; 2) apreensões de ordem política com a unidade político-territorial e institucional do país, ameaçadas por tensões regionais separatistas; 3) inquietações de caráter ideológico-cultural, ligadas à edificação e difusão da "identidade nacional" que se associa à construção da hegemonia política; e, finalmente, 4) preocupações atinentes à esfera econômica, voltadas para a exploração das riquezas naturais do Brasil central e a formação de um mercado interno nacional.

A resposta à primeira indagação enunciada acima passa por uma avaliação atenta das três primeiras ordens de preocupação enumeradas, envolvendo a análise dos argumentos particulares de agentes específicos situados em conjunturas históricas determinadas. Mas, isto não significa que os propósitos de cunho econômico tenham relevância explicativa secundária para nós; pois, são os problemas e processos gerados neste domínio - relativamente "objetivos" em relação à consciência e a vontade das pessoas - que, atualizados na conjuntura do desenvolvimentismo e seus antecedentes, explicam por que a construção de Brasília só pôde ser iniciada na segunda metade da década de cinquenta (i.e., fornecem a resposta à segunda pergunta formulada no penúltimo parágrafo).

Detendo-nos primeiramente sobre o último ponto, lembramos que o autor de um acurado artigo a respeito da questão da implantação de Brasília reconheceu que os propósitos de origem econômica normalmente

associados aos projetos de interiorização da capital poderiam ter sido atingidos com a construção de um centro urbano comum na região central do país. Por isso, ele propõe que a decisão do Estado de construir nesta área a Capital Federal, ao invés de "pura e simplesmente" um centro urbano, deva ser inserida no âmbito da "construção do centro político nacional", conforme teorização de Schmidt aqui examinada (Faret, 1985:18-25). Quanto às demais indagações fundamentais suas respostas requerem uma análise histórica a ser feita a seguir. Antes disso, um breve parêntese.

É curioso observar que as quatro ordens de preocupação supracitadas, intimamente relacionadas por implicações mútuas, foram pensadas de maneira mais ou menos articulada no discurso das elites mudancistas. Assim, este revelou frequentemente conter uma noção implícita de estrutura social análoga à proposta aqui (uma imbricação de determinações políticas, econômicas, espaciais, e ideológico-culturais). Recorde-se, todavia, que o discurso dos agentes sociais não costuma apoiar-se sobre qualquer noção abstrata de estrutura social ou categoria afim; mas, antes, sobre sua própria vivência da conjuntura histórica que define a correlação entre as forças políticas e os processos que especificam este discurso, mudando a ênfase e o sentido dos argumentos. Logo, passemos de uma vez à história deste discurso, procurando destacar os diferentes papéis e as diferentes características que os diversos ideólogos da interiorização da sede do governo central atribuíram à capital em circunstâncias históricas distintas.

A questão da integridade territorial do Brasil foi pensada estrategicamente desde o Império: tanto a campanha do político e jornalista Hipólito José da Costa e seu *Correio Braziliense* editado em Lon-

dres, como os pronunciamentos de José Bonifácio no Parlamento Imperial; ou ainda, as epístolas de Varnhagen, pregavam a interiorização da capital, argumentando pela necessidade de povoar e explorar economicamente a região central do território, a fim de proteger a Coroa e os seus interesses contra invasores externos. A partir do período regencial até pelo menos a revolução de 1932, a tônica da estratégia de interiorização da capital passou a ser outra: controlar tendências separatistas e combater os interesses oligárquicos regionais, especialmente a dominação da oligarquia paulista, contra a qual iriam se insurgir os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal, por ocasião da revolução de 1930.

A preocupação com a defesa do Estado (i.e.: do governo) contra inimigos internos, por outro lado, também se define desde o Império. Pouco mais de dois anos após a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808, o conselheiro Antônio Rodrigues Veloso apresenta ao Príncipe Regente Dom João um documento propondo a mudança da corte para o interior do território, com os seguintes argumentos:

"É preciso que a corte não se fixe em algum porto marítimo, pois que a concorrência de muitos negociantes e das pessoas da corte bem depressa formaria uma povoação perturbada pelo luxo e excessiva carestia... O comércio e as artes [indústrias] não devem concentrar-se na corte; espalhando-se pelas províncias, concorrem para a feliz distribuição das riquezas e para o aumento da população de uma maneira conveniente; pelo contrário, os estudos mais graves, as escolas mais dificultosas e as universidades têm nas cortes o seu assento principal. E por essa razão, sem lembrar outras muitas, que a capital do Império se deve fixar em lugar são, ameno, aprazível e isento do confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas" (cit. in Joffily, 1977:23 - grifado por mim).

O desvelo proposto acima em relação à proteção da corte contra a presença concentrada de seu povo, porém, não distingue de maneira especial os governantes absolutistas seguidores do exemplo de Versalhes;

antes, tratar-se-ia de uma característica peculiar aos Estados autoritários de modo geral, especialmente em condições histórico-sociais de extrema desigualdade e, de inquietação popular (04).

Voltando ao contexto brasileiro, é curioso notar que persiste ao longo de nossa história republicana não apenas o mesmo Estado temente a seu povo; mas, inclusive, praticamente a mesma estratégia para evitá-lo. Quase os mesmos argumentos do conselheiro supracitado são reelaborados pelo discurso geopolítico, a partir da "marcha para o oeste" proclamada pelo Estado Novo, para condenar o Rio de Janeiro e propor a transferência da capital para o planalto central: a "excessiva" aglomeração humana, a presença ostensiva de favelas e mendigos, bem como, de "agitações sociais" e pressões populares; para não falar nas condições insalubres da antiga capital (v. Vesentini, 1986: 82-5) (05).

A questão da segurança do governo ainda seria retomada, sob outro prisma, pelos comunistas, condenando a interiorização da capital proposta no Programa de Metas de Juscelino Kubitschek: "Brasília abrirá uma grande era para os lobbies... O governo que se afasta para deixar à distância o grito dos desesperados e a revolta dos revoltosos, pode obter, em consequência, o afrouxamento dos laços de autoridade e comando" (cit.in Joffily, 1977: 38). Finalmente, já depois de inaugurada a nova capital, consta que o político correligionário de Kubitschek, Israel Pinheiro, quando presidente da NOVACAP, "foi contra a criação da Universidade de Brasília, sob a alegação de que a Nova Capital deveria ser uma tranquila cidade administrativa, sem a presença incômoda de estudantes e operários" (depoimento do escritor Cyro dos Anjos na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Ensino Superior de 1969, cit. in Joffily, op.cit.:39).

A despeito do depoimento compilado acima e, embora alguns autores afirmem o contrário, a presença de estudantes na capital não foi tão temida historicamente quanto a de operários (06). Ao papel de centro dirigente das capitais, costuma-se associar a necessidade de centralizar junto à sede governo as instituições superiores de pesquisa, ensino, informação e difusão cultural. Assim, "desde a Conjuração Mineira de 1789 que a idéia de mudar-se a capital do país para o interior estava ligada à fundação de uma universidade, o que é repetido nos depoimentos tomados nos 'autos da devassa'; também no 'memorial' apresentado pelo conselheiro Veloso ao príncipe regente em 1811, como nos 'apontamentos' que os deputados paulistas levaram à Corte de Lisboa em 1822: a edificação da nova capital deveria provocar a criação de uma universidade" (Joffily, 1977: 109).

Não se pode esquecer, enfim, que preocupações de ordem ideológico-cultural condenavam o Rio de Janeiro e propunham a transferência da sede de governo para o interior do país. A capital litorânea estaria sob o jugo de influências externas, de tal sorte que a opinião pública local, que pressionava diretamente o governo, não seria correspondente à opinião pública nacional que uma capital no coração do Brasil poderia representar (v. Vesentini, 1986: 84). Além disso, o Rio de Janeiro apresentava uma "atmosfera frívola" que desestimulava o trabalho de um modo geral e, especialmente, o trabalho administrativo. Por isso, a transferência da capital para o planalto central também era vista como um recurso para promover novos padrões de eficiência no serviço público [federal]" (Farret in Paviani, 1985: 18). O mais importante, contudo, é que, além da integração política e econômica, a capital interiorizada deveria promover também a integração cultural do país, congre-

gando e difundindo diversas manifestações culturais regionais numa possível síntese da "cultura nacional".

Quanto à industrialização do futuro centro dirigente nacional (i.e., da capital interiorizada), ela sempre pareceu perigosa do ponto de vista dos governantes. Desde o Império, como vimos, a instalação de indústrias na sede da corte fora desaconselhada pelo Conselheiro Velloso, preocupado com a aceleração do crescimento urbano e a "acumulação de gentes indistintas" que poderiam resultar dela. Já no contexto da implantação de Brasília, porém, esta preocupação com a segurança do Estado ou a "estabilidade dos poderes constituídos", ainda presente, entrava em contradição com os objetivos econômicos estatais de desenvolvimento regional, definidos sob o governo Kubitschek.

Agudizada pelos próprios efeitos tardios da modernização desenvolvimentista, e ampliada pelo modelo de desenvolvimento tecnocrático-autoritário associado ao capital industrial e financeiro multinacional, esta contradição se revelaria mais claramente ainda nos anos setenta, nas quatro Exposições de Motivos aprovadas pela Presidência da República - Em's 004 (1975), 115 (1977), 060 (1978), 025 (1979) - que esclarecem e justificam as diretrizes do programa Especial para a Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB): os objetivos centrais estabelecidos pelo programa são conflitantes entre si. O primeiro deles, a "preservação do caráter político-administrativo e cultural da capital do país", é entendido como a manutenção do caráter terciário da economia do DF a partir da exclusão de outros setores, especialmente o secundário, temido por seu efeito indutor sobre as migrações internas e o crescimento urbano. Este objetivo entra em choque com o segundo: a "estruturação de Brasília como pólo de desenvolvimento da região Cen-

tro-Oeste", que dificilmente se concretizaria sem o concurso do setor industrial e do setor agrícola. Conforme sugerem Cordeiro e Kohlsdorf (1985), as contradições implícitas nestas EM's são parcialmente responsáveis pelos impasses que têm marcado a definição de uma política de expansão urbana e ocupação territorial para o DF.

Ante às digressões anteriores, pode-se concluir que, de um modo geral, a construção do centro dirigente nacional foi projetada de modo inequivocamente autoritário pelas elites de nossa história: foi pensada como a edificação da capital de um Estado apartado da sociedade civil e temeroso do "povo" de seu país. Passemos, assim, à questão das causas da implantação de Brasília a partir da segunda metade dos anos cinquenta, examinando as condições histórico-sociais que propiciaram a sua fundação neste período.

Todos os projetos de interiorização da capital brasileira arrolados acima demandavam uma primeira condição essencial, o povoamento da região central, sem o qual tornar-se-iam inócuas as preocupações com a defesa do território e a integração e exploração econômica do *hinterland* do país. Ao mesmo tempo, porém, o povoamento da região era um dos principais resultados esperados da interiorização, e seria impraticável sem o desenvolvimento mínimo de uma economia regional preliminar.

As condições acima começam a surgir apenas na década de cinquenta, quando iniciou-se um movimento acelerado de urbanização e de expansão da fronteira agrícola em direção ao Brasil central. A taxa anual de crescimento urbano do país nesta década foi de 7,38%, enquanto a taxa de crescimento da população total foi de apenas 3,16% (Farret, 1985:23). Tornando-se, desde o início deste período a nova fron-

teira agrícola do país, a região Centro-Oeste, com uma imensa área sub-povoada, apresentaria (como também nas décadas seguintes) os mais altos índices de crescimento urbano do país, com destaque para os centros urbanos de pequeno porte (v. Tabelas 3 e 4). Este movimento de ocupação demográfica e econômica da região Centro-Oeste deve ser visto como um momento de um longo processo de integração do mercado interno nacional desencadeado pela industrialização de São Paulo, cujo coroamento estaria na fundação de Brasília.

O impulso industrial de São Paulo na primeira metade do século originou, pela primeira vez em nossa história econômica, um sistema cujo centro dinâmico passa a ser o mercado interno, gerando uma divisão territorial do trabalho a nível nacional entre regiões basicamente especializadas na produção de bens primários (Norte, Nordeste, e Centro-Oeste), uma região de economia mais ou menos "equilibrada" (sul) e, uma região de economia essencialmente industrial (sudeste) - divisão posteriormente abalada pelo desenvolvimento da agricultura mecanizada na região mais industrializada (v. Vesentini, 1986:15-23). Paralelamente ao processo de integração econômica do território nacional, surge a questão dos desequilíbrios regionais. Neste contexto, amplia-se a agenda do sistema político brasileiro; que, a partir do início da década de cinquenta, passa a incluir uma política territorial (v. Farret, 1985: 18-25). Esta deveria incluir o povoamento do Brasil central e da Amazônia (para a qual criou-se em 1953 a SPVEA, substituída mais tarde pela SUDAM); uma intervenção corretiva no Nordeste, visto como região-problema, com a criação da SUDENE em 1959; e, enfim, a construção de Brasília para consolidar a integração econômico-territorial. A nova capital surge, portanto, no bojo deste processo, que realimenta

TABELA 3

Brasil - Taxas de crescimento da população urbana
em cidades de 20.000 ou mais habitantes por região (1950-1980)

Regiões	Períodos			
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1950-1980
Norte	5,87	6,56	7,25	6,65
Nordeste	5,64	5,89	4,73	5,42
Sudeste	5,99	5,53	4,19	5,23
Sul	8,92	5,57	6,23	6,90
Centro-Oeste	9,46	10,86	8,26	9,52
Brasil	6,31	5,77	4,83	5,64

Fonte: Faria, V. (1984:128)

TABELA 4

Brasil - Taxas de crescimento da população urbana
em cidades de 20.000 ou mais habitantes por classes de tamanho
(1950 -1980)

Períodos	Classes de Tamanho (em mil habitantes)				
	20-50	50-100	100-500	+500	TOTAL
1950-1960	6,21	4,18	7,55	6,50	6,31
1960-1970	5,63	4,04	8,48	4,83	5,77
1970-1980	4,50	5,86	5,44	4,24	4,83
1950-1980	5,45	4,69	7,15	5,19	5,64

Fonte: Idem

e redimensiona, não sendo sua construção neste período um mero produto da "determinação inabalável" do presidente Kubitschek, seu fundador.

Examinados o sentido e as causas da criação de Brasília, só nos resta avaliar as consequências políticas desta iniciativa governamental.

Para o país como um todo, o principal efeito político da transferência da capital para Brasília foi distanciar a sede de governo da pressão direta das massas populares, uma vez que a estrutura espacial da capital planejada dificulta o acesso diário do povo à Praça dos Três Podêres e a Esplanada dos Ministérios (v. cap. seguinte). Para a população da capital, porém, as consequências foram bem mais profundas; pois, "Brasília como representação e instrumentação do Estado precede a sociedade civil e sua fundamentação crucial, o mercado" (Schmidt, 1985:32).

Ou seja, todo o processo econômico descrito acima não chegou a criar uma economia local na área onde seria instalado o DF (o Quadrilátero Cruls), senão na região mais ampla. Assim, a precedência do Estado sobre a sociedade civil na capital coloca a sua população numa situação desprotegida face às políticas estatais para o DF. A ruptura desta situação de passividade e a emergência de uma situação de efetiva participação política fica dependendo, assim, do desenvolvimento da sociedade civil local, com o surgimento de lideranças e associações enraizadas na comunidade e reconhecidas como interlocutores legítimos desta junto ao Estado. E aqui entramos na questão da cidadania política dos habitantes da capital federal.

3 - Federalismo e Cidadania Política na Capital

Falar em cidadania implica necessariamente situar um conjunto determinado de cidadãos em relação a um marco intitucional específico. Assim, buscamos demonstrar aqui como a cidadania política da população domiciliada no DF passa por contradições que estão vinculadas institucionalmente ao sistema federativo, cuja correta compreensão exige, mais uma vez, uma abordagem histórico-comparativa de suas origens e de sua evolução, partindo de seu nascedouro: o federalismo estadunidense e a doutrina do "território neutro". O mérito desta abordagem é demonstrar que, apesar de bem definido, este "invólucro institucional" que cerca os Distritos Federais não está acabado: não se pode vê-lo como "um invólucro lacrado, que, de certa forma, condena irremediavelmente as suas populações e os seus povos a uma atitude passiva" (depoimento de Paulo Timm in Teixeira - org., 1986:191). Ao contrário, ele está permanentemente sujeito a mudanças conjunturais em virtude de variações na correlação de forças entre os agentes políticos e seus projetos. Neste sentido, a pesquisa revelou-nos que, enquanto todo o país e a própria Federação passam atualmente por uma completa revisão institucional, os cidadãos da capital estão questionando e propondo redefinir institucionalmente a configuração jurídica e política do DF.

Antes de entrarmos em considerações históricas, é necessário precisar melhor o que representa a doutrina do território neutro para o federalismo. Esta doutrina surgiu da consideração de que, no âmbito de uma República Federativa, estabelecer a sede do governo federal no interior de um dos Estados-membros significa privilegiar este Estado, garantindo-lhe uma vantagem econômica em relação aos demais: equivale

a torná-lo um "receptáculo de rendas que são drenadas do conjunto da nação na forma de impostos, de taxas, enfim, de funções fiscais que se depositam neste espaço através do pagamento das funções do governo [central] naquela área ..." (idem, p. 192).

Ora, a existência de um tal privilégio fere frontalmente o princípio fundamental do federalismo: a igualdade dos Estados-membros perante a Federação. Por isso, a invenção do federalismo trouxe consigo a doutrina do território neutro; pois, "a existência de um lugar neutro, no qual nenhum dos Estados-membros se beneficia com as vantagens da localização do governo central, é o meio através do qual se procura aprofundar esse princípio de equidade diante da Federação" (ibid.). Contudo, a doutrina é em si mesma contraditória, uma vez que "castra-se a substância federativa de um território [ou seja, sua autonomia política] para que a substância federativa do conjunto, menos aquele espaço, se realize" (ibid.). Trocando em miúdos, a cassação da autonomia política de determinado ponto do território significa uma castração da cidadania política dos cidadãos que ali vivem. Vejamos como surge e se desenvolve historicamente esta contradição a partir do exemplo pioneiro de Washington.

Inaugurada em 1800, Washington é o primeiro exemplo histórico de uma cidade planejada e construída especialmente para abrigar a sede de um governo nacional, tendo como função precípua o papel de capital político-administrativa do país (07), fenômeno que se repetiria no século XX com a fundação das capitais da Austrália (Canberra, inaugurada em 1927), do Paquistão (Islamabad, em lento e prolongado processo de construção) e do Brasil em 1960. A construção de uma sede permanente para o governo federal já estava prevista na Constituição

estadunidense, promulgada em 1787, pela qual caberia à União adquirir uma área que não excedesse a dez milhas quadradas a ser destinada para este fim, cuja jurisdição ficaria sob exclusiva competência do Congresso. Mas, enquanto não se determinou o sítio definitivo da futura capital, o Congresso Federal (o poder forte do sistema de governo estadunidense, não obstante o Executivo presidencialista) foi provisoriamente instalado em diversas cidades da região que hoje representa o nordeste dos EUA, como Filadelfia, Baltimore, Lancaster, York, Princeton, Trento, Annapolis, e Nova York. A localização definitiva da capital foi motivo de controvérsias entre os Estados industriais do norte e os Estados agrário-escravagistas do sul. Negociada entre Thomas Jefferson e Alexander Hamilton, a escolha do sítio definitivo só foi decidida em 1791 pelo presidente George Washington, que indicou uma comissão para demarcar uma área nas proximidades do rio Potomac, entre os Estados de Maryland e Virgínia, cuja delimitação final iria abranger as cidades de Georgetown e Alexandria, previamente localizadas no território daqueles respectivos Estados (08).

A questão da autonomia política de Washington passou por muitos reveses. Apesar da determinação constitucional de jurisdição exclusiva do Congresso Nacional sobre a capital e seu território, acabaria prevalecendo parcialmente a posição, defendida por Madison em The Federalist Papers, de ratificar a Constituição para dar aos cidadãos do que seria o "Distrito Federal" o direito de auto-governo. Assim, em 1802 o Congresso renova as Cartas Municipais de Georgetown e Alexandria, colocando-as sob jurisdição da lei de seus respectivos Estados (salvo eventuais determinações em contrário do poder legislativo fede-

ral), e, promulga a Carta de Washington, pela qual a cidade seria governada por um prefeito nomeado anualmente pelo presidente da República, juntamente com um Conselho Municipal ("City Council") eletivo, dividido em duas câmaras. Em 1812, a Carta de Washington é modificada para investir os conselheiros municipais do poder de eleger o prefeito. Nova modificação em 1820 transfere este direito aos cidadãos proprietários e brancos. Alexandria volta a fazer parte do território de Virgínia em 1846. Dois anos depois, uma nova Carta Municipal é aprovada, extendendo aos brancos não proprietários o direito de eleger o prefeito de Washington. Somente dezenove anos depois os negros iriam conseguir o mesmo direito. Em 1871 são extintas as Cartas Municipais de Washington e Georgetown pela criação do Distrito de Columbia, cujo governo passa a ser unificado. Neste, o "prefeito", seu secretariado e o Conselho de Governo seriam indicados pelo presidente, devendo passar por aprovação do Senado; enquanto seria dado aos cidadãos do D.C. o direito de elegerem os vinte e dois membros de uma câmara baixa, bem como, um representante para o Congresso.

Todavia, mal nascido ainda, o governo distrital passa por uma crise financeira causada por gastos desmesurados e supérfluos com a cidade, que, juntamente com a crescente hostilidade à eleição de representantes negros para o Conselho de Governo, terminaria por levar à extinção do sistema de prefeitos de Washington D.C. já em 1874, quando o Congresso institui um sistema onde o governo passa a ser exercido por uma comissão de três membros indicados pelo presidente. Este sistema seria regulamentado para tornar-se "definitivo" em 1878, mas somente em 1929 seria promulgado um Código de Leis completo para o Distrito de Columbia. Todavia, após longo período de estabilidade, o go-

verno do Distrito de Columbia passaria por novas modificações institucionais nos anos sessenta. Com a 23a. Emenda à Constituição, aprovada em 1961, os cidadãos de Washington ganharam o direito de votar em eleições presidenciais, exercendo-o pela primeira vez no pleito de 1964(!). Três anos depois, nova modificação na legislação extingue o sistema de triunvirato para o poder executivo do governo distrital, que volta a ser exercido por um prefeito indicado pelo presidente. Finalmente, no natal de 1973, o presidente Nixon sanciona uma lei que concede aos cidadãos da Capital o direito de elegerem o prefeito, juntamente com os membros do City Council.

Examinando a história de Washington D.C., verifica-se que, no contexto estadunidense, a contradição inerente à doutrina do território neutro provocou oscilações político-institucionais quanto ao grau de autonomia política da capital desde a sua fundação no início do século passado até os anos setenta do presente. Uma oscilação marcada, de um lado, pelo esforço federal (encabeçado pelo Congresso) de limitar a cidadania política dos cidadãos da capital, e, de outro, pela luta destes mesmos cidadãos para ampliar seus direitos políticos e dotar de legitimidade o poder executivo distrital. Sob pressão da sociedade civil de Washington o governo federal acabou aceitando a tese contraditória da plena autonomia política do território neutro (09). Vejamos como esta contradição vem se desdobrando no contexto brasileiro.

É sabido que a nossa cultura política não herdou da estadunidense nem a estabilidade institucional, nem tampouco a proeminência do Poder Legislativo Federal. Todavia, a organização político-institucional da nossa República segue nitidamente o sistema dos EUA. Além de

termos nos constituído em República Federativa governada pelo sistema presidencialista, nossa primeira Constituição republicana também estabelecia a construção de uma nova cidade para ser a capital federal, chegando mesmo a designar previamente uma localização específica para ela: o planalto central. Por conseguinte, nossa adesão ao federalismo também iria trazer ao Rio de Janeiro as contradições do território neutro, incluindo uma grande oscilação institucional.

A constituição de 1891 estabelecia que, enquanto não fosse construída a nova capital da República, a cidade do Rio de Janeiro passaria a formar o Distrito Federal, regido por uma lei orgânica (LO) a ser votada pelo Congresso. Em vinte de setembro de 1892 é promulgada a primeira Lei Orgânica do Distrito Federal, estabelecendo que a capital seria governada por um prefeito nomeado pelo presidente da República e um Conselho Municipal. Uma segunda versão aparece com a Lei n 196, de 18 de janeiro de 1936. Mas, já no ano seguinte, em consequência do golpe de Estado de Getúlio Vargas e da Constituição autoritária do Estado Novo, é outorgada pelo decreto-lei n 96, de 22 de dezembro de 1937 uma nova LO para o DF. Deposto Vargas e encerrado o Estado Novo com a promulgação da Constituição de 1946, o Congresso estabelece o retorno da segunda LO através da Lei n 30 de 27 de fevereiro de 1947). Entretanto, a realidade do país e da capital já não era mais a mesma, de modo que no ano seguinte, excluindo-se a legislação de exceção, é promulgada a terceira Lei Orgânica do DF (lei n 217 de 15 de janeiro).

Embora tenha passado por quatro códigos distintos (inclui-se aquele outorgado pela ditadura Vargas), a legislação que regulamentava o governo do antigo DF não sofreu, contudo, qualquer alteração no que

tange à cidadania política dos cidadãos da capital. Durante o período em que o Rio foi Distrito Federal, que vai até a criação do Estado da Guanabara juntamente com a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960, a antiga capital federal teve 43 prefeitos, dos quais 28 foram nomeados regularmente, 8 interinos, 6 interventores federais, e apenas um eleito: Pedro Ernesto Batista, um antigo interventor que "governou" a cidade cerca de um ano entre o longo período de intervenção que vai de 1930 a 1945, conforme descrito na tabela abaixo.

PREFEITOS DO ANTIGO D.F. E GOVERNADORES DO ESTADO DA GUANABARA. (1892 - 1958)

<i>Posse</i>	<i>Nome</i>	<i>Cargo</i>	<i>Posse</i>	<i>Nome</i>	<i>Cargo</i>
PREFEITOS			PREFEITOS		
3-12-1892	Alfredo Augusto Vieira Barcelos	P	7- 6-1920	Carlos César de Oliveira Sampaio	P
17-12-1892	Cândido Barata Ribeiro	P	16-11-1922	Alaor Prata Leme Soares	P
26- 5-1893	Antônio Dias Ferreira	PI	15-11-1926	Antônio Prado Júnior	P
27- 6-1893	C. ^o Henrique Valadares	P	24-10-1930	Adolfo Bergamini	IF
1- 1-1895	Francisco Furquim Werneck de Almeida	P	21- 9-1931	C. ^o Julião Estêves	IF
16-11-1897	José Joaquim da Rosa	PI	30- 9-1931	Pedro Ernesto Batista	IF
25-11-1897	Ubaldo do Amaral Fontoura	P	2-10-1934	Augusto do Amaral Peixoto	IF
17-11-1898	Luís Van Erven	PI	7- 4-1935	Pedro Ernesto Batista	PE
31-12-1898	José Cesário de Faria Alvim	P	4- 4-1936	Cônego Olímpio de Melo	IF
23- 5-1899	Honório Gurgel do Amaral	PI	11-11-1937	Henrique de Toledo Dodsworth	IF
1- 2-1900	Antônio Coelho Rodrigues	P	3-11-1945	José Filadelfo de Barros Azevedo	IF
6- 9-1900	João Filipe Pereira	P	2- 2-1946	Hildebrando de Araújo Góis	P
11-10-1901	Joaquim Xavier da Silveira	P	16- 6-1947	Gen. Ângelo Mendes de Moraes	P
27- 9-1902	Carlos Leite Ribeiro	PI	24- 4-1951	João Carlos Vital	P
30-12-1902	Francisco Pereira Passos	P	12-12-1952	C. ^o Dulcídio do Espírito Santo Cardoso	P
16-11-1906	Gen. Francisco Marcelino de Sousa Aguiar	P	4- 9-1954	Alim Pedro	P
24- 7-1909	Gen. Inocêncio Serzedelo Correia	P	17-11-1955	Eitel de Oliveira Lima	PI
16-11-1910	Gen. Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro	P	2-12-1955	Francisco de Sá Lessa	P
16-11-1914	Rivadavia da Cunha Correia	P	22- 3-1956	Francisco Negrão de Lima	P
6- 5-1916	Antônio Augusto de Azevedo Sodré	PI	8- 7-1958	José Joaquim de Sá Freire Alvim	P
15- 1-1917	Amaro Cavalcanti	P	GOVERNADORES		
16-11-1918	Manuel Cicero Peregrino da Silva	PI	21- 4-1960	José Sette Câmara	GP
23- 1-1919	André Gustavo Paulo de Frontin	P	5-12-1960	Carlos Frederico Werneck de Lacerda	GE
29- 7-1919	Milciades Mário de Sá Freire	P	5-12-1965	Francisco Negrão de Lima	GE

NOTAS: P - Prefeito; PI - Prefeito Interino; PE - Prefeito Eleito; IF - Interventor Federal; GP - Governador Provisório; GE - Governador Eleito.

FONTE: ENCICLOPÉDIA BARSA, VOL. 7, p.166, ENC. BRITANNICA Eds, 1968.

Em Brasília o caso foi ainda mais grave: a cidade nunca teve representação política de qualquer espécie (10) até a Emenda Constitucional n.º 25, votada a 15 de maio de 1985 - o primeiro ato político significativo, embora parcial, de remoção do "entulho autoritário" pela "Nova República" - que, entre outras medidas, concedeu ao DF a prerrogativa de eleger oito deputados federais, e três senadores. Até então, o DF era administrado por um governador indicado pelo presidente da República, juntamente com a Comissão do Senado para o DF, a quem competia legislar sobre matérias de ordem tributária e orçamentária, entre outras atribuições específicas, influenciando sobre a estrutura dos serviços públicos e a política de pessoal da administração local.

Retrocedendo historicamente, percebe-se que esta total cassação da cidadania política dos cidadãos estabelecidos no DF foi resultado de uma exacerbação do centralismo político brasileiro em torno do poder executivo, tradicionalmente crescente em nossa história, salvo ligeiras oscilações descentralizantes. Em 1959, o Poder Executivo Federal já apresentava iniciativa no sentido de cassar a autonomia política do DF, através do documento "Medidas Legislativas sugeridas à Comissão Mista pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores", onde se propunha a eliminação completa do poder político local, sob o argumento da "grande inconveniência da coexistência entre a autoridade federal e a local na Capital Federal, uma inconveniência que se traduz num conflito permanente entre duas tendências opostas destes interesses; isto é, entre o centralismo federal e a autonomia municipal" (citado in Holston, 1986:386). O documento ainda acrescenta outros argumentos para tanto: uma vez que o Governo Federal seria a maior fonte de renda e de empregos na capital, a autonomia do governo do DF esta-

ria ameaçada por um clientelismo exacerbado, bem como, sujeita a ser instrumento ou objeto de retaliações motivadas por eventuais inimizades políticas entre os mandatários de ambos; para não mencionar o argumento clássico da "necessidade" que teriam os governos centrais de "tranquilidade para governar" (ibid.).

Submetidas à votação do Congresso, porém, as medidas referidas acima foram aprovadas em versão bem menos "radical": conhecida como

"Lei San Thiago Dantas", a lei n 3.751 de 13 de abril de 1960 não permitia a representação parlamentar no DF e, estabelecia que o prefeito seria indicado pelo presidente da República ; mas, autorizava em contrapartida a eleição de um Conselho Municipal com poderes legislativos, composto por vinte membros. Porém, Holston (1986:387 - traduzido por mim) nos recorda que "vários dispositivos desta lei comprometiam severamente e anulavam de fato o escopo aparente desta representação [local]"; pois, "o poder de veto do prefeito indicado reduzia significativamente o poder e a autonomia do Conselho". Além disso, "embora a lei tenha entrado em vigor desde sua promulgação em abril de 1960, ela estabelecia que o Conselho não seria eleito até outubro de 1962" (ibidem).

Mas isto não é tudo; pois, conforme a apropriada conclusão de Holston, "a versão mais radical" é que teria "triunfado ulteriormente", uma vez que, "por razões que permanecem sem esclarecimento, as eleições de 1962 nunca foram realizadas" (ibid.). O governo federal não só agiu ilegalmente ao deixar de promover as eleições no DF, como criou e aparelhou sub-prefeituras em cada cidade-satélite, cada qual com seu sub-prefeito indicado e submetida à mesma hierarquia burocrática que incluía um Dept de Sub-Prefeituras. Esta estrutura adminis-

trativa seria posteriormente alterada com a lei n 4.545 de dezembro de 1964, que transforma o sistema de prefeitura e sub-prefeituras de Brasília no Governo do Distrito Federal, cuja administração é subdividida nas atuais oito regiões administrativas e, cujo governador permanece como indicação presidencial. Além disso, outra modificação é digna de nota: a legislação básica para o DF deixou de ser, como era antes da inauguração da nova capital, uma prerrogativa de uma "Comissão Mista (composta por deputados e senadores), passando a prerrogativa exclusiva de uma comissão ainda mais restrita, composta apenas por membros do Senado. Infelizmente, o art. n 16 , parágrafo segundo, das Disposições Transitórias da Constituição recém-promulgada mantém no Senado a mesma prerrogativa até que seja instalada a Câmara Legislativa do DF.

Com a promulgação da nova Constituição no dia 5 de outubro de 1988, a autonomia política do DF foi ampliada significativamente: os "brasilienses poderão eleger o governador , o vice-governador, e os membros de uma Câmara Legislativa do DF. Somadas à representação política no Congresso anteriormente obtida, pretende-se que estas conquistas tenham dotado o DF de autonomia política plena, daí o paragrafo primeiro do artigo 32 da nova Carta estabelecer que "ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e municípios". Entretanto, como este artigo também veda a divisão do DF em municípios, a situação jurídico-institucional desta unidade da Federação permanece inteiramente peculiar. Não se trata de um Estado composto de municípios, embora haja uma Câmara Legislativa do DF composta de Deputados Distritais análoga às Assembléias Legislativas Estaduais; nem, tampouco, de um grande município subdividido em

distritos, pois o poder executivo do DF é exercido por um "governador" auxiliado por "administradores regionais" por ele indicados para administrar as cidades-satélites - que, por sua vez, são núcleos urbanos sem autonomia municipal - e respectivas adjacências. O mesmo artigo ainda estabelece que o DF "reger-se-á por lei orgânica...aprovada por dois terços da Câmara Legislativa...atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição".

Ora, o que a última ressalva significa é que a soberania da Câmara Legislativa do DF terá seu limite previamente fixado pela soberania da própria Constituição ; ou seja, especificando melhor, pelo item do artigo 32 que estabelece como "vedada" a divisão do DF em municípios. Não se trata de defender aqui, sem maiores reflexões, quaisquer propostas de "autonomia plena" que contemplem a municipalização indiscriminada das cidades-satélites, conforme muitas das proposições defendidas por interlocutores das mais diversas tendências político-ideológicas no debate político e acadêmico sobre o assunto na capital (entre os quais incluem-se candidatos ao Congresso Constituinte entrevistados por nós), como será visto no próximo item. Trata-se de ver que os Deputados Distritais praticamente perderam a chance, p. ex., de transformar em município uma cidade como Taguatinga.

Dotada de uma estrutura social mais dinâmica e diversificada que as demais satélites (as quais não passam de "cidades-dormitório"), num espectro social que, além de camadas "proletárias" e "pequeno burguesas", inclui uma pequena classe média de formação universitária e segmentos empresariais ligados ao capital comercial, Taguatinga movimenta uma economia que gera uma renda própria considerável. Ademais, a cidade enfrenta problemas complexos de crescimento urbano acelerado, ten-

dendo a formar uma grande conurbação com o aglomerado de Ceilândia. Por tudo isto, a municipalização desta cidade-satélite nos parece justificável e justa para os seus habitantes. Quanto à oportunidade da municipalização das demais satélites, se hoje ela nos parece imprópria em face da dependência econômica da União, é bom lembrar que o quadro atual do DF não pode ser visto como definitivo, estando sujeito inclusive a mudanças socio-econômicas profundas a depender de "n" fatores e circunstâncias político-sociais.

Assim, a despeito dos novos dispositivos que ainda estão por vir com a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal pela primeira Câmara Legislativa do DF, o grau de autonomia política de Brasília (lato senso) já não é de todo uma questão "em aberto". Contudo, as possibilidades de ampliação da cidadania política dos cidadãos da capital ainda não foram esgotadas; pois, o artigo terceiro das Disposições Transitórias prevê que seja feita uma revisão constitucional cinco anos após a promulgação da nova Carta. Assim, nada impede que se altere o artigo 32 (Título III, Cap.IV, Seção I), suprimindo a impossibilidade de dividir o DF em municípios. Ora, trata-se de uma modificação plausível, uma vez que a própria forma e o sistema de governo brasileiros ainda podem sofrer uma redefinição, conforme o resultado do plebiscito marcado para o dia 7 de setembro de 1993, pelo qual se decidirá se o Brasil adota ou não a monarquia (sic.) e o parlamentarismo.

Pois bem, até aqui vimos demonstrando como o papel de capital político-administrativa de Brasília tem afetado seu desenvolvimento econômico (inibição deliberada da atividade industrial) e a cidadania política de seus habitantes. Restaria ver, ainda, como este papel tem

agido sobre a ocupação territorial e o desenvolvimento da identidade cultural entre os habitantes, conforme proposto no início deste capítulo. Entretanto, restringirêmo-nos apenas a algumas indicações, uma vez que os próximos três capítulos desenvolvem ambos os temas de maneira articulada à questão do planejamento urbano e regional da capital.

No que diz respeito à ocupação territorial urbana do DF, estruturada como um aglomerado poli-nuclear disperso no qual as cidades-satélites estão separadas do Plano Piloto por grandes áreas vazias - a distância média entre as últimas e o primeiro é de 28,5 km² (v. Tabela 2, p. 69) - é preciso considerar que a responsabilidade maior pelo modelo implantado e seu elevado custo social (aumento do custo do transporte coletivo, da moradia, e do tempo gasto no deslocamento para o trabalho) deve ser creditada ao GDF. Basta analisar a história da criação das cidades-satélites para verificar isso.

A expansão destes aglomerados periféricos chamados cidades-satélites iniciou-se antes mesmo da inauguração de seu centro, o Plano Piloto. Sem contar com os núcleos urbanos pré-existentes (Planaltina e Brazlândia), este movimento começou com a fundação de Taguatinga em 5 de julho de 1958, acentuando-se nas décadas seguintes com a fixação do Núcleo Bandeirante, a implantação de quatro outras cidades e a projeção de mais outra (Samambaia). Entre 1970 e 1975, a população do DF cresceu 68,8% , enquanto o incremento populacional do Plano Piloto ficou em apenas 3,6% (dados compilados por Gonzales in Paviani - org, 1985: 83). Esta expansão eminentemente periférica da população urbana do DF não foi, assim, resultado de uma saturação do Plano Piloto, como se propunha no planejamento inicial da nova capital, pois o núcleo

TABELA 6

Distrito Federal

População Urbana Recenseada e Estimada

1960, 1970, 1980 e 1988

Localidade	1960		1970		1980		1988	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
P.Piloto(1)	68.655	54,0	236.477	45,8	310.701	27,3	443.585	25,9
Guará	-	-	24.392	4,7	82.482	7,2	140.709	8,2
N.Bandeirante	21.033	16,5	11.133	2,2	17.477	1,5	23.113	1,4
Guama	-	-	71.556	13,8	132.726	11,7	182.173	10,7
Taguatinga	26.111	20,5	106.320	20,6	192.999	17,0	262.029	15,3
Brazlândia	-	-	9.546	1,8	19.144	1,7	27.202	1,6
Sobradinho	8.478	6,7	38.988	7,5	62.980	5,5	82.288	4,8
Planaltina	2.917	2,3	18.484	3,6	39.964	3,5	56.491	3,3
Ceilândia	-	-	-	-	280.362	24,6	492.947	28,8
D.F.	127.204	100	516.896	100	1.138.835	100	1.710.537	100

fontes: a. Recenseamentos Gerais 1960, 1970, 1980- FIBGE, R. de Janeiro.

b. Estimativa 1988: CODEPLAN, 1987, Brasília.

(1) Inclui os bairros Cruzeiro Novo e Cruzeiro Velho.

central continuaria mantendo um saldo negativo em relação à população de 500 mil habitantes prevista para a sua saturação (11): "dados de 1976 ...permitiam estimar em 49% as áreas desocupadas nas duas asas do Plano Piloto e, em mais de 90% o número de lotes vazios nos setores de mansões" (ibidem). Dados censitários e projeções mais recentes indicam, outrossim, a permanência deste saldo negativo: de acordo com o Censo demográfico de 1980, o Plano possuía 310 mil habitantes aproximando-se dos 400 mil nas estimativas para 1985 (v. Tabela 6).

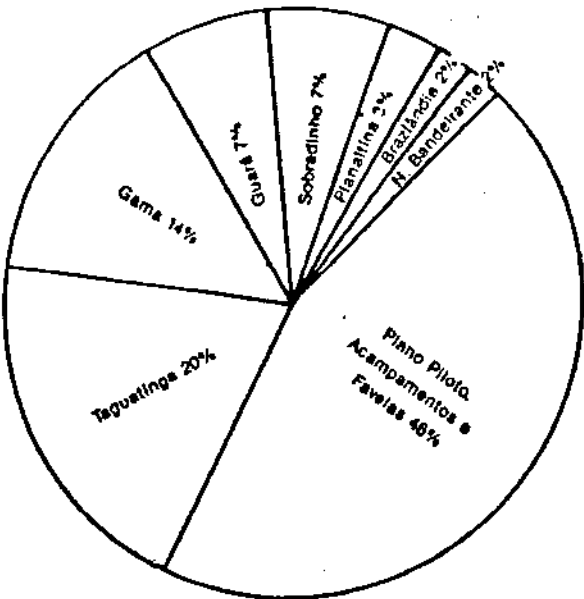
O quadro acima permite-nos concluir que "o próprio Governo do Distrito Federal induziu a este tipo de ocupação dispersa e periférica, promovendo a ocupação prematura das cidades satélites (...)" (Gonzales, op.cit.:83 - grifado pela autora). Atendendo às expectativas do governo federal quanto ao caráter da capital, o governo local teria fomentado, por assim dizer, uma estratégia de "desconcentração precoce" da população urbana, tendente a "ênfatizar a ocupação dos espaços periféricos em detrimento da ocupação do Plano Piloto" (ibid.). Os dados censitários representados na Figura 4 refletem o resultado concreto desta estratégia, enquanto as estimativas da mesma indicam que a tecnocracia do GDF prevê a sua persistência. Afinal, a proteção à capital, leia-se Plano Piloto, está arraigada nos grupamentos dominantes que fazem dele a sua sede.

Quanto aos reflexos da organização político-institucional do DF sobre a identidade cultural dos habitantes da capital, eles se mostraram nitidamente na pesquisa: como veremos a partir do próximo item, a maior parte de nossos entrevistados hesita entre, por um lado, ver o conjunto Plano Piloto/cidades satélites sob uma identidade sociocultu-

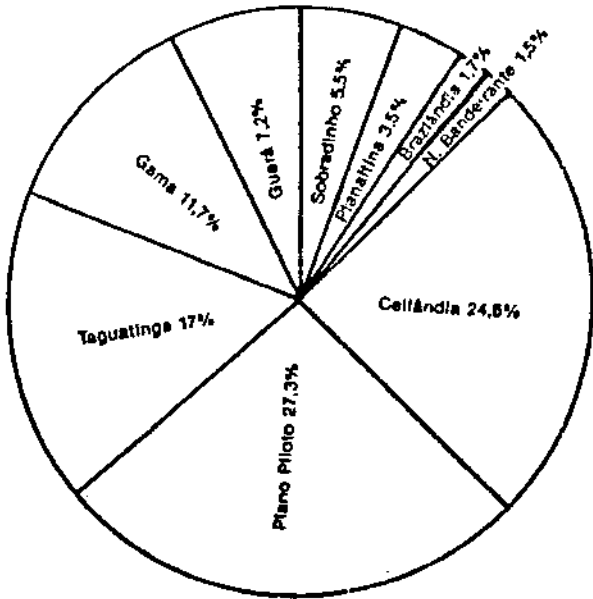
Figura 4
Brasília
Distribuição da população urbana

Censos

1970

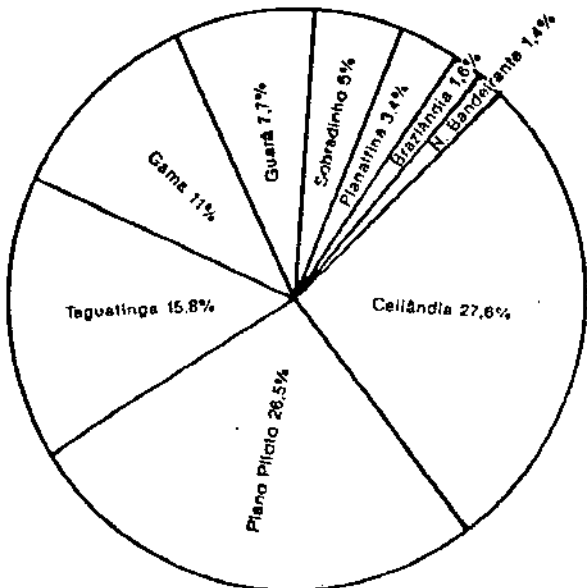


1980

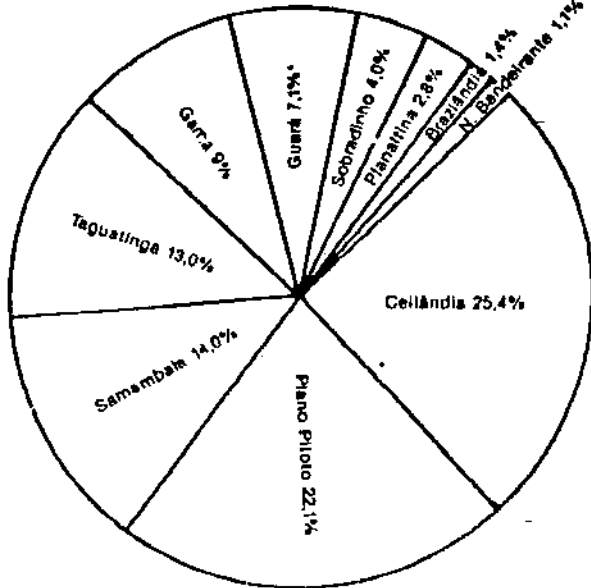


Estimativas

1985



1995



ral (inclusive jurídico-institucional) comum que diz respeito a "Brasília" entendida como o conjunto do DF; e, por outro, buscar uma identidade cultural específica para as cidades satélites.

Traçada as injunções políticas da cidade-capital sobre diversos aspectos do DF, resta ver de que maneira elas se mostraram refletidas sobre o discurso de agentes sociais determinados e seus projetos para a reformulação de Brasília balizados pela conjuntura política definida após a "Nova República".

4 - A Capital em Questão: projetos e argumentos para sua reestruturação político-institucional

Embora a nova Constituição tenha limitado a soberania da futura Câmara Legislativa do DF para elaborar a lei orgânica que vai reger o governo distrital, vedando a municipalização, o perfil institucional desta unidade da Federação singular ainda se encontra por definir. O caráter da Câmara do DF, vagamente assemelhado ao das Assembléias Legislativas Estaduais, poderá ser redefinido por ela própria. Os membros desta câmara, que, pelas regras estabelecidas na Constituição atual serão eleitos em 1990 (12), poderão estabelecer na Lei Orgânica do DF um critério de representatividade diferente para os futuros membros desta casa: a cada cidade-satélite e ao P. Piloto, p.ex., caberia um número mínimo de representantes, as vagas restantes sendo preenchidas por critérios de proporcionalidade em relação à população de cada núcleo urbano do DF, ou ao número de votos dos candidatos. Não se trata de mera especulação, uma vez que propostas neste sentido estiveram presentes no projeto político de alguns dos candidatos ao Congres-

so Constituinte pelo DF entrevistados por nós (Hélio Doyle e Ferreira de Castro), como também, em projeto de lei apresentado pelo deputado Francisco Carneiro (PMDB/DF) à subcomissão do DF na Assembléia Constituinte.

Outro ponto em questão que deverá merecer a atenção dos futuros constituintes da capital, com boas chances de entrar na futura lei orgânica do DF, é a eleição direta dos administradores regionais das cidades-satélites. Além de constar no projeto político de quatro dos oito candidatos ao Congresso Constituinte entrevistados por nós, trata-se de uma proposta de inegável apelo popular .

Finalmente, não se pode esquecer que a própria municipalização vedada pela constituição poderá vir à tona em 1993. De acordo com as Disposições Transitórias da nova Carta, neste ano deverá haver não apenas uma revisão constitucional, mas também, um plebiscito cujo resultado, no caso pouco provável de ser consagrada a monarquia como forma de governo do país, pode colocar em cheque o federalismo e a doutrina do território neutro (13). A esta altura, os representantes de Brasília no Congresso Nacional e os membros da Câmara Legislativa do DF já estariam no terceiro ano de seus mandatos. Os primeiros poderiam empenhar-se no sentido da supressão do item do artigo 32 da Constituição que veda a divisão do DF em municípios; enquanto os últimos, por sua vez, esforçariam-se para adaptar a Lei Orgânica do DF à possibilidade de municipalização.

Para avaliar as possibilidades acima, deixando o terreno da pura especulação, cumpre observar de que maneira o DF e sua autonomia política têm sido vistos pelos segmentos recentemente engajados na política em Brasília. Isto será feito agora com base, principalmente, nas

respostas dadas pelos oito candidatos ao Congresso Constituinte entrevistados por nós (v. perfis no Anexo IV, p. 436) às duas questões apresentadas a seguir: 1) Em sua opinião, existe no DF um conflito entre o interesse local e o interesse federal?; e, 2) Qual deve ser o grau de autonomia política do DF? As mesmas questões foram apresentadas a dois líderes sindicais de Brasília em contexto político distinto, logo após a promulgação da nova Constituição, onde a segunda buscou deter-se especialmente sobre a municipalização das cidades-satélites. Vejamos como elas foram respondidas.

Começando pela primeira indagação, as respostas mostraram-se bastante reveladoras. Mesmo levando em consideração a ambiguidade na qual a questão foi formulada (14), as respostas indicam, em seu conjunto que a maior parte dos candidatos não compreende as contradições institucionais inerentes à condição de Distrito Federal.

Dos oito candidatos entrevistados, apenas três reconheceram a existência de um conflito intrínseco à capital. Destes três, apenas um - Fernando Tolentino, candidato a deputado pelo PCdoB coligado com o PMDB - situa este conflito no marco institucional do federalismo. Entre os cinco restantes, o candidato a senador pelo PTB, Ferreira de Castro, nega a existência de qualquer conflito no sentido que sugere a pergunta (sob o argumento de que " a população de Brasília sente-se bem agasalhada por ter aqui a sede dos poderes centrais da República.. ."); enquanto, os demais candidatos vêem apenas um conflito virtual entre eventuais adversários políticos ocupando a presidência e o GDF. Quanto aos dois líderes sindicais entrevistados, Geraldo Bentes, presidente do SENALBA/DF, não soube responder à pergunta ("...de qualquer maneira, não é uma questão sindical, mas uma questão de poder, né!?);

enquanto Júnior, presidente do SINDBANC, vê um histórico conflito político entre a esfera local e a federal que já teria deixado de existir: a falta de legitimidade dos governadores indicados e a ausência de representação política.

Ora, uma avaliação geral das respostas dos entrevistados na pesquisa indica-nos que a noção do aspecto político-institucional da estrutura urbana de Brasília ainda não está clara para a maioria dos participantes do jogo político. No entanto, como veremos abaixo, existe uma noção "intuitiva", entre os candidatos, sobre o que representa para o DF como um todo o papel de capital.

Indagado na entrevista sobre a existência de conflito entre o interesse local e o interesse federal no DF, o jornalista Helio Doyle, candidato a deputado constituinte pelo PDT, respondeu-nos da seguinte maneira: "Sim, existe. Existe em muitos aspectos ... Enquanto capital federal, Brasília tem que ter posturas diferenciadas ... Nós, a população de Brasília, não podemos considerarmo-nos donos exclusivos da cidade: o país inteiro é dono desta cidade!" Assim, "ao mesmo tempo em que temos uma visão local dos problemas de Brasília, não podemos esquecer que ela é a capital federal... Eu acho que deve-se ter mecanismos que levem em conta estes dois aspectos", sugere Doyle a título de conclusão.

A deputada eleita pelo PFL, Maria de Lourdes Abadia, por sua vez, quando indagada, no auge da campanha, sobre a mesma questão, respondeu-nos com uma argumentação de cunho histórico, associando a incipiência da industrialização no DF a seu papel de capital: "Sim, existe conflito. Eu vejo isto claramente! ... A concepção original de Brasília como cidade eminentemente administrativa para abrigar os poderes

federais tem que ser revista. Vinte e seis anos depois ela é outra cidade. Ela cresceu muito além das expectativas oficiais quanto a sua população futura. Ela tem que ser revista porque o serviço público não emprega todo mundo. Deve ser revista de forma harmoniosa, sem prejudicar muito a sua concepção de cidade administrativa, modelo arquitetônico e capital do Brasil, atendendo às reivindicações da comunidade; principalmente, as reivindicações das comunidades carentes". Ela acrescenta-nos acreditar numa provável revisão deste modelo a partir do processo constituinte pela qual se poderia "diminuir" este conflito.

E curioso notar, ainda, que o candidato a senador constituinte pelo PCB, o engenheiro e professor universitário Carlos Alberto Torres, apesar de situar-se entre os entrevistados para quem a questão do referido conflito não ultrapassa um eventual antagonismo político entre os mandatários do governo federal e distrital (como ocorre eventualmente a nível estadual entre os governadores e os prefeitos das capitais), ele também procurou destacar o papel "transcendente" de Brasília como capital da Federação. Na seção da entrevista que trata da plataforma política dos candidatos (v. Anexo III, questão 2, p.2), Carlos Alberto colocou-se contra a municipalização das satélites e a proposta de transformação do DF em Estado por acreditar "neste princípio da unidade federada: o DF como sendo uma unidade que não pertence apenas a seu povo local; mas, que pertence a todos os Estados da Federação, a todos os brasileiros, porque aqui está sediada a capital da República e, porque para cá são carreados recursos para sustentar toda esta máquina estatal". Porém, o apelo deste candidato ao marco institucional federalista é discutível, uma vez que a forma de autonomia

proposta por ele parece incompatível com este marco, como veremos adiante.

O candidato a deputado constituinte pelo PCdo B em coligação com o PMDB, Fernando Tolentino, foi o único dos entrevistados a situar diretamente no plano institucional o referido conflito de interesses. Foi ele o autor da proposta de transformação do DF em Estado ("poderia ser chamado Estado de Brasília"); pois, na sua opinião, "a proposta de representação política em todos os níveis; ou seja, autonomia política plena, pura e simplesmente, como está sendo proposto pelos demais candidatos não se adequa à figura de Distrito Federal". Segundo ele, "o que caracteriza o DF é que ele é federal: ele não é estadual! O determinante de sua ordem formal, jurídica e institucional, não é o interesse de seus habitantes; mas, é o interesse dos habitantes de fora do DF: os interesses das demais unidades da Federação. Em nosso entendimento", acrescenta, "o interesse predominante deveria ser o interesse da população local".

A proposta de Tolentino gerou intensa polêmica num debate promovido pelo Correio Braziliense entre seis candidatos a senador constituinte, publicado pelo jornal em 28 de setembro de 1986. Todos colocaram-se contra ela, direta ou evasivamente. O candidato do PDT, posteriormente eleito com a segunda maior votação no DF, o advogado Maurício Corrêa, então presidente licenciado da OAB/DF, considerou a transformação do DF no Estado de Brasília "uma idéia abstrusa, inteiramente fora de esquadro do ponto-de-vista constitucional". Segundo ele, "o DF é um ente anômalo dentro da estrutura republicana brasileira", sendo "da tradição republicana a manutenção de um território neutro" (CB, 28/09/86). Sem precisar o caráter federativo da "estrutura republicana

brasileira", o eminente jurista não se dá conta de que o pressuposto implícito na proposta de Tolentino é justamente a supressão do federalismo. Mas será que tal pressuposto é uma condição necessária à plena autonomia política da capital?

Principal debatedor da questão institucional dos Distritos Federais em Brasília, o economista Paulo Timm responde negativamente à questão acima. Segundo ele, "todos os Distritos Federais vivem intensamente essa contradição de não ter uma expressão plena na construção da cidadania nacional, nem a plenitude da cidadania local" em virtude da doutrina do "território neutro": "As Repúblicas unitárias, sobretudo as européias, não têm este problema, visto que ...os Estados não são propriamente Estados, mas províncias, e não reside aí qualquer tipo de problema" (Timm in Teixeira - org., 1986:193-4) (15). Não obstante esta contradição "inevitável", ele considera possível e desejável "chamar a população do DF a uma representação plena", incluindo a municipalização das cidades-satélites. "Desde que se assuma o problema como problema, ou seja, como contradição", acrescenta, "é perfeitamente possível, senão resolvê-la, instaurá-la pelo menos noutro nível..." (p. 196).

O exemplo de Washington endossa a última afirmação; pois, como visto, apesar de haver obtido a plenitude de sua autonomia política, o Distrito de Columbia não foi transformado em Estado. Contudo, não podemos concordar com a conclusão de Timm de que a transformação do DF em uma comunidade municipal plena não acarreta "nenhum problema do ponto de vista doutrinário, nem político, nem econômico-financeiro" (ibidem); pois, ela contraria a própria argumentação do autor. No contexto de uma República Federativa, a doutrina do território neutro,

mesmo estando ligeiramente ultrapassada, ainda é um álibi institucional para justificar, numa ótica "liberal" de direita, uma limitação da autonomia política do DF: trata-se, no mínimo, de dotar esta unidade da federação de uma especificidade institucional exclusiva face às demais. Neste sentido, ainda é possível concordar com Paulo Timm quando ele propõe que a saída institucional para a plena autonomia política do DF passa basicamente pelo processo constituinte: uma vez definidas na Constituição "aspirações nacionais depositadas no território do DF" que não castrem a cidadania política dos brasilienses, o problema praticamente deixa de existir ao nível institucional, sem necessidade de alterar o sistema federativo.

A despeito da última consideração, a questão do território neutro ainda deverá permanecer como argumento contra a emancipação plena (política e econômica) do DF. E, neste aspecto, cumpre destacar algo a respeito das declarações dos candidatos que situaram de maneira "intuitiva" os problemas de Brasília inerentes ao papel de capital por ela desempenhado (candidatos do PFL, PCB, e PDT): elas demonstraram uma percepção adequada de que o problema político da capital ultrapassa o problema institucional, embora não chegue absolutamente a transcendê-lo. Pois, descendo do domínio dos princípios doutrinários do Direito (16) para a esfera normativa das regras jurídicas, a questão institucional se torna ainda mais complexa, e até mesmo confusa, para os atores políticos, independentemente de sua filiação partidária ou tendência ideológica. E o que veremos a seguir, avaliando as respostas dos entrevistados à segunda questão anteriormente referida; a saber, qual deve ser o grau de autonomia política do DF na visão do candidato.

TABELA 7 - Autonomia & Cidadania Política no DF : propostas de institucionalização da representação política local apresentadas pelos candidatos ao Congresso Constituinte entrevistados na pesquisa

PROPOSTAS (1) (a autonomia do DF deve ser:)	EXERCICIO DO DIREITO DE VOTO CORRESPONDENTE /na 1a. eleição para o governo distrital o cidadão "brasiliense" (2) deverá eleger:/
a) específica	Prefeito, AR's (3), Câmara Legislativa do DF (4)
b) parcial e gradativa	Governador e Assembléia Legislativa do DF (5)
c) parcial e específica	Gov., AR's, Câmara Legislativa do DF, vedando-se a municipalização das cidades satélites
d) ampla e gradativa	Gov., AR's, Assemb. ou Câmara Legislativa do DF, com possibilidade de municipalização das satélites
e) ampla e específica	Gov., AR's, Assemb. Leg. do DF, Câmara de Representantes para cada cidade satélite (6)
f) plena	Gov., Assembléia Legislativa do DF, prefeitos e Câmaras de Vereadores para cada cidade satélite

OBS.: (1) Propostas classificadas pelo autor em comparação com as demais unidades da Federação;

(2) Refere-se aos eleitoralmente domiciliados no DF;

(3) Administradores Regionais das cidades satélites;

(4) Refere-se a um Poder Legislativo a ser eleito por uma espécie de sistema "distrital-majoritário", onde cada cidade satélite corresponderia a um distrito com direito a representação;

(5) Refere-se a um Poder Legislativo a ser eleito pelo sistema de "representação proporcional", como ocorre nas Assembléias Legislativas estaduais

(6) Tratar-se-ia de uma Câmara Representantes distinta de uma Câmara de Vereadores, apesar de também contar com poderes legislativos.

Curiosamente, os oito candidatos entrevistados apresentaram sete propostas distintas para ampliar a autonomia política do DF; que, vistas sob o ângulo de seu conteúdo prático, podem ser reduzidas a seis propostas diferenciadas, conforme indicado na Tabela 7.

Das seis propostas indicadas, apenas duas foram defendidas por mais de um candidato: a segunda e a última. A proposta n.º 2, curiosamente, juntou o candidato a senador constituinte pelo PT, professor Lauro Campos à então candidata a deputada constituinte pelo PFL, a ex-administradora regional de Ceilândia, Maria de Lourdes Abadia. Ambos recomendaram cautela e paciência na emancipação política do DF: significativamente, o primeiro se preocupou com os custos econômicos e a segunda com a negociação política envolvidos no processo.

A sexta proposta, por sua vez, também teria unido candidatos de linha ideológica bastante divergente, embora sob o mesmo partido: o candidato a deputado Fernando Tolentino (PCdoB em coligação com o PMDB), e o empresário Lindberg Aziz Cury, candidato a senador constituinte pelo PMDB. Todavia, a perspectiva dos candidatos é claramente divergente quanto ao caráter que a plenitude da autonomia política do DF deve assumir: enquanto o primeiro propõe romper com a especificidade institucional do DF, transformando-o no "Estado de Brasília"; o último propõe a plena autonomia política sem especificar sua proposta. Na realidade, trata-se apenas de uma proposta demagógica e oportunista, uma vez que o candidato, além de ter se posicionado evasivamente sobre a transformação do DF em Estado no debate promovido pelo Correio Brasiliense (CB, 2/09/86), deixou em aberto se sua proposta contempla ou não a municipalização das cidades-satélites e a eleição dos administradores regionais. Fica a dúvida se sua proposta deveria ser in-

cluída na quinta ou na sexta alternativa da tabela acima (17).

Pode-se observar também que algumas daquelas propostas parecem informalmente equivalentes, como a primeira e a terceira, defendidas respectivamente pelo candidato a deputado pelo PDT, o jornalista Hélio Doyle, e o candidato a senador pelo PTB, o advogado Ferreira de Castro. Sua única diferença aparente é o status atribuído ao mandatário do poder executivo distrital: prefeito na primeira e, governador na segunda. No entanto esta diferença formal traduz uma diferença de perspectiva sobre Brasília (lato senso). Para o advogado, a capital deve ter uma especificidade institucional que justifica a limitação de sua autonomia política, impedindo a municipalização das satélites. Para o jornalista, por sua vez, a questão institucional é apenas um aspecto da especificidade da capital. Para ele, é preciso "criar algo novo para Brasília, [e] entender que o DF é algo muito específico: não é um Estado, nem é um Território; mas, o DF, uma realidade específica". Contudo, na sua opinião, "Brasília se configura muito mais como uma cidade que como um Estado", uma cidade cujos "bairros" seriam as cidades-satélites: "a diferença entre aqui e outra cidade de porte mais ou menos equivalente (como Recife, Belo Horizonte, etc.), é que lá os bairros são grudadinhos um no outro e, aqui, você tem espaços vazios enormes". Mas, dada a especificidade geral do DF, ele não propõe pura e simplesmente a sua municipalização: tanto o prefeito como os administradores regionais deveriam ser eleitos diretamente, ainda que a autonomia dos últimos devesse ser limitada; enquanto o legislativo local, por sua vez, "poderia ter um nome e uma estrutura diferentes, com poderes distintos de uma Câmara de Vereadores".

Finalmente, considerando as duas últimas propostas (sem incluir a vaga proposição do candidato Lindberg A. Cury), conclui-se que, a curto prazo, nenhuma das propostas apresentadas conseguiu conciliar coerentemente a especificidade institucional do DF com sua plena autonomia política. Enquanto o impedimento previamente estabelecido da municipalização de uma cidade-satélite como Taguatinga pode significar para ela um grau de autonomia política e econômica inferior ao seu potencial (não obstante a eleição do administrador regional e de um possível Conselho de Representantes); a transformação do DF em Estado sacrifica aquela especificidade, comprometendo o federalismo ou, obrigando-o a uma séria revisão (politicamente difícil). O conteúdo e a flexibilidade da proposta n. 4, defendida pelo candidato a senador constituinte pelo PDS, o engenheiro Pitanga Seixas seria a mais adequada para ser levada ao Congresso Constituinte. Sua eventual aprovação, além de avançar na autonomia, não fecharia a questão, deixando-a para ser discutida e decidida soberanamente no seu detalhamento pela Câmara Legislativa que votará a futura Lei Orgânica do DF.

Conhecidas e comparadas as diferentes propostas para a autonomia do DF, só nos resta agora uma avaliação geral sobre o debate desta questão em Brasília, a partir da qual pode-se especular sobre as perspectivas de maiores avanços na cidadania política dos brasilienses, seja na elaboração da lei orgânica ou na revisão constitucional marcada para 1993 nos moldes discutidos anteriormente.

Consideradas a fluidez e a confusão das propostas examinadas acima, podemos endossar as palavras de Hélio Doyle como avaliação geral do debate sobre a questão da autonomia no momento anterior à promulgação da nova Constituição: "para ser franco e realista", afirma o

jornalista, "eu acho que falta uma grande discussão sobre isto em Brasília. Esta discussão nunca foi feita com seriedade. Porque, no tempo em que não havia eleição alguma em Brasília, a tendência de todos nós era defender eleições diretas em todos os níveis... Havia, naquela época, uma briga comum - representação política para o DF - sem necessidade de esmiúçar e detalhar. Hoje, em função das eleições [para o Congresso Constituinte], as pessoas tendem a uma proposta mais eleitoreira e demagógica, a representação plena ..., que conta com amplo respaldo eleitoral. Por isso, acho que é preciso abrir uma grande discussão sobre isso na cidade."

Uma vez promulgada a nova Carta, a situação não parece ter mudado muito. Os líderes sindicais entrevistados logo após a promulgação mostram-se igualmente confusos, e sentem a mesma necessidade de ampliar a discussão sobre o grau e a forma de autonomia política que o DF deve ter.

Achando que "a autonomia tem que ser completa", Geraldo Bentes, presidente do SENALBA/DF, esbarrou na dificuldade de caracterizar o DF enquanto unidade da Federação: " eu até hoje só não vi uma formulação no sentido do que seria melhor, se um prefeito com uma Câmara de Vereadores ou um governador com uma Assembléia Legislativa...; não vejo muito bem qual a diferença". Como Doyle, ele tende a ver Brasília (lato senso) como uma cidade única, pois considera que o importante é haver uma Câmara de representantes para todo o DF: "...eu não faria uma diferenciação para as cidades-satélites. Não vejo sentido nisto não! Acho até que isto elitizaria ainda mais a relação entre o Plano Piloto e as cidades-satélites... Geraldo não especifica se cada satélite deveria ter ou não assegurada uma representação mínima nesta câmara de

representantes do DF.

Embora, respondendo outra questão, tenha considerado a "representação política em todos os níveis" como "definitivamente conquistada e consagrada na recém-promulgada Constituição", ao ser perguntado sobre a possibilidade de municipalização das satélites, José de Lacerda Júnior, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, mostrou-se hesitante: "não tenho posição firmada, porque eu acho que isso deve ser objeto de um amplo debate". Decidindo-se a dar a sua opinião pessoal, contudo, ele pensa que a questão da autonomia municipal das satélites deve ser estudada juntamente com a questão da industrialização do DF, numa discussão que envolva "economistas, arquitetos, agrônomos e engenheiros, entre outros especialistas do DF, através de suas entidades representativas". Assim, Júnior afirma que, "embora a Constituição não tenha contemplado, continuaremos a lutar pela autonomia dos municípios... Mas a gente não quer que seja feito por decreto. Esta é uma luta que deve ser travada pela sociedade, vendo a questão da autonomia política paralelamente com as condições concretas para que ela se realize também no campo econômico".

Não vamos entrar agora na polêmica que envolve a autonomia econômica do DF, examinada detalhadamente no capítulo V. O que nos sugerem as observações do sindicalista citadas no parágrafo anterior é que a associação da autonomia econômica à possível autonomia municipal das cidades satélites exige um debate ainda mais amplo entre os vários segmentos da sociedade civil de Brasília. Como se infere de tudo que foi visto até aqui, este debate encontra-se ainda muito incipiente, tornando muito difícil um movimento local pela revisão constitucional do artigo 32 que veda a divisão do DF em municípios. Pode-se esperar,

entretanto, que a futura Lei Orgânica do DF amplie a cidadania dos brasilienses que vivem nas cidades-satélites, facultando-lhes o direito de elegerem os administradores regionais ou, ainda, um número mínimo de representantes para a Câmara Legislativa do DF. Neste contexto, também poderia ser satisfeita uma antiga reivindicação dos moradores do Cruzeiro: a transformação deste bairro do Plano Piloto (oficialmente chamado de Setor Econômico Residencial Sul), tão diferenciado em seus problemas do núcleo planejado, numa nova cidade satélite com direito a uma Administração Regional própria. Quem viver verá.

NOTAS:

- (01) Este tipo de formulação é magistralmente exemplificado pela passagem dos geógrafos franceses Brunhes e Vallaux reproduzida a seguir: "Esta [a capital] pode ser, segundo a nação ou o Estado, um grupo de tendas de palha ou de cabanas de madeira, um campo permanente, uma aldeia diminuta ou um centro urbano como Londres ou Paris; pode ser fixa ou móvel, permanente ou provisória; porém, sob esses diversos aspectos, encontra-se sempre o indispensável órgão central do Estado, ponto de concentração dos meios e base do pensar e da vontade dirigentes" (cit. in Vesentini, 1986:15).
- (02) Vesentini critica autores que seguem a linha de Joffily (1977), "universalizando" a questão da capital. Ora, é verdade que o expansionismo bélico-comercial que levou Constantino a decidir-se pela transferência da sede do Império Romano para Bizâncio no século IV difere fundamentalmente, por exemplo, da razão central que motivou Felipe II a transferir a sede da monarquia espanhola, em 1561, para Madri, o ponto mais equidistante das fronteiras do país: fortalecer o controle central sobre os muitos reinos, principados, condados, emirados ou califados em que a Espanha medieval se dividira. Contudo, esta observação não nos impede de perceber que as razões de ordem política (lato senso) tiveram talvez um peso preponderante na localização de todas as capitais consideradas, o que não deixa de dar razão a Joffily (1977:11) quando ele afirma que "a posição geográfica destes centros dirigentes pré-estabelecidos [as capitais] revela quase sempre os propósitos delineados: expandir, proteger, dominar, unificar, etc..".
- (03) É curioso notar que a insurreição de 1817 iniciada em Pernambuco, além de pretender a criação de uma República formada pelos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, chegou a propor a edificação de uma "cidade central, que pelo menos diste de trinta a quarenta léguas do mar, para residência do governador" (cit. in Joffily, 1977:24).
- (04) Desde as primeiras décadas do século XVII, quando a centralização política e os progressos do Estado francês fazem de Paris a absoluta cidade-capital da França, os monarcas sentem-se temerosos de instalar-se nela, temendo a pobreza e o banditismo, juntamente com a ameaça de motins populares, que ali começam a concentrar-se. Por isso, elegem residências especiais junto à capital: Saint-Germain, Fontainebleau, e, finalmente Versalhes. Com sua construção iniciada no final daquele século a mando de Luís XIV, a última iria consagrar-se como a sede por excelência da Corte francesa.
- (05) O clima quente e úmido do Rio de Janeiro, bem como a sua localização litorânea, foram responsabilizados por Everardo Backhauser pela insalubridade constatada na antiga capital, "assolada periodicamente por febre amarela e outras epidemias importadas por via marítima" (cit. in Vesentini, 1986:83). Segundo ele, condições opostas recomendavam a localização da capital no planalto central: "excelente clima, seco por ser continental e relativamente fresco... por ser elevado" (ibid.). Contudo, a insalubridade do Rio de Janeiro não era mera decorrência de seu clima ou localização; pois, o mesmo autor, engenheiro municipal da antiga capital,

- elaborou um relatório que foi apresentado ao ministro da justiça sob o título de "Habitações Populares", documentando as péssimas condições de moradia de grande parte da população do Rio de Janeiro no começo do século. Na realidade, este problema remonta à segunda metade do século XIX, quando começou a crise de moradia no Rio de Janeiro, gerando a proliferação de habitações coletivas conhecidas como "cortiços" (cf. Ribeiro e Pechman, 1983:43-53). Aliás, trata-se de uma crise inerente ao sistema capitalista, cujo mecanismo encontra-se descrito em Castells (1983:183-210).
- (06) Segundo Cordeiro e Kohlsdorf (1985), na visão dos "grupos dominantes" do país, "para os quais e pelos quais foi construída a nova capital", Brasília "deveria garantir social e espacialmente a impossibilidade de ocorrer pressões sobre os dirigentes políticos do país por parte de 'populações marginalizadas para não dizer marginais', estudantes, operários, etc. (p. 234). O mesmo argumento ainda é repetido pelos autores na página 245 do mesmo artigo.
- (07) Na realidade, existe o precedente de São Petersburgo (posteriormente chamada Petrogrado e, hoje, Leningrado), construída às margens do mar Báltico em 1703 por ordem de Pedro o Grande. Embora tenha se transformado na nova sede do Império Russo dez anos depois, esta "janela para o Ocidente", além de uma cidade administrativa, deveria exercer primordialmente funções bélicas e comerciais.
- (08) A área definitiva correspondia, na época, ao sul Dos Estados Unidos. George Washington e Thomas Jefferson eram favoráveis à localização da capital nesta área por ela ter sido especialmente prejudicada na Guerra de Independência: os recursos federais que ali seriam concentrados ajudariam-na a recuperar-se destes prejuízos. Alexander Hamilton, por sua vez, contrário à localização da capital numa região escravagista, acabou cedendo (em troca do apoio de Jefferson a projeto de lei pelo qual a União assumiria a responsabilidade pelo pagamento dos débitos contraídos pelos Estados na Guerra da Independência). A capital iria desempenhar um papel extremamente relevante na vitória dos Estados do Norte na Guerra de Secessão (1861 a 1865) e, por conseguinte, na unificação do país, com a derrota do projeto separatista dos Confederados. Além de ter funcionado como uma base militar dos "unionistas" localizada no território dos confederados, a cidade acolheu um vasto contingente de negros rebelados e fugitivos, libertando-os em 1863 com o *Proclamation of Emancipation Act* do presidente Lincoln. A guerra civil também ajudou a consolidar a capital, acelerando bastante seu crescimento, anteriormente situado muito abaixo das expectativas dos fundadores. Desde então o crescimento da capital iria acentuar-se progressivamente, transformando-a por fim numa metrópole que avança sobre o território dos Estados vizinhos. Este crescimento iria ser combatido por uma política, relativamente bem sucedida, de descentralização de instituições e serviços governamentais: entre 1950 e 1960, a população da cidade decresceu 4,8%, enquanto a população da região metropolitana aumentou 36,7% (Encyclopaedia Britannica, vol.23, pp.391-96).
- (09) Contudo, a área onde estão localizados o Congresso Nacional e a maior parte dos prédios da administração pública federal permanece sob jurisdição do governo federal. Além disso, o presidente

tem o direito de vetar qualquer lei municipal aprovada pelo City Council.

- (10) Certa vez o saudoso Tancredo Neves fez um comentário público que teve grande repercussão em Brasília: "Já vi muitas pessoas serem cassadas de todos os seus direitos políticos, mas toda uma cidade estar na mesma situação, só mesmo Brasília".
- (11) O limite populacional de 500 mil habitantes foi estipulado inicialmente pela lei n. 1.183 de 5 de janeiro de 1953, que autorizava o Poder Executivo a realizar estudos para a localização da nova capital, sendo posteriormente incorporado ao edital do concurso de 1957 (responsável pela escolha do partido urbanístico da futura nova capital) e ampliado para 600 mil no decorrer da competição (Oliveira, in Paviani -org., 1987:127). Quanto ao prazo previsto para este limite ser alcançado, as informações são ambíguas: alguns autores falam que, segundo previsões das autoridades, o Plano Piloto deveria atingir este limite somente no ano 2.000, enquanto outros falam que, no projeto de Lúcio Costa, esta cifra deveria ser atingida em 1980 (Heuze, 1980:429). Porém, no "Relatório para o Plano Piloto de Brasília" de Lúcio Costa não consta qualquer previsão. A única informação precisa que obtivemos a este respeito é de que sir William Holford, membro do júri do concurso, previa que a saturação do Plano Piloto iria se dar 20 anos após a sua inauguração (in IBAM, 1965:354).
- (12) O artigo 32, parágrafo segundo, da nova Carta estabelece o seguinte: "A eleição do Governador e Vice-Governador ... e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração". Tendo como consequência a prorrogação por nove meses do sistema de indicação presidencial do governador de Brasília, este texto foi resultado de um vitória do bloco suprapartidário "Centrão" e de uma derrota dos projetos de muitos dos constituintes eleitos pelo DF: a primeira ocorreu em 13/12/87, quando o centrão consegue vencer o PMDB e aprovar no plenário uma alteração do regimento interno do Congresso Constituinte, permitindo aos parlamentares a apresentação de novas emendas ao projeto constitucional elaborado pela Comissão de Sistematização; a segunda, em 16/06/88, quando foi rejeitada pelo plenário da Constituinte uma fusão de emendas assinada por dois deputados e dois senadores de Brasília que propunha eleições diretas para o governador do DF ainda em novembro de 1988 - dos onze constituintes eleitos por Brasília, sete apresentaram emendas neste sentido - derrotada por falta de quórum, a despeito da expressiva maioria obtida (256 votos a favor, 81 contra e 27 abstenções). O projeto constitucional "Substitutivo do Relator" estabelecia no artigo 47, parágrafo segundo, que a eleição do governador e dos deputados distritais seria coincidente com a eleição presidencial. Sua posterior substituição pelo artigo 32 da Constituição recém-promulgada iria exigir uma complementação fornecida pelo artigo 16 das Disposições Transitórias, segundo o qual, até a eleição direta do governador de Brasília, prevista para novembro de 1990, "caberá ao presidente da República [que assumirá em março de 1990], com a aprovação do Senado, indicar o Governador e o Vice-Governador do DF".
- (13) O caráter federativo de nossa República esteve em questão desde a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo

senador Afonso Arinos: a chamada Comissão Afonso Arinos propôs no seu relatório final, apresentado ao presidente Sarney em 28 de setembro de 1986, a substituição do nome oficial do país, República Federativa do Brasil, por "República Federal do Brasil". Não se tratava de uma alteração meramente formal, mas, ao que parece, institucional. Quanto à doutrina do território neutro, vide nota n 15.

- (14) Na realidade, não podemos deixar de reconhecer que a pergunta foi formulada em termos muito vagos, como pudemos perceber numa avaliação *a posteriori*. Não especificamos se o conflito se daria a nível das esferas de governo, ou, se no âmbito das aspirações e demandas da sociedade nacional quanto à capital federal contrapostas aos interesses da população residente em Brasília. Sem que houvéssimos considerado-a de antemão, o conjunto das entrevistas mostrou-nos que uma terceira alternativa teria sido indagar sobre a possibilidade do conflito simultaneamente nos dois aspectos.
- (15) Este autor não apenas apresenta a conclusão generalizante de que "todos os Distritos Federais padecem, de certa maneira, desse tipo de problema", como procura referenciar empiricamente sua proposição. Segundo ele, esta "experiência de constituição de Distritos Federais" se deu "sobretudo em sete países": EUA, Canadá, Austrália, Venezuela, Brasil, Índia e Iugoslávia (Timm, in Teixeira- org.1986:193).
- (16) Neste nível, nem tudo é coerência formal de princípios e propósitos explícitos. Na realidade, desde o Brasil imperial, o Ato Adicional de 1834 já havia desligado a cidade do Rio da antiga província do Rio de Janeiro, declarando-a "Município Neutro". Será plausível ver nisto a sombra de Versalhes formalmente mascarada por um álibi federalista exógeno?
- (17) Esta indefinição da proposta do candidato Lindberg A. Cury poderia ser creditada ao entrevistador, a quem cabe conduzir a entrevista no sentido desejado, caso o candidato não houvesse gozado do privilégio de responder por escrito a todas as questões da mesma. Tivemos de fazer-lhe esta concessão a contragosto, depois de inúmeras tentativas de entrevistá-lo pessoalmente e, de várias explicações a sua assessoria de campanha quanto ao comprometimento metodológico implicado no tratamento diferencial aos entrevistados. Estando no auge da campanha eleitoral, o candidato alegou indisponibilidade de tempo. A despeito de nossa concessão, a entrevista não foi respondida pelo candidato, mas por sua assessoria, que cometeu o erro de nos enviar duas cópias da mesma: numa delas as respostas apareciam na terceira pessoa do singular com correções a mão que modificavam-nas para a primeira pessoa, enquanto a outra trazia as mesmas repostas passadas a limpo com as referidas correções... Também procurada no auge da campanha, pouco depois de Lindberg, a candidata Maria de Lourdes Abadia esforçou-se para nos conceder alguns minutos da sua atenção. Todavia, sua entrevista teve de ser interrompida diversas vezes para atender a necessidades da campanha. Assim, já com o precedente do candidato pemedebista, foi-lhe permitido completar a entrevista por escrito. Afora estes dois casos, todos as demais entrevistas foram respondidas pessoalmente por inteiro.

IV

A CIDADE PLANEJADA

" A beleza de Brasília são as suas estátuas invisíveis"

Clarice Lispector

1 - Espaço Urbano e Práticas Sociais

Neste capítulo será examinada uma das facetas mais polêmicas de Brasília, a "cidade planejada", buscando situar, na justa medida, o que esta representa na estruturação da vida social brasiliense.

1.1 - O papel do cenário

De um modo geral, conforme visto no primeiro capítulo, a dimensão espacial deve ser vista como um dos componentes essenciais da "estrutura socio-urbana" de qualquer cidade, na medida que as condições socio-espaciais do urbanismo são estruturadas nas suas causas e estruturantes nos seus efeitos sociais e ecológicos. Brasília não apenas obedece esta regra, como a coloca em evidência de maneira peculiar: na análise de sua estrutura socio-urbana é inevitável conferir um grande destaque ao estudo do espaço urbano, especialmente quando referido ao núcleo planejado. Neste, a leitura do "plano" é instantânea: a intervenção da intencionalidade do planejamento centralizado é imediatamente apreensível na moldura do tecido urbano, com seu núcleo em formato de avião; nos gabaritos praticamente uniformes dos "blocos" re-

residenciais e comerciais, e das "casas geminadas" em ambas as asas (submetidos a um rígido controle que raras vezes se liberaliza); na presença quase singular de um mesmo, embora ousado e surpreendente, estilo arquitetônico, marcando os principais monumentos e edifícios públicos (O. Niemeyer); finalmente, no rigoroso zoneamento "funcional", que divide a cidade em múltiplos setores de atividades especializadas.

Embora a rigidez singular da cidade planejada (01) salte aos olhos do cidadão comum, não se deve conferir ao espaço urbano o papel de "protagonista" das relações sociais neste cenário urbano, não obstante esta seja uma das tentações mais recorrentes no discurso intelectualizado sobre Brasília, conforme já indicado e bem criticado por duas antropólogas da UnB (Machado e Magalhães, 1985:192-214). Atacados de uma espécie de "síndrome do plano", segundo elas, os intelectuais envolvidos com a cidade polarizam-se em facções antagônicas de críticos e apologistas do partido urbanístico do Plano Piloto.

Nem herói, nem vilão, todavia, o papel do espaço urbano na vida social de seus habitantes jamais ultrapassa o do cenário numa peça teatral: sediar simbólica e legitimamente certos acontecimentos; propiciar encontros e desencontros, ao impor rumo e limites (barreiras, distâncias) a movimentos; ambientar e refletir "estilos de vida" de povos e épocas; ou ainda, provocar os sentidos, despertando emoções nos atores e espectadores. Com tamanhas influências, não é aconselhável descuidar da elaboração ou análise deste fator. A ciência social moderna sabe muito bem disto, e destaca a importância estratégica do espaço (i.e.: dos "cenários") no condicionamento de atos e atitudes dos agentes - ou "atores" - sociais (cf. capítulo I, 3 item, 1 pará-

grafo). Entretanto, ela evitaria, com certeza, prosseguir na metáfora; pois, diversamente do que ocorre nos palcos, os "atores sociais" frequentemente modificam o enredo e os cenários estabelecidos de antemão pelos autores e diretores; ou seja: tratando-se da cidade, os arquitetos e urbanistas no papel dos primeiros, e, os planejadores e autoridades envolvidas na política urbana, no dos últimos.

Em nosso caso, cumpre, antes de tudo, mostrar que o espaço da estrutura urbana aqui estudada deve ser dividido em dois cenários distintos e fundamentais: o Plano Piloto como "cenário principal" e, as cidades satélites como "pano-de-fundo", ou cenário envolvente. Esta divisão não se coloca aqui por uma analogia com a distinção analítica entre "centro" e "periferia", cujo anti-dualismo é, à primeira vista, adequado à análise da capital. A divisão entre cenário principal e cenário envolvente justifica-se, aqui, porque o nosso foco de atenção recai agora sobre o planejamento urbano da capital. Neste sentido, o Plano Piloto distingue-se nitidamente do restante da estrutura urbana de Brasília: é a cidade planejada por excelência, com um rigoroso partido urbanístico "formal", cujo desenvolvimento é adrede controlado. Já as cidades-satélites, se não chegam a ser uma "cidade informal", como os acampamentos, as invasões e certos loteamentos do Entorno, foram planejadas sem um apego excessivo a preceitos formalistas, não sendo seu desenvolvimento tão rigorosamente controlado (02).

Mas, como será visto, não se propõe uma análise dualista do planejamento urbano no DF quando destaca-se o Plano Piloto para análise da cidade planejada; pois, não há dúvida de que o controle menos rígido do desenvolvimento das cidades-satélites e a "desordem" da cidade informal são uma função da preservação da "ordem" na cidade formal-

mente planejada. Portanto, o destaque ao "cenário principal" visa tão somente elucidar os determinantes e as determinações desta ordem imamente ao plano projetado para a cidade capital.

Para tanto, o cenário do Plano Piloto é examinado sob dois aspectos: 1) ao nível das ideologias surgidas em torno dele, incluindo aí as percepções que ele engendra nos diferentes agentes sociais; e , 2) ao nível das práticas sociais que têm se erguido sobre este cenário, apropriando-se dele e remodelando-o.

No primeiro nível, buscamos traçar os fundamentos do discurso urbanístico que embasa o projeto de Lúcio Costa. Isto é feito mediante uma investigação histórica nos anais da arquitetura, abordando o movimento modernista e o concurso que, em 1957, estabeleceu o partido urbanístico da nova capital, numa avaliação do significado da construção da nova capital brasileira no contexto do urbanismo contemporâneo. Além disso, transcendendo os aspectos teleológicos inerentes ao projeto de Costa, que incluem tanto as influências ideológicas e doutrinárias, como as idiossincrasias de seu autor, nossa análise procura levantar as repercussões do urbanismo efetivamente consolidado sobre alguns segmentos do discurso extra-acadêmico, entre os quais destacamos certas frases recorrentes no senso comum dos brasilienses, bem como, certas impressões e "insights" de artistas que evocam a capital e seu espaço.

No segundo nível, examinamos as relações sociais concretas que emergem no urbanismo consolidado, ora materializando, ora modificando, os princípios do urbanismo originalmente previsto. Verificou-se que onde ocorreram modificações do plano de Lúcio Costa, nelas desempenharam destacado papel o próprio Estado e os agentes sociais das camadas

populares, impulsionadas pelas contradições do capitalismo. E, aqui, nossa perspectiva é obrigada a descolar-se do Plano Piloto, abarcando também o "cenário envolvente" para mostrar até que ponto as cidades-satélites são também uma função do núcleo planejado, embora não sejam mera consequência unilateral de sua implantação.

Ora, seria no mínimo ingênuo supor que a "Brasília real" fosse mero epifenômeno da cidade planejada, responsabilizando apenas o partido urbanístico de Lúcio Costa (já que não se tratava de um plano de desenvolvimento urbano propriamente dito) pela metrópole polinuclear segregada em que a capital se transformou. Conforme argumenta-se nos capítulos III e V, os traços agudos de desigualdade e segregação social que marcam a fisionomia de Brasília hoje foram multi-determinados como resultado pouco previsível da interação entre múltiplos agentes e processos de âmbito nacional (com efeitos locais e regionais específicos) e local: a aceleração do crescimento urbano; o reescalonamento e o redirecionamento de correntes migratórias decorrentes do modelo desenvolvimentista de acumulação de capital (onde Brasília representa um importante papel); a crescente valorização do solo na capital; e, finalmente, o novo regime de gestão do aparelho estatal instaurado pelo golpe militar de 1964, intimidando pela repressão e a censura a organização dos interesses populares.

Os dois níveis acima foram vistos numa ótica "bifocal", envolvendo a(s) estrutura(s) e os processos sociais. Ou seja: pretendeu-se mostrar como as ideologias e as práticas referidas ao espaço urbano brasiliense estariam contribuindo para a formação de um "quadro estrutural" (dotado, enquanto tal, de uma tendência a auto-reprodução), detectando, ao mesmo tempo, as prováveis contratendências com potencial

de deslocamento dos agentes e processos sociais para fora do movimento de reprodução social em direção a mudanças relevantes.

Para tanto, ao invés de iniciarmos com a abordagem histórica mencionada acima, devemos partir de uma visão panorâmica do Plano Piloto, pois a apreciação deste é geralmente tomada como o cerne dos debates sobre o urbanismo efetivamente materializado na capital. Assim, alguns consideram-no um filho bastardo do autêntico "plano-pilôto" de Lúcio Costa, devido aos "desvios" ocorridos na sua implantação, especialmente a proliferação das cidades-satélites; enquanto outros, por sua vez, vêem uma perfeita legitimidade nesta filiação, atribuindo ao próprio urbanista brasileiro nascido na França a responsabilidade pela criação das últimas. A despeito da polêmica que envolve esta discussão, cremos ter sido o projeto de Costa corretamente implantado nos seus aspectos principais (03). Por conseguinte, não há inconveniente em estender as impressões dadas presentemente pelo Plano Piloto aos seus observadores e analistas à concepção original de seu criador. Quanto à questão mais complexa da emergência das cidades-satélites e sua relação com o projeto do célebre urbanista, deixaremos-la em suspenso por enquanto, para retomá-la adiante no item 2.2 (pp 175-77) deste capítulo, já com uma visão histórica e criticamente fundamentada sobre a concepção urbanística do Plano Piloto.

1.2 - Panorâmica: monumentalidade e monotonia

Para traçar uma visão panorâmica do Plano Piloto, quatro características essenciais devem ser destacadas: 1) a rigidez geral do conjunto; 2) uma setorização que distribui espacialmente atividades so-

ciais específicas; 3) a ausência da "rua-passeio" e, conseqüentemente, de esquinas; e, 4) a monumentalidade atribuída a área que abriga a sede do Governo Federal .

Focalizando o primeiro aspecto, Clarice Lispector escrevia em 1962: "Em Brasília não há por onde entrar, nem há por onde sair". "Construção de um Estado totalitário", segundo a autora, a capital seria uma "prisão ao ar livre": "Prenderam-me na liberdade. Mas liberdade é somente o que se conquista. Quando me dão, estão me mandando ser livre". Esta imagem de "prisão ao ar livre" exprime admiravelmente uma das impressões mais fortes que emergem de um primeiro contato com o Plano Piloto fora do "circuito turístico" do Eixo Monumental. A repetição monótona dos "blocos" de seis ou três andares (estes nas quadras 400's, mais próximas do lago) e das casas geminadas, seguindo uniformemente os gabaritos controlados na área residencial que compreende as duas asas; o formato único geral das quadras e a disposição regular das vias de circulação; enfim, toda a atmosfera de ordem e simetria, dão a impressão de aprisionamento das relações sociais. Contrariamente ao que ocorre nas cidades de desenvolvimento urbano espontâneo, só resta aos habitantes do Plano Piloto "adaptarem-se" a um espaço imaculado, ao invés de fazê-lo adaptar-se às necessidades deles.

Complementando o ordenamento rígido dos espaços delimitados e dos volumes dispostos no interior destes (blocos residenciais e comerciais, casas geminadas, etc.), a organização "funcional" do espaço em setores específicos para atividades da mesma natureza acentua a impressão geral de "ordem" na configuração urbana da capital. Aqui, não se trata simplesmente da mera aplicação de um preceito da célebre Carta de Atenas - documento síntese das proposições do IV Congresso

Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) realizado na capital da Grécia em 1933 - , recomendando a separação espacial das quatro "funções urbanas" essenciais (habitação, trabalho, circulação e recreação), mas de sua exacerbação num sem número de setores especializados (bancário, comercial, de diversões, hoteleiro, hospitalar, de autarquias, etc.), cuja maior parte está distribuída simetricamente na área central e subdividida em "sul" e "norte".

Esta divisão simétrica da área central deriva-se, por sua vez, de uma divisão primeira e fundamental do espaço urbano em dois eixos fundamentais que se cruzam em ângulo reto: o Eixo Monumental, e o Eixo Rodoviário, popularmente conhecido como "Eixão". O primeiro, correspondendo à fuselagem do avião, abriga na área leste (abaixo da estação rodoviária, situada na interseção dos dois eixos) os edifícios e os monumentos ligados às instituições do governo federal; enquanto concentra na área oeste (acima daquela interseção), os principais órgãos da administração local (GDF). Quanto ao "Eixão", com sua ligeira curvatura, ele corresponderia ao eixo de sustentação das asas, que acolhem a área residencial, contendo as superquadras com seu comércio local e "equipamento social" próprios (escolas, igrejas, praças e quadras de esportes). Assim, segundo Epstein (1983), o núcleo originalmente planejado é "tecnicamente" divisível em quatro áreas básicas: 1) a "área administrativa", situada no Eixo Monumental; 2) a "área residencial", abrangendo as duas asas ao redor do Eixo Rodoviário; 3) as "vias de circulação" que, além dos eixos principais, compreendem as vias "L" e "W" (paralelas ao eixão, e numeradas conforme se afastam dele na direção leste ou oeste), juntamente com ruelas de ligação; e, 4) o "centro" da cidade, onde situa-se a maior parte dos setores su-

praticados.

Ao lado do ordenamento setorial e da rigidez geral do Plano Piloto - cuja intocabilidade foi sempre defendida pelas autoridades públicas locais e federais, sendo recentemente reforçada pelo seu tombamento e elevação a patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO - vêm à tona as impressões causadas pelos espaços abertos da "prisão ao ar livre": "Por mais perto que se esteja, tudo aqui é visto de longe. Não encontrei um modo de tocar". Esta impressão, registrada na crônica penetrante de Clarice Lispector, é compartilhada não apenas pelos visitantes, mas também, pelos próprios habitantes da capital, como se evidencia numa frase lá repetida habitualmente: "Tudo é longe aqui em Brasília". Esta distância, contudo, é um fenômeno mais perceptivo do que propriamente físico (04), proporcionado pelas largas perspectivas e pelos amplos espaços abertos presentes tanto na área residencial como na área governamental, deliberadamente projetados pelo urbanista para uma cidade cuja densidade demográfica deveria ser controlada.

No setor residencial, tratava-se de seguir certos princípios contidos na Carta de Atenas relativos ao resgate e à preservação das condições ideais de solaridade, ventilação, espaço e verdor (as chamadas "condições da natureza"). De fato, a área verde de Brasília (Plano Piloto) é hoje seis vezes superior ao considerado ótimo pela ONU. Os espaços verdes alocados no perímetro urbano da capital federal possuem em média 72m², estando muito acima, portanto, da área média das cidades brasileiras, equivalente a 5m². A cada ano são plantadas 25.000 árvores nestes largos espaços abertos (Fonte: "Brasília, 23 anos" revista Manchete n 1619, 30/04/83) (05).

Quanto à densidade demográfica da capital, a intenção de Lúcio Costa de assegurar o seu controle também esteve presente na maioria dos projetos apresentados no concurso de 1957. Tratava-se como foi dito, de acatar algumas recomendações da Carta de Atenas contrárias às grandes concentrações urbanas e favoráveis ao resgate das mencionadas "condições da natureza" (06). Contudo, com uma elevadíssima taxa de crescimento migratório, o DF logo se transformou numa das áreas de maior densidade demográfica do país, só ficando atrás do Rio de Janeiro: dados agregados por unidade da federação indicam apenas o Estado do Rio de Janeiro e o DF como áreas que ultrapassam 200 habitantes por quilômetro quadrado. Comparando dados do censo demográfico de 1980, o Estado do Rio aparece com a maior densidade (260,96 hab./km²), logo seguido pelo DF, cuja densidade (203,42 hab./km²) corresponde a aproximadamente o dobro da densidade demográfica do estado de São Paulo (101,23 hab./km²), que comparece em terceiro lugar (fonte: Atlas do DF, CODEPLAN, 1984).

Todavia, com a implantação prematura das cidades-satélites, o panorama do Plano Piloto não foi tão afetado quanto poderia se supor pelo crescimento migratório muito além do limite máximo de 500 mil habitantes previsto para ser alcançado por volta de 1980 - limite a partir do qual a expansão da capital passaria a ser feita através da criação de novos núcleos urbanos; pois, conforme já visto (cap.III, pp.111-13), o Plano Piloto propriamente dito até hoje ainda não alcançou esta cifra! Isto é visível no desdobramento dos dados acima. Enquanto a média das densidades urbanas do Distrito Federal é de 3.708 hab./km², a densidade do Plano Piloto cai para menos da metade deste valor, sendo de 1.567,1 hab./km². Trata-se da menor densidade demográfica

fica dos núcleos urbanos do DF, um valor relativamente baixo para densidades urbanas de cidades de médio e grande porte. Complementando o quadro das densidades demográficas do DF, registra-se a informação que na zona rural, cuja área corresponde a 94% do território, ela é de apenas 7 hab./km².

Mas, voltando aos espaços abertos e às perspectivas de larga amplitude, sua utilização no centro governamental teve um sentido distinto da preservação das "condições da natureza": tratava-se de um recurso adicional para exaltar a monumentalidade dos edifícios que abrigam as instituições do Governo Federal. Assim, segundo Epstein (1973:50), "uma das características do plano [de L.Costa] foi a ênfase monumental nos edifícios do governo, um efeito acentuado por perspectivas amplas, formal num sentido despojado, e pela constante impressão de grande distância" (traduzido e grifado por mim).

Antes de explorarmos a questão da monumentalidade, que, além de polêmica, remete a discussões históricas por ocasião do concurso responsável pela escolha do partido urbanístico da nova capital, prossigamos na abordagem da terceira característica essencial do Plano Piloto: a ausência da "rua-passeio", que muitos autores interpretam, segundo expressão de Epstein (1973), como "ênfase no automóvel". Jofily (1977:46), p.ex., afirma que "a imensa área coberta de gramados e parques é apenas servida de largas pistas de asfalto, sem as tradicionais calçadas para deslocamento do homem comum". Daí dizer-se, segundo ele, que "o homem de Brasília deve ter cabeça, tronco e rodas" (ibid. - grifado por mim). Tal parecer ecoa em Vesentini (1986:158-9), numa afirmativa ainda mais taxativa: "as vias de comunicação que interligam os diversos setores da cidade foram elaboradas sempre com vistas à ra-

cionalizar o tráfego de veículos, e nunca para as necessidades dos pedestres"(grif. p/ mim).

Todavia, a despeito da estreita correlação histórica e sociocultural entre Brasília e o automóvel (07), não é justo associar apenas às necessidades desta máquina a supressão da "rua-passeio". Verdadeiro papa da arquitetura e do urbanismo modernos, desenvolvendo teses arquitetônicas e experimentos urbanísticos inovadores desde o início da década de vinte, coube a Le Corbusier a condenação mais veemente deste "paralelepípedo sobre ruas e pátios, e seu produto único: a rua-passeio". Já em 1929 ele publicava um artigo, num jornal sindical da França, sobre "a morte da rua", posteriormente revisto e incorporado no projeto/livro La ville radiieuse, elaborado entre 1930 e 1935. Segundo o mestre francês, a "rua-passeio... estreita ou larga, arborizada ou não, rica ou pobre, deserta ou transitada", teria sido "a mesma em todas as partes do mundo"; praticamente a "única manifestação plástica do urbanismo": "... de vez em quando, para quebrar a opressiva monotonia, se faz uma praça, bonita ou feia" (Le Corbusier, "A habitação e o Homem", cit. in Graeff, 1957:175-6).

Buscando superar uma tradição que considerava obsoleta, o mais influente urbanista do século XX sentencia então: "... morre a rua-passeio, a rua de todos os conflitos. Assim se organiza outra biologia urbana" e "... se oferece um espetáculo urbano novo" (ibid.). Ele mesmo aponta sua receita para renovação do meio urbano: fazer "uma regulamentação nova, substituindo uma regulamentação que se declarou ela mesma suicida"; ou seja, "fixar o estatuto do terreno". Este, ao ser elaborado por especialistas, deveria ser visto, segundo Le Corbusier, como uma "lei imperativa" que, enquanto tal, "abre a porta todas as

liberdades". Imposto legalmente, o estatuto do terreno seria então a redenção dos problemas urbanos, uma vez que seu poder, na visão do consagrado urbanista, "rege as operações compensadoras, determina as valorizações, dita a 'massa dos edifícios', salva a paisagem" (ibid.).

Ante as precursoras observações registradas acima, mostra-se inegável a influência lecorbúsieriana da supressão da rua-passeio (também chamada de "rua-corredor") no Plano Piloto. Especialmente marcante na formação de Lúcio Costa (cf. Pedrosa, 1981:326-27) a influência do mestre francês tem sido notória na arquitetura e no urbanismo brasileiros, de modo geral, tendo recaído sobre a maior parte dos projetos apresentados no concurso de 1957. Não obstante o peso desta influência, é preciso lembrar que a supressão da rua-passeio e a fixação do estatuto dos terrenos urbanos não nasceram exclusivamente da imaginação e das preocupações do "grande mestre" dos modernistas: trata-se de medidas que foram endossadas pelo voto da maior parte dos cerca de cem delegados de dezoito países representados no IV CIAM em 1933, cujas proposições resultaram posteriormente no documento conhecido como a Carta de Atenas (08). O célebre documento que seria transformado em verdadeiro "livro sagrado" da arquitetura e do urbanismo a partir da década de 40 e, cujos princípios e postulados teriam alcançado em Brasília a sua mais plena realização (Bicca, 1985:105), propunha, entre outras coisas, a proibição do alinhamento das habitações ao longo das vias de comunicação e, a separação da circulação de pedestres da circulação de veículos motorizados.

Contudo, se o efeito geral das recomendações supracitadas é a proposta de eliminação da "rua-passeio", deve-se observar que esta não visava exclusivamente a racionalização do tráfego motorizado em detri-

mento dos pedestres, conforme afirmação de Vesentini (citada aqui na pág.x); ao invés disso, como as demais proposições da Carta de Atenas, ela nasce de uma crítica à "desordem urbana" causada pela "era das máquinas", visando proteger os habitantes e transeuntes dos acidentes de trânsito cada vez mais perigosos, da poluição atmosférica e sonora, e da ausência de luminosidade natural. Portanto, não é lícito confundir a presença de "vias de circulação" diferentes da tradicional rua-passeio com uma "ênfase no automóvel", nem com outros problemas estruturais do transporte coletivo dentro do Plano Piloto (09). Salvo a utilização de passagens subterrâneas no Eixo Rodoviário, cremos que o "sistema" de circulação de pedestres no Plano Piloto é realmente tão seguro e "eficiente" como o da circulação de veículos automotores, a despeito da tese em contrário de um especialista no assunto, discutida adiante juntamente com a questão dos acidentes de trânsito (item 2.3: pp 206-08).

Devemos considerar que as características esboçadas até aqui possuem certamente uma repercussão sobre a maneira geral dos habitantes verem a cidade e apreenderem seu espaço urbano local. A ausência de esquinas, derivada da supressão da rua-passeio; a presença de largos gramados sem equipamentos (bancos, praças, canteiros etc.) que lhes retirem o ar de espaços vazios; o lay-out quase idêntico de quadras, blocos e casas geminadas; enfim, a impressão geral de ordem associada à setorização, tudo isso contribui para o esvaziamento da "rua" como representação do espaço público diferenciado e, sob certos aspectos, complementar ao espaço doméstico (10). A "rua", aqui, deixa de ser o arquétipo do espaço público, o lugar das diferenças, dos contrastes, conflitos e trocas. Afora o espaço monumental da Esplanada dos Minis-

térios e adjacências, e o espaço compartimentalizado da área central, onde são separadas e "organizadas" as diferenças de atividade social e profissional, o que resta é o espaço estandardizado das quadras e os amplos gramados que as separam dos eixos e entre si, formando grandes e repetidos vazios indiferenciados: os espaços públicos abertos são transições sem mediação entre os lugares especializados das atividades ou funções urbanas.

Somando-se à diluição e ao ordenamento das diferenças da rua uma concepção das unidades residenciais (quadras e superquadras) como "territórios semi-autônomos", com áreas de lazer e comércio local próprios, percebe-se que o espaço público torna-se um prolongamento do espaço doméstico. "Sair de casa" em Brasília jamais é "dar uma volta na rua", como ocorre numa "cidade comum"; mas, passear na quadra ou sair para lugares pré-estabelecidos. Estas características, juntamente com o padrão espacial de estratificação da capital, contribuem para limitar a sociabilidade do brasiliense, que tende a confinar-se no individualismo doméstico; ou ainda, na prática de frequentar as "panelinhas" de quadras, clubes, repartições, escolas ou bares.

Cumprе salientar, ainda, que a "morte da rua" não teria sido um efeito imprevisto das reformas urbanas modernistas; mas, pelo contrário, um efeito premeditado. Segundo Holston (1986), a condenação da rua à morte pelos defensores da Nova Arquitetura e do urbanismo modernista não nasceu apenas de suas preocupações referentes a problemas de saúde pública (v. nota n 29) ou à adaptação do meio urbano às novas tecnologias da era industrial: ela apoiava-se nas intenções "utópicas" e "revolucionárias" dos modernistas, que visavam modificar a relação entre as esferas pública e privada na sociedade burguesa, cuja expres-

são mais acabada encontrava-se na rua tradicional. Porém, não nos cabe discutir, agora, o conteúdo utópico ou ideológico do movimento modernista na arquitetura e no urbanismo, cuja análise é objeto de nossa avaliação no segundo tópico deste capítulo.

Finalmente, nossa visão panorâmica detem-se, agora, sobre o foco-de-atenção do Plano Piloto: a monumentalidade da Esplanada dos Ministérios, da Praça dos Três Poderes e adjacências, na área central. Por hora, faremos apenas destacar as características plásticas desta monumentalidade, e seu efeito geral sobre a percepção dos habitantes e transeuntes. Num segundo momento, no item seguinte, abordaremos ainda algo da polêmica geral dentro do urbanismo em torno da noção de monumentalidade e, especialmente, de sua interpretação contida no Plano Piloto.

Os quatro elementos plásticos que conferem monumentalidade ao centro governamental e imediações foram assim discriminados por Epstein(1973): 1) as obras de Niemeyer (destacando não apenas o Congresso e os Palácios, mas também a Catedral e o Teatro Nacional); 2) a exploração de diferentes pontos-de-vista através de terraplenos que acenam as perspectivas (p. ex., a planura da Esplanada do Ministérios, seguida da descida atrás do Congresso); 3) o uso de amplos espaços abertos entre os edifícios públicos, especialmente na área central do Eixo Monumental; que, além de aumentar a impressão de altura e o arejamento daqueles, dificulta caminhar na área governamental particularmente em períodos de chuva ou nas horas de sol a pino; e, 4) restrição de prédios altos, conferindo ampla visibilidade ao Congresso e à Torre de TV.

Esta monumentalidade, como bem caracterizou o próprio Epstein, atribui acentuada ênfase aos edifícios da administração federal, destacando a centralidade do papel de capital na vida da cidade, ao qual, na ótica do poder, devem estar subordinados os demais aspectos de Brasília. Além de destacadas e enaltecidas pela monumentalidade da Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três poderes e imediações, as instituições do governo federal são igualmente afastadas da vida cotidiana da cidade. Não se trata apenas da mencionada "constante impressão de grande distância" de que falara Epstein (1973): o próprio Lúcio Costa teria concebido e organizado o conjunto todo como um "apêndice urbano" (Holanda, 1985:139).

Sendo uma representação arquitetônica do "Centro do Estado", o conjunto formado pela Praça dos Três Poderes e Esplanada dos Ministérios é, segundo Holanda (ibid.), "o espaço mais radicalmente separado não apenas das demais partes do centro, mas do resto do assentamento como um todo". Portanto, o imponente conjunto que sedia as instituições do governo federal, o "espaço monumental por excelência" da cidade, parece refletir uma concepção do Estado e do governo ao mesmo tempo gloriosa, elitista e isolacionista, perante uma sociedade civil intimidada, passiva e obediente. Veremos adiante até que ponto isto está contido no discurso urbanístico que embasa o plano de Lúcio Costa.

2 - Cidade Planejada: o Urbanismo como Ideologia e Utopia

No item precedente, além de traçar uma visão panorâmica das características formais essenciais do Plano Piloto (rigidez, setoriza-

ção, supressão da rua-passeio e monumentalidade), abordamos, em linhas gerais, algumas repercussões destas características na percepção da cidade por seus habitantes. Vimos, ainda, como esta percepção poderia refletir-se em suas atitudes cotidianas: atomização tendencial das relações de sociabilidade, pelo esvaziamento do espaço público ; e, certa intimidação da cidadania política com o tipo de monumentalidade apoteótica concentrado no setor governamental. Finalmente, comentamos *en passant* duas das principais influências doutrinárias que embasaram o projeto de Lúcio Costa: a Carta de Atenas e o trabalho de Le Corbusier. Agora, cumpre aprofundarmos na análise destas influências, bem como, nos aspectos ideológicos globais que cercam o plano original. Estes serão destacados a partir da avaliação das peculiaridades e similitudes do projeto vencedor face aos demais projetos concorrentes em 1957, como também, pela análise do próprio concurso e seu significado no âmbito da história contemporânea do urbanismo.

2.1 - Brasília e o urbanismo moderno

Não parece exagero atribuir à fundação de Brasília e às circunstâncias socioculturais que a cercam um significado de singular relevância na história mundial da arquitetura e do urbanismo. Assim fizeram e vinham fazendo diversos estudiosos do assunto, não sendo aleatória, a recente elevação do Plano Piloto a patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO.

A aprovação e execução de um projeto de cidade planejada sob preceitos modernistas para a nova capital brasileira causou um impacto profundo nos meios especializados do período inaugural.

Sobre o significado do projeto de construção da nova capital do país, assim pronunciou-se sir William Holford, emérito membro do júri do concurso de 1957 e destacado expoente do urbanismo britânico na época: "... este é provavelmente o mais importante problema do urbanismo no século XX. É importante para o Brasil, e tem imenso interesse para o resto do mundo" (in IBAM;1965:356).

Com a mesma ênfase, e dirigindo-se aos demais conferencistas do I Congresso Internacional de Críticos de Arte, promovido em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, em 1959, Mário Pedrosa proclama: "Brasília se apresenta diante de vós não só como uma etapa do desenvolvimento do Brasil, mas como um problema capital de toda a nossa civilização cada vez mais mundial. Tem, pois, implicações não só nacionais, mas, certamente, internacionais" (Pedrosa,1981:353). Entre estas, o célebre ensaísta e crítico de arte marxista salienta que, sendo Brasília "fruto dos mais audaciosos da cultura ocidental, seu fracasso seria em parte um fracasso desta cultura" (p. 366).

Enfim, ainda no âmbito do urbanismo da fase pré-inaugural, o arquiteto Edgar Graeff, num artigo publicado alguns meses após a divulgação dos resultados do concurso, compara o projeto vencedor de Lúcio Costa ao projeto da firma MMM Roberto (classificado em 3 lugar), considerando ambos como dois paradigmas alternativos de tendências que, na época, estariam em disputa para afirmarem-se como o "futuro da arquitetura e do urbanismo mundiais". Neste sentido, o conteúdo de ambos os projetos teria ultrapassado o interesse dos arquitetos brasileiros e da nova capital nacional, atingindo "os próprios destinos da Arquitetura Contemporânea mundial" (Graeff,1957: 162-3).

Numa visão contemporânea, os estudiosos da história da arquitetura e do urbanismo não vêem menos importância em Brasília. Para o polêmico arquiteto Paulo Bicca (1985:110), por exemplo, a relevância de Brasília "é tanta que a sua crítica radical (que procure identificar suas raízes) significa também uma profunda e não menos radical reinterpretação da história da moderna arquitetura capitalista".

No mesmo sentido, Holston (1986) vê Brasília como "o mais completo exemplo jamais construído do modelo de cidade moderna que tem dominado a teoria, a prática e o ensino da arquitetura desde 1930": "o que se encontra em Brasília, e em poucas outras cidades recentemente construídas *de novo*, acha-se como fragmentos da visão total em cidades mais velhas e redesenvolvidas mundo afora" (p. 04 - traduzido por mim). Segundo ele, não seria uma generalização exagerada "dizer que esta visão tem alterado fundamentalmente o ambiente urbano no qual aproximadamente metade da população mundial vive" (ibidem). Por conseguinte, em sua perspectiva, "Brasília oferece uma oportunidade para avaliar as premissas básicas da cidade modernista num contexto onde elas estão expressas com clareza particular" (ibid.).

Há três razões convincentes para se atribuir tamanho significado à nova capital do Brasil. Primeiramente, no âmbito mais geral do empreendimento, por aquilo que representa o fenômeno da construção de uma "cidade nova" no século XX. Segundo, pelo caráter aberto e pela envergadura do concurso de 1957. E, terceiro, pela efetiva implantação do projeto vencedor, onde foram aplicadas com inédita amplitude as formulações mais inovadoras e atualizadas do urbanismo na época.

Em primeiro lugar, sob o aspecto mais genérico, a própria construção de uma cidade nova pode ser vista como um fato representativo e singularizante da época moderna, seja no plano histórico, conforme indicação de Henri Pirenne, ou no plano simbólico e cultural.

Para vislumbrar o ponto proposto no plano histórico, devemos recorrer à erudição do mestre francês. O célebre historiador do fenômeno urbano traça um painel retrospectivo do desenvolvimento das cidades desde a *polis* grega, passando pela *urbs* romana, a comuna medieval, a cidade da renascença e a comuna burguesa, até chegar à cidade industrial da civilização moderna. De acordo com a conceituação de Pirenne sobre a cidade, entendida numa perspectiva sociocultural e ecológica, este desenvolvimento culmina na era contemporânea, quando a evolução tecnológico-industrial permite aos homens "dominar a natureza e marcá-la com sua presença, malgrado as desvantagens de clima e solo", tornando "possível construir cidades em qualquer lugar que o espírito de empreendimento e a procura de lucro possam sugerir" (cit. in Pedrosa, 1981:346). Brasília é um exemplo perfeito desta época: inexistem precedentes de cidade planejada com esta envergadura. Se houve uma cidade precursora no tocante à profundidade da experiência de planejamento urbanístico - Chandigarh, a nova capital do Punjab (Índia) projetada por Le Corbusier em 1950 - uma diferença se impunha em relação ao modelo do urbanista francês: a escala da obra, "a maior até então, e no ermo da região, que escapava ao apoio das teorias econômicas e sociais, até então formuladas sobre áreas já ocupadas" (MAB, 1986:15) (11).

No plano cultural o empreendimento de construir uma nova cidade a partir de um projeto global representaria uma oportunidade singular

para efetivar a "passagem da utopia ao plano", realização identificada por Bertrand Russel como traço distintivo da modernidade. Preocupados com o lugar da arte nesta, autores como Lewis Mumford e Mário Pedrosa vêem na cidade nova um campo para a praxis da "obra de arte coletiva", a materialização de uma "utopia positiva", a funcionar como um grande laboratório para realizar a decisiva experiência de "síntese das artes" (Pedrosa, 1981:361-2).

Evidentemente, ambos os autores apresentam, aqui, uma visão referenciada na história da arte e da arquitetura modernas: endossam as proposições da Nova Arquitetura (extensiva ao urbanismo), fundamentadas esteticamente e doutrinariamente nos movimentos artísticos de vanguarda que marcaram o início deste século (dadaísmo, cubismo, construtivismo e surrealismo), cujo viés reconhecidamente "utópico" influencia a arquitetura e penetra o planejamento urbano (12). Ademais, é oportuno recordar que a associação entre a cidade nova e a utopia, intensa no período inaugural de Brasília, não contaminou apenas os artistas, filósofos, arquitetos e urbanistas, mas, igualmente, múltiplos segmentos intelectuais identificados com o clima de "modernização" e "reforma" que envolvia o país desde o início do governo Kubitschek; que, ao lado de uma legião anônima de fiéis de diversas subculturas místico-religiosas, transferiram-se para o DF no intuito de desenvolverem ou participarem de novas experiências artísticas, pedagógicas, místicas ou de convivência social (v. cap. VI).

Em segundo lugar, na opinião de um dos concorrentes, o concurso teria sido, no que diz respeito ao urbanismo, "o maior evento que houve na história mais recente", tendo mobilizado "os principais escritórios organizados de arquitetura da época", bem como, "arquitetos

jovens que compareceram diretamente ou em equipe...Do concurso, ainda, e do resultado", acrescenta, "ficou, para a gente que participou, a convicção, pelo menos da minha parte, da validade... do chamamento livre e democrático, coisa que nunca mais ocorreu num concurso desta envergadura"; pois, "hoje em dia, para você fazer um projeto, você precisa ter uma tremenda estrutura tecnológica de apoio" (Pedro Paulo de Melo Saraiva, arquiteto co-autor do plano n 16, em entrevista concedida à pesquisa/exposição "Brasília, trilha aberta" - MAB, agosto de 1986) (13).

Finalmente, há uma razão mais específica para situar a construção de Brasília como um fenômeno de suma importância para a história mundial da arquitetura e do urbanismo: ela é, segundo P. Bicca (1985: 105), "uma das realizações mais plenas dos postulados, princípios e dogmas constitutivos da 'Bíblia' dos arquitetos a partir dos anos quarenta", a Carta de Atenas. Provavelmente, ela o é até mais do que a própria Chandigarh de Le Corbusier, considerando o elevado grau de liberdade que as condições ecológicas, políticas e econômicas do empreendimento concederam aos urbanistas, respectivamente: 1) uma região quase inteiramente desocupada; 2) o estabelecimento de um novo "estilo de governo" por Juscelino Kubitschek, cuja política teria centrado-se num amplo domínio do poder executivo atuando autonomamente através do seu ramo tecnoburocrático, a ponto de quase neutralizar as iniciativas do legislativo com o apoio de um disciplinado "bloco de apoio" parlamentar (v. Benevides, 1979); e, 3) um amplo controle sobre a propriedade do solo na área a ser planejada.

Preparando a discussão do próximo item, parece-nos oportuno fazer algumas considerações a respeito do concurso de 1957 (14) e seu resul-

tado, através das quais serão evidenciados aspectos ideológicos gerais contidos nos projetos e nas avaliações do júri.

Não foram poucas as polêmicas levantadas em torno do concurso que traduziu os horizontes do debate urbanístico de sua época. Além do resultado, foram questionados a composição do júri (15), e o prazo exíguo em que se processou o julgamento: apenas cinco dias. O representante do IAB protestou contra este prazo, negando-se a votar na data prevista. Votando em separado, seu voto foi a única dissidência no comitê do júri; pois, os demais jurados julgaram e elaboraram conjuntamente um relatório de classificação divulgado em 16 de março de 1957 (16).

Mas, a polêmica mais vigorosa, aquela de maior relevância para nossa discussão, ficou por conta do resultado do julgamento, que levantou uma grande controvérsia pública. A apresentação sumária do projeto vencedor - "cinco cartões em tamanho médio, sem nenhum desenho mecânico; apenas alguns croquis acompanhados de um relatório onde não constava qualquer esquema preciso sobre o uso da terra ou carta sobre a população" (Epstein, 1973:49 - traduzido por mim) (17) - contrastava brutalmente com o projeto da firma MMM Roberto e seus colaboradores que, segundo o próprio William Holford, "apresentaram as propostas mais completas e mais detalhadas para uma cidade e seu meio regional de que jamais se teve notícia numa competição pública" (in IBAM, 1965:360). Os irmãos Roberto sentiram-se injustiçados, passando a defender seu projeto (n 8) por meio de diversos artigos na imprensa diária.

Deixando de lado as polêmicas, passemos à avaliação do julgamento. Para fazê-lo, é preciso, antes de mais nada, responder às seguin-

tes questões:- Quais foram os critérios de avaliação do júri? Quais as características que mais contribuíram para fazer do plano de Lúcio Costa o vencedor do concurso?

Um rápido exame no relatório do júri (in IBAM, 1965:362-4) mostra que havia uma concepção geral sobre a cidade e sobre o papel das capitais antecedente aos próprios critérios de avaliação dos projetos explicitados no texto. Assim, já em seu primeiro parágrafo, diz o relatório: "... uma Capital Federal, destinada a expressar a grandeza de uma vontade nacional, deverá ser diferente de qualquer cidade de 500 mil habitantes. A capital, cidade funcional, deverá além disso ter expressão arquitetural própria. Sua principal característica é a função governamental. Em torno dela se agrupam todas as outras funções, e para ela tudo converge". Se "as unidades de habitação, os locais de trabalho, os centros de comércio e descanso se integram, em todas as cidades, de uma maneira racional entre eles mesmos", acrescenta o relatório, "numa capital tais elementos devem orientar-se... no sentido do próprio destino da cidade: a função governamental" (p. 362 - grifado por mim).

A partir das observações acima, depreende-se que o júri apresentava tendências algo "conservadoras", especialmente no contexto da época. Primeiro, pela colocação da função governamental não apenas numa justificável posição de destaque, mas de absoluta centralidade, como se uma cidade-capital pudesse ser apenas a Capital Federal, voltada para o resto do país, mas de costas para sua comunidade, mantendo-se afastada das pressões e dos interesses de ordem local referentes ao comércio, mercado de trabalho, habitação, etc.. E, segundo, pelo reconhecimento de uma espécie de "racionalidade orgânica" inerente a todas

as cidades .

Embora a crítica "organicista" do "urbanismo analítico" faça deste segundo ponto uma afirmação bastante controversa hoje em dia (v. discussão no item 2.3), o ponto de vista do júri neste aspecto era claramente divergente das formulações urbanísticas consideradas as mais avançadas na época, as quais tiveram visíveis influências na maioria dos projetos apresentados ao concurso. Trata-se justamente das formulações da Carta

de Atenas contrárias à "desordem" que passou a caracterizar as quatro "funções urbanas essenciais" (habitação, circulação, trabalho e recreação) nas grandes cidades com o advento da "era das máquinas". Segundo o célebre documento, a velocidade das transformações impostas à paisagem urbana pelas inovações tecnológicas, associada a um "incessante acréscimo de interesses particulares", fizeram da cidade do século XX um cenário caótico e dominado pela "proeminência das iniciativas particulares, inspiradas pelo interesse pessoal e o chamariz da ganância" (A Carta de Atenas, in DAU, 1971:1a.parte). Portanto, segundo a perspectiva da Carta, não haveria lugar, neste contexto, para uma "racionalidade orgânica" inerente à "cidade em geral" a beneficiar indistintamente toda a "comunidade", senão para a "lógica" do capital, atuando sobre as forças do mercado urbano. Assim, caberia aos urbanistas, iluminados por sua ciência e apoiados no poder das autoridades políticas, ordenar "racionalmente" as mencionadas funções urbanas, em conformidade com o "interesse coletivo" (idem).

A partir das observações acima, pode-se deduzir que, aparentemente, a preocupação central do júri quanto ao aspecto "funcional" da nova capital não era buscar soluções inovadoras para os grandes proble-

mas urbanos da atualidade (especialmente a questão da moradia e a questão do transporte coletivo), como ocorria, p.ex., aos projetos n 8 e n 17 (18); mas, antes, procurar "harmonizar" técnica e esteticamente as funções urbanas essenciais, subordinando-as ao papel político-administrativo da capital, "função primordial" e soberana da cidade planejada que iria nascer.

Quanto aos critérios, segundo o relatório, "o júri procurou examinar os projetos, inicialmente, sob o plano funcional e, em seguida, do ponto de vista da "síntese arquitetônica". Os elementos do plano funcional seriam: "1 - a consideração dos dados topográficos; 2 - a extensão da cidade projetada em relação à densidade de habitação (escala humana); 3 - o grau de integração, ou seja, a relação dos elementos entre si; e, 4 - a ligação orgânica entre a cidade e os arredores (plano regional)". A "síntese arquitetônica", por sua vez, compreenderia, em primeiro lugar, a "composição geral"; e, em segundo, a "expressão específica da sede do Governo" (in IBAM, 1965:362-3 - grifado por mim).

Contudo, conforme se verifica pela classificação do projeto de Lúcio Costa em primeiro lugar, foram privilegiados no julgamento os aspectos plásticos e funcionais de maior conveniência para o Governo Federal sob o ponto de vista político (o "grau de integração", i.e.: a "inteireza" do Plano Piloto) e ideológico (a monumentalidade da sede de Governo elaborada pelo criador de Brasília), em detrimento do ponto de vista técnico ou social (plano regional).

Ora, no plano funcional, o projeto de Lúcio Costa não observou adequadamente, como o fizeram outros concorrentes, os critérios primeiro e quarto supracitados; pois, além de utilizar-se fartamente de

terraplenos no Eixo Monumental, desprezando a excepcional planura do terreno, o urbanista criador de Brasília não apresentou o mínimo esboço de um plano regional. A adequada observação do segundo critério funcional, por sua vez, não singularizava o projeto n 22, já que outros projetos, como o n 8, por ex., também se preocuparam com a "escala humana", o controle das distâncias e da densidade demográfica. Quanto ao terceiro critério funcional, o "grau de integração dos elementos urbanos", este sim, foi particularmente observado no projeto vencedor. A unidade dos elementos constitutivos do Plano Piloto, associada a uma composição geral expressiva e harmoniosa, conferindo uma centralidade monumental inigualável à sede do Governo Federal, fizeram do projeto de Lúcio Costa o favorito na ótica do júri:

"o júri procurou encontrar uma concepção que apresentasse unidade e conferisse grandeza à cidade, pela clareza e hierarquia dos elementos. Na opinião de seus membros, o projeto que melhor integra os elementos monumentais na vida cotidiana da cidade como capital federal, apresentando uma composição coerente, racional, da essência urbana - uma obra de arte - é o projeto de n 22 do sr. Lúcio Costa" (in IBAM, 1965:363 - grifado por mim).

O privilegiamento do "grau de integração dos elementos urbanos" e da "monumentalidade", bem como, o relativo desprezo dos estudos socio-econômicos e dos planos regionais no resultado final do concurso foi assim justificado por sir W. Holford: "de acordo com as condições do concurso... tratava-se de uma competição de idéias e não de detalhes". Segundo o eminente jurado, "o júri tinha de pôr em primeiro lugar a idéia que lhe parecesse oferecer a menor e mais engenhosa base para uma cidade que ainda está para ser construída e que será uma cidade-capital" (idem, p. 356 - grifado por mim).

Assim, ao lado da monumentalidade (Holford refere-se ao projeto de Lúcio Costa como "o único plano para uma capital administrativa do

Brasil" - idem, p. 354), a vitória foi dada ao projeto n. 22 pela sua unidade e inteireza, vistas não apenas do ponto-de-vista estético; mas, principalmente, do ponto de vista pragmático: sua conveniência política. E que, no plano de Lúcio Costa, a cidade já nasceria com um "esqueleto adulto", podendo ser inaugurada ainda no governo Kubitschek, em plena construção, sem parecer um mero canteiro de obras indefinido (cf. Epstein, 1973:49).

A avaliação do julgamento demonstra, portanto, que os arquitetos e urbanistas do comitê do júri não tomaram decisões "neutras" ou "cientificamente" baseadas, em conformidade a princípios estabelecidos nas suas respectivas disciplinas. Ela apenas confirma a tese *deja vu* de que as concepções urbanísticas e arquitetônicas só abandonam o domínio das especulações estéreis, saindo dos livros ou das pranchetas de seus criadores para efetivar-se concretamente, quando obtêm algum amparo (ou penetração) no poder político-administrativo estabelecido. O problema resultante disto é que este amparo indispensável para assegurar a efetiva implantação dos planos urbanísticos custa necessariamente aos urbanistas e arquitetos alguma concessão aos designios do poder do qual se servem. No caso em questão, estas concessões apareceram tanto entre os arquitetos e urbanistas do júri (todos com vasta experiência de trabalhos de cunho "oficial" - v. nota n. 15), como entre os concorrentes do concurso, como veremos no próximo item.

Tendo avaliado o significado do concurso, as influências doutrinárias dos projetos concorrentes (grosso modo), a concepção urbanística do júri (idem), e os critérios de avaliação do julgamento, só nos resta, agora, abordar os aspectos ideológicos globais que cercam o Plano Piloto e sua crítica.

2.2 - Plano Piloto: ideologia e utopia

A construção de Brasília e a concepção urbanística do Plano Piloto já foram associadas a um sem número de ideologias, incluindo associações mais ou menos estapafúrdias com o "positivismo", o "nacionalismo", o "racionalismo tecnicista", o "taylorismo" (Bicca, 1985), a "geopolítica" (Vesentini, 1986), e até o "socialismo" (Eco, 1971). Por outro lado, há pelo menos um trabalho acadêmico bem fundamentado abordando a concepção urbanística de Brasília sob o ângulo da "utopia": uma tese um tanto "generosa" defendida pelo antropólogo James Holston (1986) em Yale.

Todavia, ambas as abordagens acima padecem de imprecisões conceituais que implicam demasiados reducionismos, simplificando grosseiramente seja a história da arquitetura moderna, seja a história de Brasília no contexto da história do Brasil. Assim, para não "vestir a carapuça" da crítica, e antes de iniciarmos o seu desenvolvimento, são necessários previamente alguns passos de cunho metodológico.

Primeiramente, o exame da literatura acima nos sugere ser preciso estabelecer uma demarcação relativa e provisória entre a questão da transferência da capital (associada efetivamente a ideologias como o nacional-desenvolvimentismo e a geopolítica) e a concepção urbanística do Plano Piloto (ligada, por sua vez, a outras ideologias e projetos "utópicos"). Somente assim será possível fazer a crítica da cidade planejada enquanto tal, sem misturá-la demasiadamente com outra faceta de Brasília, a cidade-capital. Não obstante ambas as facetas acima estejam intimamente relacionadas, na medida que a cidade foi planejada

desde o início para ser a capital do país, poderia ter havido, como houve, alternativas mais ou menos diferenciadas quanto às características urbanísticas da nova capital. Assim, uma crítica ao projeto urbanístico do Plano Piloto deve situar a especificidade de suas determinações numa comparação com outros projetos apresentados no concurso de 1957, destacando pontos de convergência e divergência entre eles.

Das leituras referidas no início deste item, extraiu-se também uma premissa aparentemente sensata e ponderada: não é apenas lícito, mas, inclusive, recomendável, avaliar o urbanismo produzido por Lúcio Costa e a maior parte dos urbanistas de sua geração em termos do conteúdo simultaneamente "ideológico" e "utópico" de seus projetos. Esta aparentemente contraditória duplicidade de papéis dos urbanistas e arquitetos reflete, conforme a argumentação desenvolvida aqui, a própria posição deles enquanto agentes sociais: seriam membros de uma tecnocracia que teve seu poder alargado durante a fase do capitalismo monopolista de Estado, mas cuja participação no "bloco no poder" permaneceu subordinada aos interesses dos setores hegemônicos deste.

Finalmente, antes de entrarmos na discussão de quais seriam os aspectos utópicos e ideológicos da concepção urbanística do Plano Piloto, é preciso, ainda, estabelecer rigorosamente a conceituação de ideologia e utopia empregada aqui, cujo referencial teórico básico apoia-se na obra clássica de Mannheim (1972).

Tratando primeiramente da ideologia, haveria, segundo o sociólogo germânico, duas concepções ao mesmo tempo distintas e relacionadas do conceito: as concepções "particular" e "total" de ideologia. A primeira consistiria numa "psicologia de interesses" a partir da qual é possível interpretar o conteúdo dos discursos de um sujeito, seja grupal

ou individual, como "disfarces" ou "distorções" mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação social, cujo reconhecimento não estaria de acordo com os interesses desse mesmo sujeito. Transcendendo a esfera psicológica, a segunda concepção considera "não apenas o conteúdo, mas igualmente a forma e, mesmo, a estrutura conceptual de um modo de pensamento como uma função da situação de vida de um pensador", situado no ambiente histórico-cultural que o cerca. Neste contexto, seria lícito falar de "ideologia de uma época ou de uma classe social" (Mannheim, 1972:81-3).

Apesar das diferenças acima, as duas concepções de ideologia apresentariam, segundo Mannheim, um elemento comum: ambas buscam atingir uma compreensão do significado real e das intenções subjacentes ao discurso de um sujeito sem deter-se exclusivamente no que é dito ou escrito, mas procedendo a um entendimento deste discurso pelo método indireto de analisar as "condições sociais" do indivíduo que o pronuncia (entre as quais o grupo social a que ele pertence e representa). Aqui, o sociólogo germânico distingue dois modos de interpretação do discurso de um sujeito: a "interpretação imanente", que repousa exclusivamente sobre aquilo que foi dito ou escrito; e, a "interpretação transcendental", que vai além destes dados, implicando uma análise da situação de vida do sujeito (ibidem). Parece-nos indiscutível que uma boa análise do discurso de qualquer sujeito deva conjugar necessariamente ambas as interpretações

De acordo com a conceituação acima, procuraremos avaliar os aspectos ideológicos do plano de Lúcio Costa conjugando três níveis de análise simultaneamente distintos e relacionados: 1) uma "interpretação imanente" do conteúdo do "Relatório para o Plano Piloto de Brasília

lia" apresentado por Costa ao concurso de 1957; 2) uma "interpretação transcendental" do projeto urbanístico estabelecido neste documento, baseada na concepção particular de ideologia, situando a intencionalidade (mais ou menos explícita) contida nele em relação ao campo de interesses que envolve seu autor e os urbanistas de um modo geral; e, 3) uma interpretação transcendental mais ampla, baseada agora numa concepção total de ideologia, tentando situar o urbanismo moderno no contexto ideológico do século XX. Ver-se-á que é mister uma análise distinguindo os três níveis enumerados não por mero formalismo; mas, para evitar certos equívocos e injustiças que foram cometidos por muitos autores contra o paradigma urbanístico seguido por Lúcio Costa e a maioria dos arquitetos e urbanistas de sua geração, justamente por não terem sabido distinguir e relacionar os diferentes aspectos da questão ideológica com respeito à capital.

Além da conceituação de ideologia nos termos acima, cremos ser necessário conceber certas propostas emanadas do urbanismo moderno, e certos aspectos do Plano Piloto, como elementos "utópicos" no sentido mannheimiano.

Recusando a conotação contemporânea do termo utópico como predominantemente denotativo de idéias ou aspirações irrealizáveis em princípio ("utopia absoluta"), Mannheim (1972:220) utiliza-o num sentido historicamente relativo, ou seja: "uma utopia significando ... o que pareça irrealizável tão só do ponto-de-vista de uma dada ordem social vigente". Isto, porém, não é ainda suficiente para caracterizar a "mentalidade utópica"; pois segundo Mannheim, tanto as utopias quanto as ideologias seriam idéias ou "estados de espírito" incongruentes com o estado de realidade dentro do qual ocorrem, na medida que se

orientam para objetos inexistentes na situação real. Assim, tanto uma quanto a outra procuram distanciar-se da realidade social onde emergem; embora guardem, não obstante, relações intrínsecas com as circunstâncias sociais e as possibilidades históricas de sua época. Neste sentido, ambas são igualmente "ideologia" (lato senso).

A despeito da ambiguidade terminológica inicial, a oposição entre os termos "ideologia" (estrito senso) e "utopia" é esclarecedora da dialética do processo ideológico global na sociedade. Conforme indica a perspectiva mannheimiana, as ideologias devem ser tomadas, por definição, como cosmovisões incapazes de orientar os indivíduos ou grupos que vivem sob os seus princípios ou "dogmas" para uma conduta "eficiente" no mundo que os cerca; daí, estarem harmoniosamente "integradas" na ordem social dominante. As utopias, ao contrário, conteriam elementos orientados para a realização de uma nova ordem social, já constituindo por si mesmas instrumentos para a desintegração da ordem existente: seriam projetos de construção do futuro baseados numa recusa radical do presente, numa "negação da história", para usar a embaraçosa expressão de Holston (1986) (19).

Todavia, o contraste entre ideologia e utopia não demarca uma oposição metafísica, mas, antes, uma relação dialética fundamentada nas relações materiais e simbólicas das classes e dos grupos sociais entre si. Assim, um mesmo sistema de idéias pode desempenhar tanto um papel utópico quanto ideológico, não apenas de acordo com o ponto-de-vista de quem analisa, mas conforme a própria dinâmica das transformações político-sociais. As ideologias que pretendem a emancipação das classes subalternas são sempre taxadas de "utopia" (no sentido absoluto) pelos representantes da classe dominante, ao passo que, logrando

obter o poder de Estado, o que antes era a utopia das classes subalternas passa a ser a sua "ideologia" (estrito senso), ao deixarem para trás a posição subordinada.

Não obstante as dificuldades de demarcação entre as ideologias e as utopias inerente à conceituação mannheimiana dos termos, a distinção é relevante na medida que permite romper com uma visão estreita e dicotômica da ideologia como sendo um mero conjunto de idéias que justificam a dominação da classe dominante ou preparam a dominação de uma classe em ascensão. Dentro da conceituação de Mannheim, ao contrário, é possível supor elementos utópicos e ideológicos emergindo de um mesmo grupo social (20). Os urbanistas modernos constituem um exemplo preciso disto, como transparece no episódio da construção de Brasília, onde os projetos apresentados ao concurso, inclusive o de Lúcio Costa, mesclavam ambos os elementos sob distintas dosagens, conforme veremos agora.

Mostramos, de passagem, alguns exemplos de como a "utopia" compareceu ao concurso de 1957: os projetos de n 8 e n 17 propunham um modelo de cidade polinuclear, cujos sistemas de transporte, associado a unidades residenciais semi-autônomas (quanto a serviços básicos) e intensivas (quanto à população residente), eliminaria o uso de ônibus e automóveis (v. nota n 18). Porém, o que havia de "utópico" em tais propostas, segundo a conceituação estabelecida aqui, não era propriamente o seu ousado conteúdo técnico (ao que parece, perfeitamente exequível dentro dos limites previstos em ambos os casos); mas, sim, o seu esforço de nadar contra a correnteza da história.

A proposta de uma cidade sem automóveis e ônibus era utópica porque entrava em choque com o projeto de hegemonia burguesa desenvolvido

no país durante o governo Kubitscheck e, apoiado na ideologia nacional desenvolvimentista. Convertendo-se em projeto hegemônico, esta ideologia iria unir esquerda e direita em torno do "Programa de Metas", numa crença de que a modernização industrial, através da expansão da produção de bens de capital (sustentada por investimentos estatais) e de bens de consumo durável (induzida pelo incentivo ao capital de risco estrangeiro), iria transformar o Brasil numa sociedade capitalista desenvolvida (Benevides, 1979).

Ora, não nos cabe aqui aprofundar a discussão do governo Kubitscheck. Cumpre-nos, entretanto, chamar a atenção para o fato de que a indústria automobilística, por seu efeito multiplicador sobre a indústria de auto-peças e, pelos investimentos em infra-estrutura de transporte rodoviário que ela iria requerer e justificar, representava o carro-chefe da modernização desenvolvimentista. Isto, para não dizer que a indústria automobilística era, por assim dizer, o centro dinâmico da economia mundial na nova fase do capitalismo impulsionada após o fim da Segunda Grande Guerra: a transnacionalização do grande capital industrial, cujo processo de emigração para as economias periféricas aprofunda-se a partir de meados da década de 50. A implantação da indústria automobilística, portanto, era previsível, senão inexorável, no contexto do governo Kubitscheck.

Neste aspecto, o projeto de Lúcio Costa era perfeitamente congruente com a época; pois, não só exaltava o progresso técnico nas imagens atribuídas a Brasília no relatório do Plano Piloto ("capital aérea e rodoviária"), como procurava assimilar e facilitar o uso do automóvel mediante, inclusive, a completa supressão de cruzamentos no tráfego de ônibus e carros (in IBAM, 1965:345) - detalhe cuja implemen-

tação teve de ser posteriormente alterada. Isto não significava, contudo, um "descuido" do consagrado urbanista com o problema da circulação de pedestres (cf. sugestões neste sentido in Vesentini, 1986:158-9; e, in Wright, 1987): "Fixada a rede geral do tráfego de automóveis", conforme o texto de seu relatório, o projeto de L. Costa estabelecia

"tramas autônomas para o trânsito local de pedestres..., sem contudo, levar a separação a extremos sistemáticos e anti-naturais, pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se desumaniza, readquirindo, *vis-à-vis* o pedestre, feição ameaçadora e hostil, quando incorporado à massa anônima do tráfego. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que em determinadas condições, e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe" (ibidem).

Todavia, a concepção urbanística do Plano Piloto também continha elementos utópicos (no sentido acima). De um modo geral, a cidade idealizada por Costa expressava uma concepção de "cidadania planejada", à qual todos os habitantes deveriam ter direito. Trata-se, na verdade, de uma aspiração coletiva dos urbanistas da geração do criador do Plano Piloto, imbuídos da mentalidade utópica da Carta de Atenas, aos quais foi dada a oportunidade histórica de construir "cidades novas" em conformidade a projetos globalizantes. Tais cidades deveriam assegurar a todos os seus habitantes um meio urbano saudável (com espaço, ventilação, solaridade, e verdor), bem como, acesso facilitado ao trabalho e ao lazer.

Deixando de ser princípios utópicos (porque fora da ordem "natural" da cidade capitalista), as aspirações destes urbanistas converter-se-iam em "soluções" técnicas de um plano urbanístico que, impostas por regulamentação legal, iriam assegurar a efetiva implementação da cidade planejada. Foi o que aconteceu em Brasília, cujo "Código de

Edificações" estabeleceu a limitação de gabaritos; a setorização de atividades; a alocação obrigatória de áreas verdes e áreas de lazer; e o espaçamento mínimo entre as casas ou blocos; assegurando, ainda, certo grau de separação entre a circulação de veículos motorizados e a circulação de pedestres, conforme previsto no plano. Porém, se a implementação destes "princípios utópicos", e do partido urbanístico proposto a partir deles, foi garantida pela implantação daqueles regulamentos, a execução do plano não iria assegurar o ideal de cidadania almejado para todos os habitantes da cidade planejada.

A constatação acima leva-nos a concluir que o espetáculo mais característico deste século, estrelado pelo urbanismo moderno, não seria a transformação das utopias em planos, conforme a visão da modernidade sugerida por Bertrand Russel,; mas, sim, o desmoronamento de todos os planos e utopias, devorados pela dinâmica acelerada da realidade social em mutação. Deixemos o desfecho para depois, voltando ao início do espetáculo para examinarmos mais de perto a utopia de Lúcio Costa.

Cremos ter feito acima uma ligeira "interpretação transcendental" do conteúdo utópico do Plano Piloto, segundo a "concepção particular de ideologia" - lato senso (i.e.: incluindo aí as utopias) - no sentido mannheimiano. Ou seja, procuramos mostrar como o projeto de Lúcio Costa traduzia aspirações dos urbanistas de sua geração que eram, em certo grau, incongruentes com o urbanismo capitalista. Entretanto, é mister, ainda uma "leitura imanente" complementar; pois, o urbanista criador de Brasília acrescentou elementos idiossincráticos à utopia por ele vislumbrada na cidade que planejou. Ao examinarmos a última leitura dos elementos utópicos contidos no Plano Piloto, passaremos à interpretação do seu conteúdo propriamente "ideológico" (es-

trito senso).

Além de seguir fielmente a Carta de Atenas, buscando resgatar as perdidas "condições da natureza" para todos os habitantes da cidade nova a ser criada, Lúcio Costa idealizou uma cidade fraterna, onde pessoas de diferentes status e condições econômicas pudessem conviver harmoniosamente sob o mesmo ideal de "comunidade". Assim, embora superquadras diferenciadas arquitetônica e socialmente tenham sido concebidas como unidades residenciais semi-autônomas (inspirada na "unités d'habitation" lecorbusieriana), com áreas de lazer e comércio local próprios, elas não deveriam ser ilhadas, atomizando a noção de comunidade. Ao contrário, cada conjunto de quatro quadras formaria uma "unidade de vizinhança", onde seriam localizados clubes, igrejas, escolas e quadras desportivas, de tal sorte que fosse possível "tanto ao ministro quanto ao contínuo... viverem lado a lado, valendo-se dos mesmos serviços que toda a unidade... fornece aos habitantes" (Eco, 1971:244).

Entretanto, no lugar de um projeto de "cidade socialista" para uma capital de burocratas, como surpreendentemente a supôs Umberto Eco (op.cit.:246), Lúcio Costa projetou uma cidade liberal para um funcionalismo diferenciado social e economicamente, onde o "status de cidadania" deveria fornecer não apenas condições básicas semelhantes para todos os habitantes, mas condições elevadas, uma vez que tratava-se de uma capital planejada. Ao invés de inviabilizar o ideal de cidadania, criando uma cidade igualitária para habitantes desiguais, o urbanismo do Plano Piloto deveria harmonizar e integrar as diferenças reais (21).

Neste sentido, o relatório indica que, embora as quadras devessem ser diferenciadas no seu padrão arquitetônico e na valorização associada à sua posição no conjunto (as quadras contíguas ao Eixo Rodoviário mais valorizadas que as quadras internas), para permitir a "dosagem" das "gradações próprias ao regime vigente", o agrupamento delas de quatro em quatro propiciaria "em certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação". Assim, "as diferenças de padrão de uma quadra a outra", decorrentes "apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau de requinte do acabamento", seriam "neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto", não sendo "de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito" (in IBAM, 1965:354 - grifado por mim). Por fim, o autor propõe ainda o impedimento da "enquistação de favelas na periferia urbana e rural", cabendo à Companhia Urbanizadora "prover dentro do esquema proposto acomodações decentes para a totalidade da população" (ibidem - grifado por mim). Noutras palavras, caberia à Cia. Urbanizadora, segundo Costa, acomodar toda a população dentro dos limites da cidade planejada, i.e., o "esquema proposto" como Plano Piloto.

Bem, o desfecho do espetáculo é conhecido, com Brasília expandindo-se através de cidades-satélites para tornar-se uma cidade dividida, cuja estratificação social é intensamente segregada no espaço urbano. A capital teria se tornado "a própria imagem da diferença social", nas palavras de Umberto Eco: "a disposição espacial tornou-se fato comunicativo e - mais do que em qualquer outra cidade - o status de um indivíduo é comunicado pelo local onde ele se encontra e do qual difícil-

mente pode deslocar-se" (Eco,1971:246). Embora a regulamentação legal de alguns princípios "utópicos", ou senão "reformistas", tenha garantido a implementação do partido urbanístico proposto, a efetiva implantação deste não foi capaz de assegurar a generalização da noção de cidadania contida no mesmo. Pelo contrário, dadas as injunções do capitalismo, a inflexibilidade e o alto padrão urbanístico do Plano Piloto teria, antes, favorecido a rápida proliferação das cidades satélites, conforme veremos a seguir.

Primeiramente, é preciso lembrar que a implantação generalizada do alto padrão de cidadania contido na cidade planejada, com seu custo elevado, requeria como pré-condição um desmesurado controle sobre o crescimento urbano desta, para impedir o enorme crescimento migratório que a capital experimentou desde o início de sua construção. Além disso, ela exigiria um confronto direto com a apropriação do solo urbano sob as condições de mercado, para combater o acentuado processo de valorização da terra no Plano Piloto que iria acompanhar a expansão da cidade. Ambas as condições, por sua vez, teriam requerido não só um tratamento especial para a capital, incongruente com o princípio de equidade da cidadania moderna (apoiado basicamente sobre o desenvolvimento dos Estados nacionais), como também, o seu brutal isolamento do restante do país.

Porém, ao contrário do que pareciam sonhar os "urbanistas utópicos", nenhuma cidade pode ser mantida isolada da sociedade em que ela nasce e a cujos processo está inexoravelmente submetida (Harvey,1980), mesmo quando se trata de uma experiência de planejamento urbano localizado e centralizado, como ocorreu nas condições do Plano Piloto. Até numa situação como esta, seria de se esperar que o planejamento da

"cidade nova" incorporasse tal premissa, fazendo estudos sobre as características estruturais da região e da sociedade onde ela seria criada. Aparentemente, a idéia de uma "utopia intra-muros" teria seduzido os urbanistas do modernismo, para quem as "cidades novas" (cidades construídas segundo uma concepção globalizante do planejamento urbano) seriam feitas à imagem e semelhança do seu plano prévia e racionalmente estabelecido: como se o plano pudesse manter-se ao abrigo de pressões e influências "exteriores" de ordem política, socio-econômica e/ou cultural... (22)

Na realidade, a utopia modernista era bem mais pretensiosa. Desde os primeiros CIAM's, os modernistas se propunham não apenas a remodelação da cidade industrial, mas uma verdadeira "reconstrução" da sociedade capitalista através de dois tipos de transformação; uma institucional e outra arquitetônica, ambas com um viés "coletivista": a primeira se daria pelo deslocamento das instituições sociais tradicionalmente estabelecidas no domínio privado para "uma nova esfera pública patrocinada pelo Estado", de residências coletivas, centros comunitários, clubes de vizinhança, etc.; e, a segunda, pela diluição dos códigos arquitetônicos que demarcam a separação entre as esferas pública e privada (Holston, 1986:65). A cidade planejada nestes termos cumpriria um duplo papel: no plano interno, ela deveria, através da "estratégia de desfamiliarização" (v. nota n 12), engendrar novas práticas e atitudes sociais nos habitantes, impedindo a reprodução de hábitos tradicionais indesejáveis (privatismo, individualismo); no plano externo, ela deveria desempenhar o papel de modelo exemplar, como um polo de desenvolvimento a irradiar sua influência para a região e o resto do país onde se situa (cf. a noção de "exemplary capital" in

Holston, 1986: 97-98). Assim, em sua sintonia com o projeto utópico modernista, Mário Pedrosa (1981:334) afirma que "Brasília é muito mais que urbanismo, é uma hipótese de reconstrução de todo um país"; ou ainda, que ela "supõe uma remodelação geográfica, social e cultural do país inteiro" (p. 351).

Apesar de Brasília ter sido concebida para o papel de "capital exemplar", verifica-se que, no âmbito interno, permanecia entre os urbanistas que participaram do concurso de 1957 a idéia da cidade planejada como ilha utópica a ser preservada contra as invasões do modelo de cidade tradicional. Assim, desatentos à premissa enunciada no penúltimo parágrafo, os "planos regionais" contidos na maioria dos projetos para a nova capital brasileira não levaram devidamente em conta que, nascendo numa sociedade capitalista, em meio a um processo acelerado de modernização industrial que intensificava a mobilidade espacial da mão-de-obra (pelo aumento da integração econômica do território nacional e a expansão da rede viária), seria inevitável a inserção de Brasília num mercado de trabalho de âmbito nacional. Estes planos não consideraram, tampouco, que o crescimento da capital iria forçosamente formar um mercado imobiliário local e regional supervalorizado (v. cap. V).

Portanto, em face das mesmas dificuldades estruturais - o crescimento migratório muito acima das previsões da época; a exigência do Estado de manter a capital como uma cidade administrativa, não permitindo seu desenvolvimento industrial; a especulação imobiliária, etc. - nenhum dos planos apresentados ao concurso de 1957 teria conseguido manter toda a população da capital nos limites da cidade planejada para assegurar a todos o padrão de cidadania almejado. Embora o

"custo social" da implantação dos diversos planos fosse presumivelmente diferenciado, o surgimento de assentamentos periféricos teria ocorrido em todos eles.

Ora, diante da última observação, a proliferação das cidades satélites não pode ser vista como uma consequência direta de uma "lógica do Plano Piloto", como querem certos autores (cf. Vesentini, 1986; e, Epstein, 1973). Não seria, tampouco, um problema de "falha técnica" do projeto de Costa, pela falta de um plano regional; ou, menos ainda, uma mera decorrência da aceleração do crescimento migratório por si mesmo, embora todos estes fatores tivessem contribuído, em certa medida, para a adoção tão prematura desta "solução".

Segundo o plano de Lúcio Costa, a cidade deveria crescer até o limite máximo de 600 mil habitantes, e somente a partir deste patamar seriam construídas as cidades satélites (23). Ora, a população total do DF só atingiu esta cifra no início da década de 70, quando já haviam sido criadas a maioria das cidades satélites (v. Tabela 6, p.112). Além disso, até 1988 (estimativa) o Plano Piloto ainda não havia alcançado este limite (idem) sendo que, ainda hoje, lá permanecem diversos vazios urbanos na área residencial, especialmente na Asa Norte. Logo, mesmo que a taxa de migração tenha suplantado imensamente as expectativas, antecipando cerca de uma década as previsões do planejamento, este fato não autoriza a conclusão de Umberto Eco (1971:245) segundo a qual "a taxa de imigração superou as previsões, e Brasília, cidade, não pode conter as pessoas que aí trabalham". Trata-se de uma tese equivocada, conforme evidenciam os dados referidos aqui.

Quanto ao argumento da "falha do planejamento", é verdade que "os rígidos preceitos do Plano Piloto tiveram que ser submetidos à dura realidade da sociedade brasileira, cuja natureza e necessidades, mesmo enquanto afetando diretamente a nova capital, mal são mencionados no texto do plano (Epstein, 1973:93 - traduzido por mim). Entretanto, isto não vale apenas para o Plano Piloto; mas, igualmente, para os demais projetos (mesmo os de planejamento mais elaborado): todos conceberam uma capital para os servidores públicos e a elite política do país, sem levar em consideração as condições de vida (nível de qualificação profissional, rotatividade no emprego, mobilidade espacial, níveis de remuneração, situação familiar, etc.) e as esperanças dos construtores de Brasília na nova capital. Mesmo assim, é lícito supor que os planos com um planejamento mais sofisticado (como o n 8) pudessem enfrentar os mesmos problemas melhor que o de Lúcio Costa.

Não obstante a intensidade do processo migratório, a inflexibilidade e as falhas do Plano Piloto, a proliferação das cidades satélites foi, em última análise, o resultado da valorização crescente do solo urbano na área central, garantida não só pela livre atuação das forças do mercado imobiliário; mas, principalmente, pela atuação do Estado neste setor. No que tange à localização das satélites, seu considerável afastamento do centro também deve ser visto como fruto da atuação do Estado, cujo sentido teria sido eminentemente político, embora também tenha favorecido bastante a especulação com o patrimônio imobiliário estatal (v. caps. III e V).

Aliás, já em 1961 Lúcio Costa parecia convencido de que seria necessário evitar a especulação imobiliária, protegida e capitalizada pelo Estado, para assegurar a implantação da cidade por ele idealiza-

da. E o que demonstram suas palavras de protesto contra a criação do bairro popular do Cruzeiro (Setor de Residências Econômicas Sul), numa carta enviada ao Sr. Randal Espírito Santo Ferreira, presidente da NOVACAP, em 19 de julho de 1961:

"O que caracteriza o plano de urbanização aprovado em concurso e efetivamente executado é a concentração residencial em apartamentos nas chamadas superquadras, constituindo cada quatro delas uma área de vizinhança... O plano previu nessas áreas de vizinhança habitação de padrões econômicos diferentes a fim de possibilitar à população dos servidores em geral a utilização da cidade como foi planejada, evitando-se a divisão da parte urbana propriamente dita em 'bairros ricos' e 'bairros pobres', ensejando assim o convívio normal da população nas escolas e nos logradouros públicos destinados à diversão, ao comércio, etc.. Ocorreu, porém, o erro da venda indiscriminada dos terrenos correspondentes às projeções dos blocos a edificar, sem o cuidado de se preservarem, conforme o relatório do plano-piloto sugeria, as superquadras internas para construção de apartamentos econômicos, contribuindo o governo com a cessão das áreas respectivas a quem de direito para tornar viável o empresariamento nos termos sociais previstos, e não na base da mera especulação imobiliária. Daí o equívoco generalizado de considerar as superquadras áreas destinadas apenas a determinada categoria de inquilinos, criando-se em consequência, artificialmente, o problema atual e a decorrente proposta de soluções supostamente 'econômicas' que são verdadeira aberração, como esta de discriminar nas áreas urbanas disponíveis milhares de casinholas... É tudo isto quando existe pronta e vazia a trama urbana da cidade planejada e construída para este fim. Nenhum morador deve morar fora da área residencial concentrada ao longo do eixo rodoviário; se o fizer, que seja por capricho e iniciativa própria, não coagido pelas circunstâncias" (Costa, 1962:339-40 - grifado por mim).

Dois pontos devem ser destacados do protesto de Lúcio Costa. Em primeiro lugar, percebe-se claramente que ele defende nesta carta uma cidade administrativa na qual está implícito um conceito liberal de cidadania: o direito dos diferentes à igualdade de oportunidades pelo pertencimento à mesma comunidade que, no caso, seria a cidade planejada (24). O conceito implícito de cidadania parece ainda mais claro

quando o urbanista fala em cessão de determinadas áreas aos servidores nos termos de um direito social, "e não na base da mera especulação imobiliária". Tratava-se, entretanto, de uma cidadania discriminatória, na medida que deveria excluir os construtores da cidade (25). E, aqui, desaparece a dualidade (em verdade inexistente) entre a ideologia e a utopia contidas no Plano Piloto, como veremos logo adiante.

Isto nos leva diretamente ao segundo ponto: o caráter utópico da "cidadania" imaginada por Lúcio Costa para a cidade que planejou. Percebe-se, a partir do texto acima, que a "mentalidade utópica" de seu autor caracterizou-se não pela crença implícita de que, na cidade capital planejada, a esfera de decisões político-estatais iria prevalecer sobre a esfera econômica regulada pelas forças de mercado, o que, em certa medida, era correto. Ao acreditar na rígida separação ideológica entre ambas as esferas, sua utopia teria sido pretender uma ação estatal situada fora da "lógica" do Estado Capitalista. Verifica-se, inversamente, que a ação estatal no campo fundiário no DF teve o sentido desta lógica: embora fosse possível ao governo realizar a cessão de áreas no Plano Piloto "a quem de direito" (i.e.: a todas as categorias de servidores públicos federais), uma vez que o Governo Federal já era dono de toda a área central em 1960, a NOVACAP e, posteriormente, a TERRACAP agiram como "empresas" do Estado, não só buscando valorizar o seu capital imobiliário, como também, fazendo dele capital político para as negociações entre os donos do poder (v. cap.V).

Mas, não obstante Lúcio Costa tivesse falado, em seu protesto contra a criação do Cruzeiro em "tornar viável o empreendimento" da cidade capital planejada "nos termos sociais previstos, e não na base da mera especulação imobiliária", o esquema para comercialização da

terra contido em seu relatório nada propunha fora dos mecanismos de mercado (v. nota n 17). Aliás, como era de se esperar, nenhum dos concorrentes ao concurso de 1957 propôs algo semelhante; mesmo porque, o empreendimento da construção da nova capital deveria ser auto-financeiado a partir da valorização e da venda dos lotes comerciais e residenciais em mãos do governo (Bertone, 1987:54).

Parece que a ampla liberdade de criação e imaginação desfrutada pelos concorrentes na elaboração de seus projetos teve a sua contrapartida: nenhum dos urbanistas presentes ao concurso ousou contrariar qualquer dos interesses vitais do Estado na nova capital, como a concepção de uma cidade rigorosamente administrativa da qual seria excluída a atividade industrial; a gestão empresarial do patrimônio imobiliário estatal; a exaltação monumental da área correspondente à sede do Governo Federal - aspecto em que o plano n 8 se destaca como a única exceção (v. pp. 185-86); ou ainda, a alocação dos quartéis próximos ao perímetro urbano e da universidade relativamente afastada do centro (26). Poderia ser dito, assim, que a utopia da cidade planejada para garantir certo grau mínimo de qualidade de vida a todos os seus habitantes (cidadania) foi objeto de uma negociação ideológica entre os urbanistas e o Estado.

Ora, como sugere a última observação, não apenas inexiste uma dualidade rígida entre ideologia e utopia, como há, inclusive, uma interação de condicionamento mútuo entre ambas, especialmente nas condições do urbanismo moderno. Neste sentido, a despeito da ambiguidade terminológica e das dificuldades de demarcação inerentes à distinção entre os dois conceitos estabelecida por Karl Mannheim, cremos que ela oferece recursos interpretativos fecundos para análise do planejamento

urbano em Brasília (cf. supra). Vejamos, p.ex., como se coloca este dilema da simultânea interação e distinção entre ideologia e utopia em relação a um aspecto já examinado do Plano Piloto: a tentativa de harmonizar e integrar segmentos sociais hierarquicamente distintos no mesmo espaço de convivência.

A tentativa acima, que foi interpretada por nós como um aspecto utópico da cidade planejada, foi vista por outros autores como "ideologia comunitária, cujo objetivo implícito seria "controlar os conflitos, transformar a estratificação social em diferenças de grau passíveis de serem harmonizadas", escamoteando a contradição e a luta de classes (Vesentini, 1986:154) - v. também os artigos de Bicca (1985) e Holanda (1986). Mas, mesmo que fosse verdadeira uma tal intencionalidade maquiavélica subjacente à concepção das "unidades de vizinhança", isto não esgotaria o sentido que se pode atribuir a elas (27). Concentrando os mesmos equipamentos e serviços (escolas, clubes, igrejas, cinemas, etc.) numa área contígua a cada conjunto de quatro quadras diferenciadas social e arquitetonicamente, as unidades de vizinhança teriam um efeito redistributivo sobre a renda real dos habitantes, diminuindo os "custos de acessibilidade" a estes equipamentos e serviços para os servidores de menor poder aquisitivo (para uma noção ampla de renda e custos num sistema urbano, vide Harvey, 1980).

Ora, trabalhando para o Estado numa sociedade altamente estratificada, que mais poderiam fazer os urbanistas sequiosos de justiça social, além de tentar harmonizar a convivência entre as classes e redistribuir a "renda" em favor das camadas menos favorecidas (sem prejuízo das demais) mediante a alocação espacial de equipamentos e serviços públicos ? No máximo, aprofundar o veio reformista, como fizeram

os autores dos planos n.º 8 e n.º 17, com seus respectivos sistemas de transporte e de "habitação intensiva"; mas, jamais algo como um "urbanismo proletário", cujo efeito fosse salientar as diferenças de classe e reforçar os conflitos, favorecendo a formação de piquetes ou barricadas de trabalhadores. Assim, cremos que o comunitarismo das unidades de vizinhança, como outros aspectos do projeto de Lúcio Costa associados ao reformismo da Carta de Atenas, deve ser enquadrado no plano da "utopia", e não da "ideologia" (estrito senso). Uma "utopia ideologizada", é verdade, posto que o ideal de cidadania contido na cidade planejada não colide frontalmente com a ordem capitalista, chegando mesmo a reforçá-la, em certo sentido. Mas, ainda assim, este ideal de cidadania continha propostas utópicas que, caso tivessem sido bem sucedidas, orientariam o urbanismo numa direção diversa das injunções imediatas da sociedade de mercado, socialmente perversas.

Diante da argumentação acima, podemos passar ao exame do "conteúdo ideológico" do Plano Piloto, entendido aqui como os aspectos em que ele "endossa" a ordem social estabelecida. Após concluirmos este exame, será visto como os aspectos utópicos e ideológicos do Plano são inseparáveis, e refletem os dilemas mais gerais da criação urbanística no século XX.

Dois aspectos compõem o que chamamos acima de conteúdo ideológico do Plano Piloto: 1) o caráter monumental da sede do Governo Federal; e, 2) o racionalismo técnico, apanágio da tecnoburocracia estatal.

O primeiro aspecto já foi abordado sob a perspectiva plástica (quando enumeramos os elementos componentes do espaço monumental) e estética (quando indicamos os efeitos sensoriais e psicológicos provocados por ele). Resta-nos, agora, uma abordagem histórico-comparativa

da monumentalidade e sua ideologia.

Trata-se de uma questão polêmica, que divide os estudiosos de estética e arquitetura em duas facções antagônicas. De um lado, há aqueles para quem os monumentos "são a expressão das mais altas necessidades culturais do povo", sendo "destinados a satisfazer o eterno anseio do povo de traduzir em símbolos a sua força coletiva", conforme citação de Gedion endossada pelo arquiteto Edgar Graeff (in Bicca, 1985: 126-7). De outro, figuram autores para quem "os monumentos aparecem na história não como a expressão arquitetônica de necessidades culturais coletivas, mas sim como a materialização dos interesses de certos grupos sociais que, dirigindo a produção dos monumentos e das ideologias correspondentes, reproduzem e consolidam, através dessas práticas, a sua permanência enquanto grupos dominantes" (ibid.).

As posições acima parecem-nos extremadas. Os primeiros, como que ingenuamente, ignoram ser a gênese dos monumentos ligada a uma encomenda do poder estabelecido (seja político, militar, eclesiástico ou econômico) ou, senão, dependente da sanção deste para instalação ou exibição em local público (no caso, pouco frequente, de obras monumentais de iniciativa privada). Por sua vez, os críticos radicais da monumentalidade reduzem o valor simbólico do monumento à função ideológica de marcar a posição dominante de um grupo social, não considerando a hipótese da obra ser encomendada por um governo representativo de uma coalizão de forças mais ou menos democrática; e, menos ainda, a margem de liberdade concedida a seu autor. Ou seja: o monumento não é considerado enquanto estrutura formal, como se a dimensão simbólica à qual ele se integra no plano estético e cultural, encarnada e transmitida nesta estrutura, pudesse ser reduzida à esfera ideológica (28).

Trata-se, no entanto, de uma redução teoricamente problemática que não nos cabe discutir neste contexto.

Deixando de lado a polêmica abstrata sobre monumentalidade, passemos a uma análise histórico-comparativa das posições surgidas a este respeito por ocasião do concurso de 1957. Pode-se dizer que, no tocante à monumentalidade, emergiram duas posições básicas: sob uma argumentação "cívica" defendia-se, por um lado, uma monumentalidade burocrática e centralizada para a nova capital; por outro, sob uma argumentação crítica em relação à primeira, propunha-se "atingir o monumental por caminhos mais sutis". A última proposta foi defendida no projeto n 8, da firma MMM Roberto, enquanto a primeira teve no projeto de Lúcio Costa não a única, mas, certamente, a sua mais hábil e sofisticada defesa.

Em seu "Relatório para o Plano Piloto de Brasília" (in IBAM, 1965: 343-53), Lúcio Costa dizia que a nova cidade

"deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e nobreza de intenção..., conferir ao conjunto o desejável caráter monumental..., não no sentido de ostentação, mas no sentido de expansão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa".

Todavia, como foi visto no item 1.2, o "caráter monumental" não foi atribuído ao conjunto, mas destacado e centralizado na área governamental, colocando, "por assim dizer", os poderes estatais como "aquilo que vale e significa". Isto vale tanto para a Praça dos Três Poderes - onde as sedes dos poderes republicanos foram dispostas na forma de um "triângulo equilátero..., ficando as do Governo e do Supremo Tribunal na base, a do Congresso no vértice..." - como para a

Esplanada dos Ministérios, ambas formando um conjunto ao qual a "técnica oriental milenar dos terraplenos" iria conferir "uma ênfase monumental imprevista" (idem, p. 346). Além dos pontos mencionados, neste conjunto seriam postos em destaque os poderes eclesiástico e militar: a Catedral seria "localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma, disposta lateralmente"; enquanto os ministérios militares, apesar de situados junto aos demais, deveriam igualmente constituir uma "praça autônoma", o que foi descumprido na execução do projeto. Ora, se o destaque atribuído à Catedral pode ser justificado "por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado" (ibid.), o mesmo não encontra justificativa no caso dos ministérios militares, a não ser por uma concepção conservadora do Estado e do poder.

Noutra vertente, o relatório do Escritório MMM Roberto (1957:3) ponderava que, "além das suas qualidades meramente funcionais, a capital também tem uma qualidade simbólica: representa a cultura nacional". Através de sua arquitetura, a capital deveria exprimir os ideais desta cultura; porém, na "maioria das grandes capitais", a arquitetura teria se preocupado com "detalhes de exibição do poderio civil e militar", compondo "um cenário para o governo e o poder econômico, cercado por uma massa de população desorganizada e sem condições adequadas para uma vida urbana satisfatória" (ibid.). Ao contrário, a cidade projetada pelos autores do projeto n.º 8 deveria ter um "perfil movimentado...que evitasse a uniformidade, mas que também não estivesse subordinado a um edifício predominante, símbolo de uma classe ou grupo econômico". Segundo eles, ela seria uma

"capital para uma nação que coloca os verdadeiros valores da vida humana acima da pura exibição monumental ou

do gosto da complicação mecânica. E uma cidade para cidadãos, e não para escravos ou máquinas. Não é uma imitação de outras capitais, pois nos parece que é necessário olhar para as nossas realidades e para o futuro, mais do que nos determos numa pura reprodução do passado" (ibid.- grifado por mim).

Verifica-se que, ao contrário do projeto de Lúcio Costa, o discurso desse projeto é crítico em relação à monumentalidade, situando o papel simbólico da capital não no plano "cívico" da idolatria ao Estado, mas no plano dos valores associados à cidadania. Num dos artigos que os arquitetos Mauricio e Marcelo Roberto publicaram na imprensa diária para defesa de seu projeto, logo após a divulgação do resultado do concurso de 1957, um deles aponta com mais precisão o alvo de suas críticas:

"Não se admite que o homem assoberbado com as distâncias, perdido no turbilhão da megalópolis, vá se emocionar com a extensão ou coincidência dos eixos das avenidas ou com a hierarquia das edificações. Não posso aceitar o conceito século XIX de monumentalidade. Julgo que o monumental pode ser atingido por caminhos mais sutis, não implicando o esmagamento estardalhaçante do homem. Pensamo-lo perfeitamente alcançável sem o abandono da escala humana" (in IBAM, 1965 - grifado por mim).

Ora, parece-nos evidente a influência do conceito de monumentalidade do século XIX (mais precisamente, do monumentalismo da Paris haussmanniana), sofrida por Lúcio Costa na criação do Eixo Monumental, com sua apoteose na Esplanada dos Ministérios e seu grand final na Praça dos Três Poderes. O próprio urbanista reconheceu que Brasília "é uma cidade de filiação francesa", numa entrevista à revista parisiense *Métropolis* citada por Bicca (in Paviani, 1985:107). Trata-se de uma descendência que, como esclarece a mesma fonte, "deve ser buscada na Paris dos séculos XVIII e XIX, muito particularmente, no urbanismo de Haussmann que, para Lúcio, teria sido o criador de 'uma paisagem composta de eixos e perspectivas'"(ibidem).

São conhecidas as razões militares do urbanismo haussmanniano. Após dar um golpe no movimento revolucionário republicano que, em 1848, agitou Paris e o restante da França (bem como, a maioria dos países europeus numa profunda crise do absolutismo monárquico), o ditador Napoleão III encomendaria a seu prefeito uma remodelação da capital francesa que, entre outras funções, eliminasse os bairros populares da área central, impedindo a formação de barricadas ali e, facilitando o deslocamento de tropas através dos largos e amplos "boulevards" (v. Lefebvre, 1969: 20). Porém, esta remodelação de Paris não foi "uma obra motivada exclusivamente por razões de engenharia militar"; pois, ela também envolvia uma nova estética monumentalista, cujo ideal era "criar uma nova forma de homogeneidade social através de um cenário urbanístico que intimidasse culturalmente por meio do esplendor dos espaços públicos" (Horácio Gonzales, in Bicca, 1985:108). (29)

Quanto ao aspecto mais diretamente político da arquitetura monumental percebe-se que a monumentalidade dos boulevards parisienses, emoldurando a glória e o poderio das instituições centrais do Estado francês, não é muito distante da monumentalidade da capital brasileira: o Eixo Monumental, a "avenida mais larga do mundo", conforme reafirmado anualmente pelo Livro Guinness dos Recordes (30), radicaliza o ideal "estético" haussmanniano; pois, ele não apenas culmina numa sede de governo enaltecida por perspectivas desimpedidas (à semelhança dos *boulevards*), como também, destaca literalmente esta sede do restante da cidade, conferindo a ela uma centralidade absoluta no contexto urbano da capital.

Mas as observações anteriores não significam que se deva concordar com a conclusão do arquiteto Paulo Bicca, segundo a qual haveria

uma "semelhança não apenas formal ou estética" entre a remodelação de Paris no século XIX e a criação do Plano Piloto de Brasília no século XX, "mas sobretudo no que concerne às intenções sociais e políticas materializadas nos dois eventos" (ibidem). Não cremos, por exemplo, que além de uma identificação com o ideal estético haussmanniano, houvesse intenções militaristas na concepção do Eixo Monumental, mesmo porque o contexto histórico era bem outro: não havia uma ruptura entre o Estado e a sociedade civil por ocasião da construção da capital brasileira, como havia no episódio da remodelação da capital francesa. E, de qualquer maneira, mesmo um Estado democrático pode ter uma preocupação legítima com sua segurança interna, desde que isto não signifique repressão a manifestações coletivas pacíficas. Aliás, tanto as últimas como as manobras militares são favorecidas pelo espaço monumental.

De todo modo, a própria atribuição de uma monumentalidade haussmanniana a Brasília é problemática. Por um lado, o próprio Relatório para o Plano Piloto de Lúcio Costa declara ser o vasto gramado situado no centro do Eixo Monumental uma influência britânica: "o Mall dos ingleses, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles ..." (in IBAM, 1965:346). Por outro, num artigo em que também confronta a concepção de monumentalidade contida nos projetos aqui comparados (n 8 e n 22), o arquiteto E. Graeff (1957:167) considera uma "injustiça" remeter o projeto de Lúcio Costa ao século XIX; pois, segundo ele, o urbanista teria se curvado diante da concepção "milenar" de monumentalidade "elaborada historicamente na consciência dos homens". Reconhecida universalmente, esta seria a "única concepção válida" de monumentalidade. Além de estarem presentes nas grandes tradições da ar-

quitetura mundial, segundo Graeff, as idéias formais que embasam esta concepção

"não foram ... estranhas aos mestres de obras e pedreiros que construíram este país. Pelas capitais dos Estados e por esses povoados todos... onde foram implantadas Igrejas, Prefeituras, Palácios, Quartéis - manifestações arquitetônicas do Poder Social - essas idéias, brilhante ou toscamente representadas, estão a serviço de uma determinação da consciência dos homens" (ibid.- grifado por mim).

Ao invés de defender o urbanista criador de Brasília, contudo, a última afirmação o trai, mostrando que as "formas tradicionais da monumentalidade" são concebidas segundo uma centralidade burocrática que se pretende "cívica". Ora, o enaltecimento de igrejas, prefeituras, palácios e quartéis não está a serviço de uma "consciência dos homens" em geral; nem, tampouco, de um "Poder Social" abstrato. Esta exaltação serve, antes, aos detentores do poder político, econômico, ideológico, ou militar. Portanto, ainda que não fosse autêntica a filiação francesa do Plano Piloto, este seria o sentido transmitido por sua monumentalidade. Todavia, esta filiação é confirmada uma vez mais por Lúcio Costa: "tive a preocupação de conciliar as proposições do CIAM, hoje tão menosprezadas, com as minhas recordações amorosas de Paris, os eixos, as perspectivas que dão à capital da França aquela característica invejável, generosa e ampla. Brasília é uma síntese das duas proposições" (citado no "Dossiê Brasília", Correio Braziliense, 20/04/86, pp 18-19).

Na esteira da última afirmação, poderíamos dizer que Brasília representa uma síntese da utopia da Carta de Atenas e a ideologia monumentalista. Porém, o caráter utópico da primeira também é polêmico.

Por um lado, uma corrente da literatura especializada defende uma visão "revolucionária" e "esquerdista" do movimento modernista difundido e consolidado pelo prestigioso fórum em que se transformaram os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's), desde 1928 até meados dos anos sessenta, cuja projeção máxima foi alcançada com a publicação e a divulgação da Carta de Atenas, oito anos depois do celebrado IV Congresso ocorrido na capital da Grécia em 1933.

Ora, apesar da obra de Le Corbusier ter sido taxada, juntamente com a de outros modernistas, de "cavalo de tróia do bolchevismo", por ter sido largamente influenciada pelo construtivismo e a arquitetura social soviética (v. nota n 32), "o CIAM jamais pretendeu representar uma doutrina ideologicamente pura"; pois, "ele era baseado em resoluções... preparadas pelos delegados a partir de extensos estudos que, então, eram votadas" (Holston, 1986:43). "O objetivo explícito do CIAM era desenvolver este consenso entre grupos de diferentes 'tendências' arquitetônicas e políticas" inseridos no seu bojo, como os trade-unionistas catalães, os facistas italianos do MIAR (Movimento Italiano per L'Architettura Razionale), a "esquerda moderada" e a ala facista do movimento sindical francês, ou a "esquerda radical" alemã (Der Ring) (ibidem). Embora a maioria dos movimentos de vanguarda da arquitetura adotassem partidos políticos como modelo de ação, esta filiação política era frequentemente ambígua, "na medida que os arquitetos 'radicais' batiam à porta de qualquer autoridade, a esquerda ou a direita, que parecesse capaz de implementar o planejamento total" (p. 46).

E precisamente por lograr unir os interesses de grupos discordantes noutras áreas que, segundo Holston (1986:43), o modelo de cidade do CIAM tem obtido impacto global (31).

Por outro lado, o urbanismo proposto no célebre documento também é acusado de ser uma variante da ideologia burguesa associada à sociedade industrial moderna, um "racionalismo tecnicista", cujo apogeu seria alcançado com o capitalismo monopolista de Estado (Bicca, 1985; e, Vesentini, 1986).

Quanto às últimas colocações, elas são, ao nosso ver, uma meia-verdade; pois, com todo o seu autoritarismo tecnocrático, o "urbanismo racionalista" iria criar espaços de "resistência" na cidade capitalista. Assim, nossa tarefa inicial, agora, será mostrar que a leitura exclusivamente "ideológica" da Carta de Atenas, no intuito de forjar o paradigma do "urbanismo racionalista" comete grosseiras simplificações ao traçar uma evolução linear na história da arquitetura moderna. Mostraremos, em seguida, que o curso desta história, por outro lado, também não se fez de rupturas radicais, havendo, por conseguinte, uma autêntica, mas não imediata, correlação entre o urbanismo modernista e a sociedade industrial tecnocratizada. Por fim, buscaremos mostrar que, apesar de figurar como um elemento "ideológico", a racionalidade tecnicista contida no Plano Piloto teria contribuído igualmente para traçar horizontes "utópicos" para uma cidade tranquila e sadia, protegida contra os males das grandes cidades capitalistas hodiernas.

Pretendendo, através da crítica de Brasília, fazer uma "reinterpretação da história da moderna arquitetura capitalista", o arquiteto Paulo Bicca resume-a, grosso modo, num histórico abreviado. Tratar-se-ia, segundo ele, de uma

"história na qual foram lançadas as bases de uma nova linguagem arquitetônica cujos fundamentos não estariam mais numa estética acadêmica em degenerescência, mas sim nas novas possibilidades e exigências vinculadas à chamada sociedade industrial, com suas técnicas construtivas modernas - compreendidas aí as novas formas de organização do trabalho -, tidas como capazes de romper a 'crise' que o ecletismo representava. Em tais circunstâncias, a união entre a arquitetura e a indústria era vista pelos arquitetos e críticos de arquitetura como condição sine qua non ao desenvolvimento pleno de ambas e ao ingresso numa sociedade organizada espacialmente de forma moderna, 'independente' do caráter capitalista da industrialização e da modernidade" (Bicca, 1985:110).

As "tendências e práticas" assinaladas acima teriam se institucionalizado na Europa desde o início do século XX, a partir do Werkbunder e, posteriormente, da Bauhaus, "consolidando as bases do moderno racionalismo arquitetônico, mais tarde consagradas a nível de urbanismo pela Carta de Atenas" (ibid.). Numa derradeira pincelada, Bicca une Brasília, através de Le Corbusier e da Carta de Atenas, à linha evolutiva traçada por ele para enquadrar o modernismo arquitetônico e urbanístico no paradigma "racionalista". Fruto deste "estilo", a nova capital brasileira (como de resto, toda a arquitetura moderna), teria seus fundamentos, segundo o arquiteto, nos "princípios da grande indústria capitalista": "a standardização..., a racionalização, e a unifuncionalidade dos espaços", obedecendo a uma "lógica produtivista" (ibid.). Assim, tirando a monumentalidade do centro governamental, ligada a sua faceta de capital planejada para o Estado, só restaria em Brasília uma "cidade taylorizada", a "máquina de morar" idealizada por Le Corbusier.

Mas, com todo respeito, a história acima está demasiado simplificada, embora, grosso modo, ela não seja inteiramente incorreta. O que esta "simplificação" traduz é uma tentativa de forjar um paradigma (no sentido indicado por T. Kuhn) para a arquitetura e o urbanismo moder-

nos, cujo estilo e expressão têm sido rotulados de "racionalismo" ou "racionalismo funcionalista". Daí decorre, como acontece a todo paradigma estabelecido, não apenas um ocultamento das diferenças internas ao que seria o "urbanismo racionalista", mas, igualmente, um ofuscamento dos eventuais paradigmas divergentes ou "rivais". Assim, Bicca não menciona outras vertentes do modernismo arquitetônico, como o organicismo de Frank Lloyd Wright e seus epígonos, ou as inovações brasileiras nascidas com o aprimoramento nacional da técnica do concreto armado: o "brutalismo" de Villanova Artigas e seguidores; ou ainda, as obras magistrais de O. Niemeyer, emancipadas dos dogmas funcionalistas. Além disso, sua história omite o progressivo distanciamento de Le Corbusier em relação à Bauhaus, à qual teria se referido como "o paraíso da mediocridade" (Niemeyer, 1982:22). E, finalmente, o arquiteto nada pronuncia a respeito da conhecida influência soviética, através do construtivismo, na arquitetura modernista (32).

Todavia, as simplificações acima são marginais em relação ao reducionismo do próprio paradigma racionalista. O racionalismo que efetivamente marcou o ramo mais influente da arquitetura e do urbanismo modernos não teve sua origem vinculada exclusivamente ao mecanicismo industrial ou à "lógica produtivista" da produção taylorizada. O "racionalismo" do urbanismo e da arquitetura modernos, que passa pela Bauhaus, por Le Corbusier e a Carta de Atenas, e culmina em Brasília, foi caracterizado por muitos autores como um racionalismo de cunho "funcionalista". Porém, este funcionalismo não é derivado apenas da busca consciente de aproximação entre arquitetura e engenharia, arte e técnica, beleza e utilidade, estilo e função, superando as dicotomias geradas pela omissão da "arquitetura historicista" da segunda metade

do século XIX, e seu ecletismo, ante as novas demandas espaciais e possibilidades tecnológicas da sociedade urbano-industrial (Habermas, 1987). O funcionalismo da arquitetura e do urbanismo modernos, segundo Habermas, "coincide com a lógica interna de um desenvolvimento artístico"; ou seja: "deve-se ao construtivismo, esteticamente motivado e nascido de problemas novos colocados pela própria arte, o que é erroneamente atribuído ao funcionalismo". Através do construtivismo, a arquitetura moderna acompanhou o impulso experimental da pintura vanguardista" (idem, p. 121).

Portanto, aquilo a que chamamos de "estilo moderno" só pode ser compreendido como a tentativa de síntese entre duas vertentes originárias: nas palavras de Habermas, 1) a "linguagem formal vanguardista", proveniente do construtivismo; e, 2) o "fundamento funcionalista intransigente", que, iria radicalizar-se a partir da associação entre a arquitetura e a indústria modernas. A relação entre o "racionalismo funcionalista" da arquitetura e do urbanismo modernos com a grande indústria "racionalizada" (ou "modernizada") não é, portanto, imediata, mas sutil. Não se trata da identificação dos arquitetos e urbanistas com uma ideologia da classe dominante, uma "racionalidade burguesa", como nos faz crer o arquiteto supracitado. Pois, a "razão tecnicista", que influenciou o funcionalismo dos modernistas, não possui um conteúdo de classe imediato: ela teria tornado-se uma verdadeira "ideologia de época", avançando gradativamente sob as fronteiras ocidentais e orientais do planeta, por todos os ramos da modernidade cultural, cujas ligações com a dinâmica acelerada da sociedade urbano-industrial são claras e irrefutáveis (33).

Voltando especificamente à arquitetura, tanto a reação à crise do ecletismo, como o experimentalismo estético surgido na esteira da pintura cubista, com sua noção de "obra de arte total", levaram o modernismo ao "conceito ampliado de arquitetura" (extensivo ao urbanismo), cuja reivindicação intrínseca era "redesenhar arquitetonicamente o meio ambiente físico da sociedade burguesa" (Habermas, 1987:119). As proposições e os princípios estabelecidos na Carta de Atenas seriam o ponto culminante deste processo, pois é a partir deles que a arquitetura se instrumentaliza a fundo deixando-se "voluntariamente sobrecarregar", conforme colocação de Habermas.

Nascendo a partir de um diagnóstico crítico de 33 cidades grandes de todos os continentes, exceto África e América Latina (v. nota n 08), o célebre documento pretendia combater a "desordem [urbana] ocasionada pelo maquinismo". Porém, a crítica à "era maquinista", que teria levado ao "incessante acréscimo dos interesses particulares", não se converte num anti-maquinismo anacrônico. Pelo contrário, a superação da crise gerada por ela deveria apoiar-se no próprio desenvolvimento científico e tecnológico, criando um urbanismo e uma arquitetura racionalmente orientados para a satisfação dos "interesses coletivos" a partir de "análises rigorosamente efetuadas por especialistas" (A Carta de Atenas, in DAU, 1971:1a. parte).

Não cremos, entretanto, que o tecnicismo científico aplicado à organização espacial das cidades proposto pela Carta de Atenas deva ser compreendido nos moldes do taylorismo. Afinal, se o conteúdo de classe do taylorismo era reconhecido por seu criador, o mesmo não é diretamente reconhecível no urbanismo da Carta. Enquanto a racionalidade do primeiro propõe-se servir unilateralmente aos interesses do

patronato, o funcionalismo reformista da última, ao menos no discurso, propõe-se atender aos interesses das coletividades urbanas em detrimento de interesses privados especulativos.

Ora, Taylor tinha consciência que a retirada das decisões sobre o processo de trabalho das mãos dos trabalhadores para permitir um aumento da intensidade do trabalho, mediante a "maquinização" dos tempos e movimentos dos trabalhadores, servia unilateralmente aos interesses do patronato. Consta, inclusive, que ele considerava "legítimo", do ponto-de-vista dos trabalhadores, a prática do "marca-passo sistemático", i.e., suas múltiplas estratégias para abrandar a intensidade de um trabalho demasiadamente desgastante para eles.

A Carta de Atenas, por sua vez, não assumia um discurso de defesa unilateral da burguesia; pelo contrário, além de suas inúmeras críticas ao maquinismo da era industrial, o consagrado documento condena a propriedade privada do solo urbano, recomendando a expropriação de "numerosas parcelas territoriais" e, sugerindo a subordinação dos interesses particulares ao "interesse coletivo (in DAU, 1971:9-10). Além do disso, a comparação do "urbanismo racionalista" com o taylorismo apresenta, ainda, outra nuance favorável ao primeiro: a representatividade internacional de toda uma categoria, através dos CIAM's (para o caso do IV CIAM e a Carta de Atenas, vide nota n 09). Mas, a despeito da "democracia interna" do modernismo, seu receituário urbanístico e arquitetônico não deixa de ser autoritário em relação aos habitantes da cidade planejada, aos quais aliena.

Neste sentido, pode ser legítimo estabelecer um laço de parentesco entre o taylorismo e o urbanismo proposto na Carta de Atenas: a razão tecnocrática. Assim como o taylorismo se funda na eliminação do

poder de decisão dos trabalhadores sobre o processo de trabalho, cujo controle passa às mãos da "gerência científica" (i.e., aos "especialistas" dos Departamentos de Organização e Método nas empresas), o urbanismo modernista também se baseia na alienação dos habitantes em relação à cidade em que vivem:

"a possibilidade de intervenção criativa no processo de configuração e organização da cidade vê-se reduzida a poucos indivíduos... que monopolizam o Saber ... para tanto. O desenho, enquanto suposta síntese desse Saber, tende a se fazer unitário, não como a expressão de uma possível unidade de pontos-de-vista livremente compartilhados, mas sim como a expressão de uma idéia única e incontestável que impõe despoticamente uma determinada morfologia espacial. A garantia de realização do planejado é, assim, diretamente proporcional à concentração de poder por aqueles que planejam, a autoridade desses devendo se afirmar em cada lugar e a cada momento" (Bicca, 1985:117).

O urbanismo tecnocratizado renunciado pela Carta de Atenas teve sua expressão máxima em Brasília, onde foi inédita a concentração de poder de decisão em mãos do urbanista. Aqui, afirma Bicca, "a única 'liberdade' consentida por Lúcio Costa e seus discípulos confunde-se com a observância integral do Plano ..." (p. 115). Além disso, "prevalece uma ditadura do plano original e do planejamento urbano, que se direciona no sentido de reafirmá-lo continuamente" (Vesentini, 1986:154). Assim, "o poder de decisão a respeito de tudo e de todos tende a concentrar-se nas mãos de uma tecnocracia ávida por exercê-lo e que, ao apropriar-se da cidade e do cotidiano, se auto-representa como despida de personalidade e interesse próprios" (p. 121).

E que Brasília nasce justamente no momento em que a ideologia do planejamento chega até nós, com o governo Kubitscheck, marcando a passagem do "Brasil competitivo" para o "Brasil monopolista" (Oliveira, 1979) (34). De acordo com esta ideologia, "o ato de planejar é repre-

sentado como ação eminentemente tecno-científica, neutra, através da qual...supostamente se administra de forma racional" (Bicca, 1985: 111). A administração e o planejamento são vistos como "modernização da política", que estaria contaminada pela "irracionalidade" da negociação entre os interesses divergentes dos diversos grupos sociais (Vesentini, 1986: 137).

Assim, o que foi visto acima leva-nos a concluir que, além da componente monumental que louva a hierarquia, o conteúdo ideológico do Plano Piloto comporta um autoritarismo tecnocrático, nascido no campo do próprio urbanismo. Mas o exame acurado do discurso deste segmento da tecnocracia moderna, os urbanistas da geração influenciada pela Carta de Atenas, não nos permite caracterizar aqui uma mera variante da ideologia burguesa. Refutando a idéia de uma tecnocracia neutra e despida de interesses próprios, também não cremos que este discurso represente a ideologia de uma "classe" tecnoburocrática. Ele refletiria, antes, a mentalidade corporativa de uma categoria presunçosa que reivindicava seu espaço junto ao poder para mostrar a eficiência de seu conhecimento "iluminado" (35). Se, como vimos, esta aproximação do Estado teve seu preço, isto não significa que os arquitetos e urbanistas não houvessem tentado resolver honestamente, como "déspotas esclarecidos", e por vâzes "visionários", os problemas mais graves da cidade na sociedade urbano-industrial, para não dizer transformá-la radicalmente (cf. Holston, 1986). Foi esta intencionalidade que conferiu aquele mencionado "caráter utópico" à Carta de Atenas e a algumas das cidades planejadas que se seguiram a ela. E é este também o motivo pelo qual um intelectual da estirpe de Habermas (1987: 124) defende a "continuação auto-crítica do modernismo" no lugar da ruptura proposta pe-

las múltiplas vertentes da arquitetura "pós-moderna".

2.3 - A Utopia Revisitada: por uma continuação crítica do modernismo

"Dois perigos ameaçam o mundo moderno: a ordem e a desordem"

Paul Valéry

Num artigo intitulado "A velhice da modernidade" (rev. Humanidades, ago/out., 1986:77), o arquiteto Frederico Holanda, referindo-se ao paradigma modernista da arquitetura e do urbanismo, afirma: "Está no ar a sensação de que chegamos ao fim de um ciclo, mas não vemos ainda com clareza quais elementos poderão ou deverão caracterizar o novo ciclo que se inicia".

A afirmação acima é indicativa de que, ao lado da crise da arquitetura e do urbanismo modernos, cuja evidência tornou-se consensual, haveria também uma crise interna à própria crítica do modernismo. Neste sentido, pode-se observar, por exemplo, que a perspectiva sugerida por Holanda para superação do paradigma modernista, no artigo mencionado, é claramente negativa: os críticos do modernismo que ele aponta como "porta-vozes do novo discurso urbanístico" apenas "sabem ... o que não querem, e já é muito". Pois, segundo o autor, "sobre esta negação construir-se-á a nova síntese urbanística" (p. 82).

Todavia, como não acreditamos que a "síntese dialética" provenha da negação em si mesma, soa-nos mais sensata a sugestão de outro arquiteto crítico do paradigma modernista (e da sua manifestação em Brasília, em especial): "Não se trataria ... de rejeitar em bloco os princípios do urbanismo racionalista, mas sim de fazer uma revisão e

adaptação a novos problemas" (Batista,1987:220). Embora este autor aspire à "substituição do paradigma urbanístico modernista", como ele escreve na nota que segue à citação acima, ele entende que esta deve passar pela revisão e adaptação do mesmo. Se ele não chega a propor, como Habermas , uma "continuação auto-crítica do modernismo", tal autor reconhece que, no caso do Plano Piloto, o modelo modernista teria resultado numa cidade com "padrões urbanísticos elevados que, para funcionar, depende de subsídios governamentais que tornam seus moradores, de certo modo, beneficiários de privilégios que não podem ser estendidos ao resto do país" (p. 218 - grifado por mim).

De nossa parte, ponderamos que tanto a crítica como a superação do paradigma inspirador de Brasília passam necessariamente por sua "revisão". Uma revisão na qual deve constar não apenas a correta enumeração das características essenciais deste paradigma, como também, um balanço dos "prós" e "contras" correspondentes a elas.

Recapitulando as considerações esparsas tecidas nos itens precedentes, podemos sintetizar em três características fundamentais os aspectos básicos que unem Brasília à Carta de Atenas e a Le Corbusier em torno do "paradigma urbanístico modernista": 1) um "racionalismo funcionalista" que assemelha-se, sob certos aspectos, ao racionalismo mecanicista surgido na grande indústria moderna, mas que não se confunde com ele; 2) a pretensão de universalidade; 3) o enaltecimento da centralização da autoridade ao nível do espaço e do discurso , aqui chamado de "centralismo burocrático".

A primeira característica é, sem dúvida, a mais essencial; pois, da racionalização funcionalista seriam decorrentes não só as demais características, em certa medida, mas também os desdobramentos tecno-

normativos deste princípio na prática do planejamento urbanístico e arquitetônico, elaborados para assegurar a efetiva implantação da cidade planejada pelos modernistas: a "setorização" ou zoneamento, envolvendo as quatro mencionadas "funções vitais" da cidade; a separação da circulação de pedestres da circulação de veículos motorizados; controle dos gabaritos, do espaçamento e do alinhamento das construções; a "liberação do solo" como resultado de tais controles ou de recursos arquitetônicos ("planta livre", pilotis); e, a criação de unidades residenciais semi-autônomas .

Ainda sobre o "funcionalismo", este aspecto essencial do urbanismo modernista, foi bastante criticado pelos adversários. Segundo eles, tanto a cidade como as suas partes componentes deveriam apresentar flexibilidade de uso (funções) e crescimento. Defendendo este princípio, o plano apresentado ao concurso de 1957 sob n 12 argumentava que se "as funções urbanas variam rapidamente", a forma da cidade não poderia ser "consequência de funções efêmeras" (prancha n 4, firma STAM, exposição "Brasília, trilha aberta", MAB, agosto de 1986). Ora, mesmo estando de acordo com a flexibilidade de uso e crescimento das cidades, bem como, com a variabilidade das funções urbanas, não cremos que as quatro "funções vitais" de uma cidade estabelecidas pela Carta de Atenas sejam "funções efêmeras". Pois, morar, trabalhar, circular e recrear tornaram-se, de fato, "necessidades universais" na civilização moderna, onde tais "funções" deixam de integrar-se "naturalmente" ao ambiente doméstico como costumava ocorrer nas sociedades agrárias. Além disso, por mais que a noção de "natureza humana" deva ser historicizada e mediatizada pelas peculiaridades da esfera cultural, não se pode negar o aspecto biológico do homem, ser de natureza "biocultu-

ral", conforme as colocações da antropologia moderna. Ou seja, não eram efêmeras, tampouco, as preocupações dos urbanistas modernos com as "condições da natureza" - espaço, solaridade e verdor - ameaçadas pela excessiva concentração de prédios verticalmente elevados nas grandes cidades.

Cumpre-nos, ainda, comentar as duas últimas características do paradigma urbanístico modernista (o "universalismo" e o "centralismo burocrático"), antes de procedermos o balanço de seus prós e contras.

Pretendendo-se porta voz de um conhecimento neutro, orientado para a satisfação das necessidades básicas do homem citadino genericamente considerado, os expoentes do modernismo preconizaram uma arquitetura e um urbanismo que, em princípio, teriam aplicação universal, "fazendo tabula rasa não só das diferenças entre culturas, mas [também] das diferenças fundamentais dentro de culturas constituídas por sociedades divididas por interesses diversos ou mesmo antagônicos" (Holanda, 1986:79). Embora esta pretensão universalizante tenha resultado em inúmeras "inadequações" da arquitetura dita moderna a certos contextos onde ela foi inserida (Batista, 1987: 217), não cremos que ela tenha tido sua origem "na tentativa de reduzir necessidades humanas a puras necessidades biológicas..." (Holanda, 1986:79). Embora a Carta de Atenas destaque as necessidades humanas ligadas ao ser biológico (i.e., à saúde e à higiene), recomendando o restabelecimento das "condições da natureza", ela não esquece de estabelecer preceitos relativos à organização espacial de necessidades econômicas (trabalho), sociais (moradia e circulação) e culturais (recreação), como foi visto acima.

Quanto ao "centralismo burocrático", cremos que ele já foi demasiadamente examinado aqui: seja no que diz respeito à discussão da monumentalidade exemplificada por Brasília, onde mostramos como o espaço monumental organizado sob os moldes modernistas produz um imponente enaltecimento do Estado, destacando-o e distanciando-o de uma sociedade civil intimidada; seja na tecnocratização do próprio planejamento urbano, que produz a alienação do habitante. No que tange ao primeiro aspecto, restaria, ainda, acrescentar que a monumentalidade aparece no modernismo associada ao seu "funcionalismo", ou seja: o espaço monumental possui uma localização bastante específica: o centro municipal ("public core"), destinado a "funções cívicas e administrativas". As atividades realizadas neste centro constituiriam uma quinta "função vital" para as cidades, conforme definiu-se num CIAM posterior à Carta de Atenas (Holston, 1986:33). Façamos, agora, o balanço anunciado anteriormente.

Já de posse dos desdobramentos tecno-normativos do princípio funcionalista e, tendo comentado as demais características essenciais do paradigma urbanístico modernista, podemos resumir seu prós e contras conforme a Tabela 8, aplicável especialmente a Brasília:

VANTAGENS	DESVANTAGENS
1- Meio urbano saudável (espaço , solaridade, verdor) 2- Acesso facilitado ao lazer, e ao comércio (superquadras), bem como, a atividades socioculturais (unidades de vizinhança); 3- Espaço urbano de alta legibilidade; 4- facilidades para circulação de pedestres e automóveis; 5- Qualidade de vida elevada para o cidadão que habita a cidade planejada	1- Inflexibilidade e monotonia do espaço urbano ; 2- Acesso dificultado ao trabalho pelo zoneamento excessivo das atividades econômicas; 3- Segmentação e compartimentalização da cidade; 4- Centralismo burocrático e estatolatria monumental; 5- Sobrevalorização do solo urbano na área planejada.

Tanto as vantagens como as desvantagens enumeradas acima estão sujeitas a reparos "atenuantes" ou "agravantes" de seus efeitos, conforme as peculiaridades da circunstância social concreta na qual se inserem. Assim, na coluna da esquerda, com exceção da primeira, todas as demais vantagens são atenuadas por "efeitos colaterais" imprevistos, no que tange ao Plano Piloto; enquanto, na coluna direita, as desvantagens indicadas nos pontos segundo e quinto possuem atenuantes no tocante às proposições da Carta de Atenas. Vejamos.

Pois bem, tendo já suficientemente discorrido sobre a primeira vantagem indicada na tabela, passemos diretamente à análise da segunda. Ela está associada à concepção das superquadras nos moldes da "unité d'habitation" lecorbusieriana (i.e.: unidades residenciais semi-autônomas quanto ao comércio e serviços), às quais Lúcio Costa acrescentou as unidades de vizinhança, visando estimular a integração social e o sentido de "comunidade" entre os habitantes daquelas, em conformidade às aspirações coletivistas do modernismo. Assim, cada superquadra possui o seu próprio comércio local, onde encontra-se com maior frequência (mas não exclusivamente) padarias, mercearias, farmácias, açougues, bares, e papelarias; enquanto, cada conjunto de quatro delas, formando uma unidade de vizinhança, deveria conter equipamentos para atividades de recreação e sociabilidade (escolas, igrejas, clubes, cinemas, quadras esportivas, etc.), o que foi apenas parcialmente cumprido na execução do plano.

A despeito da maior acessibilidade a serviços básicos de comércio e a atividades socio-recreativas que oferece, a concepção das superquadras juntamente com as unidades de vizinhança foi alvo de inúmeras críticas. Porém, sendo todas de cunho teórico-abstrato, centradas na

crítica da noção de "territorialidade" das relações sociais, elas não invalidam as vantagens arroladas acima (36). Mesmo porque, se as superquadras diferenciadas entre si tendem a demarcar territórios semi-autônomos e exclusivos de certa camada social, as unidades de vizinhança, descompromissando-se com a noção de territorialidade, visam justamente neutralizar esta estratificação, para "integrar" uma população socialmente heterogênea. A principal falha conceitual do sistema superquadras diferenciadas/unidades de vizinhança seria, assim, sua incapacidade de conciliar as aspirações da família, da criança e do idoso com as aspirações do adulto quanto às possibilidades de diversão e convivência no meio urbano: são frequentes, entre adultos, as observações de que Brasília é uma cidade "fria", como também, queixas sobre a "falta de esquinas" ou a insipidez da vida noturna na capital (cf. Holston, 1986: 2a. parte).

Neste sentido, é interessante registrar aqui a crítica genérica feita pelos autores do projeto inscrito no concurso de 1957 sob o n 12, da firma STAM (Serviços Técnicos de Assessoria aos Municípios), à noção de territorialidade que esteve em voga em muitas vertentes do urbanismo. Segundo eles, "as 'garden cities', as 'self contained towns', e as 'unidades de vizinhança' são uma espécie de grito sentimental, uma tentativa de fazer da grande cidade uma justaposição de aldeias" (citação compilada da prancha n 4 da exposição "Brasília, trilha aberta", MAB, agosto de 1986). Argumentando que, ao contrário da criança e do adolescente, "o adulto não tem limites físicos de atuação dentro da cidade", uma vez que "entre a família e a cidade não existe agrupamento intermediário de base geográfica" (cf. nota anterior), os autores deste projeto criticavam a "solução desumana das

'cidades humanas', [onde] o adulto foi obrigado a viver num ambiente dimensionado para a criança" (idem, grifado por mim).

Voltando à tabela acima, terceira vantagem, a alta legibilidade do espaço planejado sob influência do modernismo também mostra-se contraditória em Brasília. Se uma codificação única e clara dá conta de todo o espaço urbano do Plano Piloto (a partir de uma numeração regular que se orienta pelos quatro pontos cardiais demarcados pelas asas e eixos da cidade), facilitando a orientação dos habitantes que com ela se familiarizam, a homogeneização deste espaço retira dos visitantes e migrantes recém-chegados pontos de referência habituais nas cidades comuns: as múltiplas marcas da diversidade urbana historicamente acumuladas em casas, prédios, ruas, praças, e etc.. Neste sentido, o próprio sistema de siglas e números mostra-se confuso, por ser impessoal, a-histórico, e aparentemente arbitrário.

A quarta vantagem é também problemática, pois as facilidades são dúbias no que tange à circulação de pedestres. Tudo indica que as facilidades para circulação de automóveis (o sistema de "vias expressas" e a tentativa de eliminação de cruzamentos) acabaram limitando as vantagens para circulação de pedestres ("tramas autônomas"), especialmente na região dos eixos principais.

Mas, a questão é controversa e um tanto complicada; pois, se na prática os acidentes de trânsito (incluindo uma porcentagem elevada de atropelamentos) são hoje, conforme estudos de um especialista em economia e planejamento de transportes (Wright, 1987:189), "um dos maiores problemas de saúde pública do Distrito Federal", isto não quer dizer que esta situação seja, como ele propõe mero resultado das "falhas" ou "omissões" do "sistema de circulação" concebido para Brasília. Este,

segundo Wright, teria resultado na "criação de perigo e barreiras para a circulação de pedestres e ciclistas entre os setores" (op.cit.:194) (37). Ora, não contestamos a evidência dos dados empíricos apresentados pelo autor, mas discordamos totalmente de sua explicação, segundo a qual a periculosidade da circulação de pedestres e ciclistas no Plano Piloto (que a nossa experiência pessoal em ambos os papéis considera questionável) seria fruto de "um escandaloso não cumprimento do quarto princípio da Carta de Atenas, que exige separação de veículos e pedestres" (Wright,1987:197), um evidente despropósito, a nosso ver.

Ao invés da explicação acima, o problema teria a sua origem, para nós, não apenas na própria "eficiência" do sistema de circulação do tráfego motorizado, na medida que ele permite aos motoristas dirigirem em alta velocidade nos eixos e vias principais; como, também, na intensidade singular da circulação de automóveis no Plano Piloto (vide final da nota n 10). Some-se a estes dados o que seria mais propriamente uma "falha técnica" do plano urbanístico de Lúcio Costa, sugerida, aliás, pelo próprio Charles Wright (op.cit.): o Eixo Rodoviário e seus acessos, justamente o lugar de maior periculosidade para a circulação de pedestres no Plano Piloto (sendo, provavelmente o maior responsável pela elevada estatística de atropelamentos registrada no último) constitui um conjunto de 14 faixas, cuja única proteção para os pedestres consiste na alocação de uma passagem subterrânea a cada meio quilômetro. Ora, uma tal "solução" para a circulação autônoma de pedestres face aos veículos automotores não poderia ser apropriada para um país onde são tão gritantes os índices de criminalidade, de menores abandonados e, de todas as formas de marginalidade social: as passagens subterrâneas têm sido sub-utilizadas porque, além de muito espa-

lhadas, tornaram-se banheiro público de bêbados, abrigo para desabrigados, e "tocaia" para marginais de ocasião. Melhor teria sido, aqui, a construção das tradicionais passarelas suspensas que, embora não estimulem a imaginação mirabolante dos urbanistas, são recursos baratos e eficientes para garantir a segurança dos pedestres.

Consideremos finalmente a última vantagem da tabela acima. Evidentemente, ela não passa do somatório das vantagens anteriormente apontadas, descontados os atenuantes sugeridos acima. Mas, além dos últimos, ela possui, em si mesma, o seu atenuante: o elevado padrão urbanístico de uma cidade como o Plano Piloto, nas condições do mercado imobiliário capitalista (que obviamente não foram rompidas com o partido urbanístico adotado), torna-a proibitiva para os estratos sociais inferiores, pois, implica uma sobrevalorização adicional do solo urbano, conforme indicado no ponto correspondente na coluna da direita. Dá-se, assim, a reprodução ampliada da desigualdade que se pretendia diminuir, criando duas classes distintas de cidadãos: o habitante a cidade planejada e o morador das periferias.

Chegamos, enfim, à avaliação das desvantagens enumeradas na tabela acima e seus possíveis atenuantes. Começando pela última, só temos a dizer que a Carta de Atenas não se omitiu diante do "petrificante estatuto da propriedade particular". Ela levantava "o problema da propriedade do solo e sua possível requisição" não só no âmbito da cidade e de sua periferia, mas igualmente para a "zona mais vasta que constitui a sua região" (in DAU, 1971:9-10). O documento fala mesmo em "expropriação de numerosas parcelas territoriais", propondo a subordinação do interesse privado ao interesse coletivo (ibidem). Provavelmente estas colocações foram a fonte de inspiração das propostas de "nacio-

nalização" e "municipalização" do solo urbano "defendidas , com variáveis graus de sucesso e fracasso, por governos trabalhistas e sociais-democratas no norte da Europa", e que, "mesmo nestes países... é certamente uma questão longe de ser resolvida" (Batista,1987:214). Porém, mesmo nos casos onde foi possível obter a propriedade pública do solo urbano, como ocorreu com o Plano Piloto de Brasília, a autonomia decisória dos urbanistas para influir neste terreno foi limitada pelo Estado capitalista, como foi visto.

Quanto às desvantagens restantes do paradigma urbanístico modernista indicadas na tabela examinada, a maior parte delas já foi demasiadamente comentada nas páginas anteriores. Recapitulando o que foi escrito (vide item 1.2), a resultante dos pontos primeiro e terceiro da coluna da direita é o esvaziamento dos espaços públicos da cidade, que dificulta a sociabilidade ampla do brasiliense e, incentiva-o contraditoriamente ao privatismo individualista que o modernismo pretendia combater; enquanto, o quarto ponto sugere uma intimidação apassivadora da cidadania.

Resta-nos, portanto, apenas um derradeiro reparo sobre o zoneamento. Segundo a Carta de Atenas, este deveria ater-se predominantemente às quatro "funções vitais" da cidade. No que diz respeito ao trabalho, as recomendações da Carta eram no sentido de diminuir as distâncias entre os locais de trabalho e os locais de residência, sendo que, somente as indústrias deveriam ser alocadas longe dos setores residenciais. Afora isso, o célebre documento sugeria apenas uma localização específica para os tradicionais "centro comercial" e "bairro de negócios", bem como, para o artesanato (a ser alocado nos pontos maior intensidade de circulação de pessoas). Assim, a exacerba-

ção do zoneamento presente na excessiva setorização de Brasília não segue exatamente os preceitos da Carta de Atenas, mas os exagera, desvirtuando-os.

Finalmente, após todas as considerações anteriores, poderemos esboçar algumas conclusões sobre o paradigma urbanístico modernista.

Em primeiro lugar, lembrando a epígrafe que abre este item, podemos dizer que o antídoto elaborado pelo modernismo contra a desordem da cidade industrial capitalista trouxe consigo efeitos colaterais indesejáveis: um ordenamento espacial excessivamente autoritário e inflexível que, além de provocar o esvaziamento dos espaços públicos, teria sido co-responsável, juntamente com o Estado capitalista, pela formação de um "urbanismo de guetos".

Em segundo lugar, o balanço empreendido acima autoriza-nos a rejeitar algumas injustiças das quais o modernismo tem sido vítima. Não podemos concordar com Frederico Holanda, p.ex., quando ele afirma que a "competência" ou a "sinceridade" dos arquitetos e urbanistas modernos para tratar de "aspectos tecnológicos ou de conforto ambiental das cidades e edificações não era real..." (Holanda, 1986:80). Reduzindo todas as transformações do meio urbano efetuadas pelo urbanismo modernista ao que Hilier chama de "morfologia da separação e da correspondência"- "a edificação isolada, o empobrecimento da transição direta entre interior e exterior, a morte da rua, o zoneamento rigoroso de uso, levando à especialização de setores da cidade e sua consequente deterioração vivencial, a territorialidade, levando à segmentação do tecido urbano" - Holanda (1986) argumenta que "nada disso responde a exigências tecnológicas e ambientais" (pp. 80-81). Mas, apesar de conter uma crítica relevante ao modernismo, o reducionismo desta "morfo-

logia da correspondência e da separação" não apenas passa ao largo dos aspectos positivos do paradigma modernista arrolados na tabela acima, como também, atribui a ele algo que, no caso de Brasília, não é de sua responsabilidade imediata, conforme já visto: "os grandes vazios que separam cidades-satélites de cidades-mães ..." (idem, p. 82).

Ora, se o urbanismo modernista não resolveu os grandes problemas da cidade industrial capitalista que, no seu discurso, propunha-se a solucionar, não foi por incompetência ou, menos ainda, pela insinceridade deste discurso, conforme propõe Holanda. Além de ter-se voluntariamente sobrecarregado com um "conceito ampliado de arquitetura", como foi visto, o movimento moderno defrontou-se com problemas cuja solução estava irremediavelmente fora de seu alcance. Pois, hoje em dia, "os problemas do planejamento urbano não são primariamente de organização espacial, mas de insuficiência gestonária, de represamento e orientação de imperativos sistêmicos anônimos, que interferem nos mundos da vida citadinos e ameaçam-lhes consumir a substância urbana" (Habermas, 1987:122). Diante de um quadro tão complexo, onde "as aglomerações urbanas emanciparam-se do velho conceito de cidade..., este não é um fracasso da arquitetura, moderna ou outra" (idem, p.123).

A conclusão acima, entretanto, não nos encaminha, como parece, a um beco sem saída. A despeito da quase impotência da arquitetura e do urbanismo (em qualquer de suas matrizes doutrinárias ou paradigmáticas) para controlar e disciplinar o fenômeno urbano nas condições do mundo moderno (especialmente no hemisfério capitalista), onde ele tornou-se transcendente em relação à própria cidade; ainda assim, permanece um saldo positivo em favor do modernismo quando confrontado com as contra-correntes que a ele se opõem: o "neo-historicismo", o "pós-

modernismo" (estrito senso), e o "vitalismo", conforme tipologia de Habermas (1987); que, na sua oposição à arquitetura e ao urbanismo modernos, voltam a separar forma e função. Embora aponte as limitações das contra-correntes opostas ao modernismo, propondo a continuação auto-crítica do mesmo (p.124), Habermas não esboça, porém, um conteúdo programático para sua proposta. E o que tentamos fazer, agora, em linhas gerais, para concluir este tópico.

A continuação crítica do modernismo consiste no simples balanço daquilo que deve mudar e/ou permanecer nele. Entre as mudanças, a principal consistiria no rompimento do planejamento centralizado, ao modo de uma vertente do vitalismo elogiada por Habermas: aquela que, visando uma "arquitetura comunitária", não propõe uma "veneração da banalidade", nem o equívoco do urbanismo e da arquitetura sem urbanistas e arquitetos; mas, ao invés disso, invoca os diretamente interessados a participarem do processo de planejamento, num diálogo entre técnicos e clientes (ibid.). Deste princípio emergiria, naturalmente, uma desejável revisão da inflexibilidade, da monotonia, da hierarquização e do zoneamento rigoroso do espaço urbano tipicamente moderno. Numa palavra, tratar-se-ia de tornar o planejamento urbano efetivamente "orgânico". Quanto ao plano das permanências, o principal seria preservar o horizonte "utópico" do modernismo: o esforço, até agora pouco recompensado, de conciliar forma e função segundo um ideal de cidadania que assegure a todos os cidadãos/habitantes o direito a um meio urbano social, e biologicamente saudável e apto para a convivência entre todos os habitantes.

Dependerá menos das características intrínsecas ao novo urbanismo eventualmente engendrado pela auto-crítica do modernismo, do que da

correlação de forças políticas estabelecida no bloco histórico onde ela terá surgido, o sentido da nova "utopia": diante dos obstáculos estruturais do capitalismo, ela poderá converter-se, mais uma vez, numa "utopia absoluta", totalmente negada e destruída pela realidade social; ou ainda, numa "utopia historicamente relativa" potencialmente instrumentalizável como elemento desagregador da velha e constitutivo da nova ordem social a ser erguida.

3 - Planejamento e Desenvolvimento Urbano: o Plano em questão

Seguindo o que foi proposto no início deste capítulo, o último item focalizou a análise do urbanismo do Plano Piloto (e seus desdobramentos sobre o planejamento urbano de todo o DF) ao nível ideológico, onde incluiu-se não apenas o discurso dos planejadores (arquitetos e urbanistas) e de seus críticos sobre este "cenário"; mas, igualmente, as percepções e impressões mais gerais que ele costuma produzir entre os seus habitantes. Agora, seria a vez de analisar o espaço planejado ao nível das práticas sociais que se erguem sobre ele, mostrando como os diferentes agentes sociais se apropriam deste espaço, reforçando ou modificando os princípios e metas sobre os quais ele foi concebido. Porém, a análise do planejamento não pode se deter apenas nestes dois níveis examinados separadamente, dependendo de um terceiro que daria conta da articulação entre as ideologias e as práticas: a análise das diferentes propostas para gestão espacial do Plano Piloto e do DF surgidas no âmbito do governo e da sociedade civil. A análise daquelas práticas e especialmente destas propostas constitui, assim, o objetivo central deste tópico.

3.1 - Espaço Urbano: coação, apropriação e gestão

Ao ser discutido o "papel" do cenário no item 1.1, viu-se, em linhas gerais, como o espaço urbano interfere sobre as práticas dos agentes sociais, condicionando suas ações e percepções sem, no entanto, determiná-las por completo. O espaço urbano do Plano Piloto, por exemplo, com sua "desfamiliarização modernista (supressão da rua-passeio, padronização de elementos, diluição dos sinais arquitetônicos de demarcação entre as esferas pública e privada, etc.) e sua segregação social e funcional (zoneamento), tenderia a reforçar atitudes individualistas nos habitantes, na medida que provoca um esvaziamento dos espaços públicos de uso coletivo (cf. itens precedentes e Holanda, 1985).

Inversamente, o item presente busca mostrar de que maneira as práticas sociais refluem sobre o espaço, modificando o próprio sentido da esperada influência dele sobre elas. Esta relação dinâmica entre o espaço urbano e as práticas sociais foi ponderada inicialmente nas formulações teórico-conceituais de Henri Lefebvre (in CES, 1967). O célebre marxista faz uma distinção inicial entre o *habitat* e o *habitar*. Sob o crivo de arquitetos e urbanistas, o primeiro conceito encerra-se no domínio físico-morfológico. Indo além deste, por sua vez, o último traduz uma situação socialmente condicionada e condicionante; pois, "do mesmo modo que o trabalho transforma o trabalhador... a habitação transforma o habitante e informa sobre a natureza de sua inserção no mundo" (CES, 1967: "Avant-Propos"). Na concepção lefebvriana, "habitar" é, ao mesmo tempo, apropriar-se de um espaço e também estar preso aos constrangimentos ou à coação que ele nos impõe. Lefebvre estabelece,

enfim, que o habitar é lugar de um conflito permanente entre as forças de coação ("contraintes") e as forças de apropriação (idem, p. 09). Vejamos como este conflito se manifesta no espaço urbano da capital planejada.

Num primeiro momento, é preciso discernir as forças de coação e de apropriação deste espaço. Entre as primeiras destacam-se, com um enorme peso, a tecnocracia, que elabora o planejamento urbano, e, o Estado, que regulamenta e fiscaliza as ações individuais e coletivas sobre o espaço planejado. Já entre as últimas, encontram-se as múltiplas "práticas urbanas" dos diversos segmentos sociais (i.e.: práticas sobre o espaço) que poderíamos chamar de "informais", nas quais se destacam as camadas populares. Tomemos alguns exemplos de autores já examinados.

Se na sua meticulosa análise da morfologia do Plano Piloto Holanda (1985:137) conclui que "para além das idéias e valores da população e de qualquer eventual controle instrumental sobre o espaço, ela contribui para...o esvaziamento dos espaços abertos de uso coletivo", isto não o impede de ver outras "vertentes" se apropriando criativamente do espaço planejado na capital. Neste sentido afirma o arquiteto:

"se a morfologia dominante em Brasília tem sua origem na vertente 'profissional' e se sua reprodução foi integralmente assumida pela vertente 'institucional' (i.e.: pelo Estado e suas agências de planejamento), não é menos verdade que, apesar do forte controle exercido sobre o sistema espacial, a vertente 'informal' ainda consegue se fazer significativamente presente. Mas, isso acontece sob a ameaça constante dos padrões dominantes aceitos institucionalmente" (p. 153).

No caso das camadas populares, o exemplo mais óbvio deste conflito entre as forças de coação e as forças de apropriação está na questão das "invasões": o fenômeno assumiu tamanhas proporções que o Esta-

do não pode mais permanecer no seu papel repressivo, passando à gestão do conflito mediante a criação de novos assentamentos ou, à regulamentação de antigas invasões. Entretanto, sendo esta questão mais pertinente ao capítulo V, passemos diretamente aos exemplos do mencionado autor.

Holanda (1985) mostra que o "Parque da Torre" exemplifica muito bem uma apropriação criativa do espaço urbano pela população de baixa renda. Nos finais de semana, este espaço passou a ser apropriado por uma grande concentração de pessoas linearmente estendida da plataforma rodoviária à Torre de TV. Numa "cidade onde a ocupação dos espaços públicos é extremamente rarefeita", ele deixou de ser um mero ponto turístico que atraía pelo mirante e a feira de artesanato, transformando-se num "espaço de lazer à escala metropolitana" cuja principal atração é ser um ponto de encontro entre populares - "a praia de Brasília", como se diz por lá (pp. 149-53). Holanda nos informa ainda que, em 1982, o governo levantou a possibilidade de transferir o evento para um local mais "adequado", sob alegação da falta de infraestrutura do lugar. Face à forte reação dos artesãos, "a idéia foi esquecida por um tempo, mas nada impede que novas tentativas de organizar o evento não ocorram, principalmente porque hoje ele assume proporções muito maiores..." (p. 152).

Outros exemplos de tensão entre as forças de apropriação da população e as forças de coação do Estado sobre o espaço urbano são fornecidos por Holston (1986), sendo a reação e a contra-reação à descaracterização da rua pelo estilo modernista o principal entre eles. Examinada no item 1.2 deste capítulo, a tentativa de supressão da rua convencional passava por uma especialização de suas funções outrora múltipla.

tiplas: ao invés de um local que conjuga as funções residencial, de trabalho, lazer e circulação (de pedestres e veículos), a rua deveria restringir-se à função circulatória, enquanto cada uma das demais funções seria alocada em espaços específicos. Lúcio Costa foi especialmente rigoroso nesta concepção racional-funcionalista da rua. Conforme descrito no décimo sexto item de seu "Relatório para o Plano Piloto de Brasília" in (IBAM, 1965:343-53), o urbanista estabelece que o comércio local de cada superquadra deveria ter a frente voltada para a área residencial, enquanto os fundos, voltados para a "via de serviços" (abastecimento), seriam destinados a garagens e depósitos.

Ora, esta redução da rua a uma "via" unifuncional foi nitidamente percebida como anti-comercial pelos comerciantes do Plano Piloto que, desde o início, a rejeitaram, num movimento de reapropriação da rua na Asa Sul (construída primeiro): as lojas abriram a frente para a "via de serviços", caracterizando a parte voltada para as quadras como fundos. O padrão tradicional de manter a frente das lojas voltada para a rua acabou tronando-se predominante no comércio local das superquadras sul (CLS's). Reagindo a este movimento, o planejamento estatal ataca a rua tradicional com as novas tipologias arquiteturais construídas no comércio das superquadras norte (CLN's): os novos gabaritos comerciais estipulam pavilhões maiores, separados e elevados do nível da rua, cujos quatro lados são caracterizados como a frente das lojas. Bem dimensionados, estes pavilhões seriam reapropriados pelo comércio e pela população, especialmente à noite, com bares e restaurantes cuja freguesia estende-se por mesas que "invadem" a rua. Esta "invasão" é mais uma vez rebatida pelo planejamento, que reage recaindo na ortodoxia, ao construir as CLN's 205 e 206 sob os moldes previstos no projeto

inicial de Lúcio Costa . Radicalizando-o, os novos prédios não apenas mantêm depósitos e garagens no lado que se volta para a via de serviços, como eliminam a possibilidade das lojas se abrirem para as quadras. Comercialmente fracassado (cf. análise detalhada in Holston, 1986:178-80), o projeto ortodoxo acabaria sendo deixado de lado pelo governo, cuja recente liberalização iria permitir o florescimento de novas tipologias arquiteturais nas comerciais das superquadras (inclusive na Asa Sul), embora certo controle sobre os gabaritos das novas construções ainda seja mantido.

Contudo, a despeito das formulações teóricas acima e, dos exemplos citados aqui, a ação do Estado no planejamento urbano de Brasília não deve ser vista como fadada eternamente à reprodução do modelo inicial e à coação sobre as práticas que o transgridem. Isto, não só porque a escala de problemas foge ao poder de controle do aparelho estatal, obrigando-o a gerir política e "tecnicamente" os conflitos, ao invés de reprimi-los; mas também, porque existe um processo em curso de amadurecimento da sociedade civil brasiliense, concomitante ao avanço da cidadania política no DF examinado no capítulo III. Assim, é possível vislumbrar a possibilidade de um Estado mais sensível às aspirações e críticas da população quanto ao planejamento urbano da capital.

3.2 - Sociedade Civil e Urbanismo em Brasília: um debate sem muita polêmica

Assim como fizemos com a questão da autonomia política do DF no capítulo anterior, busca-se agora analisar como o urbanismo da capital tem sido visto por representantes da política partidária e do mo-

vimento sindical locais (mais uma vez lamenta-se a exclusão do "movimento comunitário"), partindo de suas respostas à sexta questão da entrevista (v. Anexo III, p. 430): "O sr.(a) é favorável à preservação dos atuais padrões urbanísticos de Brasília?". Não obstante ter sido colocada em termos tão vagos e genéricos (sem estabelecer a demarcação do termo "Brasília"), a questão mostrou-se adequada aos propósitos da pesquisa, na medida que deixou aberta a possibilidade dos candidatos ao Congresso Constituinte e dos sindicalistas avaliarem a questão para além do Plano Piloto, incluindo reflexões sobre o planejamento urbano do DF como um todo.

De um modo geral, quase todos os entrevistados demonstraram uma atitude **positiva** (com variada intensidade) em relação ao modelo urbanístico do Plano Piloto, valorizando, ademais, o planejamento do espaço urbano de um modo geral. Ao transpor a questão para o âmbito do conjunto do DF (Brasília lato senso), no entanto, as respostas dos oito candidatos acabaram diferenciando-se em seis propostas ou demandas distintas para o seu planejamento urbano, conforme descrito na Tabela n 9:

PROPOSTAS / O planejamento urbano estatal deve promover:

- 1) o tombamento do Plano Piloto;
- 2) a preservação do P. Piloto e o crescimento planejado de todo o DF;
- 3) a preservação do essencial no P. Piloto, com certa liberalização no Código de Edificações;
- 4) a preservação da sede administrativa e do sistema de superquadras, estendendo-o para as cidades satélites;
- 5) a preservação da sede administrativa, o adensamento urbano, e uma revisão da setorização excessiva;
- 6) a reurbanização e preservação de todo o DF

A primeira proposta foi defendida pelo candidato a senador constituinte do PTB, Ferreira de Castro, para quem "o Plano Piloto deveria ser tombado, preservando a qualidade de vida que ele oferece...". A segunda, por sua vez, apresentou dois defensores bem diferenciados ideologicamente: a candidata a deputado constituinte pelo PFL, Maria de Lourdes Abadia; e, o candidato a senador pelo PCB, Carlos Alberto Torres. A candidata eleita colocou-se como "favorável à preservação do Plano Piloto, desde que se mantenha alternativas para um crescimento planejado na área urbanística, atendendo ao crescimento demográfico e aos fluxos migratórios". Ou seja, ela propõe que a própria área planejada do Plano Piloto (a "área urbanística") também possa crescer. Quanto ao candidato comunista, ele faz questão de ressaltar o caráter especial do DF como uma "ilha de economia planejada", que torna "possível" e "desejável" preservar e até mesmo expandir o sistema de planejamento urbano e econômico.

Nas proposições restantes, as demandas já não contemplam a preservação integral do Plano Piloto. A terceira partiu do candidato a senador constituinte pelo PDS, para quem "o Plano Piloto deve ser preservado, mesmo porque, não há como modificá-lo..., salvo pequenas alterações em pontos onde o Código de Edificações é muito rígido". Ele sugere um exemplo sobre o último aspecto: a liberação da construção do segundo pavimento nas casas da W3 nos trechos onde atualmente ela é proibida. Quanto às cidades satélites, as preocupações do candidato pedessista foram mais arquitetônicas que urbanísticas; pois, segundo ele, elas "deveriam ser deixadas para que os arquitetos daqui, gente formada pela UnB, ligada ao IAB/DF, possam dar vazão a sua criatividade...". Pois, na opinião do entrevistado, "Brasília não pode conti-

nuar sendo uma maquete que satisfaça unicamente à vaidade de O. Niemeyer".

A quarta proposta foi apresentada simultaneamente por dois candidatos de esquerda: Lauro Campos, concorrendo a senador pelo PT; e, Hélio Doyle, a deputado pelo PDT. Para o primeiro, "deve-se, realmente, procurar preservar o centro administrativo, com os palácios e monumentos, e mesmo as superquadras, que representam uma concepção de vida ..., uma forma inteligente de viver...". Para o candidato petista, "o sistema de superquadras deveria ser objeto de ampliação"; pois, "temos muito espaço vago em Brasília". Na mesma linha, Hélio Doyle afirma: "Eu acho que a preservação deve ocorrer no aspecto da qualidade de vida da cidade; e, deve-se lutar para que as áreas periféricas tenham a mesma qualidade de vida que o Plano Piloto " (bastante "elevada apesar de seus defeitos", segundo ele). O candidato do PDT faz ainda uma observação crítica, segundo a qual "é ilusório você achar que, dentro de um sistema capitalista, loteando mais o Plano Piloto você vai possibilitar que a população de baixa renda more aqui: no sistema capitalista, esta população sempre estará sendo empurrada para a periferia das cidades". "Assim", acrescenta ele, "eu acho que esta tese de que Brasília é elitista porque não permite certas construções (que os blocos deveriam ter vinte e dois andares ao invés de seis, etc.), é uma tese equivocada".

Assumindo uma postura mais crítica em relação ao modelo urbanístico de Brasília, Fernando Tolentino, candidato a deputado constituinte pelo PCdoB coligado ao PMDB, é quem apresenta a quinta proposta. Para ele o modelo urbanístico da capital está a exigir uma profunda revisão, incluindo tanto o adensamento urbano e a ampliação das fron-

teiras do DF, como um abrandamento da excessiva setorização, que penaliza o comércio e dificulta a organização de entidades civis em sedes próprias estrategicamente situadas, especialmente nas cidades satélites (38). Tolentino ainda critica o "gasto excessivo de áreas verdes", e propõe a ocupação da "capacidade ociosa" das áreas residenciais do Plano Piloto.

Enfim, a última proposição, defendida pelo candidato a senador constituinte pelo PMDB, Lindberg Aziz Cury, infelizmente não pode ser vista senão como uma bem preparada e vazia "frase de efeito": "Todo o DF, e não apenas Brasília, precisa ser reurbanizado e ter essa urbanização preservada", respondeu vagamente o candidato, embora tivesse tido tempo de sobra para responder "em equipe" à questão (v. cap.III, nota n 17). O empresário não colocou em que termos o DF deveria ser "reurbanizado", ou o que haveria de bom ou ruim em relação aos padrões urbanísticos atuais; ele não estabelece, tampouco, de que forma o DF como um todo poderia ser preservado urbanisticamente e, ao mesmo tempo, expandir sua rede urbana para atender ao crescimento demográfico vegetativo e migratório.

A questão da preservação do urbanismo de Brasília e seus desdobramentos também foi colocada para os dois sindicalistas entrevistados, já num momento posterior ao "tombamento" do Plano Piloto pelo GDF e ao reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Ambos mostraram-se enfaticamente favoráveis a estas medidas, tendo considerações relevantes sobre o planejamento urbano do DF.

Geraldo Lima Bentes, pres. do DIAP e do SENALBA/DF, afirmou ser "importantíssimo e fundamental a manutenção deste plano urbanístico". Segundo ele, "Brasília não pode ser mexida e vista como uma cidade co-

num; pois, além de ser uma cidade política e administrativa, trata-se de um patrimônio da humanidade que não pode ser destruído". Geraldo ainda recorda a importância da fixação e regulamentação das vilas Planalto e Paranoá como "patrimônio histórico" de Brasília, cujo processo iniciou-se com o governo Ornellas, sendo efetivado sob o governo Aparecido.

O presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, José de Lacerda S. Júnior, mostrou-se igualmente sensível à questão urbanística. Em sua opinião, "o tombamento do Plano Piloto talvez tenha sido a única coisa boa que este governador biônico, o sr. José Aparecido, fez em seu governo". Aparentando conhecer bem o assunto, ele afirma que "este traçado urbano e esta arquitetura marcaram uma mudança na arquitetura de um modo geral, que revolucionou... ou, pelo menos, trouxe à baila uma grande discussão, até hoje polêmica, se deve ou não continuar". Júnior, como é conhecido entre os "companheiros" do sindicato, entende que "os monumentos e o traçado urbano, pelo menos no Plano Piloto, devam ser preservados", propondo que sejam encontradas "soluções que não mutilen esta obra". Mas, ele faz uma importante ressalva: "os governantes devem ter sensibilidade para que este tombamento não seja uma camisa-de-força, impossibilitando reformas que venham a ser necessárias amanhã".

Apesar de não terem sido submetidos a qualquer pergunta versando exclusivamente sobre o urbanismo de Brasília (v. Anexo III), alguns dos entrevistados ligados ao movimento e à política cultural do DF, no contexto de seus respectivos depoimentos, fizeram observações espontâneas sobre o espaço planejado da capital, indicando as repercussões dele sobre movimentos culturais coletivos de origem e/ou expressão lo-

cal (o Concerto Cabeças, o "Pacotão" e o carnaval de rua de Brasília, etc.). Entretanto, a análise destas formas de apropriação cultural do espaço planejado pela população local, especialmente os artistas pelos artistas, insere-se com maior propriedade no capítulo VI, onde será abordada com a devida atenção.

3.3 - Planejamento: mudanças e permanências na arena governamental

Tendo considerado a visão de alguns segmentos da sociedade civil brasiliense (lideranças do movimento político e sindical) sobre o urbanismo de Brasília, juntamente com as demandas gerais aí implícitas quanto ao planejamento urbano do Plano Piloto e do DF, resta avaliar o comportamento do Estado diante delas. Qual tem sido o sentido geral da atuação do planejamento urbano na capital? De que maneira a tecnocracia estatal tem enfrentado até hoje e se prepara para enfrentar amanhã as enormes pressões da expansão acelerada da periferia urbana sobre a economia, a infra-estrutura, os equipamentos e serviços coletivos, e os recursos naturais do DF? Há algo de novo no horizonte urbanístico de Brasília além de sua celebrada elevação a patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO? São estas as questões que se pretende responder para encerrar, por fim, este capítulo.

Como foi visto anteriormente, desde a sua criação, o planejamento urbano de Brasília foi marcado pela intenção de preservar a concepção urbanística do Plano Piloto e o "caráter político-administrativo e cultural da capital". Afora a inibição deliberada do desenvolvimento industrial, isto também significava que o "Relatório para o Plano Piloto de Brasília", de autoria de Lúcio Costa, com suas diretrizes ge-

rais, seria o documento básico para orientar a construção e a expansão planejada do DF. A partir dele, institui-se o decreto n 7 de 13 de junho de 1960, que fixa normas para a construção em Brasília (zoneamento, taxa de ocupação dos terrenos, gabaritos, etc.). Tal decreto seria complementado por outro, n 596, de 8 de março de 1967, estabelecendo o Código de Edificações de Brasília do qual o relatório de Lúcio Costa passa a constituir "parte integrante" (cf. Mello, 1980).

Em termos práticos, a orientação acima traduziu-se numa política de "desconcentração precoce" da população urbana, privilegiando a ocupação dos espaços periféricos em detrimento da ocupação do Plano Piloto e cercanias (v. capítulo III, pp. 111-13), através do programa habitacional da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS) e da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Quanto ao planejamento urbanístico propriamente dito, isto significava a reprodução dos padrões essenciais do Plano Piloto nos assentamentos periféricos planejados - i.e.: todas as cidades satélites, salvo a parte antiga de Brazlândia e Planaltina (cf. nota n 2).

Contudo, quando a população do DF já se aproximava do primeiro milhão de habitantes, por volta de meados da década de setenta, o governo percebeu que novas medidas deveriam ser tomadas no âmbito da organização e do planejamento urbanos; pois, as cidades satélites não apenas apresentavam densidades demográficas elevadas, como também, algumas delas já não apresentavam condições para expansão: segundo estimativas da CODEPLAN, a saturação de Taguatinga teria ocorrido em 1973, a de Sobradinho e do Guará em 1975, e a do Gama em 1980 (v. Paviani, 1985:66). Naquele contexto, em março de 1976, é firmado convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e o

GDF, tendo por objetivo promover estudos e programas destinados a disciplinar a ocupação territorial e o desenvolvimento urbano do DF e sua região de influência. Entre os vários trabalhos nascidos deste convênio, destaca-se o Plano Estrutural de Ocupação Territorial do DF (PEOT), a primeira tentativa significativa de retomada do planejamento em larga escala após a consolidação da capital.

A partir de um equilibrado diagnóstico e análise de seu quadro urbano, baseados em variáveis como oferta de emprego, disponibilidade de terras e recursos hídricos, e custo de instalação de infra-estrutura, o PEOT apresenta três alternativas para ampliar a ocupação territorial urbana do DF com vistas a atender o crescimento acelerado da população, fazendo o balanço dos "prós e contras" de cada uma delas. Na avaliação final da equipe do PEOT, o eixo situado entre Taguatinga e o Gama foi proposto como a área mais indicada à expansão urbana de Brasília. Evidentemente, não se tratava de uma opção puramente "técnica", como veremos a seguir.

Segundo os objetivos explícitos do PEOT, a alternativa mais recomendável deveria ser aquela que apresentasse as melhores condições para a consecução das seguintes metas enumeradas, ao que parece, de acordo com uma escala de prioridades: 1) "descentralização do Plano Piloto", de modo a "preservar e valorizar o ambiente construído"; 2) "estruturação das áreas de expansão de modo a possibilitar a criação de núcleos tão autônomos quanto possível em termos de emprego, equipamentos e serviços "; 3) "proporcionar a maior acessibilidade possível à população residente em cada um dos núcleos habitacionais aos empregos, equipamentos e serviços das outras localidades"; 4) "minimizar os custos econômicos e sociais do sistema de transportes"; 5) reduzir os

custos de implantação de infra-estrutura; 6) "preservar as áreas de interesse científico, rural, de lazer e ambiental" (especialmente os recursos hídricos da bacia do Paranoá), favorecendo o "desenvolvimento equilibrado" do DF e seu entorno imediato (cf. Mello, 1980:10-11).

Ora, trocando em miúdos, a escala de prioridades acima revela preocupações socialmente conservadoras por parte do governo. A principal meta do PEOT, a preocupação de proteger a sede político-administrativa, aliviando as pressões sociais que pairam sobre ela, consiste numa auto-proteção do governo: este é o verdadeiro sentido da "descentralização do Plano Piloto e, também, o principal resultado esperado das metas supracitadas de número 2 e 3 . Por outro lado, numa tentativa manifesta de rever o alto custo econômico e social da excessiva dispersão do modelo atual de ocupação territorial e, buscar "economias de aglomeração", ele propõe não o adensamento do conjunto do DF (que reduzisse as distâncias entre o centro e a periferia), mas de um novo aglomerado afastado do centro, ligando a semi-conurbação Taguatinga/Ceilândia ao Gama, mediante a implantação de quatro novos núcleos habitacionais na área intermediária entre ambos.

O caráter conservador da proposta contida no PEOT é posteriormente confirmado num estudo sobre a expansão urbana de Brasília que pretendia completá-lo e aprofundá-lo. Nas suas "especulações prospectivas" sobre o cenário urbano da capital, o engenheiro e antigo coordenador do PEOT, Luiz A. Cordeiro, juntamente com o arquiteto G. R. Kohlsdorf, projetam e analisam cinco alternativas possíveis para a futura ocupação urbana do DF, reafirmando que "a área entre os núcleos existentes de Taguatinga/Ceilândia e Gama se apresentaria como alternativa de expansão mais adequada e eficiente" (Cordeiro e Kohlsdorf :

245). Neste cenário, considerado "o mais provável" (além de "desejável", na ótica do Estado), seria consolidada uma estrutura bipolar com duas áreas de adensamento: de um lado, o Plano Piloto e suas imediações, e, de outro, a grande conurbação que ligaria os núcleos indicados acima. "Nesse esquema", acrescentam, "o Plano Piloto poderia ser preservado para algumas funções do Governo Federal, livre de universidades (estudantes) e indústrias (operários), que poderiam ser alocadas em outros aglomerados, e caracterizável como um bairro administrativo de uma conurbação maior, tranquilo e aprazível..., tal qual muitos políticos idealizavam a capital do país, centro das decisões nacionais" (ibid.).

Sob a onda de democratização da chamada Nova República, este quadro "continuista" do planejamento parece viver um momento de renovação. Embora a tônica da política urbana do governo Aparecido tenha sido, desde o início, a "retomada da concepção original" de Brasília, tratar-se-ia de uma revisão, buscando ajustá-la à nova realidade do DF. Assim, paralelamente à discussão sobre a preservação do Plano Piloto e aos primeiros contatos para obter sua proteção pela UNESCO, o governador convida os principais idealizadores da capital planejada, Lúcio Costa e O. Niemeyer, que nos anos do autoritarismo estiveram afastados das decisões sobre arquitetura e urbanismo concernentes a Brasília, para trabalharem na coordenação deste projeto (39). Além das novas obras encomendadas a Niemeyer, tal projeto concretizar-se-ia em novo plano de expansão para a capital, formalizado na proposição "Brasília Revisitada", relativa à "complementação, preservação, adensamento e expansão do Plano Piloto". Elaborada por Lúcio Costa, a proposição foi apresentada ao CAUMA (v. nota anterior) no dia 24 de fevereiro

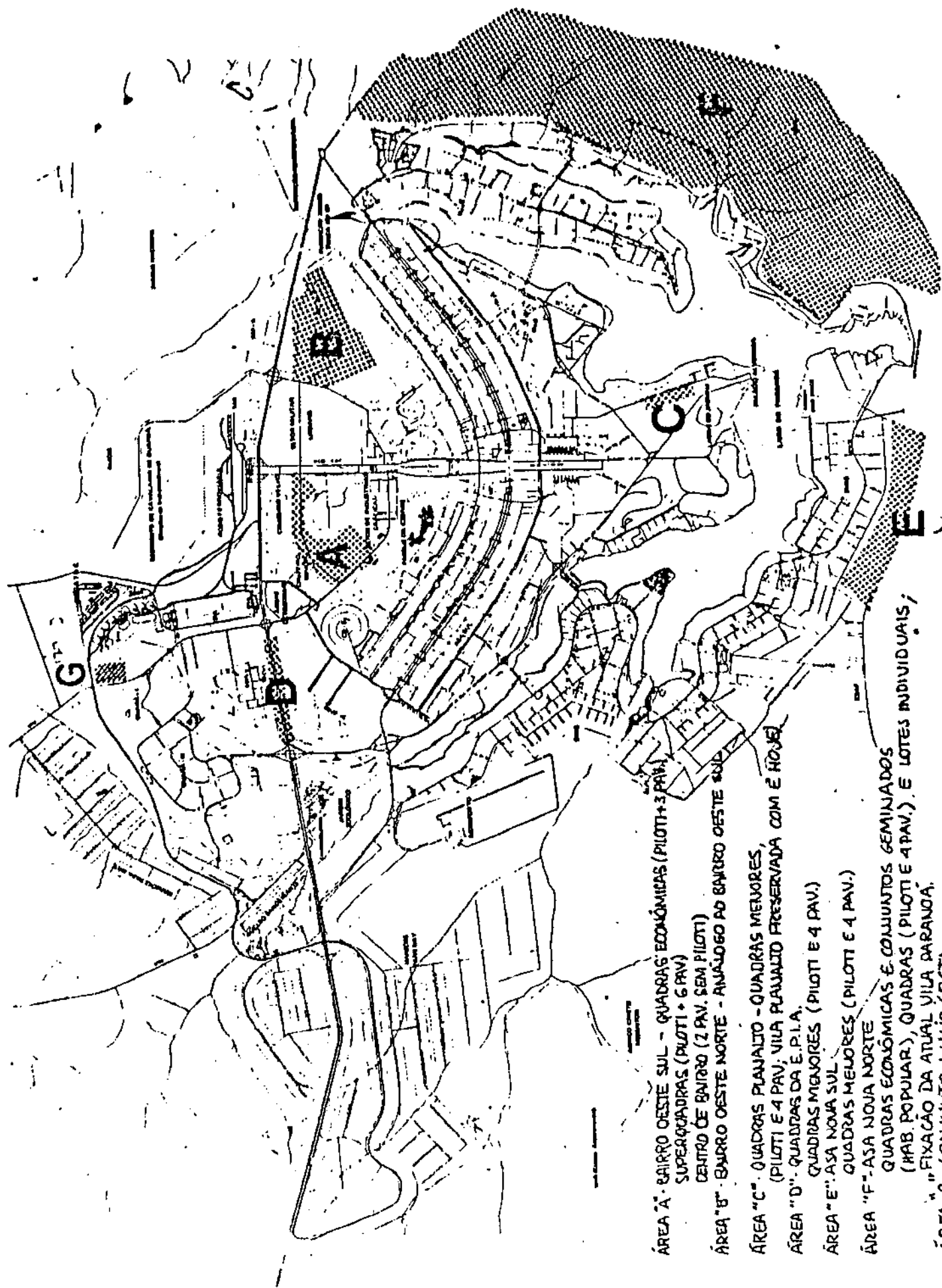
de 1987, sendo aprovada e convertida em documento oficial.

São muitas as novidades de Brasília Revisitada. Sensível às reclamações dos brasilienses quanto à carência de vida coletiva nos espaços públicos da cidade, Costa propõe neste documento que os projetos ainda não edificados nos setores centrais sejam reexaminados no sentido de "propiciar a efetiva existência da escala gregária" (40), advertindo para "não insistir na excessiva setorização de usos do centro urbano" ("Brasília, patrimônio cultural da humanidade", encarte do CB, edição de 01.01.88, p. 07). Também se inscreve neste propósito o Complexo Cultural projetado por Niemeyer, que complementaria a Esplanada dos Ministérios, ocupando as duas áreas próximas à rodoviária, ao lado do Teatro Nacional da Catedral.

Mas se há novidade nesta revisão da setorização e vivificação do centro, elas não se comparam com as surpresas do plano de expansão contidas no documento apreciado. Contrariando tendência prevalecente até então no planejamento urbano da capital, Brasília Revisitada questiona o modelo de ocupação territorial do DF, propondo seis novas áreas de expansão nas cercanias do Plano Piloto, conforme a Figura 5.

No texto deste documento, Costa explica que a implantação de Brasília pressupunha a sua futura expansão através de cidades satélites, evitando o processo de gradativa ocupação urbana das áreas contíguas ao núcleo original: "previa-se a alternância definida de áreas urbanas e áreas rurais em contraposição ao alastramento suburbano e rasteiro" (idem, p. 6). A partir do surgimento "precoce" e "improvisado" das cidades satélites, iria prevalecer até agora a "intenção" de manter entre estes núcleos e a área central uma larga faixa verde destinada ao uso rural" (41). Se, na visão do urbanista, esta abordagem teve a vantagem

Figura 5 Expansão do Plano Piloto ("Brasília Revisitada")



de "permitir a manutenção, ao longo de todos esses anos, da feição original de Brasília; em contrapartida, ela isolou demais a matriz de dois terços de sua população metropolitana que reside nos núcleos periféricos, além de gerar problemas de custo para o transporte coletivo" (ibidem). Desta constatação teria surgido o projeto de implantação das Quadras Econômicas, ao longo das vias de ligação entre o Plano Piloto e as cidades satélites. Aparentemente, estas quadras viriam ao encontro das aspirações entre as lideranças da sociedade civil brasiliense aqui entrevistadas de ampliar o sistema de superquadras e estendê-lo à população de baixa renda, diminuindo, inclusive, os custos de acessibilidade aos equipamentos e serviços do Plano Piloto para a população residente nestas novas áreas (42).

Mas, tratando-se de planos e de planejamento, é preciso ser cauteloso com as novidades e, evitar saudá-las precipitadamente. Mudanças no planejamento não implicam necessariamente mudanças imediatas na política urbana; pois, entre os planos e sua implementação existe uma grande distância que pode estar repleta de obstáculos econômicos, políticos e socioculturais. A supressão das Quadras Planalto do projeto Brasília Revisitada é um claro exemplo disso (43). Além do mais, levando em consideração a "inércia" da mentalidade tecnoburocrática, é preciso verificar o verdadeiro alcance das supostas mudanças.

Quanto ao último ponto, há claras indicações da persistência, no referido documento, de práticas tradicionais no planejamento brasiliense, generalizadas no contexto brasileiro: excessiva centralização de decisões; e, desarticulação entre os distintos planos setoriais da diferentes equipes técnicas, seja de diversas ou de uma mesma organização governamental. E o que revelam os comentários dos especialistas

reunidos na UnB no dia 30/03/87 para debater o novo projeto de Lúcio Costa.

Segundo Frederico Holanda, "os arquitetos brasilienses há muito tempo questionam o fato de se criarem novas cidades satélites cada vez mais longe do Plano, sem nenhuma autonomia, ao invés de se pensar na expansão do Plano Piloto"; pois, o adensamento da bacia do Paranoá sempre foi considerado "indefensável" pelo "restrito grupo que detém o privilégio de pensar a cidade". Porém, as sugestões e críticas dos arquitetos de Brasília "nunca foram ouvidas até que, de uma hora para outra, a proposta surge pronta" ("Experts acham vago o plano de Lúcio Costa", CB - 31/03/87).

Mas, afora a centralização decisória, apresentou-se no debate outra crítica generalizada ao plano de expansão de Lúcio Costa: seria um plano demasiado vago em seus aspectos técnicos e teóricos. Segundo o geógrafo Aldo Paviani, "a 'Brasília Revisitada' de Lúcio Costa é o Plano Piloto revisitado", o que constitui um equívoco em sua opinião; pois, a metrópole-capital "deve ser revisitada na sua totalidade e não, mais uma vez, na sua parte mais burilada e elitizada" (idem). O geógrafo aponta ainda a carência de um elemento imprescindível a qualquer proposta para a expansão urbana de Brasília: um projeto definindo um novo perfil de empregos para o DF a fim de interromper a excessiva concentração da oferta de empregos no setor terciário do Plano Piloto. Neste sentido, Holanda lembra que o novo plano de expansão não inclui nenhum estudo sobre as consequências do adensamento do Plano Piloto para as cidades satélites, nem prevê as soluções de transporte que necessariamente teriam de acompanhar o aumento da densidade demográfica e do espaço construído nas áreas a serem ocupadas.

Mas, a questão do transporte coletivo é justamente aquela em que se revela com maior clareza a desarticulação do planejamento estatal . O governador José Aparecido de Oliveira encomendara ao Instituto Mauá de Tecnologia, de São Paulo, um estudo de viabilidade técnico-econômica para a implantação de um sistema de transporte de massas em Brasília. O relatório final do Instituto foi apresentado ao governador no dia 11 de fevereiro de 1987, propondo o uso do Veículo Leve sobre Trilhos (VTL), cujo percurso inicial deveria ligar Plano Piloto, Guará, Taguatinga e Ceilândia e ser ampliado posteriormente em direção ao Gama. Conforme levantado em debates no Sindicato dos Arquitetos de Brasília, na questão da expansão territorial urbana o projeto dos técnicos paulistas baseou-se no ultrapassado PEOT, de 1977, que propunha a expansão da cidade no eixo entre Taguatinga/Ceilândia e o Gama, frontalmente contrariada agora, com o projeto contido em Brasília Revisitada. A elaboração simultânea do estudo de viabilidade do transporte de massas e do plano de expansão de Lúcio Costa, segundo o arquiteto José Carlos Coutinho, seria uma demonstração da "total desarticulação de que padecem os setores que pensam o planejamento da cidade" (CB - 31/03/87).

Além da oposição dos arquitetos organizados em torno de seu sindicato na capital, a proposta do Instituto Mauá foi condenada por ninguém menos que Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Incluído na pauta de votações do CAUMA em Janeiro do ano passado, ele foi retirado pelo governador que temia a sua provável reprovação. Além do elevado custo e da inoportunidade do projeto (dados do próprio Dept de Transportes Urbanos do GDF mostravam que o sistema operaria com capacidade ociosa ainda por muitos anos depois de implantado), os arquitetos questiona-

vam o provável reforço da tendência centralizadora do Plano Piloto sobre a estrutura urbana do DF que a obra acarretaria, propondo a canalização do investimento para projetos geradores de empregos e a instalação de equipamentos na periferia satélite. Foram estes os termos de uma carta de protesto contra o VTL enviada ao governador pelo urbanista criador de Brasília.

A questão parecia paralizada quando no dia 28 de julho do mesmo o CAUMA surpreende a população de Brasília, aprovando um contraditório projeto de autoria do próprio Lúcio Costa: um metrô para servir exclusivamente ao Plano Piloto. Mesmo levando em consideração a expansão e o adensamento do último, este metrô contradiz claramente a argumentação empregada por seu autor na carta supracitada. Apresentado sem qualquer previsão ou compromisso para sua implementação, o projeto foi duramente criticado na imprensa, sendo devidamente acusado de "elitista" e "supérfluo".

Mesmo com as ressalvas acima, algumas mudanças positivas podem ser creditadas a Brasília Revisitada: o próprio adensamento e expansão do Plano Piloto; a intensificação da escala gregária; a oferta de moradia para população de baixa renda em áreas não muito afastadas do centro; e, a fixação das vilas Planalto e Paranoá. Outras vieram com muita timidez: certa liberalização no zoneamento (nos setores centrais do P. Piloto), e uma pequena diversificação na tipologia arquitetônica nas novas áreas (v. Figura 5, p. 232). Uma mudança mais significativa no âmbito do planejamento urbano do DF, entretanto, exigiria não apenas um reforço destas medidas, mas principalmente uma estratégia de planejamento menos centralizada, mais participativa e articulada entre os órgãos do governamentais.

Finalmente, cumpre avaliar a questão do "tombamento do Plano Piloto" (decreto n 10.831), juntamente com a sua proteção pela UNESCO como "patrimônio cultural da humanidade", indagando se estas medidas podem ser uma camisa-de-força para o desenvolvimento urbano da capital, conforme sugerido por um de nossos entrevistados.

Examinando o processo nas suas etapas, verifica-se que o referido temor não se justifica em termos do planejamento urbano; pois, o projeto de "preservação" já estava em andamento cerca de dois anos antes da aprovação de Brasília Revisitada pelo CAUMA no dia 24/02/87, desde o encontro do governador com o presidente da UNESCO, Amadou M'Bow, em dezembro de 1985. Nesta ocasião o governador defende junto a ele, na sede do órgão em Paris, a tese de que o patrimônio cultural contemporâneo de expressão mundial também deveria ser objeto da proteção daquele organismo internacional, chamando atenção para o "nítido exemplo de Brasília. Um ano depois, a inscrição de Brasília na relação de bens culturais da humanidade junto ao Comitê do Patrimônio Mundial, acompanhada de farta documentação preparada pelo Ministério da Cultura em cooperação com o GDF, é solicitada formalmente junto ao Secretariado da UNESCO. Acatada a solicitação, o Secretariado encaminha a proposta ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), encarregado de proceder à avaliação técnica dos bens culturais cuja proteção é pleiteada àquele órgão. O parecer favorável do Icomos só vai sair quase três meses depois da decisão do CAUMA quanto à proposição de Lúcio Costa. O parecer continha, entretanto, uma exigência preliminar: a decisão final do Comitê iria depender de providências da parte do GDF no sentido de elaborar uma legislação específica para a preservação das características urbanísticas e arquitetônicas da capital brasilei-

ra. Com a aprovação do CAUMA, a legislação é promulgada no dia 19 de outubro de 1987, pelo decreto n 10.831, que dispõe sobre a "preservação da concepção urbanística de Brasília". No dia 7 de dezembro do mesmo ano, a UNESCO toma a decisão que distingue a capital brasileira. Uma decisão inédita: foi através de Brasília que o Comitê do Patrimônio Mundial inaugurou o exame das expressões culturais de nosso século, sendo o único bem com menos de cem anos reconhecido por ele como patrimônio cultural da humanidade (44).

Sem força de lei, a decisão da UNESCO constituiu-se num profícuo manancial de dividendos políticos para o GDF, além de facilitar o acesso às verbas deste organismo internacional e de livrar a capital (em princípio) de bombardeios em caso de guerra, conforme compromisso firmado pelos países-membros da Convenção para a Preservação do Patrimônio Mundial. Entre aqueles dividendos, além do que foi capitalizado pelo governador Aparecido na forma de apoio e propaganda política para seu governo, podemos incluir maior facilidade de acesso ao crédito internacional para financiar obras na cidade; e, principalmente, um reforço político para a preservação do partido urbanístico do Plano Piloto, estabelecida no decreto n 10.831 que, em princípio, pode ser modificado pelos próximos governos.

O decreto, cujo maior inimigo é o capital imobiliário do DF (interessado na liberação de áreas e na ampliação dos gabaritos dos prédios sob controle do governo), não estabelece propriamente o "tombamento" da cidade; mas, a preservação das quatro escalas básicas do Plano Piloto (v. nota n 40), mantendo o controle de gabaritos e, definindo áreas *non-aedificandi* nos espaços verdes entre os setores residencial e governamental. A proibição de novas edificações nestas

áreas, entretanto, não é absoluta: nas áreas do primeiro setor o decreto permite construir "instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias", desde que "aprovadas pelo CAUMA"; enquanto, nas do último, ele admite a construção de prédios com um pavimento sobre pilotis, para "serviços de apoio aos funcionários públicos" (compilado no encarte do CB - 01.01.88).

Portanto, nem o decreto do GDF, nem a decisão da UNESCO representam a estagnação do Plano Piloto, senão momentos de um processo de repensar a cidade e os novos problemas de sua realidade atual. Preservar, complementar e expandir o núcleo central da capital é, para Lúcio Costa, agir com "firmeza" e "flexibilidade": "é tanto saber dizer não como sim, na busca contínua da resposta adequada" (idem). Ou seja, trata-se - nada mais, nada menos - da velha autoridade idolatrada pelos modernistas, acompanhada de uma inédita dose de flexibilidade. Será isto a sugerida "continuação autocrítica do modernismo"?

NOTAS

- (01) Brasília não foi a primeira "cidade planejada" a surgir no Brasil. Três capitais de Estado a antecederam: Teresina (1851); Belo Horizonte (1897); e, Goiânia (1937). Todavia, uma comparação entre as quatro capitais salienta uma enorme diferença entre a concepção de planejamento que antecedeu a Brasília, e a nova concepção que ela inaugura. Nas capitais do Piauí e Minas Gerais a noção de planejamento restringia-se à elaboração do traçado das principais ruas e avenidas, conferindo um formato mínimo geral à cidade. Na capital de Goiás, por sua vez, além deste traçado e formato geral, o planejamento já incluía um certo zoneamento do espaço urbano (v. Epstein, 1973). No caso de Brasília, a noção de planejamento já é totalizante: inclui não apenas um rígido formato geral, contendo o traçado dos eixos e vias de circulação, e um zoneamento que envolve uma setorização de atividades sem precedentes; mas, além disso, o controle dos gabaritos dos espaçamentos e alinhamentos entre as edificações. Em síntese, o planejamento do Plano Piloto encerra um controle geral sobre a apropriação e o uso do espaço urbano.
- (02) As cidades satélites não chegam a ser propriamente "cidades" de desenvolvimento urbano espontâneo, a "cidade informal", como são as "invasões", alguns dos acampamentos remanescentes da época da construção, e certos loteamentos ante os quais o Estado adota uma posição que se alterna entre a repressão e a ignorância deliberada. O planejamento estatal também interfere nas cidades satélites: sua atuação tem sido no sentido de estender-lhes certas características urbanísticas do Plano Piloto, como a "setorização de equipamentos de uso comercial, serviços e equipamentos sociais ... em áreas espacialmente estanques", a "interposição de grandes áreas verdes entre as edificações e setores", e "um grande número de faces cegas nos edifícios voltados para vias de circulação pública", cuja adoção prejudica o florescimento de atividades comerciais de pequeno porte (Turkienicz, 1987:182-4). Entretanto, o controle estatal sobre o espaço nas cidades satélites não chega a ser tão rigoroso quanto no Plano Piloto, havendo naquelas uma maior tolerância por parte do Estado em relação às "transgressões" espaciais dos habitantes, que buscam adaptar o espaço planejado às suas necessidades (v. artigo citado, pp. 185-6).
- (03) Apesar de algumas alterações do que foi estipulado no "Relatório para o Plano Piloto de Brasília", o próprio Lúcio Costa reconhece que "o essencial ficou" (citado em Vesentini, 1986:155).
- (04) Neste sentido, as impressões registradas por Clarice Lispector ecoam as palavras do arquiteto M. F. J. Kiesler proferidas no Congresso Internacional de Críticos de Arte de 1959: na sua visão, teria sido criada em Brasília uma "nova perspectiva... que chamarei perspectiva Fata Morgana...; uma perspectiva que, creio, é única no mundo, porque é ao mesmo tempo tão longe e tão perto" (in Pedrosa, 1981:375). Do ponto-de-vista físico propriamente dito, o pequeno comércio, as áreas de lazer, escolas e outros serviços foram localizados contiguamente à área residencial. Além disso, as dimensões do próprio núcleo central, como um todo, são relativamente reduzidas. Assim, quando se trata do Plano Piloto, não se justifica, senão do ponto-de-vista perceptivo, a afirmação

- de que "tudo é longe em Brasília". No entanto, ela se justifica plenamente se pensarmos em Brasília como o Distrito Federal.
- (05) A fonte destes dados, porém, não chega a ser inteiramente confiável, pois a reportagem não possui o aval científico-acadêmico. Seu aparente exagero pode ser confrontado com os dados de uma fonte mais fidedigna: segundo Holston (1986:221), existem aproximadamente 25m² de área verde por habitante no Plano Piloto, enquanto na área metropolitana de São Paulo a proporção equivalente é de 4,5m²/habitante.
- (06) Entretanto, há aqui algumas nuances dignas de nota. A Carta de Atenas não fazia uma condenação absoluta das densidades demográficas elevadas. A concentração populacional muito acentuada só era condenada quando implicava o rompimento daquelas "condições da natureza", causando problemas de saúde e higiene (A Carta de Atenas, in DAU, 1971: 14-15). Assim, o célebre documento também condena a expansão "urbana" por intermédio de periferias rarefeitas, sugerindo que a densidade populacional das cidades "deve ser bastante forte para dar validade à disposição das instalações coletivas que seriam os prolongamentos da habitação" (p. 22). Por isso, ele propunha que as construções ultrapassassem uma altura mínima, e fossem "implantadas a uma grande distância uma da outra", deixando "o solo livre em favor de amplas superfícies verdes" (ibidem). Logo, não se propunha nenhum preceito rígido em relação à densidade demográfica urbana, senão que "as densidades de população de uma cidade devem ser ditadas pelas autoridades"; pois, "fixar as densidades urbanas é cumprir um ato administrativo pleno de consequências" (p. 20). Elas "poderão variar segundo a afetação do solo urbano e originar ... uma cidade amplamente estendida ou contraída" (ibid.).
- (07) Historicamente falando, Brasília nasce no mesmo momento em que o país abre suas portas à indústria automobilística internacional, no contexto de um projeto hegemônico burguês orientado pelo Programa de Metas do governo Kubitschek e, apoiado na ideologia nacional-desenvolvimentista. Do ponto-de-vista econômico (mas igualmente simbólico), a indústria automobilística seria o setor-chave do processo de modernização industrial proposto naquele programa, requerendo imensos investimentos estatais em infra-estrutura - entre os quais destaca-se a ampliação da malha rodoviária federal, cuja extensão foi efetivamente aumentada em cerca de 15 mil quilômetros, com a criação das rodovias Belém-Brasília, Belo Horizonte-Brasília, Goiânia-Brasília, Fortaleza-Brasília, e Acre-Brasília (v. Vesentini, 1986:104) -; enquanto, por sua vez, a nova capital era estrategicamente colocada como a sua "meta-síntese". Afora o significado econômico e ideológico da indústria automobilística, que se unia a Brasília no contexto do governo Kubitschek, a capital iria manter-se intimamente ligada ao automóvel já depois de inaugurada e consolidada: enquanto a proporção de automóveis no país é de um veículo para cada grupo de 14,8 habitantes, a proporção correspondente em Brasília (DF) é de um para 4,7 (Vesentini, 1986:141). Evidentemente, é o Plano Piloto que, com sua frota de carros "oficiais" e composição populacional de extração social predominantemente média e elevada, puxa a média do Distrito Federal para cima; do mesmo modo que ocorre com a repartição modal dos deslocamentos motorizados: en-

quanto nas demais metrópoles brasileiras os deslocamentos em carro particular atingem de 20 a 40% do total, no DF eles se elevam para 50%, alcançando o montante de 70% no Plano Piloto (Wright, 1987: 190)

- (08) As proposições da Carta de Atenas foram baseadas na análise dos problemas de 33 grandes cidades do mundo todo, exceto África e América Latina, continentes onde, no entanto, Le Corbusier já havia desenvolvido ou iria desenvolver estudos de planejamento urbano nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Montevideo (1929), Argel (1931-1935) e Domaine de Badjara (1937), no norte da África (Holston, 1986:43). Este documento, resumindo as conclusões do IV CIAM, foi publicado inicialmente em 1941, na França, sem referências à sua autoria. Uma versão final foi redigida por Le Corbusier e publicada na capital francesa em 1943.
- (09) É o caso do traçado em cruz que, acentuando as distâncias no Plano Piloto, iria demandar linhas de ônibus cujo percurso envolvesse deslocamentos multi-direcionados (v. Joffilly, 1977:46). Porém, até recentemente as linhas de ônibus faziam seus percursos exclusivamente na direção dos eixos e vias principais, ou faziam voltas demasiado longas, como o "Grande Circular". O problema só veio a ser "solucionado" com a adoção do "Transporte de Vizinhança", feito através de micro-ônibus (cuja tarifa é, porém, bastante elevada) e, a criação de linhas ligando a W3 e a L2 entre as asas sul e norte.
- (10) Uma tal visão da rua aparece não apenas entre os antropólogos (v. p.ex. A casa e a rua, de Roberto da Matta, Brasiliense, 1985), mas também, entre muitos arquitetos. Entre os últimos, inclui-se um severo crítico de Brasília e do urbanismo modernista, Frederico Holanda (1985:160), para quem a rua é "uma invenção milenar" cuja característica fundamental é ser "o espaço por excelência, da troca, da reunião, dos conflitos e de sua superação, em busca permanente do novo".
- (11) Seria necessário, neste ponto, uma referência histórica ao urbanismo britânico, que precede a experiência francesa na construção de "cidades novas". Desde 1946, com o projeto das Garden Cities de Ebenezer Howard (tidos como "utópicos" por boa parte da literatura urbanística), foram construídas, em vinte anos, dezoito novas cidades na região metropolitana de Londres. Elas foram propostas como um modelo urbanístico favorável ao desenvolvimento de uma "vida comunitária", especialmente as quatorze primeiras construídas entre 1946 e 1950 (cf. Castells, 1983:334-43). Porém, no que tange ao seu planejamento, as cidades novas da Inglaterra apresentavam propostas mais flexíveis e menos globalizantes que os projetos de Chandigarh e Brasília.
- (12) Conforme a conceituação a ser precisada no item 2.2, uma utopia consistiria numa negação da história (passada e presente) voltada para o futuro, um projeto de construção do novo que se encontra contraditoriamente atado a sua época. É justamente por estarem imbuídos de uma "mentalidade utópica", no sentido indicado, que os movimentos artísticos enumerados no parágrafo anterior foram caracterizados como arte de vanguarda. A recusa da história se manifesta nas diversas "técnicas de choque" utilizadas pelos artistas como uma "estratégia de desfamiliarização" para engendrar renovação e mudanças perceptivas: a "anarquia" dadaísta; o

"acaso objetivo" dos surrealistas; a "descomposição" do De Stijl (ou "neoplasticistas holandeses", como também foram chamados); a "desconstrução" do construtivismo; ou os "objets à réaction poétique" de Le Corbusier. Buscando uma ruptura com o passado, a arquitetura e o urbanismo modernistas iriam apropriar-se destas "técnicas" e do conceito construtivista de obra de arte total: das primeiras, mediante uma síntese anti-contextualista entre pintura, escultura, paisagismo, e arquitetura; e, do último, através do "planejamento total". Na visão dos modernistas, a proposta de mudança social contida em seus projetos (o seu "conteúdo utópico") deveria tornar-se "inescapável" num ambiente assim planejado e construído (Holston, 1986:60-62).

- (13) A exposição, à qual comparecemos e da qual obtivemos inúmeras informações históricas inéditas, foi o ponto culminante de um valioso e exaustivo trabalho de pesquisa patrocinado pelo GDF, em promoção conjunta de sua Secretaria de Cultura com o órgão executivo da mesma, a Fundação Cultural do Distrito Federal (FCDF). Entre os vinte seis projetos apresentados ao concurso de 1957, foram localizados e entrevistados vinte e um autores (e/ou co-autores), e recuperados dezesseis planos. Destes, alguns tiveram cópias exibidas durante a exposição. Todos eles possuem, no entanto, ao menos uma cópia disponível para consulta nos arquivos da TERRACAP.
- (14) o concurso foi sugerido por Oscar Niemeyer. Recém-designado diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da NOVACAP pelo presidente Kubitschek (por sua antiga e bem sucedida associação a Juscelino, quando este era prefeito de Belo Horizonte, na construção do conjunto da Pampulha), Niemeyer fora encarregado de elaborar os projetos dos edifícios administrativos e governamentais da futura capital. Recusando a assumir também a execução do plano urbanístico, ele propõe, então, a instituição de um concurso nacional, organizado com a participação do Instituto de Arquitetura do Brasil (IAB) e do Clube de Engenharia. As inscrições para o concurso foram abertas em setembro de 1956 a profissionais das duas áreas, podendo comparecer em equipe ou individualmente. Foi estipulado um prazo de seis meses, ao fim do qual foram encerradas as inscrições (11 de março de 1957). Das sessenta e duas equipes inscritas, apenas vinte e seis entregaram efetivamente os seus projetos. No conjunto, estes apresentaram muitos pontos comuns em termos da concepção geral de urbanismo; mas, uma grande diversidade quanto aos tipos de partido urbanístico e, principalmente, o suporte técnico que traziam para o planejamento. De um modo geral, a maioria dos projetos buscava "preponderantemente um modelo de urbanismo moderno", adotando "o que havia de mais recente em teoria do urbanismo", como as recomendações da Carta de Atenas quanto à "liberação do solo" para a formação de grandes áreas verdes e, o estabelecimento de circulações distintas para pedestres e veículos automotores; ou, ainda, a criação de unidades residenciais semi-autônomas, e outras sugestões de inspiração lecorbusieriana (v. catálogo da exposição "Brasília, trilha aberta", MAB, 1986:13-16).
- (15) O júri foi composto por um comitê de sete membros, sendo nomeado para sua presidência (com o papel de fazer ouvir as expectativas do governo, mas sem direito a voto) Israel Pinheiro, político do

PSD mineiro tradicionalmente ligado a Juscelino e, então, o primeiro diretor da NOVACAP. Os jurados propriamente ditos eram os seguintes: Oscar Niemeyer ; sir William Holford, professor de urbanismo da universidade de Londres, assistente e consultor do Ministério de Alojamento e Planificação e do Departamento Colonial da Grã-Bretanha; André Siwe, arquiteto e conselheiro do Ministério da Reconstrução da França; Stamo Papadaki, arquiteto norte-americano de origem grega, ligado a Niemeyer; Luiz Hildebrando Horta Barbosa, representante do Clube de Engenharia; e, Paulo Antunes Ribeiro, representante do IAB.

- (16) O relatório apresentou o seguinte resultado: 1 prêmio ao projeto de n 22, de autoria de Lúcio Costa (cz\$ 1.000.000,00); 2 prêmio ao projeto n 2, de Boruch Milman, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves (cz\$ 500.000,00); 3 e 4 prêmios reunidos e atribuídos conjuntamente aos projetos de n 8, da firma MMM Roberto, e n 17, do Escritório Técnico Rino Levy (cz\$ 400.000,00 + cz\$ 300.000,00); e, 5 prêmio concedido simultaneamente aos projetos n 24 (de Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti), n 26 (Construtécnica S.A.) e n 1 (de Carlos Cascaldi, Villanova Artigas, Mário Wagner Vieira e Paulo Camargo Almeida), recebendo cada um deles a quantia de cz\$ 200.000,00 (valores em cruzados de 1986 obtidos in MAB,1986).
- (17) Correta, no geral, a descrição de Epstein sobre o plano de Lúcio Costa é imprecisa no tocante à ausência de "um esquema preciso sobre o uso da terra". Na realidade, no "Relatório para o Plano Piloto de Brasília", Costa indica como o Estado deveria intervir na questão fundiária: administrando e participando do mercado imobiliário. Assim, o item 22 deste relatório trata do "problema de como dispor do terreno e torná-lo acessível ao capital particular..., sugerindo, em vez da venda de lotes, a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito ..." (in IBAM,1965:352). O relatório sugere ainda que "... além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia [a NOVACAP] funcione, em grande parte, como incorporadora". Finalmente, ele acrescenta que "o preço das cotas, oscilável conforme a procura, deveria incluir uma parcela com taxa fixa, destinada a cobrir as despesas de projeto dos arquitetos" (ibidem - grifado por mim). Trata-se, portanto, não apenas de um "esquema preciso", mas, igualmente, de um esquema adequado à "lógica" do Estado capitalista.
- (18) O projeto inscrito no concurso sob o n 8, da firma MMM Roberto previa uma cidade poli-nuclear composta de sete unidades. Cada uma delas funcionaria como uma cidade completa, prevista para abrigar 72 mil habitantes, organizando-se de forma concêntrica em torno de um núcleo onde estariam situados órgãos diversos da administração federal e local. Uma das unidades funcionaria como o "centro vital da comunidade", sediando o "Parque Federal", que abrigaria "a cúpula dos Três Poderes da República, os seus órgãos imediatos de assessoria e secretariado, e as instalações superiores de cultura" (in IBAM,1965:368). Segundo os autores, cada uma destas unidades "como organismo vivo... cresceria até atingir o talhe adulto. Depois, o crescimento se daria por reprodução". Enquanto a "cabeça" deveria permanecer sempre a mesma, "novas unidades poderiam ser criadas, todas oferecendo condições de mora-

dia, trabalho, recreação e assistência equivalentes; todas, não havendo satélites, unidades secundárias e muito menos subúrbios ou cidades-dormitório" (idem, p. 367). Quanto ao sistema de transportes, dentro de cada unidade, "as distâncias seriam pequenas, o trabalho, a diversão, as compras, facilmente alcançados a pé, sempre por caminhos cobertos e independentes da passagem de veículos". A ligação com o centro seria feita por calçadas rolantes, em lances de aproximadamente 80 metros, dispensando o uso de automóveis e mesmo de ônibus, definido como "anti-comercial" nas condições estabelecidas: segundo estudo de viabilidade econômica deste sistema de transportes apresentado no projeto, o seu custo operacional teria se revelado "muito menor, por habitantes servidos, que um sistema de capacidade comparável de ônibus ou troleibus" (Escrit. MMM Roberto, 1957:35). O projeto do Escritório Técnico Rino Levy (n 17), também elogiado no relatório do júri por sua "grande competência técnica", apresentou igualmente soluções bastante ousadas, senão bizarras, para os grandes problemas urbanos: um conjunto poli-nucleado de "superblocos", contendo residências, pequeno comércio e serviços essenciais, com cerca de 300 metros de altura, onde haveria uma elevada concentração populacional num raio de pouco mais de um quilômetro do centro urbano. Os superblocos contariam com dois sistemas de elevadores para circulação vertical, "cuja função seria equivalente à dos sistema de transporte coletivo da cidade convencional" (Escrit. Técnico Rino Levy, 1957: "Justificativa Técnica" anexa ao projeto, pág. 02). Os superblocos seriam como "bairros postos de pé", afastados entre si por cerca de 800 metros, deixando a totalidade do terreno restante livre para uso e recreio da população. Além da liberação do solo, a "habitação intensiva" prevista no projeto n 17 permitiria outras vantagens: uma quase eliminação do problema do transporte coletivo, com os deslocamentos horizontais sendo feitos a pé por vias separadas do tráfego motorizado; uma redução drástica nos custos de instalação e manutenção de todos os serviços públicos; e, a "possibilidade de transferir a capital num prazo relativamente reduzido de acordo com o programa do atual governo" (idem, p. 02).

- (19) Holston desenvolve uma análise bem fundamentada, do ponto de vista da história da arquitetura, da "agenda oculta" de transformação social embutida na concepção urbanística do Plano Piloto enquanto cidade tipicamente "modernista". Porém, ele se embaraça em sua vaga conceituação de utopia meramente nos termos de um projeto de mudança social que se baseia numa "negação da história". Demasiado simplificada, esta perspectiva perde de vista não só a noção do enraizamento histórico da "mentalidade utópica", mas, também, da sua relação com a "ideologia" (estrito senso); pois o autor não referencia, senão vagamente, o projeto modernista como um projeto intrinsecamente político (como, de resto, todo projeto social, seja utópico ou não), i.e.: como projeto de mudança social sustentado politicamente por determinados grupos e agentes sociais em conjunturas particulares. Assim, ao invés de uma visão verdadeiramente histórica e dialética desta relação, o autor reduz a história de Brasília à história de sua arquitetura, ao desdobramento das "contradições" das "premissas utópicas" da cidade planejada, passando por cima das prováveis reviravoltas do plane-

jamento urbano do DF face a mudanças não apenas de governo, mas de regime, ideologia e de correlação entre as forças políticas enfim enfrentadas pela sociedade brasileira e sua capital desde a inauguração de Brasília. Contudo, o equívoco de Holston não significa que a noção de utopia seja estéril para a análise de casos peculiares do planejamento urbanístico: um artigo interessante e bem argumentado analisando as cidades novas da região metropolitana de Paris como um projeto utópico de uma tecnocracia historicamente situada sob o Estado gaullista demonstra bem o contrário (v. Coursolas, 1980).

- (20) A noção mannheimiana de ideologia e utopia como dois momentos de de uma dialética do processo ideológico (lato senso) geral é bem exemplificada pela análise que o sociólogo germânico faz da "utopia socialista-comunista": segundo Mannheim (1972), o projeto de uma sociedade comunista ("utopia") surge na consciência dos homens, conforme seus próprios teóricos, como um reflexo das contradições materiais da sociedade industrial emergente, tornando-se um instrumento de luta contra a ordem social que se instaurava em prol de sua superação; e, por fim, acaba se transformando em "ideologia" dos Estados socialistas de inspiração leninista. Além disso, Mannheim afirma que "os elementos ideológicos e utópicos não ocorrem separadamente no processo histórico. As utopias das classes ascendentes se acham frequentes vezes permeadas por elementos ideológicos" (p. 227)..
- (21) A noção moderna de cidadania como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais inerente a todos os membros adultos de uma sociedade (os cidadãos) desenvolveu-se sob a égide da dominação burguesa, a partir da evolução social do capitalismo. Enquanto princípio, a cidadania posterior à fase liberal do capitalismo deveria garantir uma igualdade não apenas no plano dos direitos e deveres, mas uma "igualdade de oportunidades" entre os cidadãos, sem a qual a democracia representativa e as desigualdades econômicas inerentes ao modo de produção capitalista perderiam sua legitimidade social. Tornando-se um dos eixos principais da hegemonia burguesa, este princípio estaria na base das funções do Estado capitalista contemporâneo: garantir e incrementar o processo de acumulação (política econômica) e, produzir mecanismos de compensação para reduzir as desigualdades geradas neste processo (política social). Quando se converte em alvo das ações do Estado, porém, a cidadania adquire um novo conteúdo: deve ter "a igualdade como meta e não como meio"; pois, tratar igualmente aos desiguais é reproduzir a desigualdade. No plano concreto, numa sociedade diferenciada social, cultural e economicamente, a cidadania aparece frequentemente como a garantia de direitos específicos a certos grupos sociais desfavorecidos (índios, camponeses, mulheres, idosos, etc.). Ou seja, como horizonte para a atuação do Estado, o princípio da cidadania converte-se no "direito ao tratamento diferenciado de problemas e situações diferenciadas" (depoimento de Branca Ferreira in Teixeira - ed., 1986:62).
- (22) Assumindo o partido das cidades novas, vistas por ele como um laboratório potencial para experimentar a "utopia planificada", Mário Pedrosa (1981) as coloca como sendo espécimes tipicamente modernos de "utopia positiva", a qual, distinta da "utopia crítica", caracteriza-se por criar "um mundo em miniatura, embora com-

pleto" (op.cit.:318). Na história das utopias, segundo ele, a "ilha" teria se mostrado a representação mais constante que o primeiro tipo assume (ibid.). Embora não discuta se o Plano Piloto, enquanto "cidade nova", possui ou não um caráter "utópico", Umberto Eco (1971) também representa-o, implicitamente, como uma "ilha": não haveria outro modo de conceber a nova capital do Brasil, nascida numa sociedade capitalista do terceiro mundo no bojo de um projeto de consolidação da hegemonia burguesa, como uma "cidade socialista" (p. 242); pois, nem mesmo as "utopias positivas" podem fazer tabula rasa da história que trazem atrás de si, ou manter-se "ilhadas" em relação ao processo civilizatório que as envolve necessariamente (e mesmo contra a vontade dos utopistas) no presente em que vivem (...).

- (23) Indagado sobre a proliferação das cidades satélites, em entrevista para a edição de 18/11/87 da Rev. Istoé, o urbanista criador do Plano Piloto de Brasília explica: "No projeto inicial a população máxima prevista era de 600 mil habitantes. Quando a realidade se aproximasse deste número, o governo assumiria o compromisso de construir verdadeiras cidades satélites..., de acordo com um projeto prévio, que iriam absorvendo o excesso e impedindo o espraiamento em subúrbios. Estas cidades seriam projetadas por outros arquitetos. Além disso, eu tinha projetado superquadras de três tipos, para classes sociais diferentes. O governo descumpriu tudo isto. Adotou um único tipo de superquadra, e permitiu que esta periferia proliferasse desorganizadamente".
- (24) Na mencionada entrevista, Lúcio Costa define-se politicamente: "Minha visão sempre foi a da renovação social. Eu sou um simpatizante do socialismo, mas sem partido. Sou um liberal por natureza". Ou seja, enquanto sua aproximação do socialismo se dá por "simpatia", o "liberalismo" já faria parte da natureza de Lúcio Costa, segundo se infere (um tanto maliciosamente) de suas próprias palavras. De toda maneira, ele pode ser caracterizado politicamente, sem "forçar a barra", como uma pessoa de "centro-esquerda liberal", de acordo com a avaliação de Holston (1986:44).
- (25) Segundo Lúcio Costa, "o compromisso dos candangos era ficar durante os três anos da construção em acampamentos provisórios que depois desapareceriam. Só que estes candangos acabaram conseguindo permissão do governo para trazer suas famílias, e foram ficando. Estes núcleos floresceram com uma rapidez enorme" (entrevista à edição de 18/11/87 da Rev. Istoé).
- (26) Conforme analisada brevemente no capítulo III, a questão da universidade no futuro "centro político nacional", mostrou-se ambígua do ponto de vista do Estado. Por um lado, ela deveria ser um centro de destaque no papel simbólico que sempre esteve associado à capital interiorizada: o de "polo concentrador e irradiador da cultura nacional", destinado a promover a integração cultural do país. Por outro, os segmentos conservadores da classe política temiam-na como um "foco de contestação" potencialmente perturbador do caráter político-administrativo da capital. Esta vertente reacionária teve uma certa influência sobre os planejadores, uma vez que foi representada no concurso de 1957 pelo próprio presidente do comitê do júri, Israel Pinheiro, contrário à criação da UnB (v. cap.III, pp. 92-93). Portanto, a despeito de sua importância para

as classes dominantes como centro gerador e difusor de uma cultura e uma identidade "nacionais", na ótica delas a universidade deveria ser mantida a uma "distância conveniente" da sede de governo. Mesmo assim, os projetos n 8 e n 12 preconizavam excepcionalmente a localização da universidade em áreas centrais. Quanto às bases militares, não foram registradas exceções. Entretanto, cabe-nos registrar aqui os questionamentos a este respeito levantados por Mário Pedrosa (1981) sobre o projeto de Lúcio Costa: "Para que... quartéis dentro da cidade?" Quais seriam "as funções específicas destas tropas, quando a nova capital, situada...a centenas e milhares de quilômetros do litoral, se acha ao abrigo de um súbito desembarque inimigo e só pode ser alcançada pelo ar? Destacar tropa de terra para sua defesa...não encontra nenhuma justificativa militar. Defendê-la só pode ser missão de uma rede de radar em torno dela e, num círculo mais largo, de bases aéreas estrategicamente situadas" (p. 313). E o próprio autor sugere a resposta às indagações que levanta: "Na utopia Brasília, não há lugar para forças e armas militares tradicionais. A não ser que estas tropas não se destinassem a defendê-la contra inimigos externos, mas em certos momentos reputados como oportunos, a passear seus tanks, à moda tão conhecida nossa, pelo eixo central da cidade, a fim de fazer efeito sobre os próprios habitantes e pesar, com seu voto, sobre a deliberação de um ou mais poderes da República" (ibidem).

(27) De fato, o inspirador das superquadras e também, em certa medida, das unidades de vizinhança, Le Corbusier, "sempre sonhou criar uma cidade que atendesse a todos, como se fosse uma sociedade sem classes" (Lúcio Costa, entrevista para a rev. Istoé de 18/11/87). Trata-se, aliás, de um ideal lecorbusieriano bem conhecido, do qual se encontram muitas outras referências. Segundo consta, esta preocupação do mestre francês nasceu de uma "crise de consciência" enfrentada por ele após a elaboração do seu Plan Voisin para Paris (1925): uma "haussmannização" da capital francesa numa escala jamais imaginada pelo próprio Barão de Haussmann, reservando o centro urbano para uma elite gerencial e "removendo" as classes trabalhadoras para subúrbios satélites. Este plano foi acusado de facista pelos comunistas franceses. Passada a crise, o próximo projeto de Le Corbusier, La Ville Radiieuse (1930-1935), abole o sistema de satélites e incorpora todas as classes na área planejada, distribuindo, em teoria, seus benefícios coletivos para todos os residentes (Holston, 1986:55).

(28) Ao invés de uma abordagem fragmentada da obra monumental, propomos que a monumentalidade deva ser vista sempre em seus três aspectos essenciais: a gênese, a estrutura (neste caso, as características plásticas e formais), e a função. Contudo, o relacionamento entre estes aspectos não é mecânico. Na obra monumental do Aleijadinho em Congonhas do Campo (MG), por exemplo, os aspectos formais transcendem a dimensão genética e funcional, marcando a independência e a genialidade do artista. Embora as sessenta e seis figuras de cedro que compõem os "Passos da Via Crucis" do mestre Antônio Francisco Lisboa, produzidas entre 1796 e 1799, como os profetas, tenham sido encomendados pela Igreja Católica, a velha aliada da coroa portuguesa na exploração colonial, para impressionar e incentivar a devoção dos fiéis, isto não impediu

que o artista injetasse sutilmente, nos primeiros, uma boa dose de crítica social, fazendo alusões ao movimento dos inconfidentes, ou ainda, representando uma "Santa Ceia" com uma tonalidade irônica, ao incluir serviçais no sacro evento.

- (29) Mas, a remodelação parisiense efetuada pelo Barão de Haussmann não foi motivada, tampouco, por objetivos políticos imediatos de uma "estratégia de classe", o que não a impede de ter sido conduzida neste sentido. Por trás do projeto havia uma crise habitacional tipicamente capitalista, gerando moradias insalubres e problemas de saúde pública nas metrópoles emergentes da Europa no séc.XIX (uma esquematização dos mecanismos desta crise pode ser encontrada em Castells,1983:182-228). Sob o impulso da crise habitacional, inicia-se, a partir da terceira década do século passado, a legislação de planejamento urbano na França e na Inglaterra, criando-se o instrumento jurídico da desapropriação do solo urbano para utilização pública. A oposição liberal ao avanço da legislação acabaria sendo derrubada pelas sucessivas epidemias de cólera que assolaram Paris e Londres (especialmente os bairros proletários) na década de quarenta. Durante este decênio, desenvolve-se paulatinamente na Inglaterra e na França toda uma legislação social facultando ao Estado o direito de intervir sobre a propriedade privada para fins sociais; seja regulamentando as condições habitacionais das moradias para residência ou aluguel, seja desapropriando terrenos para construção de equipamentos de uso coletivo. Holston (1986:52-54) apresenta um breve resumo desta legislação e de sua origem social na França e na Inglaterra. Segundo ele, "foi o conjunto desta legislação, especialmente a aquisição de terra por ordem direta do Poder Executivo [Emenda surgida na França em 1852] que permitiu ao Barão de Haussmann realizar sua profunda transformação de Paris nas duas décadas seguintes"; do mesmo modo que leis similares surgidas em seguida na Bélgica, Austria, Espanha, e Itália, deram poderes ao Estado para as operações de planejamento urbano em larga escala que efetivamente marcaram um movimento de "haussmannização" das capitais européias na segunda metade do século passado. O movimento iniciado por Haussmann teria grande influência sobre os modernistas não só no plano da "estética" monumental, mas igualmente, no da retórica: o barão justifica sua "cirurgia" nos bairros operários de Paris como uma medida para garantir ao centro urbano "espaço, ar, luz, verde e flôres, numa palavra, tudo que confere saúde" (citado in Holston,1986:54 - traduzido por mim). Como se vê, é o mesmo discurso retomado posteriormente pelos modernistas: as reformas urbanas como um meio para garantir o resgate das "condições da natureza".
- (30) Entretanto, sua largura recorde de 250 metros deve-se principalmente ao enorme gramado inserido entre as pistas de asfalto, caracterizado como um canteiro gigante que divide uma avenida de mão-dupla: cada pista consta de "apenas" seis faixas de rodagem, quando, segundo o próprio Guinness, há uma avenida em Oakland, na Califórnia, com vinte e três faixas de rodagem, cuja largura é, no entanto, inferior à do Eixo Monumental.
- (31) Neste sentido, também, Brasília seria, segundo Holston (1986:44), uma típica cidade do CIAM: "uma cidade planejada por um 'centro-esquerda liberal', desenhada por um comunista, construída por uma

administração desenvolvimentista, e consolidada por um regime burocrático-autoritário, cada qual proclamando uma (afinidade eletiva com a cidade" (traduzido por mim).

- (32) Tal influência deu-se inicialmente a partir do trabalho do O.S.A., uma facção do construtivismo desenvolvida nos anos vinte e trinta cujos projetos de habitações coletivas (Dom-Kommuna), propostos como "condutores e condensadores da cultura socialista", teriam inspirado as "unités d'habitation" lecorbusierianas (Holston, 1986). Mas, a influência foi mútua; pois, "embora os russos não tivessem participado dos encontros e manifestos do CIAM, eles mantiveram relações de trabalho com os líderes deste" (idem, pp. 40-41 - trad. p/ mim). Os membros de ambos os grupos "partilhavam posições políticas e sociais básicas, como uma crítica radical à propriedade privada...; o desenvolvimento de novos tipos de edificação...desenhados para criar novas formas de experiência social e assim transformar a sociedade; a concepção das unidades residenciais como parte dos serviços públicos; a liberação da mulher da servidão doméstica; e, a organização corporativa dos blocos de apartamentos e unidades de vizinhança" (ibid.). Curiosamente, as propostas do OSA seriam condenadas em 1930 como "utópicas" pelo Comitê Central do PCUS, sob influência do stalinismo (p. 98). Todavia, a influência ocidental na arquitetura soviética ainda retornaria com o "funcionalismo modernista" da era pós-Stalin. Sobre esta influência, Jean Cohen afirma que "se há um país onde as regras estabelecidas em La Ville Radieuse e codificadas na Carta de Atenas têm o peso da lei, este é certamente a União Soviética" (cit. por Holston, ibid. - trad. p/ mim).
- (33) O processo histórico de racionalização crescente das relações sociais (associado ao movimento de secularização) vislumbrado por Max Weber atinge seu ápice na época contemporânea, quando a ciência e a tecnologia, além de seu papel como meio de produção essencial à economia da era atual, cumprem nitidamente uma função ideológica nos Estados capitalistas hodiernos, cuja legitimação passa a depender cada vez mais da produtividade e da eficiência tecno-econômica do sistema (Habermas, 1983). A aceleração das mutações tecnológicas provocam mudanças sociais profundas e irreversíveis. Trata-se, aliás, de uma observação que jamais escapou aos teóricos e líderes do socialismo, pioneiros na constatação e teorização das consequências sociais do "desenvolvimento das forças produtivas". Neste sentido compreende-se que Lenin tenha defendido, como parte da Nova Política Econômica, a adoção pela grande indústria soviética dos novos métodos de organização do trabalho criados por Taylor; ou ainda, que o mesmo tenha sido feito, com as devidas ressalvas, por Gramsci e os seus companheiros do Ordine Nuovo em relação ao fordismo (v. "Americanismo e Fordismo" in Gramsci, 1984:375-413). No âmbito específico da arquitetura e do urbanismo, uma racionalidade tipicamente "moderna" se desenvolve paralelamente por cima das fronteiras políticas do socialismo soviético e do capitalismo ocidental, havendo mútua colaboração e influência entre os construtivistas russos e os próceres do CIAM (v. nota anterior).
- (34) Segundo Marilena Chauí, enquanto "no período da livre concorrência, que definia as relações econômicas e sociais pelas relações de contrato no mercado e pela liberdade de empresa, a ideologia

burguesa assumia a forma de liberalismo,... atualmente, com o fim da livre concorrência, com o advento do capitalismo monopolista de Estado ou dos oligopólios, a ideologia burguesa assume a forma de ideologia da Organização, do Planejamento, e da Administração" (citado por Bicca, 1985: 111).

- (35) De fato, as pretensões do modernismo arquitetônico e urbanístico foram tão amplas que certos autores caracterizaram-no como "racionalismo messiânico" (v. Vesentini, 1986: 150). O modernismo realmente se coloca como uma "ideologia de salvação na Carta de Atenas, onde se afirma que "a arquitetura é a chave de tudo" (DAU, 1971: parte 1). E, mostra-se como tal, de maneira ainda mais clara, nas palavras de Le Corbusier: "No dia em que a sociedade contemporânea, atualmente tão enferma, estiver bem consciente de que somente a arquitetura e o planejamento urbano podem fornecer a receita exata para a sua doença, então chegará o dia em que a grande máquina será posta em movimento" (cit. in Vesentini, 1986: 151).
- (36) Segundo a noção de territorialidade, desenvolvida a partir dos estudos de etologia, posteriormente transplantados para o urbanismo, o ser humano teria uma "tendência inata de demarcar territórios exclusivos e, quando o espaço das cidades não favorece tal estratégia, os grupos sociais se ressentem de falta de identidade cultural e de segurança, o que leva finalmente ao vandalismo e ao crime" (Holanda, 1986: 80). Partindo deste pressuposto, segundo o autor citado, o urbanismo modernista tentaria fazer o caminho inverso: as superquadras (como as "unités d'habitation") e as unidades de vizinhança, ao demarcarem áreas fisicamente identificáveis e quase auto-suficientes quanto a equipamentos básicos, seriam uma estratégia para desenvolver o "espírito comunitário" entre seus habitantes. Mas, no âmbito da teoria, a esta noção de territorialidade é, no mínimo, questionável; pois, o isolamento geográfico, por si só, não produz um grupo social (ou uma "comunidade"), nem a proximidade física entre os membros é um fator essencial para sua coesão interna (cf. Gurvitch, 1979). Entretanto, tais observações não querem dizer que inexista um aspecto espacial/territorial nas relações sociais intra e inter-agrupamentos. Gurvitch (idem) chega mesmo a falar em "agrupamentos de localidade", cuja formação seria fundamentada em interesses, valores e práticas enraizados a nível local e regional: curiosamente, estes incluem não apenas as municipalidades ou os Estados de uma Federação; mas, o próprio Estado nacional, visto por ele como o "bloco dos agrupamentos de localidade". Aliás, o aspecto espacial das relações sociais não deixa de ser reconhecido pelos próprios críticos da territorialidade. Isto pode ser visto no mencionado artigo de Holanda (1986), onde ele considera os atributos morfológicos da favela, em oposição aos atributos morfológicos das unidades residenciais modernistas, como implicando, por si só, a intensidade de apropriação dos espaços públicos pelo morador - i.e.: o próprio grau de interação social entre os habitantes. Ora, não vemos muita distância entre este enfoque e a visão dos adeptos da territorialidade. A diferença maior não está na conceituação da relação espaço/interação social dos agrupamentos e indivíduos, mas na postura assumida ante a relação vislumbrada: enquanto, numa perspectiva comparativa, os territorialistas bus-

- cavam instrumentalizar esta relação; seus críticos tentam assumir, ao contrário, uma postura "puramente" teórico-analítica que, no entanto, não deixa de influenciar na visão do planejamento, afetando, por conseguinte, a sua prática. Uma crítica mais profunda à noção de territorialidade enquanto uma "ideologia urbana" pode ser encontrada em Castells (1979:23-82) ou (1983:cap.11).
- (37) Na realidade, a avaliação de Charles Wright (1979) do "sistema de circulação" concebido para Brasília é bem mais ampla e, não se detém exclusivamente na abordagem do Plano Piloto. Para ele, "a problemática da circulação de pessoas no DF" - na qual inclui os problemas estruturais do transporte na capital (o elevado custo operacional do sistema e, o não menos elevado custo social imposto ao deslocamento da mão de obra residente na periferia afastada) - "tem suas origens no 'Relatório para o Plano Piloto de Brasília'... e nas tentativas subsequentes de seguir suas linhas mestras mediante a adoção de critérios rígidos de planejamento e zoneamento" (p. 192). Ora, esta tese exemplifica a forma equivocada de abordar a estrutura urbana de Brasília que criticamos no primeiro item deste capítulo: reafirmando aquela crítica, os problemas fundamentais da "Brasília real" não devem jamais ser encarados como mero epifenômeno de seu plano urbanístico; nem tampouco, da ação permanente do planejamento estatal visto numa perspectiva "técnica"; pois, conforme a argumentação desenvolvida em nosso trabalho pretende demonstrar, os problemas estruturais da sociedade local são sempre multi-determinados e essencialmente políticos. Isto é claramente visível na questão dos transportes no âmbito do DF: a causa estrutural dos problemas do transporte coletivo na capital é seu modelo poli-nucleado e disperso de ocupação territorial, cuja implantação teve o Estado como o maior responsável, e não o plano de Lúcio Costa que, além de não especificar a localização das futuras cidades-satélites, propunha, o início de sua construção apenas após a saturação do Plano Piloto, ainda hoje inatingida.
- (38) Segundo Tolentino, "a rigidez da setorização nas cidades satélites torna-se impeditiva para que aí funcione qualquer tipo de entidade que reúna pessoas; não só associações de moradores, mas até igrejas e escolas de samba: são várias as escolas de samba com dinheiro para comprar a sua sede, mas não há terreno destinado para isso; na mesma situação estão inúmeras igrejas nas cidades satélites."
- (39) Do ponto de vista legal, as questões concernentes à arquitetura e ao urbanismo de Brasília sempre tiveram de submeter-se à apreciação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF, órgão de assessoria à prefeitura de Brasília, cujo regimento inicial foi aprovado pelo decreto n 115 de 12 de setembro de 1961. De acordo com ele o CAU seria composto de um total de cinco membros e presidido pelo assessor de planejamento do prefeito da capital. Desde então, foi o mandatário da prefeitura que, na prática, exerceu as funções do CAU até fins de 1969, não obstante a reorganização sofrida pelo conselho (agora sob a presidência do prefeito e com atribuições mais limitadas) com o decreto que estabelece em 1967 o Código de Edificações de Brasília. A partir de 1970, a prefeitura é transformada no GDF, administrado por um governador. No dia 11 de novembro deste ano é promulgado um novo regimento

para o CAU, com o decreto 1514 que, entre outras mudanças, estabelece como seus "membros natos" os autores do plano urbanístico e arquitetônico de Brasília, Lúcio Costa e O. Niemeyer, respectivamente, além do primeiro presidente da NOVACAP (Israel Pinheiro) e do secretário de Viação e Obras. Um terceiro regimento seria aprovado pelo governador Elmo Serejo Faria em 10 de maio de 1977 (decreto n. 3.679), ampliando ainda mais a ingerência da equipe a frente do GDF sobre o conselho. O CAU perde um membro nato, o falecido Israel Pinheiro, e adquire mais dois: o diretor-superintendente da CAESB e, um representante da TERRACAP (para maiores detalhes sobre esta legislação, v. Mello, 1980). Sob o governo Aparecido, o CAU passaria por outra reformulação, sendo transformado no Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (CAU-MA). Assim, desde 1970 Costa e Niemeyer são formalmente participantes das decisões do conselho do órgão que estabelece o planejamento urbanístico e arquitetônico da capital.

- (40) Pouco depois da inauguração de Brasília, numa entrevista ao *Jornal do Brasil* (08/11/61), Lúcio Costa fala num "jogo entre quatro escalas que iriam caracterizar e dar sentido à cidade: a escala residencial, constituída pelas superquadras e as unidades de vizinhança; a escala monumental, situada na Praça dos Três Poderes e Esplanada dos Ministérios; a escala gregária, contígua à plataforma rodoviária, "onde as dimensões e o espaço são deliberadamente reduzidos e concentrados a fim de criar clima propício ao grupamento"; e, a escala bucólica, cobrindo as grandes áreas verdes e a orla do lago (citado in Costa, 1962:344-45).
- (41) No plano duvidoso das intenções, pode ser que tenha prevalecido a "idéia" de dar uma utilização rural à longa faixa que separa os núcleos satélites da área central. Porém, no plano concreto das ações governamentais, o que se verificou foi uma oferta excessivamente generosa pela TERRACAP de supervalorizadas mansões de área não inferior a 20.000m² nesta faixa (especialmente na área do "Park Way") para residência de campo da alta burguesia da capital (v. cap. V). Neste ponto, também, "Brasília Revisitada" propõe uma importante modificação: a área estabelecida originalmente para estas unidades deverá ser dividida pela metade, preservando-se 10.000m² para cada matriz, enquanto a outra metade poderá comportar até cinco novas unidades, admitindo-se a criação de condomínios.
- (42) Todavia, nas condições de uma sociedade capitalista, esta aspiração de garantir um padrão urbanístico elevado para a população de baixa renda mostra-se sempre contraditória nos seus efeitos e recursos; pois, no mínimo este padrão implica uma valorização imobiliária adicional da área previamente destinada aos estratos sociais inferiores, estimulando frequentemente o seu repasse e tornando-a, no fim das contas, proibitiva para eles. Os "especialistas" tentam contornar este "tecnicamente" este problema, com "soluções" arquitetônicas não apenas baratas, mas que cheguem mesmo a desvalorizar os imóveis na área destinada à habitação popular, comprometendo inescapavelmente a qualidade de vida que propunha-se garantir a ela. Esta contradição está patente nas Quadras Econômicas (QE's) planejadas por Lúcio Costa, conforme se verifica pelas características do único conjunto já efetivamente implantado: a área "G" da Figura 5 (p. 232). Inaugurada no dia 29 de

abril de 1987, a "experiência-piloto" posteriormente batizada como "Projeto Lúcio Costa" é uma das cinco QE's projetadas para serem construídas ao longo da Estrada Parque Taguatinga-Guará (EPTG). Dos seus 432 apartamentos destinados a domicílios familiares, dois terços possuem a reduzida dimensão de 30m² (sic.), sem banheiro privativo, contendo sanitários femininos e masculinos para uso coletivo em cada andar; enquanto os 144 restantes possuem 60m² e sanitários privativos.

(43) Com as Quadras Planalto, Lúcio Costa pretendia solucionar um velho perigo que ronda o projeto inicial de Brasília: um bairro na área do Plano Piloto com assentamento em lotes individuais. O urbanista criador de Brasília rechaçava a idéia de fixação e tombamento da Vila Planalto defendida por um grupo de arquitetos do SPHAN e da UnB em projeto que tramitava no CAUMA. Em luta antiga por um conceito de preservação do patrimônio histórico dos grupos dominados (i.e.: da desfalcada memória popular), este mesmo grupo combate o projeto das Quadras Planalto com algumas objeções caras ao governo, apesar de vagamente formuladas: segundo ele, elas criariam um "precedente perigoso", desvirtuando o plano original ao definir ocupação residencial em áreas próximas à Esplanada dos Ministérios, e, poderiam ser "manipuladas por futuras administrações do Palácio do Buriti" (a sede do GDF). Vencido pelo adversário, Costa acaba por autorizar, em fevereiro de 1988, a supressão das Quadras Planalto do projeto de Brasília Revisitada, o que permitiu ao governador Aparecido assinar, dois meses depois, decreto dispondo sobre a fixação e o tombamento da Vila Planalto: a proposta atual prevê a ocupação do núcleo original da vila e "enxuga" o núcleo da ex-invasão. A decisão de Lúcio Costa, ao que tudo indica, foi tomada a contragosto; pois, na ocasião, ele reafirmou seu alerta quanto ao perigo da transformação da Vila Planalto num bairro residencial de casinhas (v. "Plano de Lúcio Costa fica sem Quadras Planalto", CB - 24.07.88).

(44) Na reunião do Comitê de Patrimônio da UNESCO para decidir sobre a inscrição de Brasília na lista do patrimônio mundial, ocorrida entre 7 e 11 de dezembro de 1987, a delegação norte-americana levantou a objeção de a arquitetura que se buscava consagrar ainda estar sujeita a muitos questionamentos, por ser demasiado nova. Na mesma linha, o candidato a deputado constituinte pelo PDT, o jornalista Hélio Doyle, afirmava em 1986 não ver sentido no tombamento do Plano Piloto, por ser "uma cidade muito nova". Porém, o que estava em jogo naquela histórica reunião era o próprio conceito de patrimônio mundial. Recorde-se aqui a defesa final da proposta pelo embaixador brasileiro junto àquele órgão, o eminente sr. Josué Montello: "Temos preservado, para o presente, monumentos do passado. Agora, ao contrário, pensemos em preservar para o futuro um monumento do presente."

V

A METROPOLE TERCIARIA: ECONOMIA E SOCIEDADE NO DISTRITO FEDERAL

Detendo-se sobre aspectos parciais da estrutura urbana de Brasília, os capítulos precedentes analisaram-na enfatizando a dimensão político-administrativa. Neles, o DF é interpretado como um *locus* de intervenção concentrada e privilegiada da esfera político-estatal (tanto ao nível do governo federal quanto distrital) sobre a sociedade e a organização espacial locais. Apesar de justificada pela argumentação anteriormente desenvolvida a partir da hipótese da determinação ulterior da instância política sobre as demais na estrutura urbana de Brasília (v. cap.II), esta interpretação e aquela ênfase deverão ser contrabalançadas, agora, pelas injunções da sociedade de mercado sobre a capital. Tais injunções são apreendidas aqui em dois níveis analiticamente distintos, mas indissociáveis na prática: o local e o nacional.

No primeiro nível, examinado logo adiante, procura-se especificar as condições peculiares ao mercado do DF, cuja ocupação territorial e econômica foi induzida e tem sido regulada com afinco pelo Estado. Focaliza-se especialmente as características gerais do mercado de trabalho e do mercado imobiliário locais, analisando-se também a distribuição da renda entre os núcleos urbanos do DF e, a repartição da receita do governo distrital entre recursos arrecadados na esfera local e federal.

No segundo nível, rejeita-se a concepção absurda da capital como ilha fechada sobre si mesma e protegida de "influências externas" da sociedade envolvente, "utopia" que seduziu certos planejadores e urba-

nistas, conforme se viu no último capítulo (nota 22). Ao contrário, propõe-se considerá-la nas suas inexoravelmente íntimas relações com a sociedade de economia capitalista cujo governo ela sedia. Neste sentido, verificou-se anteriormente que Brasília surge no bojo de um processo de integração do mercado interno nacional, contribuindo para intensificar a mobilidade espacial da mão-de-obra, ao tornar-se ponto de chegada e de passagem de correntes migratórias de considerável envergadura articuladas a nível nacional (cf. Ferreira e Paviani, 1973). Esta abordagem articulada entre a estrutura urbana de Brasília e a estrutura social brasileira é retomada no final do presente capítulo, quando se analisa a metropolização da capital, as condições socio-econômicas, e a disponibilidade política para absorção dos novos contingentes sociais.

A perspectiva desenvolvida aqui busca unificar os dois planos acima, esquivando-se de dois equívocos opostos e recorrentes na caracterização do mercado de Brasília (lato senso): o DF idealizado pelos tecnocratas como uma "economia planejada" na qual variáveis econômicas essenciais como investimentos, empregos, salários e terras seriam "racionalmente" dirigidas ou "controladas" pelo Estado (Mello, 1980), mito que o crescimento migratório por meio de "invasões" e a metropolização da capital têm se encarregado de destruir; 2) A "cidade capitalista típica" de uma formação social dependente, cuja organização econômico-espacial (modelo centro-periferia, com as camadas sociais de baixa renda concentradas na última) reflete basicamente as injunções do mercado (Epstein, 1973). No último caso, se Brasília também apresenta uma nítida demarcação social entre centro e periferia, o modelo da "urbanização dependente" não explica por si só a descontinuidade pecu-

liar de seu tecido urbano. Assim, no lugar destas simplificações, a economia do DF é tratada aqui como uma "economia super-regulada" na qual a atuação das forças de mercado sobre o espaço é limitada e frequentemente reforçada pela vigorosa intervenção estatal na atividade econômica e no planejamento urbano (01).

Nestas condições de intensa regulação econômica e metropolização, às quais se acrescenta a dependência orçamentária do GDF em relação à União, o futuro desenvolvimento socio-econômico do DF exigirá projetos que contemplem (a médio e longo prazo) a plena emancipação de sua economia, que já começam a delinear-se entre algumas lideranças políticas e de classe, obtendo uma tímida penetração junto ao governo distrital, como se discute no último item deste. Todavia, observa-se que o nosso foco de interesse aqui não é o estudo das possibilidades de desenvolvimento econômico do DF, senão a análise da maneira pela qual a "economia super-regulada" afeta o desenvolvimento das relações de classe, assim como, a organização de outros segmentos expressivos da sociedade civil local. Inversamente, tenta-se estabelecer, ao mesmo tempo, de que maneira a organização das classes e dos demais segmentos da sociedade civil de Brasília, com suas reivindicações e demandas, tende a retroagir sobre a regulação estatal da economia local.

1 - As Contradições da Economia Super-Regulada (recorte local)

Neste item busca-se descrever as principais "vantagens" e "desvantagens" econômicas de Brasília que derivam do seu papel de sede do Governo Federal. Procura-se mostrar que os custos e benefícios desta função são desigualmente apropriados pelas diferentes camadas sociais da população, conforme seu local de residência se encontra mais ou menos próximo da área central, o privilegiado Plano Piloto.

1.1 - Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda

Foi visto que Brasília constitui atualmente a maior "metrópole terciária" do país. Apesar do setor terciário ser hoje o setor econômico que mais emprega em qualquer grande cidade do mundo industrializado, a atividade secundária continua sendo o eixo dinâmico das modernas economias urbanas, responsável pela maior parcela da renda global do sistema. Portanto, a preponderância acentuada do setor terciário na capital não deve ser atribuída apenas a esta tendência geral ou ao papel privilegiado do Estado enquanto empregador no DF, mas também, ao já mencionado interesse federal na coibição da atividade industrial (v. cap.III).

Considerando-se a repartição do emprego entre os setores econômicos a partir da Tabela 10, verifica-se que o terciário como um todo é responsável por 76,8% da população economicamente ativa (PEA) do DF (02), sendo a "prestação de serviços" a atividade que mais emprega neste setor, seguida pela "administração pública". Todavia, deve-se levar em conta que o setor público é também responsável pela maior

Tabela 10 (a)
Distrito Federal
Pessoas economicamente ativas
1970, 1976, 1980 e 1982

Atividades	1970		1976		1980		1982	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Indústria de transformação	7.872	4,4	17.864	6,0	24.457	5,4	28.228	5,2
Indústria de construção	36.655	20,6	40.746	13,7	45.776	10,1	53.326	9,9
Outras ativ. industriais	1.982	1,1	4.947	1,6	7.454	1,7	8.807	1,6
Comércio de mercadorias	17.651	9,9	36.048	12,1	52.706	11,7	60.989	11,3
Prestação de serviços	39.692	22,3	64.910	21,7	127.817	28,3	152.366	28,2
Serv. aux. ativ. econômica	—	—	9.822	3,3	—	—	—	—
Transporte e comunicação	9.335	5,2	16.332	5,5	26.899	6,0	31.320	5,8
Atividade social	21.985	12,3	33.460	11,2	50.158	11,1	60.572	11,2
Administração pública	33.599	18,9	56.179	18,8	88.057	19,5	109.579	20,3
Outras atividades	9.188	5,2	17.792	6,0	27.855	6,2	34.853	6,5
Total	177.959	100,0	298.100	100,0	451.179	100,0	540.040	100,0

Fontes: FIBGE. Censo Demográfico de 1970 — DF, Rio de Janeiro, IBGE, 1973.
 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 1976. DF, Rio de Janeiro, IBGE, 1976.
 IX Recenseamento Geral do Brasil — 1980. Idem Tabela 2.
 CODEPLAN. Anuário Estatístico do DF — 1983. Brasília, CODEPLAN, 1983a.
 OBS: (a) EXTRAÍDA DE PAVIANI (1985:72)

parte da "atividade social", bem como, por grande parte do pessoal ocupado nas atividades de transporte e comunicação. Para sopesar a proeminência do Estado na atividade terciária na capital, é preciso ponderar, além disso, que a administração pública local (GDF) e federal constitui o principal cliente da atividade de prestação de serviços.

Ainda segundo os dados da referida tabela, pode-se observar que, além de modesta, a contribuição do setor secundário tem sido decrescente, especialmente no ramo da construção civil. A contribuição do setor primário, por sua vez, tem sido mínima, a ponto de nem ser discriminada das "outras atividades".

Afora as considerações acima, as características do mercado de trabalho em Brasília apresentam outras peculiaridades que destoam das tendências majoritárias nas demais metrópoles brasileiras. Segundo dados compilados por Holston (1986:20) do censo demográfico de 1980, o DF é a unidade da Federação que possui proporcionalmente a maior PEA do país: 52,5% da população acima de dez anos de idade, enquanto a proporção equivalente para o Brasil é de 45,8% e, para São Paulo, 52,2%. Comparativamente, nos mesmos termos, os dados coligidos pelo antropólogo norte-americano indicam tratar-se também de uma PEA constituída por maior proporção de trabalho feminino e menor proporção de trabalho infantil. Avaliando dados comparativos adicionais, Holston mostra ainda que "a periferia de Brasília é melhor servida de serviços urbanos que a periferia de São Paulo" (p. 23). Não obstante tais características, não há como endossar a conclusão que ele retira destes dados, segundo a qual "se alguém tem que ser pobre no Brasil, é melhor ser pobre em Brasília" (ibid.), embora a afirmativa possa tradu-

zir a impressão ou expectativa dos migrantes de baixa extração social que incessantemente se dirigem para Brasília (v. último item deste).

Ora, mesmo levando em conta que , segundo a mesma fonte, a faixa da PEA que ganha acima de cinco salários mínimos no DF corresponde aproximadamente ao dobro da proporção nacional, "a posição de capital da República não implica melhores condições de vida para os assalariados de baixa renda"; pois, em Brasília, "o custo de vida é um dos mais elevados, a habitação uma das mais difíceis, e o transporte [coletivo] um dos mais caros do país" (Albuquerque e Carneiro, 1987:77 e 82). E obviamente incorreto avaliar as condições de vida da população de baixa renda residente na capital levando em conta apenas a taxa de emprego e o nível de remuneração do conjunto do DF: uma avaliação adequada teria de considerar a renda desta população não apenas em função das três variáveis enumeradas na citação anterior (despesas com moradia e transporte, e o custo de vida em geral); mas, principalmente, a distribuição desigual desta renda e destes custos entre as diferentes localidades do DF.

O elevado custo de vida na capital é um reflexo de sua "vocação" terciária: a maior parte dos produtos industrializados , e até mesmo agrícolas, consumidos no DF é importada de outros Estados. Além disso, os preços do mercado t  mb  m refletem a elevada renda *per capita* desta unidade da Federação no contexto nacional. Vejamos como esta se distribui entre as diferentes localidades do DF.

São surpreendentes e reveladores os dados sobre concentração espacial da renda *per capita* no DF, conforme verifica-se nas Tabelas 11 e 12.

TABELA 11
Renda Bruta per capita anual do DF por localidade urbana
1970, 1976, 1982

Localidade	(em Cr\$)		
	1970	1976	1982
D.F.	2.186,72	15.292,30	376.274,28
P. Piloto	4.998,84	34.959,73	860.213,28
Guará	-	11.727,66	288.565,98
N. Bandeirante	1.636,98	11.447,81	281.665,64
Taguatinga	1.474,50	10.311,60	253.745,53
Ceilândia	612,72	4.248,02	105.438,30
Sobradinho	1.228,94	8.594,27	211.462,84
Planaltina	735,39	5.141,27	126.536,41
Gama	831,17	5.823,31	143.306,76
Brazlândia	697,56	4.873,66	119.929,17

Fonte: Paviani (1985:73)

TABELA 12
Renda bruta per capita anual do DF por localidade urbana 1981-85

Localidades	Estimativas de renda a preços correntes (cz\$)				
	1981	1982	1983	1984	1985
D.F.	174,65	336,22	808,71	2.644,66	9.099,59
P. Piloto	403,90	777,55	1.870,71	6.116,10	21.043,96
Guará	189,42	364,66	877,11	2.868,35	9.869,27
N. Bandeirante	119,25	229,57	552,17	1.805,73	6.213,06
Taguatinga	132,81	255,67	614,95	2.011,04	6.919,46
Ceilândia	64,05	123,30	296,57	969,86	3.337,05
Sobradinho	91,66	176,46	424,43	1.387,98	4.775,68
Planaltina	65,17	125,45	301,74	986,77	3.395,21
Gama	79,65	153,33	368,82	1.206,11	4.149,92
Brazlândia	57,35	110,40	265,55	868,42	2.988,01

Fonte: Anuário Estatístico do Distrito Federal, 1987 - CODEPLAN/GDF

Sendo a sede propriamente dita do Governo Federal e o lugar das atividades mais nobres e melhor remuneradas, a renda do Plano Piloto tem se mantido sempre superior ao dobro da renda média do DF. Quanto às cidades satélites, de acordo com a Tabela 11, a renda *per capita* de nenhuma delas logrou sequer atingir a média do DF entre 1970 e 1982. Esta enorme disparidade de renda na capital mostra-se ainda mais grave quando se relaciona os dados apresentados nesta tabela com o volume populacional ou a distância dos núcleos satélites em relação ao Plano Piloto: até 1982, o núcleo urbano mais povoado do DF, a Ceilândia, também figurava como a cidade satélite de renda mais baixa. Por outro lado, as cidades satélites de renda mais elevada no mesmo período, o Guará e o Núcleo Bandeirante, são justamente as mais próximas do Plano, formando com ele a região administrativa de Brasília (RA 1) (v. Paviani, 1985:73).

Todavia, as estimativas mais recentes constantes na Tabela 12 indicam uma ligeira alteração na situação da distribuição de renda no DF esboçada acima (valendo-se da mesma fonte primária que a Tabela 11, estimativas da CODEPLAN, a discrepância entre ambas no que tange ao ano de 1982 explica-se pelo fato das projecções terem sido calculadas a partir de amostragens domiciliares realizadas em períodos distintos). De acordo com estes dados, observa-se que, a partir do início desta década (1981), a renda *per capita* do Guará não apenas atinge como ultrapassa a renda média do DF, o que se deve à crescente migração de segmentos da classe média do Plano Piloto para esta cidade satélite. E notável, além disso, uma sensível elevação na renda da RA 3, impulsionada pelo dinamismo econômico de Taguatinga; que, ao ultrapassar a renda *per capita* do Núcleo Bandeirante, colocou-se na posição do

assentamento urbano de terceira maior renda do DF. O impulso econômico de Taguatinga, cujas raízes históricas serão analisadas no próximo item, contribuiu para que Ceilândia deixasse de ser a cidade satélite mais pobre: o triste título acabou ficando com Brazlândia, cidade-satélite que originou-se de um povoado pré-existente à construção de Brasília, localizada em área menos dinâmica e mais distante do centro, cuja renda já se destacava como a segunda mais baixa do DF.

Mas, a questão da distribuição de renda exige uma discussão teórica mais ampla.

Primeiramente, a despeito da aparente precisão quantitativa que oferece ao observador, uma noção exclusivamente monetária da renda é inadequada e injusta, e deve ser abandonada em favor de um conceito mais amplo, abrangendo todas as "receitas" que aumentam e todos os custos que diminuem o poder efetivo dos indivíduos e grupos sobre o uso dos recursos escassos de uma sociedade ou comunidade em determinado período. Pois, conforme teorizado por Harvey (1980:40-41), num contexto urbano, "decisões locacionais (quer públicas ou privadas) em assuntos como rede de transportes, zoneamento industrial, localização de utilidades públicas, localização de moradias, etc." possuem "inevitáveis efeitos redistributivos sobre a renda real de diferentes grupos da população". Além destes efeitos, os custos e benefícios sociais de tais decisões afetam positiva ou negativamente o valor de mercado das áreas e imóveis que atingem ("externalidades"), repercutindo, por sua vez, sobre novas decisões locacionais do Estado e da iniciativa privada. Vejamos como estes mecanismos atuam na Capital Federal, tendo no transporte coletivo um instrumento de redistribuição regressiva da renda real da população local.

1.2 - Transporte Coletivo e Custos de Acessibilidade

Observe-se, inicialmente, que a periferização da população de Brasília é superior à de todas as demais grandes cidades brasileiras: cerca de 75% da população do DF vive na periferia do Plano Piloto, contra 40% da população de São Paulo vivendo na periferia do município (Holston, 1986:412). Além disso, o Plano Piloto é o grande centro empregador do DF, fazendo das demais cidades satélites, salvo Taguatinga, meras "cidades-dormitório". Segundo dados compilados por Paviani (1985:68), o Plano sozinho era responsável, em 1970, por 55,7% do pessoal ocupado no DF, seguido por Taguatinga com 20,7%, cabendo o restante ao conjunto das demais localidades. Dez anos depois, este quadro sofre uma ligeira alteração, com o Plano Piloto reduzindo a sua participação na PEA do DF para 40,6%, enquanto Taguatinga, considerada juntamente com a Ceilândia, aumentava a sua para 37,7%. A soma do pessoal ocupado nas demais cidades satélites em 1980, por sua vez, perfazia um total de apenas 21,7% da PEA do DF.

Ora, esta concentração do emprego na área central do DF atua como um elemento agravante da disparidade de renda (lato senso) na capital; pois implica uma elevação do "custo de acessibilidade" ao emprego para a grande maioria da população residente nas cidades satélites. Não se trata apenas do elevado custo monetário da tarifa do transporte coletivo, entre as mais caras do país (03), mas também do desgaste físico e psíquico que envolve os trabalhadores em seus deslocamentos pendulares entre residência e trabalho. Mas, como veremos adiante, além do emprego, o Plano Piloto também concentra qualitativa e quantitativamente os principais serviços e equipamentos coletivos, de modo

que o elevado custo do transporte entre as cidades satélites e o centro acaba aumentando também o custo de acessibilidade à saúde, educação, cultura e lazer para os habitantes das primeiras.

Na questão do transporte coletivo, é preciso recordar, inicialmente, que a tarifa é alta por causa do elevado custo operacional do sistema, determinado, por sua vez, pelo modelo poli-nuclear disperso de ocupação territorial promovido pelo Estado. No cálculo do custo da tarifa não conta tanto a distância entre as cidades satélites e o centro, mas o baixo índice de passageiros por quilômetro rodado (IPK) neste percurso: a contrário das demais metrópoles nacionais, onde não é tão grande a descontinuidade do tecido urbano, na maior parte dos deslocamentos via transporte coletivo em Brasília inexiste o constante entra e sai de passageiros que diminui o custo e aumenta a lucratividade do sistema; ao invés disso, os passageiros são "recolhidos" nas cidades satélites e "despejados" no Plano Piloto, sem haver embarques ou desembarques intermediários no trajeto (04).

A maior parte dos entrevistados para quem foi colocada a questão do transporte coletivo em Brasília (oito candidatos ao Congresso Constituinte e dois Sindicalistas) reconheceu que o alto custo das tarifas de ônibus na capital se deve a um custo operacional elevado. Porém, apenas três deles atribuíram o custo elevado ao modelo de ocupação territorial do DF e, ao baixo IPK que dele decorre. O candidato Fernando Tolentino chega a afirmar que "o elevado custo da tarifa, em última análise, é de responsabilidade exclusiva do governo, devido ao tipo de ocupação territorial criado por ele"; daí, propor como solução para o setor a estatização do serviço (também defendida pelos candidatos do PT e PCB entrevistados). Os demais identificam noutros fatores

o encarecimento operacional do transporte coletivo: a capacidade ociosa do sistema fora dos horários de pico (que resultou em propostas de "horário corrido" para o funcionalismo público); a "grande distância" entre o Plano Piloto e as cidades satélites; ou a "cartelização" do sistema. A questão do transporte coletivo no DF é uma das poucas em que as posições assumidas pelos entrevistados (diagnósticos, propostas) parecem refletir fronteiras ideológicas de classe.

Mas, esta interferência do Estado sobre o processo global de distribuição da renda real no DF através do modelo de ocupação territorial por ele promovido, com seus efeitos sobre o sistema de transportes, não deve ser avaliada apenas em relação à distribuição espacial dos empregos (concentrados principalmente no Plano Piloto); mas, igualmente, em relação à alocação dos equipamentos e serviços de consumo coletivo a cargo do Estado. Portanto, faz-se necessário avaliar a atuação do GDF no último sentido. Antes disso, porém, são oportunas algumas observações preliminares sobre a receita desta peculiar unidade da Federação.

Dados do Anuário Estatístico do Distrito Federal (CODEPLAN, 1983) indicam que do total das receitas correntes em 1980 cerca 54,2% provinham de transferências da União, cuja participação aumenta para 55,8% em 1982. Se tais dados já revelam que Brasília deve o seu sustento principalmente a recursos gerados e arrecadados fora do DF, acredita-se que eles subestimem a participação da União na receita do GDF: segundo a geógrafa Claire Heuzé, a participação "oficial" da União em cerca de 56% das despesas correntes do GDF seria preciso acrescentar o imposto sobre importação de trigo (transferido integralmente para o DF e responsável por cerca de 11% de sua receita) e inú-

meras outras pequenas participações (Heuzé, 1986:441). Sem precisar adequadamente as suas fontes, esta autora chega a afirmar que "mais de três quartos da receita da capital são fornecidos pelo conjunto do país, Brasília não participando senão em 25% do seu próprio financiamento" (ibid.).

Neste contexto de confortável dependência orçamentária da União e de interesse federal na coibição do desenvolvimento industrial, reduzem-se as possibilidades do Estado atuar politicamente como incentivador da acumulação capitalista. Assim, seria possível esperar um maior volume de recursos públicos (obras e investimentos estatais) disponível para a política social e a promoção da cidadania da população estabelecida no DF (v. cap. IV, nota 21). De fato, conforme já destacado por Holston (1986), o DF conta com uma rede hospitalar e escolar das melhores do país. Além disso, no campo habitacional o GDF, através da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS), havia sido responsável, até 1979, por 83% da produção total de habitações definitivas nos núcleos satélites (Gonzales, 1985:83). (05)

Porém, a promoção da cidadania não depende de uma suposta boa vontade do Estado, mas da pressão dos cidadãos organizados coletivamente. No caso de Brasília, a organização de sua sociedade civil foi retardada por diversos fatores analisados no segundo item deste capítulo. Assim, boa parte deste aparente "empenho redistributivo" do governo no campo da moradia e dos investimentos sociais acabou sendo parcialmente anulado tanto pela política de ocupação urbana periférica e dispersa - que além de impor pesados custos de acessibilidade aos habitantes das cidades satélites, conforme analisado acima, também eleva os custos de implantação de infra-estrutura na periferia - como

pela distribuição de recursos públicos privilegiando a área central.

E inegável que os investimentos estatais em serviços urbanos e equipamentos coletivos foram canalizados prioritariamente para o Plano Piloto, a sede dos Três Poderes da República e abrigo da "elite dirigente" que comanda o aparelho de Estado central, cuja efígie via-se cunhada na moeda de Cr\$ 0,50 (06). Tais investimentos, juntamente com as obras de embelezamento da cidade, têm contribuído para aumentar a valorização do solo urbano no Plano Piloto, puxando para cima o valor de mercado dos imóveis e aluguéis. Este mecanismo opera uma elitização do Plano Piloto, que vai tornando-se cada vez mais um território exclusivo das camadas sociais de alta renda, uma vez que porções crescentes da classe média têm se mudado para as cidades satélites mais próximas do centro, especialmente o Guará, como já dito.

Por falar nisto, passemos agora à análise da extensão e do impacto da intervenção estatal sobre o mercado imobiliário de Brasília.

1.3 - Mercado Imobiliário e Moradia

No capítulo IV, foi visto que Brasília deveria ser autofinanciada pela valorização e venda dos lotes de propriedade do Estado. Através da Cia. Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), criada em 1956 pela mesma lei que deu o nome de Brasília à capital planejada, o governo pretendia tornar-se proprietário do conjunto das terras do DF (07). Por determinação do presidente Médici, a NOVACAP seria substituída neste papel pela TERRACAP (Cia. Imobiliária de Brasília), cujo capital pertence 51% ao GDF e 49% à União. Contudo, a NOVACAP e a TERRACAP conseguiram adquirir "apenas" cerca de 60% das terras do DF (08). Na

prática, porém, isto foi mais do que suficiente para que o Estado pudesse garantir, ao mesmo tempo, a posse da área mais nobre e uma valorização brutal de seu patrimônio imobiliário.

Neste sentido, Vesentini (1986:113-14) nos informa:

"tendo adquirido uma boa parte do Distrito Federal em 1955 e 1956, por dois centavos o metro quadrado, o governo federal tinha em 1960 a posse de toda a extensão de terra onde se construiria o Plano Piloto, e vendia lotes de terrenos residenciais e comerciais, na Asa Norte, por quinhentos cruzeiros (cinquenta mil centavos) o metro quadrado. Mas, já em março de 1960, todos os lotes encontravam-se vendidos ou 'reservados', e os interessados só conseguiam algum lote comprando de terceiros ou pagando ágio de 200 a 300 mil cruzeiros; mas, quando se tratava de um senador, deputado ou jornalista..., sempre se conseguia diretamente na NOVACAP um lote pelo preço normal, sem ágio."

Conforme exemplificado nesta passagem, a NOVACAP e a TERRACAP agiram como empresas de um Estado capitalista: ao mesmo tempo que garantiram a valorização econômica do capital imobiliário estatal, elas converteram-no frequentemente em "capital político" para tráfico de influências e troca de favores entre políticos, burocratas, militares, jornalistas, etc.. Esta conversão aparece claramente tanto na questão das Granjas da União no DF, como na distribuição dos "apartamentos funcionais".

Desviando-se de sua função prevista originalmente, a produção de alimentos para abastecer Brasília, as granjas funcionaram desde o início como residências de campo, dotadas de todas as regalias (equipamentos, pessoal, serviços), com as quais seriam agraciados presidentes e altos escalões da República. As maiores e mais conhecidas são as granjas do Ipê, Riacho Fundo, e Torto, sob administração federal; bem como, a de Aguas Claras, convertida em residência oficial do governador distrital, tendo a sua conservação e administração sob responsabi-

lidade do GDF. Localizadas em áreas isoladas entre o Plano Piloto e as cidades satélites, estas granjas privilegiadas (Águas Claras, a menor delas, possui pouco mais de cem hectares, enquanto a maior, a Granja do Ipê, mais de três mil) cumpriram outro papel ainda mais significativo, juntamente com a criação de diversos setores de mansões sub-ocupados: cercar o Plano Piloto de grandes vazios separando-o da periferia satélite não apenas como uma estratégia "geopolítica" (defesa da sede do Governo Federal contra revoltas e insurreições populares); mas, igualmente, de valorização do patrimônio imobiliário estatal.

Ora, o aspecto geopolítico da estratégia referida acima poderia muito bem ser cumprido com o projeto inicial de utilização rural das áreas intermediárias entre o Plano Piloto e as cidades satélites. Ao invés disso, tendo em vista a extensão de infra-estrutura aos núcleos satélites mais afastados, a TERRACAP preferiu investir na produção de grandes lotes para mansões (09), conservando uma farta reserva de imóveis à espera de uma supervalorização. Aliás, a prática de ocupação urbana rarefeita como estratégia de valorização de imóveis é comum em todas as metrópoles brasileiras, através da expansão de loteamentos periféricos. Ela faz com que os "novos loteamentos, via de regra, não sejam implantados na vizinhança imediata do anterior"; mas, sim, deixando-se uma área de terra desocupada entre o novo loteamento e o anterior, já equipado, de tal sorte que esta área "adquire uma valorização pelo efeito das externalidades positivas geradas no seu contorno" (Farret e Schmidt, 1986:52). (10)

Contudo, as granjas não seriam questionadas no sentido acima; mas, sim, combatidas no seu aspecto mais vizível de ostentação superflua patrocinada pelos cofres públicos, no bojo de uma discussão mais

ampla, levantada na grande imprensa no início da Nova República, em torno da "austeridade" e contra as "mordomias" do Governo Federal. Embora o foco da atenção dos jornalistas fosse as suntuosas mansões situadas na Península dos Ministros, a imprensa local aproveitaria a ocasião para levantar a questão das granjas. Incomodados com a campanha da imprensa, alguns ministros trocaram suas casas por apartamentos funcionais no Plano Piloto, outros não. O Governo Federal não vendeu as residências e, ficou tudo "na mesma". No que tange às granjas, entretanto, houve mudanças: o governador José Aparecido de Oliveira conseguiu restituir-lhes a função original de produção de alimentos para abastecimento da capital e, aproveitar as suas respectivas sedes como centros de apoio a esta atividade e a outras de caráter sociocultural (11).

Entretanto, o governador também demonstrou que as "velhas" práticas clientelísticas na gestão do patrimônio público iriam persistir na "Nova" República, ao repassar de maneira irregular 14 lotes públicos a entidades privadas da cidade em fevereiro de 1988. Constatadas as irregularidades da operação (12), a Associação dos Servidores da TERRACAP entrou com uma ação popular acompanhada de pedido de liminar contra a decisão do governo. Acatada pela Justiça a liminar em que o governador foi citado pessoalmente, a transação foi suspensa e a imagem pública de Aparecido saiu arranhada do episódio. Quanto à TERRACAP, cuja imagem junto à sociedade brasiliense nunca foi das melhores, pode-se dizer que a empresa saiu fortalecida do referido episódio. Nesta época ameaçada de extinção pelo projeto de reforma administrativa do secretário Alécio Gazal, a companhia imobiliária estatal foi defendida publicamente pelo consultor jurídico do GDF e pelo presidente da

associação dos servidores da empresa, que ressaltaram sua condição privilegiada (em termos de patrimônio imobiliário) para desenvolver projetos de cunho social ("A quem interessa a extinção" - CB, 9/02/88).

Apesar de criticarem a TERRACAP como um empresa que desviou-se de sua função social original para tornar-se um órgão de fomento à especulação imobiliária e de repressão a invsões na capital, cinco de nossos entrevistados da área de política (muito antes da polêmica em torno da reforma administrativa do GDF) endossariam a última ressalva contra a extinção. Não obstante, um deles - o candidato a Senador Constituinte pelo PT - chegou a propor a extinção da empresa, com a transferência de suas atribuições para a Comissão do Senado para Brasília.

Mas as transações políticas paralelas e a especulação promovidas pelo Estado no âmbito do mercado imobiliário não ficaram restritas à TERRACAP, conforme se verifica na alocação de residências funcionais e na retenção especulativa de "projeções" (lotes destinados à construção de blocos residenciais no Plano Piloto) por parte de organizações governamentais federais.

Ante a resistência de órgãos e funcionários públicos em deixarem a "cidade maravilhosa" e transferirem-se para a nova capital perdida na solidão do Planalto Central (13), o Governo Federal decidiu incentivar as transferências, premiando os transferidos com "residências funcionais" (i.e.: imóveis residenciais de propriedade do Estado cedidos aos membros da administração federal em exercício de determinadas funções públicas) e salários dobrados, (a famosa "dobradinha"). Estava em jogo a estabilidade e o funcionamento da nova capital.

Para gerenciar a questão da moradia dos funcionários públicos federais, bem como, cuidar de várias outras providências necessárias à transferência da Capital Federal para o novo DF, foi criado, em 1958, o Grupo de Trabalho para Brasília (GTB), composto pelo presidente da NOVACAP, todos os ministros de Estado, e o Comando Geral das Forças Armadas. O GTB coordenava a distribuição das residências funcionais, administrando o Fundo Rotativo Habitacional. Este fundo formou-se inicialmente com a venda compulsória dos apartamentos dos Institutos de Aposentadoria e Previdência Social (IAP's), que seriam pagos em 30 anos com correção monetária. A contribuição dos beneficiários seria reinvestida em novas habitações (14). Neste esquema, tendo em vista a inauguração de Brasília, sete autarquias federais financiaram a construção de 3.734 unidades habitacionais, entre casas e apartamentos, destinadas ao funcionalismo público federal transferido (cf. Tabela 6.2 in Holston, 1986: 353).

O GTB, posteriormente substituído pela Coordenadoria do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), pretendia atribuir a cada instituição do Governo Federal transferida uma cota específica de imóveis para que ela pudesse contemplar o conjunto de seus respectivos funcionários. Neste sentido, Holston (1986:345) afirma que, antes de 1965, as residências construídas pelo Governo Federal no Plano Piloto para "premiar" o funcionalismo federal transferido do Rio de Janeiro eram distribuídas segundo um "critério objetivo de necessidade". De acordo com este autor, apenas a partir daquele ano é que teria se formado um "mercado aberto de habitações" no Plano Piloto, com a decisão governamental de vender uma grande parte dos imóveis funcionais aos próprios ocupantes. Todavia, a tese de Holston é questionável, conforme argu-

menta-se abaixo.

Em primeiro lugar, recorde-se que, além do critério "funcional" (necessidade de funcionamento da máquina estatal recém-estabelecida na nova sede do Governo Federal), a distribuição de residências funcionais, como já visto, sempre esteve sujeita ao mercado paralelo do tráfico de influências entre políticos e burocratas. Mesmo a venda de projeções foi submetida a este tipo de transação, de tal sorte que as principais organizações estatais já haviam reservado para si as melhores áreas do Plano Piloto, demarcando territórios exclusivos ou semi-exclusivos para os membros de suas respectivas corporações (especialmente na Asa Norte). Contudo, ao invés de beneficiar equitativamente o conjunto de seus funcionários com a construção de blocos e a distribuição de apartamentos funcionais, tais organizações preferiram reservar os apartamentos construídos para seus quadros superiores e/ou especular com as projeções vazias, deixando-as valorizarem sem nada investir.

Ora, é verdade que muitos servidores de baixa renda foram contemplados com residências funcionais ou moradia com financiamento subsidiado pelo Governo Federal. Também é verdade que, ao comprarem os imóveis que ocupavam após 1965, os servidores públicos federais de renda inferior acabaram passando-os a frente e, indo morar nas cidades satélites, uma vez que não puderam resistir à sua elevada valorização de mercado. Mesmo assim, não se constitui, após esta data, um "mercado aberto de habitações" no Plano Piloto. Trata-se, antes, de um mercado oligopolizado, tendo no Estado seu principal controlador. Isto, não apenas por causa da retenção especulativa das projeções de blocos residenciais em poder dos organismos governamentais; mas, também, porque

o Estado continua mantendo um vasto contingente de residências funcionais que, inclusive, foi ampliado de maneira quase constante ao longo dos anos. Totalizando hoje 10.726 unidades concentradas principalmente no Plano Piloto (15), o destino das residências funcionais (manutenção, ampliação, venda), assim como a retenção das projeções afeta os preços do mercado de habitações, seja para venda ou locação.

Num quadro de quase estagnação do setor dentro do Plano Piloto, a reduzida oferta de imóveis para venda chega a ser maior que a pequena oferta para aluguel, mesmo havendo uma espécie de mercado negro peculiar a Brasília na comercialização imobiliária: segundo Wigberto Tartuci, diretor de marketing da construtora ENCOL, desde o primeiro aniversário da cidade, foi consagrada em Brasília a prática do ágio na venda de imóveis, usualmente desconhecida no ramo fora da capital federal (entrevista ao Correio Braziliense de 18/05/86). Além de defenderem a elevação dos gabaritos dos prédios no Plano Piloto, os empresários do setor de construção e comercialização de imóveis vêm reivindicando insistentemente a venda das projeções em mãos do governo para o setor privado, como uma "solução de mercado" para a crise da moradia em Brasília.

Compreendendo o alcance da última reivindicação, e pressionado por acusações do CRECI (Cons. Regional de Corretores Imobiliários) ao seu governo, o governador José Aparecido iria interceder junto aos organismos governamentais da esfera federal para solicitar-lhes a venda das projeções ociosas. O apelo de Aparecido foi respondido pela Caixa Econômica Federal, a UnB, e o Ministério da Marinha, que se prontificaram a negociar com o GDF a venda parcial de suas respectivas projeções. As três instituições, juntamente com o Ministério das Relações

Exteriores, detêm a maior parte das 67 projeções de blocos de seis pavimentos e das 54 de três andares em poder do setor público federal nas Asas Sul e Norte ("Lotes ociosos são vendidos - CB 31/08/85).

Quanto aos apartamentos funcionais, verifica-se que as "necessidades" do Governo Federal afastam uma "solução de mercado", apesar de sua vontade de livrar-se das pesadas despesas com a manutenção e conservação deles. A renovação do *staff* federal com o advento da Nova República impôs uma demanda concentrada de imóveis funcionais no início do novo governo que não pode ser atendida pela pequena taxa de desocupação destes imóveis. O governo foi obrigado a pagar, durante vários meses, despesas de hotel para diversos políticos e burocratas recém-chegados à capital.

Ante as dificuldades de desocupação, a demanda crescente por apartamentos funcionais, e o acúmulo de prejuízos com a sua manutenção, o governo decidiu atacar o problema em três frentes distintas. Por um lado, a Superintendência de Construção e Administração de Imóveis (SUCAD) do Ministério da Administração (antigo DASP), criada em 1979 para substituir a CODEBRAS, investiu na construção de novos blocos residenciais para o funcionalismo público na SQN 112. Por outro lado, o ministro da administração, Aluísio Alves, convocou uma equipe de cem pesquisadores para fazerem um levantamento dos imóveis em situação irregular a fim de reavê-los para o governo: resultados preliminares da pesquisa indicavam cerca de 3.000 imóveis nesta situação em março de 1986. Finalmente, o ministro anunciou a decisão de vender mais da metade dos imóveis funcionais do governo, dando prioridade de compra aos funcionários com mais de um ano de ocupação (CB 25/03/86). Politicamente difícil, entretanto, a venda dos apartamen-

tos funcionais ainda aguardaria dois anos até que o Congresso aprovasse uma legislação específica para discipliná-la, sancionada pelo presidente José Sarney em 28 de junho do ano passado (1988). Mas, a questão está longe de ser resolvida, pois ainda necessita regulamentação para ser aplicada.

As últimas observações indicam que a presença ostensiva do Estado no mercado imobiliário de Brasília tende a permanecer estável. Pode-se concluir que o efeito econômico geral da intensa participação estatal neste setor é o encarecimento direto da moradia no Plano Piloto e indireto nas cidades satélites (pela distância do trabalho e dos serviços concentrados no centro). A retenção especulativa das projeções pelos organismos estatais; o grande contingente de apartamentos funcionais que não entram no mercado imobiliário de vendas, nem de locações; o controle de gabaritos; tudo isso contribui para reduzir a oferta de habitações no centro a níveis muito inferiores à demanda (16). Isto se soma à supervalorização relativa do Plano Piloto (escassez de alternativas fora da área central que não sejam morar na periferia distante e sub-equipada) para elevar a níveis assustadores o preço dos imóveis e o valor dos aluguéis no núcleo planejado originalmente.

A conclusão acima poderia encerrar este item. No entanto, restam-nos ainda algumas observações não mais sobre o efeito econômico da distribuição de residências funcionais sobre o mercado imobiliário local, mas, sobre aspectos políticos da mesma.

Ao invés de um mecanismo redistributivo contemplando um segmento social específico (o funcionalismo público federal), a distribuição destes imóveis segue uma hierarquia de privilégios que reforça a nível

local a intensa estratificação da estrutura social brasileira que, como se sabe, também permeia o funcionalismo público em geral. Esta estratificação de privilégios dada pelo *status* "funcional" da categoria dos indivíduos se evidencia no decreto 85.633 de janeiro de 1981, regulamentando a distribuição e o uso dos imóveis funcionais, que estabelece como tendo direito a eles os servidores civis e militares transferidos ou removidos *ex officio* para o DF; os indicados para cargos e funções de direção e assessoramento superior (DAS); e, os assessores de nível superior (FAS) que percebem remuneração igual ou superior ao DAS-1. O decreto também estabelece uma classificação dos imóveis que vai de "A" a "F", incluindo das casas luxuosas do Lago Sul aos apartamentos de um quarto no Cruzeiro.

Não é de surpreender que as residências de mais alto padrão e melhor localizadas sejam reservadas às categorias superiores na hierarquia político-administrativa do aparelho de Estado. O que causa admiração é que tais imóveis (classificados de "A" a "D") sejam isentos do pagamento das taxas de conservação (equivalente ao condomínio) e de ocupação (um milésimo do valor atualizado do imóvel), enquanto as mesmas taxas penalizam as categorias que ocupam os imóveis do tipo "E" e "F", cuja remuneração é igual ou inferior a três salários mínimos (cf. "Imóvel funcional mais caro", CB - 26/05/85). Além disso, as categorias que ocupam os imóveis de tipo "A" e "B", ao contrário das demais, não perdem o direito a residência funcional quando já são proprietárias de algum imóvel na cidade. Recorde-se, enfim, que os imóveis das categorias superiores são cedidos inteiramente mobiliados, incluindo, conforme o caso, até mesmo eletro-domésticos como geladeira, fogão, e máquina de lavar, entre outros (!).

1.4 - A Apropriação Diferencial dos Benefícios Socio-Econômicos da Capital

Face ao restante do Brasil, Brasília aparece como uma unidade da Federação economicamente privilegiada enquanto sede dos Três Poderes da República: benefícios orçamentários, taxa de emprego e nível de remuneração do trabalho entre os mais elevados do país. Contudo, a atuação do Estado sobre a economia e a organização espacial do DF produz não apenas benefícios, mas também, custos que são desigualmente apropriados pelas diferentes camadas sociais de acordo com o local de residência. O efeito geral desta atuação, como foi visto nos itens precedentes, é um reforço da enorme disparidade de renda existente entre o Plano Piloto e as cidades satélites: a concentração do emprego, de equipamentos e serviços de consumo coletivo no primeiro, bem como, o modelo disperso de ocupação urbana, com suas implicações para o sistema de transportes, impõem pesados custos de acessibilidade aos habitantes das últimas, gerando uma redistribuição regressiva da renda real no DF.

Além desta redistribuição indireta, é preciso levar em conta que a distribuição direta de direitos e privilégios pelo Estado (residências funcionais, "mordomias", casas populares, etc.) também obedece a uma hierarquia de status, cujo parâmetro básico tem sido os interesses do aparelho de Estado central na capital. Trata-se de um desenvolvimento contraditório do ponto de vista da cidadania, uma vez que esta distribuição reforça a diferenciação social entre os cidadãos do DF. Vejamos como este problema se desenvolve a partir de sua origem.

2 - Mercado, Cidadania, e Sociedade Civil: formação e desenvolvimento do campo político local

Antes mesmo de ser inaugurada, Brasília já era uma cidade estratificada em termos de direitos e privilégios da população recrutada para sua construção e ocupação. Face à intenção governamental de fazer de Brasília uma cidade essencialmente político-administrativa, apenas o pessoal ligado ao governo e à administração federal teria previamente assegurado o seu direito a residir na cidade e desfrutar dos privilégios oferecidos pela capital. O pessoal ligado à construção (operários, engenheiros, empreiteiros, etc.) teria de lutar para conquistar este direito, conforme veremos adiante.

Logo, desde o início entrava em cena a questão da cidadania dos brasilienses, cuja especificidade e contradições iniciais foram levantadas por Holston (1986), a quem devemos a maior parte da discussão levada a cabo neste item. Segundo ele, "embora todos os brasileiros recrutados para Brasília fossem formalmente cidadãos iguais do Brasil, nem todos os cidadãos foram igualmente integrados ao domínio público de Brasília". Assim, "esta distribuição diferencial de direitos para setores fechados da população definia Brasília como um sistema político ["polity"] diferencialmente incorporado, ou sub-sistema político, dentro da Federação dos Estados e Territórios brasileiros" (p. 278 - traduzido por mim).

Neste quadro, "a formação das relações de classe, status e poder entre os pioneiros ligou-se à distribuição de direitos e privilégios associados fundamentalmente ao trabalho e à residência no território da construção" (idem, p. 311). Analisar a organização social nascida

neste território é fundamental para compreender o processo de formação do campo político local (relações de classe e cidadania). Fazendo parte da **genealogia** deste processo, esta organização social deixou-lhe "heranças" que têm influido sobre o desenvolvimento da sociedade civil brasiliense. Ela é examinada a seguir, paralelamente à formação do mercado local.

2.1 - Genealogia do Processo

Em fins de 1956, abria-se um mercado de trabalho nacional numa área onde praticamente inexistia um mercado local. Numa área que continha apenas seis mil habitantes, a população foi dobrada nos seis primeiros meses da construção; quintuplicada oito meses depois; e, multiplicada por dez por volta de maio de 1959 (vinte e oito meses após o início das obras). O recrutamento dos operários era coordenado através da NOVACAP em Brasília e, pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), em Anápolis (GO). Além disso, havia uma competição entre as firmas privadas, uma "guerra de salários", para contratação de trabalhadores. A partir de 1959, a NOVACAP proibiria qualquer contratação fora do processo de recrutamento coordenado por ela juntamente com o INIC, fixando uma escala salarial única para todas as categorias da construção. Segundo Holston, esta iniciativa visando o controle da força de trabalho pelo Estado foi motivada não apenas por razões econômicas e de segurança, mas, principalmente, de ordem política (Holston, 1986: 300-07).

Apesar do ritmo incessante das obras (alardeado na expressão "ritmo de Brasília"), as condições de trabalho eram atraentes para os

migrantes: abundância de trabalho; salário mínimo superior ao das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; possibilidade de fazer horas extras além do limite legal; residência e refeições nos acampamentos. As oportunidades de emprego e salário teriam produzido uma profunda transformação no conjunto da força de trabalho: antigos trabalhadores diaristas e tarefeiros mal pagos tornaram-se assalariados relativamente bem remunerados, muitos deles incorporados pela primeira vez num mercado de trabalho urbano como uma categoria ocupacional distinta (Holston, 1986:313-17).

Porém, os trabalhadores não dispunham de qualquer recurso legal ou representação coletiva para veicular reivindicações de classe. Suas demandas sequer podiam ser ouvidas, senão nos Tribunais do Trabalho estabelecidos nos municípios vizinhos do Estado de Goiás, cuja jurisdição sobre o território dos acampamentos era questionável. Além disso, a NOVACAP nem ao menos possuía um departamento jurídico no período da construção. A primeira associação de classe congregando os trabalhadores da nova capital em construção foi formada em 1958, a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e de Mobília de Planaltina, Luziânia e Formosa, sediada no primeiro município. Obtendo a carta sindical em julho de 1959, a associação transforma-se no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de Planaltina, que sofre algumas alterações com a inauguração da nova capital: passa a ser o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil e do Mobiliário de Brasília, cuja base territorial se estende aos municípios goianos de Planaltina (também conhecido como Brasilinha), Luziânia, Formosa, Cristalina, Olhos D'água, e Corumbá (Bicalho, 1983:39-47). Mas, o sindicato não lograria a sua principal

reivindicação, a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho dentro da área de Brasília. Assim, os trabalhadores ficaram desprovidos de instrumentos e procedimentos legais para levar adiante ações coletivas no campo trabalhista, de tal maneira que podemos endossar a conclusão de Holston segundo a qual os rigores do ritmo de Brasília foram também um reflexo da consolidação absoluta da posição superior da classe patronal sobre os empregados.

Mas se os trabalhadores não puderam agir coletivamente para questionar as condições de trabalho no período da construção, a existência de privilégios diferenciadores entre eles no que Holston (1986) chama de "condições de reprodução" (comida, residência, e família) geraram diversas formas de reação coletiva entre os candangos (p. 326) (17). A principal destas reações foi a apropriação de áreas desocupadas para instalação de barracos, criando assim assentamentos ilegais que foram a origem da "periferia legal"; i.e.: as cidades satélites.

A nova capital que estava sendo construída foi planejada como uma cidade essencialmente político-administrativa para trabalho e residência políticos, burocratas, diplomatas, e setores de apoio (comércio e serviços). Após construída, ela não comportaria senão um pequeno contingente de operários para dar prosseguimento à sua expansão. Assim, segundo os planos da NOVACAP, a população que veio trabalhar na construção de Brasília deveria ser acomodada da seguinte maneira: um terço seria absorvido nos serviços de comércio local; outro terço trabalharia em cooperativas rurais nas terras arrendadas pelo governo; e, o terço restante voltaria para casa (Holston, 1986: 302).

Para concretizar os planos da NOVACAP, era negado aos trabalhadores dos acampamentos privados o direito de residirem com suas famí-

lias; daí a peculiar estrutura demográfica destes acampamentos: 85% dos adultos eram do sexo masculino e 56% solteiros, contrastando com os índices nacionais correspondentes de 49,9% e 38,9%, respectivamente (ibid.). Todavia, o direito negado àqueles era facultado aos trabalhadores da NOVACAP, que constituíam um "grupo de status especial" dentro do território da construção, alocado num acampamento separado dos demais, a "Candangolândia": 82% deles viviam em domicílios familiares, contra apenas 25% de casados nos acampamentos privados (majoritariamente chefes e pessoal administrativo). Havia ainda a Cidade Livre, o único assentamento provisório autorizado a fornecer residência para quem não estivesse alojado nos acampamentos, onde 89% da população vivia em domicílios familiares (Holston, 1986: 334-39).

Situada em local escolhido pelo engenheiro Jofre Mozart Parada em 17 de fevereiro de 1956, a Cidade Livre foi criada como um assentamento provisório onde o governo permitiria e estimularia o desenvolvimento comercial para abastecer os acampamentos de produtos e serviços. Os estabelecimentos comerciais ficariam isentos de qualquer espécie de taxaço, e ocupariam lotes cedidos pelo governo em regime de comodato durante um período de quatro anos. O contrato também estipulava que todas as construções da Cidade Livre teriam de ser de madeira e, que a NOVACAP poderia derrubar todos os barracos no final do período, reservando aos comerciantes o direito de se transferirem para as áreas comerciais do Plano Piloto. Estabelecido o seu caráter transitório, o assentamento poderia desenvolver-se sem interferência do governo (18).

Mas, a despeito das diferenças de *status* (direitos e privilégios) entre os diferentes grupos estabelecidos no DF no período da construção (trabalhadores da NOVACAP, operários dos acampamentos priva-

dos, comerciantes da cidade livre, etc.), havia uma diferenciação geral mais importante entre o conjunto dos "pioneiros" e os servidores públicos federais que chegariam à cidade depois de sua inauguração: apenas os últimos tinham pré-determinado seu direito a residir na cidade. Nem mesmo o pessoal administrativo da NOVACAP, que constituiu, segundo Holston (1986), a primeira elite burocrática da nova capital, tinha assegurado este direito; pois, "cada residência completada em Brasília era um prêmio absoluto para distribuição aos funcionários transferidos do Rio" (p. 343) (19). Até as unidades habitacionais financiadas e administradas pelos Institutos de Previdência Social eram reservadas para funcionários do Governo Federal. Os próprios membros de cada instituto não tinham qualquer direito a sua ocupação, nem sequer a opinarem na sua distribuição, a cargo do DASP/GTB (v. nota 14).

Neste contexto de estratificação de direitos e privilégios, Holston assegura que a privação daqueles ligados à moradia e à vida familiar, muito mais que a privação de direitos no campo do trabalho, gerou respostas coletivas não apenas para os problemas imediatos de moradia; mas, além disso, ações organizadas para obter direitos residenciais de longo termo (p. 326). Estas dizem respeito principalmente à ocupação ilegal de terrenos na periferia; mas, incluem também "invasões de elite" no Plano Piloto (v. nota anterior).

A iniciativa e a manutenção destas "invasões" exigiram o desenvolvimento de organizações autônomas de trabalhadores em face das contínuas tentativas da NOVACAP de erradicá-las. Assim, as associações de moradores e não as entidades trabalhistas tornaram-se os principais meios de organização dos interesses coletivos entre as classes trabalhadoras no período pré-inaugural de Brasília. Isto, inclusive, porque

as condições examinadas acima fizeram com que o movimento operário permanecesse incapaz de construir uma ampla base de apoio entre os trabalhadores durante a construção da nova capital. O resultado de todo este processo foi pôr abaixo o plano original do governo para ocupação de Brasília, formando precocemente uma periferia legal de cidades satélites derivada de uma periferia ilegal de origem "usurpativa", para usar os termos de Holston (1986). Além disso, pode-se dizer que "a rebeldia dos pioneiros efetuou uma transformação na estrutura da esfera pública de Brasília: ela assegurou a inclusão de estratos sociais previamente excluídos" (p. 381-82).

Foge ao escopo deste capítulo uma análise detalhada do processo de transformação da periferia ilegal em periferia legal, incluindo as diversas estratégias de mobilização das associações de moradores dos diferentes assentamentos, tal como efetuada por Holston (1986:78-412). Limitarêmo-nos a examinar as consequências gerais deste processo para a formação da sociedade civil brasiliense a partir de sua gênese, que passa pelo desenvolvimento econômico (comercial) e social da Cidade Livre e seus desdobramentos.

Acolhendo migrantes que não eram recrutados pelo INIC ou a NOVA-CAP; bem como, operários dos acampamentos privados que vinham morar ali com suas famílias em barracos alugados, a Cidade Livre conheceu um rápido crescimento nos primeiros anos de sua existência. Em breve o estoque de barracos para aluguel estaria esgotado, e os trabalhadores que desejavam morar com suas famílias tiveram de iniciar a ocupação ilegal de terrenos na periferia da Cidade Livre. Esta periferia cresceu vertiginosamente com a imigração de flagelados da seca de 1958. Cria-se ali um assentamento denominado Vila Sarah Kubitschek, cuja po-

pulação deu origem a Taguatinga, a primeira cidade satélite de Brasília.

Aglutinados em torno de uma associação de moradores, os flagelados valeram-se de um estratagema que intimidou a repressão da GEB (v. nota n 17): quando o presidente Juscelino almoçava na "Churrascaria JK", na Cidade Livre, os moradores da V. Sarah Kubitschek organizaram uma manifestação em sua homenagem que, ao mesmo tempo, reivindicava o direito de permanecerem no assentamento. O presidente então promete estudar a questão juntamente com os técnicos da NOVACAP que, posteriormente, apresenta aos ocupantes da vila a proposta de transferência para uma cidade satélite a ser criada, distando 25 quilômetros do Plano Piloto. Inicialmente recusada, a proposta da NOVACAP foi aceita quando o governo ofereceu custear a transferência, dar direitos de propriedade e, transporte para o trabalho aos moradores. Assim, funda-se Taguatinga em 5 de julho de 1958. Contudo, a mobilização política alcançada pela Associação dos Moradores de V. Sarah Kubitschek não sobreviveu à transferência de seus membros; pois, segundo Holston (1986), "embora vários clubes sociais, grupos ligados à Igreja e uma associação comercial filiada àquela da Cidade Livre tenham surgido na satélite, nenhuma destas entidades era organizada especificamente em torno de serviços urbanos, nem se engajou na ação política" (p. 370).

Voltando à Cidade Livre, o inchamento de sua periferia precipitado pela imigração dos flagelados da seca de 1958 fez com que a NOVACAP proibisse qualquer expansão adicional da "cidade" a partir de 31 de dezembro daquele ano; mesmo assim, em maio do ano seguinte, as invasões ainda representavam 28% do território do assentamento (idem, p. 328). A população das invasões constituía uma importante clientela pa-

ra os comerciantes da Cidade Livre, que vendiam para ela bens e serviços diversos. Nesta situação, "invasores" e comerciantes tornaram-se "aliados naturais" na luta contra a erradicação não apenas das invasões, mas da própria Cidade Livre, conforme previa o plano da NOVA-CAP.

Já em 1958, foi criada na Cidade Livre a Associação Comercial de Brasília (ACB). Ainda mal nascida, a entidade obteve uma importante vitória numa luta contra o governo de Goiás. Argumentando representar a população do DF, uma vez que os pioneiros votaram nas eleições de 1958 como eleitores registrados nos municípios goianos de Planaltina e Luziânia em postos eleitorais estabelecidos no território da construção, o governo goiano exigia taxar a circulação de mercadorias para a Cidade Livre, beneficiária de isenção de tributos, como já visto. A ACB ameaçou um *lock-out* e, entrou na Justiça contra o Estado de Goiás com apoio da NOVACAP, obtendo ganho de causa. Esta vitória consolidou o prestígio e a força da ACB. Dada a proeminência do setor terciário na economia do DF, a ACB, posteriormente transformada em Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), viria a ser a mais importante organização de classe do empresariado de Brasília.

Considerando economicamente desastrosa a transferência prevista de seus estabelecimentos para o Plano Piloto, os comerciantes da ACB fundaram o Movimento pró-Fixação e Urbanização do "Núcleo Bandeirante", uma organização burocraticamente organizada em departamentos (Publicidade, Relações Públicas, Cultura, entre outros), que patrocinou uma rede subsidiária de associações. A estratégia do movimento envolvia a mobilização da população a nível local (através de associações de bairro) e junto ao Congresso. Para a última, os trabalhadores se

organizavam de acordo com o local de nascimento para pressionar os parlamentares das bancadas de seus respectivos Estados a aprovarem a fixação e a legalização da Cidade Livre. Havia dois projetos de lei neste sentido, seguindo aproximadamente os termos da proposta elaborada pela ACB: os projetos dos deputados Breno da Silveira (PSB) e Paulo de Tarso (PTB). Este, ao ser nomeado prefeito do DF pelo presidente Jânio Quadros e deparar-se com o contínuo crescimento da cidade, passou a reprimi-la violentamente, provocando o seu despovoamento: enquanto o censo demográfico efetuado em setembro de 1960 registrava uma população de 21.033 habitantes na Cidade Livre, com um crescimento de 82% em relação ao censo prévio de maio de 1959, a população do assentamento diminuira para 15.000 habitantes em 1961 (Holston, 1986:379)! A ACB reage à repressão, formando o Comitê Central do Núcleo Bandeirante, que congregaria novas entidades, e declara o prefeito *persona non grata* na cidade.

O conflito se resolveria a partir da renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Com o apoio presidencial de João Goulart, o Congresso aprova a lei 4.020 de 20 de dezembro de 1961 que estabelece a fixação do Núcleo Bandeirante e, proíbe a construção de barracos de madeira na nova cidade satélite. O Núcleo Bandeirante foi, assim, a única cidade satélite a ser criada não por uma decisão do Executivo, mas por um ato do Poder Legislativo.

Conquistada a sua principal reivindicação, o Comitê Central do Núcleo Bandeirante e as associações de bairro se dissolveram. Com isto, não haveria reação organizada ao projeto de "urbanização" da cidade satélite iniciado pelo prefeito Plínio Catanhede após 1964: na verdade, um projeto de erradicação de "invasões", uma vez que contempla-

ria apenas 37% da população. A antiga Cidade Livre, o único assentamento do DF cuja evolução se aproximara de um desenvolvimento urbano "espontâneo" (i.e.: paralelo ao desenvolvimento da atividade econômica), passou a ser rigorosamente controlada: a população do Núcleo Bandeirante diminuiu em cerca de 50% na década de sessenta, enquanto as demais cidades satélites tiveram um crescimento populacional de aproximadamente três vezes no mesmo período (Holston, 1986: 380)! A repressão ao desenvolvimento do Núcleo Bandeirante, a cidade satélite mais próxima do Plano Piloto, fez com que uma boa parte do capital comercial da antiga Cidade Livre se transferisse para Taguatinga, onde a regulação estatal da economia tendia a ser abrandada.

Mas as observações históricas sobre Taguatinga e o Núcleo Bandeirante registradas acima só são pertinentes, aqui, enquanto exemplos ilustrativos de um processo mais geral, a transformação dos assentamentos periféricos ilegais na periferia institucionalizada constituída pelas cidades satélites, cujas consequências para o desenvolvimento da sociedade civil de Brasília cumpre agora analisar.

2.2 - Herança Social

Se o direito a residir na nova capital era negado à maioria dos pioneiros, o direito a uma representação política local foi negado a todos eles. Mas, como recorda Holston, os candangos só se mobilizaram contra a primeira negação: todas as associações criadas por eles organizaram-se para forçar as autoridades a garantir residência legal e fornecer serviços urbanos aos assentamentos periféricos (Holston, 1980:364). Elas forçaram o Estado a reconhecer o direito de seus mem-

bros à cidade: não ao Plano Piloto em si, mas a suas próprias cidades na periferia da capital planejada. Assim, os candangos conseguiram obter "associações representativas e experiência participativa na ação política". Contudo, sua identidade política desaparecia tão logo eles conquistavam suas reivindicações, dissolvendo as associações: a assistência do Estado era mais importante para elas que uma organização política autônoma (Holston, 1986:380-81).

Este processo, ilustrado no breve histórico do Núcleo Bandeirante e de Taguatinga, repete-se da mesma maneira em Sobradinho (criada em 1960, a partir do movimento gerado na Vila Amaury). Ele culmina na institucionalização da "periferia legal", a partir da lei 3.751 de 13 de abril de 1960. Esta lei dá poderes à administração de Brasília para implantar e administrar as cidades satélites, estabelecendo um sistema de sub-prefeituras para cada cidade satélite, com sub-prefeitos indicados e subordinados ao Departamento de Sub-prefeituras.

Segundo Holston, esta transformação da "periferia ilegal" em "periferia legal" foi "um desenvolvimento paradoxal para os moradores dos assentamentos periféricos; pois, embora tenha dado-lhes direitos de propriedade, ela negou-lhes a participação política que eles haviam adquirido no início do processo" (ibid.): "O contraste dificilmente poderia ter sido maior entre o governo da periferia legal e o governo dos assentamentos ilegais que a geraram", observa Holston: "enquanto o último tinha sido autônomo, as sub-prefeituras foram impostas como uma agência externa"; os líderes e o "*staff*" das associações haviam sido escolhidos de acordo com critérios da própria comunidade, ao passo que os sub-prefeitos e seus auxiliares foram indicados pela "burocracia central"; finalmente, se "as associações haviam funcionado como grupos

representativos na tentativa de influenciar a distribuição de recursos", os sub-prefeitos, ao distribuírem estes mesmos recursos, não teriam de "prestar contas à comunidade por eles administrada" (p. 390). Pode-se dizer que este sistema foi "revisto e ampliado" com o regime militar, com a aprovação da lei 4.545 de dezembro de 1964, que cria as oito regiões administrativas do DF, cada uma delas administrada por um "administrador regional" nomeado pelo "prefeito" ou "governador" (após 1970).

Numa avaliação geral da gênese do campo político local descrita no item precedente, observa-se, em síntese, que : 1) o exercício da cidadania política do brasilienses permaneceu interdito desde a inauguração da capital até o início do "regime de transição", quando foi parcialmente liberado (v. cap.III); 2) o movimento operário-sindical que poderia ter surgido na fase da construção foi prejudicado pela ausência de um fórum legítimo para discutir e deliberar sobre questões trabalhistas; 3) a ACB firmou-se como a mais importante associação de classe do empresariado local; 4) as lideranças e as organizações de moradores dissolveram-se sob a ação assistencialista do Estado.

2.3 - Desenvolvimento

Foi visto que a classe patronal, especialmente o segmento ligado ao capital comercial, logrou organizar-se politicamente em torno de uma entidade representativa de seus interesses desde os tempos pré-inaugurais. A partir deste embrião, o desenvolvimento econômico de Brasília iria propiciar a criação de novas entidades patronais nas décadas seguintes, incluindo o pouco expressivo setor industrial. As classes populares, por outro lado, não formaram nenhuma organização representativa de seus interesses de caráter mais amplo e duradouro neste período, seja a nível de sindicatos, ou de associações de moradores. Mesmo assim, o movimento sindical de Brasília ganharia um impulso extraordinário no início da década de sessenta, especialmente sob o governo trabalhista de João Goulart, sendo posteriormente sufocado pelo regime autoritário que se apossou do país após o golpe militar de 1964. Ao contrário, o movimento de moradores permaneceu relativamente estável e politicamente pouco expressivo ao longo desta década.

Nestas condições, o desenvolvimento do que se poderia chamar de sociedade civil de Brasília foi retardado; pois, a organização dos interesses populares em torno de uma rede de entidades representativas que procura romper os limites do corporativismo estreito, buscando apoio de outros segmentos da sociedade (associações profissionais da classe média, agremiações religiosas, imprensa, etc.) só viria a consolidar-se já nos anos 80

2.3.1 - Movimento Sindical

Já em 1960, ainda antes de entrar em funcionamento a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, os trabalhadores de Brasília mobilizaram-se numa grande campanha por um novo salário mínimo para o DF, dado o elevado custo de vida na capital. O movimento, que envolveu passeatas ao Congresso, comícios, e até uma proposta de greve geral, saiu vitorioso, com a decretação do novo mínimo em 18 de novembro daquele ano. No ano seguinte, o presidente Jânio Quadros, em conformidade a seu programa de austeridade econômica, suspende os financiamentos federais para as obras de construção de Brasília, gerando uma grave crise de desemprego na nova capital (ele chega mesmo a proibir a entrada de migrantes na cidade, colocando barreiras policiais nas estradas de acesso ao DF). O STICMB reage enviando um memorial ao presidente da República, reivindicando um programa de combate ao desemprego e a retomada das obras públicas na capital.

Mas, ainda em 1962, o movimento sindical da capital federal mostra a sua "vocação nacional": vinte e seis organizações participam do "I Encontro Fraternal Sindical dos Trabalhadores de Brasília", cujo principal resultado foi a criação de uma "Comissão Permanente das Entidades, Sindicais, Profissionais, Camponesas, e Estudantis" - um organismo de articulação entre o "movimento popular" de expressão local e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), ambos sob forte influência do Partido Comunista Brasileiro. Esta Comissão lança manifestos políticos sobre questões de caráter nacional que obt m certa repercussão na grande imprensa do país. Ainda neste ano ocorrem os primeiros movimentos grevistas em setores de importância capital em Brasília: o fun-

cionalismo público (greve dos servidores das empresas administradas pela NOVACAP); e o transporte coletivo (greve dos motoristas e cobradores de ônibus de Taguatinga).

No ano seguinte prossegue o acirramento da crise político-econômica: os servidores públicos do GDF entram numa greve que atinge boa parte da máquina do governo distrital; o STICMB lidera uma tentativa de greve geral na cidade, coordenando a formação de piquetes; a decisão do Supremo Tribunal Federal negando elegibilidade aos sargentos provoca a ocupação do Ministério da Marinha pelos sargentos e praças da Marinha e Aeronáutica; Jango solicita aprovação de pedido de Estado de Sítio ao Congresso. Sob pressão da esquerda, a solicitação presidencial é retirada logo depois. Com o agravamento da situação de desemprego em 1964, surge o primeiro movimento espontâneo de desempregados: autodenominando-se "Turmas da Boa Vontade", eles começaram a fazer a limpeza das cidades satélites" e exigir recompensas da Prefeitura do DF, que apoia a iniciativa, instituindo uma gratificação para os participantes. Porém, as "turmas" multiplicam-se muito rápido com o crescimento vertiginoso do desemprego. Para combater o problema, o governo acena com a criação de frentes de trabalho. Contudo, o agravamento da crise tornou a questão inadiável, e começaram os protestos violentos de desempregados, reprimidos com igual violência (para uma avaliação do movimento político-sindical de Brasília na fase pré-64, v. Bicalho, 1983).

Esta situação de crise culminou no golpe militar que pos abaixo não apenas a paulatina organização da classe trabalhadora que se articulava a nível nacional, envolvendo partidos, sindicatos, e organizações populares de origem diversa (ligas camponesas, comitês de solida-

riedade, etc.); como também, toda forma de expressão da sociedade civil contrária ao novo regime.

Mas, no âmbito do sindicalismo, a despeito do regime, o período autoritário caracterizou-se, segundo Almeida (1984), pela ocorrência de significativas alterações na escala e na posição relativa dos diversos segmentos das classes trabalhadoras enquanto eixos da atividade sindical: houve um enorme acréscimo em termos absolutos no contingente de trabalhadores sindicalizados que contemplou setores anteriormente inexpressivos, como os trabalhadores rurais e os assalariados de classe média, conferindo ao sindicalismo brasileiro uma virtual base de massas que ele não possuía no período populista; além disso, se o "centro de gravidade" do movimento sindical no último período estivera no setor de serviços coletivos gerenciados pelo Estado, a intensificação do crescimento industrial pós-64 prepararia o deslocamento deste para o setor de ponta da grande indústria a partir de 1978.

Entretanto, as mudanças acima ocorreram "em surdina", não sendo fruto das conquistas de um movimento sindical organizado, ausente neste período em que havia "tão somente sindicatos cerceados, controlados, enfraquecidos, [e] forçados ao silêncio por sucessivos governos autoritários" (Almeida, 1984:198). Ao invés disso, tais mudanças "foram o desdobramento não imaginado de um processo de desenvolvimento e modernização capitalista que triplicou o operariado industrial e concentrou-o em grandes unidades fabris; que criou, multiplicou e diversificou oportunidades de emprego para as camadas médias assalariadas e que revolucionou as relações de trabalho no campo, formando um extenso setor de novos proletários" (ibid.).

Não obstante as últimas considerações, Almeida (1984) destaca que a coerção sobre os sindicatos não se exerceu com a mesma intensidade no pós-64, afrouxando-se após o "período punitivo" (64-65) e, re-crudescendo após 1968. Neste interim, além de uma retomada da atividade sindical reivindicativa no Centro Sul, assistiu-se a um aceso debate em que as lideranças do sindicalismo brasileiro não pouparam críticas à sua própria atuação no período populista. Se no período subsequente o recrudesimento do autoritarismo iria "estrangular" o movimento sindical, os sindicatos não seriam fechados, mas reduzidos a uma função assistencialista que, contraditoriamente, permitiria-lhes manter-se em ligação com suas bases.

A existência de tais "brechas" no regime autoritário, juntamente com a sua lenta e gradual "abertura" política, iriam permitir o despertamento de um movimento sindical renovado e combativo a partir de 1977, cujo vigor seria demonstrado na maré grevista de 1978 e 1979, refluindo a partir de 1980. Sob a liderança do "novo sindicalismo" surgido no ABC paulista, que introduziu idéias e práticas inovadoras no movimento sindical brasileiro (deslocamento da atividade grevista da categoria para as empresas, negociações diretas sem intermediação do governo, etc.), esta maré iria espalhar-se para outras regiões do país e para fora do setor industrial (Almeida, 1984:198-210). Não obstante tenha alimentado projetos de unificação do movimento sindical do país, a entrada em cena de novos segmentos da classe trabalhadora acabaria por acentuar as diferenças internas ao sindicalismo nacional, como testemunha a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) em agosto de 1981 na Praia Grande (SP): é a partir dela que se delinea nitidamente a divisão do mesmo em duas facções

distintas (*grosso modo*: uma "moderada" e outra "radical") a ser formalizada em 1983 com a criação da CUT e da CGT.

Voltando ao plano local, a proximidade do aparelho de Estado central fizera da emergente sociedade civil de Brasília uma vítima especialmente reprimida e vigiada pelo novo regime. O sufocamento do sindicalismo ativo na capital foi praticamente absoluto. Por conseguinte, a retomada de um movimento sindical atuante na cidade teria de aguardar o sopro liberal que iniciava os anos 80, acompanhando mais uma vez o movimento nacional recém-desperto com as sacudidas do "novo sindicalismo". Assim, em 1981, é criada a Frente Intersindical de Brasília, unindo os sindicatos identificados com a orientação da corrente que formaria a CUT. Opondo-se à Frente, surge no ano seguinte a COSUI (Coordenação Sindical Unitária Independente), organismo plurisindical que pretendia colocar-se à margem das divisões do movimento sindical nacional e que congregou alguns dos principais sindicatos de Brasília (Bancários, Professores, Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação, etc.). Contudo, ambas as frentes tiveram uma existência efêmera, dissolvendo-se a partir de 1983, com a criação das duas centrais sindicais.

O movimento sindical de Brasília, hoje, encontra-se novamente em plena articulação com o movimento dos trabalhadores a nível nacional. A maioria dos sindicatos mantém estreitas ligações com os departamentos intersindicais (DIEESE e DIAP, o DIESAT ainda está sendo implantado na capital). Trata-se de um sindicalismo majoritariamente "cutista", sendo inexpressiva a presença da CGT na capital: "No último congresso da CUT", observou-nos o presidente do SENALBA (entrevistado no dia 12/10/88), "Brasília talvez tenha sido a unidade da Federação que

apresentou proporcionalmente o maior número de representantes". No mesmo sentido, o presidente do Sindicato dos Bancários (que não é filiado a nenhuma das centrais, sofrendo influência predominante do PCB) afirma que, enquanto "a CGT praticamente não existe em Brasília... a CUT tem efetivamente promovido encontros, debates e reuniões do interesse do conjunto dos trabalhadores do DF" (entrevista de 13/10/88).

Do ponto de vista da problemática que se aborda aqui, o que há de mais relevante como novidade histórica no movimento sindical brasiliense recente não é propriamente o "papel estratégico" que, com a capital já plenamente consolidada, ele possa desempenhar na articulação da classe trabalhadora a nível nacional (20); mas, sim, a disposição das entidades sindicais locais a uma atuação social para além dos limites corporativos e mais próxima da "comunidade" de Brasília.

Sem que de nossa parte houvesse conhecimento prévio de seu programa de ação, indícios desta disposição nos foram dados pelos dois sindicatos cujos presidentes entrevistamos durante a pesquisa. Já em sua plataforma eleitoral, a chapa que atualmente forma a diretoria do Sindicato dos Bancários incluía a proposta de "aprofundar os contatos com a comunidade". Neste sentido, o sindicato tem prestado apoio material e político a associações de moradores, havendo engajado-se recentemente em campanhas contra o aumento de tarifas do transporte coletivo e de mensalidades escolares na capital. No mesmo sentido, a atual diretoria do SENALBA criou um "Departamento de Articulação com os Movimentos Populares" que, entre outros feitos, tem colocado a estrutura do sindicato (telefone, sede, carros, xerox, etc.) a disposição de diversas associações de moradores.

Esta inserção dos sindicatos como um interlocutores relativamente estruturados e dotados de recursos humanos e materiais no âmbito de uma rede de "ação comunitária" - que, diga-se de passagem, não envolve apenas solidariedade, mas também conflitos - favorece o fortalecimento da sociedade civil de Brasília.

2.3.2 - Movimento de Moradores

Ao contrário do movimento sindical, o movimento de moradores de Brasília quase não se alterou diante das sucessivas crises políticas da década de sessenta que afetaram a economia local (ritmo das obras e da transferência de órgãos públicos para a capital). Esta ausência de rupturas deveu-se basicamente à continuidade de dois processos: 1) o fluxo imigratório ininterrupto de mão de obra desqualificada e mal remunerada, à revelia da tendência a queda do nível de emprego na construção civil do DF (que se firmou desde o início da década de 60, acentuando-se nas décadas seguintes - v. Tabela 10, p.259) ; e, 2) a valorização crescente do solo na área do Plano Piloto e arredores, fomentada pelos vultosos investimentos públicos e pela especulação imobiliária promovida por organismos governamentais. A resultante de ambos indica uma inexorável expansão de assentamentos ilegais, a ser enfrentada pelo GDF com estratégias que pouco variaram neste período.

No ano da inauguração de Brasília (1960) são criadas mais duas cidades satélites, Sobradinho e Gama, para abrigar a população removida de assentamentos ilegais. A maioria deles já havia alcançado certo nível de organização dos moradores (entidades representativas formalizadas e atuantes), cujo "movimento" dissolveu-se com a remoção para a

"periferia legal". Um ano depois, o GDF cria o "bairro popular" do Cruzeiro. Entretanto, a incessante proliferação de invasões, mais ou menos organizadas e articuladas a "lideranças exteriores", obrigaria o governo a mudanças de estratégia para enfrentar a questão. A principal delas foi paralisar a criação de novos núcleos satélites até a inauguração do Guará em 1968. Ao invés disso, a postura adotada pelo GDF face a questão das "invasões" oscilou entre a tolerância passiva de alguns assentamentos (as Vilas Planalto e Paranoá, p. ex., cuja legalização só foi se dar no governo Aparecido, embora já houvesse para a primeira um projeto neste sentido sob o governo Ornellas); a repressão pura e simples; ou a remoção para loteamentos localizados na área dos núcleos existentes até então. Para estes foram canalizados maciços investimentos em habitação popular através do programa da SHIS (v. Gonzales, 1985).

Se o golpe militar de 1964 intimidou o "apoio externo" ao movimento de moradores, o que certamente deve ter afetado a sua combatividade, o problema das "invasões" cresceria em escala e visibilidade social, apesar da censura à imprensa. A negociação passaria a predominar sobre o confronto nas relações entre o GDF e as associações de moradores criadas nos assentamentos ilegais. Do paulatino reconhecimento de sua legitimidade enquanto interlocutoras para diálogo e negociação, o governo passou a instrumentalizá-las para consecução de sua política de assentamentos. Negociando as condições da remoção para assentamentos legais, as associações de moradores das invasões passaram a servir o GDF no processo de triagem dos "beneficiários" (cadastramento de moradores, excluindo recém-chegados) e, na arregimentação de voluntários para levantamento de casas populares pelo sistema de muti-

rão. Porém, quando a remoção para assentamentos legais não provocava a completa dissolução da organização dos antigos "invasores", a situação de sub-equipamento e a falta de serviços públicos elementares destes assentamentos iria propiciar a criação de novas associações de moradores organizadas em torno da demanda por bens e serviços de consumo coletivo.

Iniciado em 1968, o Guará foi o primeiro grande assentamento legal criado sob esta filosofia de "colaboração" entre o GDF e moradores de invasões, embora sem mediação de entidades representativas. (21). Acrescida deste ingrediente juntamente com uma boa dose de coerção, esta filosofia reapareceria em 1970/71, quando a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) decide criar a Ceilândia, um grande assentamento para absorver a população removida das invasões localizadas nas imediações do Núcleo Bandeirante (Vilas Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, IAPI, e Morro do Querosene). A colaboração persistiria ao longo da década de 70; pois, a emergência de um movimento de moradores de caráter efetivamente reivindicativo e rotinizado só aconteceria a partir da criação da Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, em 1980 (22).

Contudo, se é possível fazer uma distinção histórica entre a fase "colaboracionista" e a fase "reivindicativa" do movimento de moradores da capital federal (além da fase "efêmera" pré-inauguração), deve-se observar que não há uma demarcação rígida entre as duas linhas de ação. Não se caracteriza a "cooptação", de um lado, e a "autonomia", de outro, como costumava ser vista esta questão na maior parte da literatura brasileira sobre movimentos sociais urbanos, na qual o papel do Estado foi simplificado e teoricamente empobrecido (para sua

crítica, cf. Cardoso, 1984: 213-39). A questão da autonomia, aliás, não se refere apenas ao Estado, mas se coloca também em relação aos diversos "agentes externos" cujo apoio tem sido fundamental para o sucesso dos movimentos de moradores, tais como agremiações religiosas, partidos políticos, e profissionais liberais (especialmente advogados e arquitetos) com ou sem apoio de suas respectivas entidades corporativas. Embora a questão do "grau de autonomia" das associações de moradores seja relevante para o entendimento de sua dinâmica, é preciso reconhecer que a política é sempre e sobretudo "negociação", de tal sorte que quem é manipulado através da distribuição de recursos, também manipula para obtê-los.

Feita a ressalva acima, podemos voltar à periodização estabelecida anteriormente. Pode-se dizer que, afora a mobilização dos assentamentos ilegais no período anterior à inauguração de Brasília, o movimento de moradores do DF nas décadas de sessenta e setenta não chegou a atingir um caráter propriamente reivindicativo; mas, antes, desempenhou os papéis de interlocutor dos moradores junto ao governo e, mediador nas negociações entre ambos. Os mesmos papéis continuaram sendo desempenhados nos anos 80, mas foram acrescidos de uma atitude de maior ofensiva política por parte das Associações de Moradores. O mais importante, porém, é que esta maior combatividade não implicou um isolamento maior do movimento de moradores. Pelo contrário, as associações de moradores ampliaram a sua rede de apoio externo, mediante a divulgação de suas atividades na imprensa local, contatos frequentes com organismos estatais e para-estatais (Administrações Regionais, Fundação do Serviço Social, FCDF, UnB, etc.), e relações mais estreitas com entidades representativas da sociedade civil (OAB/DF, Sindica-

tos, Igrejas, etc.).

A despeito de sua estruturação incipiente através de associações nem sempre representativas, pautadas por conflitos internos, e praticamente desunidas entre si (23), o movimento de moradores já pode ser visto como uma peça importante da organização da sociedade civil do DF: trata-se de um elemento que tem se mostrado imprescindível para a conquista da cidadania por parte da população residente nos assentamentos periféricos ilegais ou institucionalizados, especialmente no que tange aos seus direitos sociais (24)

2.3.3 - A cidadania popular no horizonte da sociedade civil

Como foi dito de passagem no final do item 2.3.1, é preciso considerar que, além de solidariedade, o relacionamento entre os diversos segmentos organizados da sociedade civil também envolve competição e conflito. No caso dos sindicatos e das associações de moradores de Brasília, p.ex., a atual fase de colaboração parece ter sido precedida por um período de certa hostilidade. Pelo menos é isto que se observa nas declarações do presidente da Associação de Moradores da Asa Norte na entrevista que nos concedeu. Além de destacar uma diferença fundamental entre movimento sindical e movimento de moradores (ao contrário do primeiro, o último seria "pluriclassista"), ele acusava de "oportunistas" os sindicatos ligados à extinta COSUI devido ao apoio que estariam dando a uma vertente do movimento de moradores que se opunha à Assembléia Comunitária no esforço de criar outra entidade federativa das associações de moradores (v. nota n 23)

Todavia, não se pode falar em sociedade civil estruturada sem que o elemento solidariedade prevaleça sobre a competição entre os segmentos organizados que a compõem; pois, caso contrário, não haveria uma sociedade civil, mas apenas grupos e entidades veiculando demandas particulares (nem sempre compatíveis entre si) ao Estado. Entretanto, resta a questão fundamental de estabelecer qual é o fundamento desta solidariedade. Este não pode ser outro senão uma noção implícita de cidadania pela qual os diferentes agentes sociais atribuem ao Estado o dever de atender ao conjunto de seus membros quanto a direitos essenciais inerentes a esta condição. O amadurecimento da sociedade civil a partir do refinamento e da difusão desta noção é, portanto, um processo que depende, em grande parte, do desenvolvimento de uma identidade cultural entre os membros da mesma comunidade política.

No caso de Brasília, como se discute no próximo capítulo, o desenvolvimento da identidade cultural entre os diferentes habitantes do DF mostra-se efetivamente imprescindível para a plena maturação de sua cidadania. Porém, é necessário lembrar que processos econômicos como a valorização do solo urbano e a metropolização da capital alimentam a grande diferenciação social existente entre "brasilienses", gerando uma estratificação de fato da sua cidadania a ser tratada no próximo tópico.

Voltando à questão da sociedade civil brasiliense, acrescente-se que, a despeito das dificuldades econômicas e culturais a serem examinadas é possível observar, além das associações de moradores e dos sindicatos, outras entidades e instituições atuando - seja a nível do discurso ou de práticas - no sentido de apoiar as camadas populares na sua luta por direitos sociais elementares, como, entre outras, a

OAB/DF, a UnB, diversas agremiações religiosas, e a imprensa local. A recente liberação da atividade político-partidária na capital (1985) indica a possibilidade de diferentes partidos virem a desempenhar o mesmo papel.

3 - Metropolização, Industrialização e Emancipação Econômica

(recorte regional)

No primeiro tópico deste capítulo, a economia de Brasília foi descrita e analisada como se fosse possível isolar o "mercado local" do restante do país e, assim, destacar as características econômicas peculiares ao DF no contexto nacional. O quadro que emergiu deste exercício mostra uma economia essencialmente terciária, amplamente regulada pelo Estado e dependente da União quanto a investimentos públicos, cujos níveis de remuneração e emprego encontram-se entre os mais elevados do país. No tópico presente, ao contrário, busca-se uma perspectiva alargada desta economia que, embora passe pelos projetos econômicos desenvolvidos no seio da sociedade civil e da incipiente classe política locais, vai além da esfera estritamente local, articulando-a às injunções do mercado regional e nacional.

O fator de maior importância na revisão do quadro traçado anteriormente é, sem dúvida, o elevado crescimento migratório da capital, que descarta todas as veleidades do governo quanto ao "contrôle" do seu desenvolvimento. Problema complexo, a migração costuma envolver ao mesmo tempo fatores de "expulsão" (na origem) e de "atração" (no destino) dos migrantes. A atração exercida por Brasília sobre o contingente migratório mais vasto, aquele de baixa extração social, não pa-

rece estar ligada ao mercado de trabalho local; pois, dada a inibição da atividade industrial, o declínio da construção civil e, uma situação já de hipertrofia do funcionalismo público, as oportunidades de emprego no setor formal da economia para a mão de obra desqualificada são bastante reduzidas. De acordo com a terminologia empregada por Santos (1987), tratar-se-ia de uma "migração de consumo", ao invés de uma "migração de trabalho", uma vez que a capital conta com uma rede de equipamentos e serviços de consumo coletivo inigualável num amplo contexto regional, para não falar nos vultosos investimentos em habitação popular realizados no DF..

Embora venha ocorrendo uma lenta desaceleração no crescimento migratório do DF, em termos relativos, o problema se torna quantitativamente cada vez mais grave (25): segundo uma previsão alarmista da ONU, alardeada pelo governador Aparecido em diversos pronunciamentos (Oliveira, 1987), a população de Brasília (lato senso) atingiria 4 milhões de habitantes no ano 2.000. Entretanto, existem previsões bem mais modestas e confiáveis, dada a explicitação de premissas materiais e políticas bem fundamentadas, situando-a em torno de 2,5 milhões de habitantes no fim do milênio (cf. Cordeiro e Kohlsdorf, 1985). Todavia, não se pode negar que os novos contingentes populacionais que se mudam para o DF e seu entorno a cada ano têm criado uma demanda por empregos, bens e serviços de consumo coletivo muito superior à capacidade atual de oferta dos mesmos pelo mercado ou pelo Estado. A persistência deste processo poderá significar a médio e longo prazo uma situação crônica de desemprego e crise social, atingindo especialmente as camadas populares, a menos que haja ações e projetos político-econômicos de grande envergadura no sentido de reverter esta tendência.

No âmbito do governo tem sido grande a atenção a este problema, embora ela jamais tenha resultado em ações concretas para além do assistencialismo aos migrantes (26). Desde 1970, sob influência das "Jornadas Regionais do Serviço Social", congregando órgãos estaduais atuantes no setor, a questão das migrações foi definida como um problema cuja solução passa necessariamente por ações intergovernamentais. Neste mesmo ano, considerado "um marco na tomada de consciência e sensibilização para o problema das migrações internas no Brasil" o GDF estabelece, no dia 15 de junho, o decreto n. 1.368, criando a Comissão de Migração, composta por representantes de quatro secretarias de Estado, da ACDF, do BrB, da CODEPLAN, e da UnB, sob a presidência do Secretário de Serviços Sociais. Neste momento, o problema das migrações já é visto como "a causa fundamental dos problemas sociais em Brasília" (SSS, 1973:5-24). Apesar do reconhecimento da gravidade do problema pelo GDF, o primeiro programa intergovernamental para sua solução só aparece em 1976, com o PERGEB. Padecendo de falhas de concepção, como a ausência de acordos e compromissos entre os governos estaduais e municipais inseridos na sua área de ação ou a priorização da "proteção à capital" (v. cap. II, nota n. 04 e, cap. III, pp. 94-95), o PERGEB seria mal sucedido na sua implantação.

O problema das migrações também tem merecido uma atenção toda especial de diversos segmentos da sociedade civil de Brasília, segundo se depreende de diversas declarações de nossos entrevistados. A questão é relacionada com o desemprego, as invasões e a falta de moradia. No que tange aos últimos aspectos, todos os entrevistados que defenderam maiores investimentos estatais na área da habitação popular, incluindo infra-estrutura e serviços urbanos, manifestaram preocupações

quanto à provável realimentação do fluxo migratório que resultaria deles (27). E, quanto ao desemprego, a maioria dos entrevistados mostrou-se favorável à industrialização do DF como uma forma de ampliar o mercado de trabalho local, como será visto adiante. Observe-se, enfim, que muitos de nossos entrevistados colocaram a questão das migrações como um problema estrutural, cuja solução não depende apenas do GDF, mas de planejamento e políticas de caráter nacional, destacando a reforma agrária e políticas de desenvolvimento regional.

Mas, dado o encarecimento dos imóveis na capital devido aos fatores levantados anteriormente, o principal resultado de seu contínuo crescimento migratório tem sido a proliferação de invasões no DF e de loteamentos no chamado Entorno do DF. A população residente nestes assentamentos enfrenta problemas quanto ao reconhecimento de sua cidadania.

No caso da população das invasões, não se trata apenas de sua privação efetiva de direitos fundamentais do cidadão (moradia, saúde), dada a desassistência a que estão relegados estes assentamentos quanto a serviços urbanos essenciais a cargo do Estado (coleta de lixo, abastecimento de água, saneamento básico, etc.); mas, igualmente, da constante ameaça ao seu direito de "ir e vir" (v. nota anterior). Tal ameaça materializou-se em grande escala recentemente, na campanha "Retorno com Dignidade", desenvolvida pela Secretaria de Serviço Social do GDF sob o governo Aparecido. A campanha consistia em cortar qualquer tipo de assistência aos migrantes de baixa extração social que pretendiam estabelecer-se no DF, prestando-lhes auxílio para retornarem aos locais de origem ou, procurando assentá-los fora dos limites do DF (é o caso dos antigos moradores da invasão da SQN 110, que foram

transferidos para Planaltina de Goiás). O "caráter expulsivo" desta campanha seria denunciado pela imprensa local e mesmo nacional, gerando polêmicas dentro do próprio GDF ("Lopes não aceita posição de Guy sobre campanha" - CB: 11/02/88).

Quanto aos moradores dos loteamentos do Entorno, se a sua situação enquanto cidadãos não é mais difícil que a dos "invasores", ela é sem dúvida mais complicada. Trata-se de uma população que, residindo fora do DF, trabalha e realiza seu consumo de equipamentos e serviços coletivos em Brasília. Embora contribuam com o pagamento de IPTU para os municípios em cujos distritos estão situados, tais loteamentos não contam com a mínima assistência das respectivas prefeituras, permanecendo carentes no que tange a serviços de saúde, educação, transporte coletivo, policiamento e infra-estrutura. Unidos em torno da Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB), desde 1984, os prefeitos das doze cidades que formam a região do Entorno de Brasília alegam que a responsabilidade por esta situação deve ser dividida com o GDF, que, por sua vez, considera necessário reparti-la com o governo dos Estados de Goiás e Minas Gerais (28). Já os moradores, mesmo em face de enormes dificuldades para se organizarem, eles têm procurado unir-se em torno de associações e movimentos reivindicativos. O principal deles surgiu em Luziânia, o município do Entorno onde tem sido mais intenso o processo de criação de novos loteamentos (v. Oliveira, 1980). Os moradores dos loteamentos Novo Gama, Valparaíso, e Cidade Ocidental, localizados na área deste município, através de militância partidária no PMDB local, conseguiram que a Câmara de Vereadores convocasse um plebiscito para o dia 15 de novembro de 1987 no qual seria decidido por eles o seu eventual desmembramento de Luziânia. Embora

tenha sido majoritária na votação, a proposta que implicaria na transformação destes loteamentos em três novos municípios não passou devido a falta de quorum. Não obstante a derrota e as dificuldades econômicas do loteamento, a Associação de Moradores de Valparaíso tentaria, sem sucesso, organizar um segundo plebiscito no ano seguinte.

Tendo visto acima a repercussão do crescimento migratório e da metropolização da capital sobre a cidadania de alguns segmentos sociais, voltemos à discussão de como enfrentar as dificuldades socioeconômicas geradas neste processo, avaliando as possibilidades da industrialização do DF (29). Esta questão encontra-se hoje, mais do que nunca, no horizonte da sociedade civil da capital. Apesar do clima favorável, são feitas muitas ressalvas ao desenvolvimento industrial do DF, cuja discussão apresentou diversas nuances entre os entrevistados.

O candidato a Senador Constituinte pelo PT considerou a industrialização da capital um processo "inevitável", que não carece de incentivos, e cujos benefícios para o emprego são "no mínimo, duvidosos"; pois, "o objetivo da mecanização industrial numa sociedade capitalista, além do aumento da produtividade, é a redução da mão de obra". O candidato do PTB, por sua vez, considerou que a implantação de indústrias não poluentes deve ser vista como uma alternativa "relevante, porém secundária" como fonte geradora de empregos no DF, atribuindo melhores resultados e maiores benefícios potenciais à implantação de grandes projetos agropecuários na área rural. Todos os demais entrevistados, incluindo os sindicalistas, consideraram a industrialização como a principal alternativa para a ampliação das oportunidades de emprego na capital. Todavia, com exceção dos candidatos do PFL e do

PDS, eles propõem que a industrialização do DF seja limitada à implantação de indústrias não poluentes. Finalmente, alguns candidatos lembraram a necessidade de que esta implantação seja descentralizada (Doyle, Tolentino e Cury).

Mas, o principal segmento social engajado na industrialização do DF é naturalmente o empresariado, que vem pressionando o GDF de diversas maneiras e através de entidades distintas. No dia 2 de outubro de 1984, o Núcleo de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio de Brasília entregou um documento de 54 páginas - "Subsídios a um Política Industrial para o DF" - ao Secretário da Agricultura e Produção do GDF, sugerindo a canalização de incentivos (fiscais, creditícios, fundiários e de infra-estrutura) preferencialmente para as indústrias de informática, confecção e alimentos, por suas características não poluentes e de absorção de mão-de-obra. A criação de uma Secretaria de Indústria e Comércio foi uma das principais sugestões do documento, tida como o maior anseio da iniciativa privada do DF. O governo Aparecido atendeu ao setor, criando a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Esta secretaria abriu um canal de diálogo entre os empresários do setor industrial da capital e o GDF. Sob o governo de Joaquim Roriz, a secretaria anuncia a criação de um Programa de Desenvolvimento Industrial do DF (PROIN), cuja implantação passaria a ser cobrada insistentemente pela Associação Comercial e Industrial de Taguatinga através da mídia local. O PROIN, que ainda está em fase de regulamentação, vem sendo discutido com os empresários através de diversas entidades representativas da classe, e prevê a criação de vários setores industriais nas imediações das cidades satélites.

E preciso considerar ainda que o desenvolvimento industrial do DF, pelo dinamismo econômico do setor secundário em termos de renda e emprego ("cada novo emprego no setor secundário gera aproximadamente 3 novos empregos no terciário" - Cordeiro e Kohlsdorf, 1985:225), está ligado indiretamente à possibilidade de sua plena autonomia política, uma vez que um dos principais argumentos contra a representação política em Brasília sempre foi a sua dependência econômica em relação à União. Parcialmente consagrada a autonomia política do DF na nova Constituição, o mesmo argumento é agora invocado para justificar a ausência de uma representação política local para as cidades satélites, independentemente de sua municipalização. Trata-se de um argumento que não se restringe aos donos do poder na capital, pois evidenciou-se até mesmo no depoimento de um dos sindicalistas entrevistados por nós: o presidente do Sindicato dos Bancários mostrou-se favorável à municipalização das cidades satélites desde que lhes sejam fornecidas "condições concretas para sua autonomia econômica".

Contudo, a questão da dependência econômica do DF em relação à União não deve ser vista de maneira simplista. Em primeiro lugar, pode-se argumentar que, ao abrigar a sede do Governo Federal, Brasília presta serviços especiais para o restante da nação (30). Além disso, conforme afirma em sua entrevista o candidato a Deputado Constituinte Fernando Tolentino, "a dependência da União é uma realidade fotográfica, como a fixação de uma imagem num momento específico da história da cidade". Trata-se de uma dependência forjada pelo Governo Federal, que desestimula o desenvolvimento industrial da capital. Segundo o candidato, bastaria "soltar as rédeas" de Brasília para que ela se tornasse não só independente, mas, inclusive, uma das mais desenvolvidas unida-

des da Federação, já que o DF "caracteriza um mercado para produtos manufaturados dos mais invejáveis do país": apesar de tratar-se provavelmente da unidade da Federação com "maior consumo *per capita* de material de escritório", observa Tolentino, não existem no DF indústrias ligadas ao setor, sendo tudo importado; a presença de uma significativa camada social de alta renda propiciaria o desenvolvimento (inexistente) de uma próspera indústria de confecções ou cosméticos; finalmente, a indústria de Brasília poderia aproveitar-se da vantagem relativa da maior proximidade dos mercados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, produzindo muitos dos produtos que hoje elas importam de São Paulo. Finalmente, o candidato lembra ainda que o DF conta com uma mão-de-obra relativamente qualificada, pois possui um dos melhores índices de escolarização do país (no que tange à quadros de formação universitária, ele acrescenta que, segundo dados divulgados pela UnB, Brasília apresenta um saldo negativo em relação à importação/exportação de pessoal de nível superior).

No projeto do candidato referido acima, a gradativa emancipação econômica do Distrito Federal seria precedida de sua plena autonomia política, uma vez que seria transformado no Estado de Brasília. Este, segundo o candidato, deveria gozar da mesma prerrogativa que tiveram os territórios do Acre e de Rondônia quando da sua transformação em Estados: sua manutenção pela União garantida por lei durante um período de dez anos. Aliás, podemos recordar que, ao determinar a transformação dos Territórios Federais do Amapá e de Roraima em Estados no capítulo das "Disposições Transitórias", a Constituição atual estabelece não apenas que sejam aplicadas nesta transformação as mesmas normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia (parágrafo 2),

como também, que os referidos territórios serão beneficiados pela transferência de recursos da União enquanto não for concretizada a sua moção em Estados (parágrafo 4).

Seja pelo agravamento cumulativo dos problemas socio-económicos impulsionados pela metropolização, seja pela pressão da sociedade civil cada vez mais organizada ou, finalmente, pela emergência de um governo distrital (e mesmo federal) nascido do voto, é provável que assistiremos a um afrouxamento na regulação estatal da economia do DF nos próximos anos. Dada a preocupação ambiental em voga em âmbito local e nacional, e os interesses estratégicos do aparelho de Estado central na capital federal, isto não deve implicar na industrialização desenfreada do DF. Ao contrário, espera-se que haja um processo seletivo e espacialmente descentralizado de implantação de indústrias na capital, valorizando não apenas as preocupações ambientais, como também, o seu potencial de absorção de mão de obra.

Finalmente, a argumentação levada a cabo neste capítulo indica que tanto a atuação do Estado como as injunções do mercado capitalista produziram uma estratificação de fato da cidadania do brasiliense (lato senso), criando quatro tipos distintos e hierarquizados de cidadãos, conforme o local de sua residência: o cidadão do Plano Piloto; o cidadão das cidades satélites; o cidadão das invasões; e, o dos loteamentos do Entorno. Tratando-se de uma situação contraditória em relação à cidadania, impõe-se uma reorientação socio-espacial dos investimentos públicos do GDF, além de ações intergovernamentais de caráter regional não apenas no sentido de um melhor atendimento às necessidades de equipamentos e serviços da periferia (incluindo o Entorno), como também, de um maior adensamento do tecido urbano da capital.

NOTAS

- (01) De fato, com o desenvolvimento do chamado capitalismo monopolista de Estado, após a Segunda Guerra Mundial, a lógica do mercado deixou de dominar diretamente a organização espacial das sociedades industrializadas. Economias de aglomeração e a socialização do consumo colocaram a cidade no centro da vida econômica destas sociedades, fazendo do Estado o principal responsável pela reprodução simples e ampliada das condições gerais da produção. Nestas incluem-se a provisão de equipamentos e meios de consumo coletivo para reprodução da força de trabalho urbana (socialmente inviável e pouco lucrativa para ser suprida pelo mercado), assim como, investimentos em infra-estrutura produtiva (energia, estradas, etc). A este destacado papel econômico, soma-se o papel político do Estado como instância reguladora das tensões sociais que permite a limitação e regulamentação de um certo número de conflitos tolerados e toleráveis e, possibilita os meios para atingir compromissos diversos entre as forças sociais (Ledrut, 1981). Neste sentido, pode-se dizer que a regulação estatal, seja política ou econômica, é um fenômeno onipresente nas sociedades industrializadas contemporâneas. Daí termos caracterizado a economia do DF como "super-regulada", para destacar o reforço que a regulação estatal recebe na situação peculiar da capital planejada no contexto de um Estado hipertrofiado e de uma sociedade sem tradição democrática enraizada.
- (02) Compilando dados dos censos demográficos de 1970 e 1980, Holston (1986:203) mostra a discrepância da economia terciária do DF em relação ao Brasil: enquanto na capital o setor terciário era responsável por 71% do pessoal ocupado em 1970 e 80% em 1980, a contribuição do mesmo para a PEA nacional correspondia a 38% e 46%, respectivamente. Ou seja, enquanto o setor terciário é responsável por mais de dois terços do pessoal ocupado no DF, sua contribuição é inferior à metade da PEA a nível nacional.
- (03) Dados do GEIPOT compilados por Holston (1986:212) indicavam que a tarifa média dos ônibus em Brasília em novembro de 1985 correspondia a aproximadamente o dobro da média equivalente no Rio de Janeiro. Longe de ter sido resolvido, o problema parece ter se agravado desde então; pois, segundo dados levantados pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, o preço das passagens de ônibus na capital aumentou 3.840% nos dezoito meses que vão de janeiro de 1987 a junho de 1988. Estes dados foram exibidos pela cidade em cartazes confeccionados pelo sindicato, numa campanha contra o aumento de tarifas desenvolvida no ano passado (1988).
- (04) Para garantir o equilíbrio financeiro das empresas particulares que atuam no setor, o governo Aparecido decidiu seguir o exemplo de Curitiba e de outras metrópoles nacionais, adotando o sistema de "caixa único", pelo qual as empresas concessionárias, algumas operando com linhas deficitárias (segundo alegam os empresários) repartem entre si o lucro total do sistema. O caixa único funciona conforme o custo do quilômetro rodado, calculado a partir dos resultados de uma planilha técnica de custos elaborada por auditoria independente. O valor repassado às empresas inclui um percentual de lucratividade fixado em torno de 12%, segundo dados do DTU.

- (05) Todavia, o sistema da SHIS, órgão sucessor da antiga SHEB (Soc. de Habitações Econômicas de Brasília), padeceu desde o início de falhas de concepção. Embora fosse destinado à população de renda inferior a 2,5 salários mínimos, o programa da SHIS deveria ser autofinanciado. Além disso, a SHIS proíbe o uso comercial das casas que distribui, impedindo a população pobre beneficiada de valer-se de uma de suas principais alternativas para melhoria da renda familiar: a transformação dos "barracos" em "vendas", tradicionalmente praticada pelos favelados deste país.
- (06) No que tange ao saneamento básico, p. ex., dados do PEOT (1977) indicavam que o Plano Piloto possuía 90% de sua área atendida por rede de esgotos, seguido por Sobradinho, com 66% ; Núcleo Bandeirante, com 30% ; Gama, com 25%, Planaltina e Taguatinga, com 20%; Ceilândia, com 10% ; e, Brazlândia, sem rede. Quanto a água potável, o Plano Piloto dispunha de 85% de toda a capacidade distribuída do DF em 1976 (dados compilados por Gonzales, 1985: 86-87). Neste contexto, as cidades satélites permanecem mal assistidas não apenas de infra-estrutura, mas igualmente, de equipamentos sociais. Na tocante à saúde, p. ex., Taguatinga e Ceilândia dispõem de apenas 24% dos leitos hospitalares do DF, embora abriguem 42% de sua população (Heuzé, 1986:439).
- (07) A lei 2.874 de novembro de 1956 define assim os objetivos da NOVACAP: "
- planejar e realizar a localização, a urbanização e a construção da futura capital;
 - adquirir, alienar e explorar os imóveis do novo Distrito Federal;
 - os lotes são indivisíveis e propriedade do Estado, e não podem ser readquiridos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado" (citado in Heuzé, 1986:433).
- (08) As avaliações do controle da TERRACAP sobre as terras do DF não são precisas, uma vez que existem grandes parcelas territoriais em litígio: encontram-se referências que situam o percentual do governo um pouco acima ou um pouco abaixo dos 60% mencionados. Também é bastante elevado o número dos "loteamentos clandestinos", cujas irregularidades foram amplamente noticiadas na imprensa local entre agosto e outubro de 1985 (v. "São 64 os loteamentos suspeitos" - CB 19/10/85).
- (09) Além dos setores de mansões situados na proximidade das áreas adjacentes ao Plano Piloto (MUDB, Park Way) a TERRACAP tem favorecido, lamentavelmente, a expansão destes setores no perímetro das próprias cidades satélites. É o caso de Samambaia, onde foi criado o setor de mansões reivindicado pelos empresários de Taguatinga (cf. "Ricos de Taguatinga contra mansão em Samambaia", CB 3/10/84 ; e , "Samambaia, paraíso imobiliário", JBr 8/11/84).
- (10) Segundo pesquisa sobre vazios urbanos patrocinada pelo BNH, cobrindo dezenove cidades grandes brasileiras, seria possível dobrar o número de habitações sem ampliar o perímetro urbano na maioria delas; enquanto nas regiões metropolitanas do Recife e de Curitiba o total de domicílios poderia ser multiplicado por 7 ! (citado pelo então Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Dennys Schwartz, no Correio Braziliense de 18/08/86).
- (11) O governo Aparecido tomou a louvável iniciativa de implantação de um projeto modelo de reforma agrária, através do sistema de "com-

binados agro-urbanos", nas Granjas do Ipê e do Riacho Fundo, cobrindo uma área de aproximadamente 4,5 mil hectares para assentamento de cerca de quinhentas famílias selecionadas entre milhares de inscritos. De acordo com o projeto, além de uma casa em núcleo residencial dotado de infraestrutura urbana e social (água, energia, escola, posto de saúde, centro de lazer e central de abastecimento), com um hectare de quintal para horta caseira e pequena criação, cada família receberá três hectares para cultura irrigada e mais seis para cultura de sequeiro, totalizando dez hectares.

- (12) O contrato firmado entre o GDF e as entidades beneficiadas estabelecia que os lotes seriam cedidos em regime de comodato, sendo que, após dez anos de uso, elas adquiririam a posse definitiva dos mesmos. Segundo a explicação do presidente da associação dos servidores da TERRACAP, Dubs Deça Coelho, a operação foi irregular porque: 1) a TERRACAP não cedeu os imóveis ao GDF, como devia, através de sua assembléia de acionistas (na qual o GDF é majoritário) para, depois de inseridos no seu patrimônio, ele dispor dos lotes dentro do que a lei estabelece; 2) a legislação vigente não permite este tipo de concessão a entidades privadas, mas somente à União e aos Órgãos do GDF. Ainda segundo Dubs Coelho, durante toda a existência da TERRACAP, "nunca houve caso semelhante de comodato em massa, podendo configurar-se posteriormente numa doação definitiva ..."; pois, a companhia sempre vendeu lotes a entidades tidas como sem fins lucrativos a preços 40% abaixo do valor de mercado, "mas nunca os cedeu gratuitamente" (CB 10/02/88).
- (13) Segundo o candidato a deputado constituinte Fernando Tolentino (PMDB-PCdoB) entrevistado por nós em plena campanha, 157 órgãos do Governo Federal ainda mantêm a sua sede no Rio de Janeiro. O candidato defendia a transferência gradativa destes órgãos para Brasília, como um meio para geração de novos empregos diretos e indiretos.
- (14) A venda compulsória das residências dos IAPs surgiu no bojo de uma crise financeira do sistema previdenciário tripartite (Governo Federal, empregadores e empregados) que existia desde 1934: quando Juscelino Kubitschek assumiu a presidência, o governo devia cr\$ 2,5 bilhões ao sistema. O presidente fez um "negócio" curioso com os institutos de previdência: pagaria a dívida do governo desde que eles construíssem em Brasília as unidades residenciais necessárias à transferência do Governo Federal para a sua nova sede (Holston, 1986:338).
- (15) Deste total, 8.577 residências funcionais situam-se no Plano Piloto. Dos 2.149 apartamentos funcionais restantes, 1.647 estão no Cruzeiro; 257 no Guará; 192 nas Áreas Octogonais Sul (AOS); e, 53 em Taguatinga. A maior parte destes imóveis, 7.811 unidades, constitui-se de apartamentos de três quartos; seguida pelos 1.461 de quatro quartos (inclui 39 casas luxuosas no Lago Sul); 192 de dois quartos (concentrados na AOS); e, 56 apartamentos de um quarto (CB - 18/05/86).
- (16) Em entrevista para o Correio Brasiliense (18/05/86), o empresário Wigberto Tartuci narra um episódio que ilustra como é baixa oferta de imóveis no Plano Piloto em relação a uma demanda desproporcionalmente grande. Há muitos anos era quase insignificante a

oferta de imóveis residenciais novos para venda na área do Plano Piloto, quando a construtora ENCOL lançou no mercado os apartamentos das SQN's 309 e 310. Neste contexto, 20% do empreendimento foi vendido em apenas algumas horas no dia do seu lançamento! Segundo avaliação do empresário, cerca de 25% dos primeiros compradores seriam investidores em potencial.

- (17) No que tange a protestos contra a qualidade da comida servida nos acampamentos, o mais famoso deles resultou num triste acontecimento que marcou a memória dos pioneiros da construção: o metralhamento de dezenas de operários na semana do carnaval de 1959 pela Guarda Especial de Brasília (GEB) num episódio que ficou conhecido como a "chacina da Pacheco Fernandes", ocorrida no acampamento desta construtora. Neste dia, o recorrente protesto dos trabalhadores estava especialmente ruidoso, e os chefes do acampamento solicitaram o envio de homens da GEB para abafar a algazarra. O reduzido grupo que chegou inicialmente foi surrado e afugentado pelos operários. À noite, já recolhidos em seu alojamento, um batalhão da GEB chegou de caminhão e metralhou os operários sumariamente e sem ordem superior. "Ninguém contesta que foram necessários caminhões para carregar os cadáveres, enterrados numa vala aberta às pressas por tratores, longe da cidade" (Joffily, 1977:53-54). Criada juntamente com a NOVACAP, a GEB funcionou como um grupo paramilitar, composto de cerca de trezentos homens, cuja atuação caracterizou-se por ações violentas, abuso de autoridade, extorsões e subornos. "Tais ações foram comprovadas em inquérito mandado instaurar pelo Ministério da Justiça, que não foi devidamente encaminhado porque o escrivão do mesmo foi assassinado no próprio gabinete do Chefe de Polícia, por um dos comissários implicados" (ibidem). Temendo os abusos da GEB, a maioria das construtoras mantinha disfarçadamente seus próprios quadros de segurança nos canteiros de obras (ibid.).
- (18) Segundo dados do 1 Recenseamento de Brasília, realizado em julho de 1957 pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Goiás, a Cidade Livre congregava então 93 estabelecimentos comerciais, 10 unidades industriais, 4 agências bancárias, um mercado, 2 escolas primárias, 1 igreja, um semanário (Hora de Brasília), 1 cinema, 1 consultório médico, e 3 dentistas (Bicalho, 1983:34). Joffily (1977) apresenta dados sobre a situação da cidade em 1959, revelando um notável crescimento da rede de comércio e serviços: 2 cultos evangélicos, 6 escolas, 8 agências bancárias, 7 companhias de aviação, estação rodoviária, correio, 2 cinemas, 25 farmácias, 27 armazéns, 30 hotéis, 35 pensões, 45 restaurantes, 2 salões de bilhar, hospital, 25 consultórios médicos e 40 dentários, 30 bancas de advocacia, 7 postos de gasolina, 50 oficinas mecânicas, etc. Ao todo mais de 1.000 casas comerciais ou postos de atividade profissionais" (p. 51).
- (19) Segundo Holston (1986:344), as famílias da "elite" da NOVACAP (pessoal administrativo, chefes de divisão, etc.) levaram a cabo uma "invasão oficial" das quinhentas casas geminadas construídas pela Fundação da Casa Popular entre as vias W3 e W4 sul, ocupando-as ilegítimamente numa "usurpação de direitos de transferência".
- (20) A questão de uma eventual importância estratégica do fortalecimento do movimento sindical em Brasília foi colocada para os dois

sindicalistas entrevistados na pesquisa, cujas respostas foram claramente positivas. Segundo Júnior, pres. do Sindicato dos Bancários, "a proximidade do poder permite planejar respostas mais imediatas às decisões governamentais lesivas aos interesses dos trabalhadores" além de facilitar "articulações para encaminhar lutas gerais, que não sejam meramente corporativas". No mesmo sentido, o pres. do SENALBA, Geraldo Bentes, afirma que "o fortalecimento do movimento sindical em Brasília é importante até como uma resposta que deve ser dada normalmente a este patrão maior que representa o Governo Federal", embora ele acrescente que "o grande carro-chefe, a vanguarda do movimento sindical brasileiro, sempre vai estar em São Paulo, o centro da economia deste país, responsável por cerca de 70% do nosso PIB". Afora o discurso, ambos os sindicalistas deram prova do valor estratégico das lutas nacionais em Brasília durante o processo constituinte: além de terem levado propostas do interesse geral dos trabalhadores às comissões temáticas (ambos fazem parte do DIAP), seus respectivos sindicatos engajaram-se na coleta de assinaturas para as chamadas "emendas populares" e acompanharam atentamente a conjuntura, com debates e boletins - para não dizer que o Sindicato dos Bancários trabalhou intensamente pela candidatura vitoriosa de Augusto de Carvalho (PCB), presidente da entidade por duas gestões consecutivas. Finalmente, ambos os sindicalistas ainda discutem a influência do caráter essencialmente terciário da economia do DF sobre o movimento sindical de Brasília: Júnior destacou a importância quantitativa do segmento dos funcionários públicos neste setor, lembrando que seu direito à sindicalização é uma conquista muito recente consagrada na nova Constituição (pela qual seu sindicato pode ampliar a categoria, com a filiação dos bancários do Banco Central); enquanto Geraldo, por sua vez, vê diferenças fundamentais entre o movimento sindical da "área de serviços" (mais inclinado a desenvolver um "sindicalismo paralelo dentro do movimento geral") e o da "área de produção" (tendencialmente voltado para a unificação da classe trabalhadora).

- (21) Destinado a abrigar o funcionalismo de baixa renda do GDF, o Guará surgiu a partir de um sistema de mutirão. O material de construção era doado pelo governo, que também cedia os terrenos, cujo pagamento seria efetuado a longo prazo em prestações adequadas ao salário de cada funcionário. O mutirão funcionava da seguinte maneira: homens e mulheres trocavam horas de trabalho na construção das casas dos outros pelo direito de adquirir a sua; cada hora de trabalho contava um ponto; os participantes recebiam a sua casa quando atingiam um determinado número de pontos acumulados. A enorme demanda por habitações no DF e a boa localização do Guará obrigariam o processo a tornar-se cada vez mais seletivo. Assim, as primeiras casas saíram para os inscritos que alcançaram um total de 300 pontos. Depois o total de pontos necessários para obter a casa própria subiu para 600, 800, até chegar a 1.100 antes que o programa tivesse completado um ano.
- (22) A Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia surgiu a partir de um movimento reivindicativo centrado na questão da posse da terra. Embora desde 1971 a TERRACAP houvesse elaborado um programa de venda dos lotes da recém-criada cidade satélite para aqueles que detinham um termo de ocupação por terem sido alvo do

programa de desfavelamento da CEI, até 1979 quase nada havia sido feito no sentido da regularização da posse dos terrenos. Quando, neste ano, a TERRACAP convoca os moradores para iniciar a regularização dos lotes, os moradores de Ceilândia mobilizam-se contra as condições que estavam sendo impostas em termos de preços e prazos de pagamento das áreas ocupadas. Além de abaixo-assinados e passeatas, os moradores formam uma comissão que daria origem à associação fundada em 1980. Para se ter uma idéia de sua "combatividade", observe-se, que apenas cinco anos depois de criada a Associação dos Incansáveis já havia ganho 480 ações judiciais contra a TERRACAP (CB - 6/04/85). Entretanto, não se pode esquecer que, antes da fundação da associação, a cidade satélite já vinha sendo palco de diversas experiências associativas gerenciadas pelo Estado ou por programas de desenvolvimento e assistência comunitária patrocinados por associações religiosas e de beneficência. Uma abordagem comparativa da experiência dos incansáveis cotejada com movimentos de moradores de outros Estados pode ser encontrada em Boschi e Valadares (1983).

(23) A falta de representatividade de grande parte das associações de moradores e sua desunião podem ser exemplificadas aludindo-se à experiência de algumas lideranças e entidades do "movimento comunitário". No que tange à desunião, até agora, houve três tentativas frustradas de organizar uma entidade federativa das associações de moradores do DF. Numa das mais polêmicas, foi criada a Assembléia Comunitária do DF e Região Geoeconômica de Brasília em agosto de 1983, que chegou a congregar mais de trinta associações de moradores e durou até o final de 1985. Patrocinada pelo deputado Múcio Athayde (PMDB/RO), que teve sua candidatura a deputado constituinte pelo DF impugnada em 1986 por abuso do poder econômico, a entidade assentava-se sobre uma organização autoritária de "deputados comunitários" indicados pela diretoria da Assembléia, e foi devidamente acusada na imprensa local de oportunismo e manipulação das associações de moradores com fins eleitoreiros. Alguns meses antes da dissolução definitiva desta entidade, no dia 15 de junho de 1985, fundou-se uma Federação das Associações de Moradores do DF e Região Geoeconômica congregando onze entidades (CB 18/06/86), cuja atuação tem sido pouco expressiva e relativamente desconhecida. A Associação de Moradores da Asa Norte (AMAN) é outra entidade de discutível representatividade, conforme se depreende das declarações de seu próprio presidente, entrevistado por nós. Segundo ele, a entidade teve que ser criada "precipitadamente", para evitar que outro grupo "oportunista" a criasse primeiro.

(24) Neste ponto é necessário estabelecer uma distinção entre o movimento das associações de moradores das cidades satélites, dos loteamentos periféricos e das invasões, de um lado, e o movimento dos moradores das superquadras em torno da criação de "mini-prefeituras", de outro. Como bem destacou o presidente da AMAN na entrevista que nos concedeu, trata-se de movimentos bem diferentes: "as miniprefeituras são órgãos administrativos, voltados para a melhoria de serviços já existentes, enquanto as associações de moradores são entidades de luta política para conquistar direitos mínimos". Mesmo assim, ele vê a possibilidade de uma união entre ambos no contexto da Asa Norte ("uma espécie de 'Reino Uni-

do sob o comando da AMAN..."), destacando que os objetivos de sua entidade vão além da esfera administrativa, uma vez que procura lutar em prol dos direitos sociais da população das invasões localizadas na área. De fato, o que está por trás do movimento de criação de mini-prefeituras, iniciado em 1977 na 303 sul (território semi-exclusivo de funcionários do Banco do Brasil), não são realmente preocupações ligadas aos valores básicos da cidadania, mas, demandas e um discurso típicos da classe média: sob o argumento da necessidade de uma contraprestação de serviços por parte Estado proporcional à arrecadação gerada nas superquadras reivindica-se junto ao GDF maiores cuidados quanto à iluminação, o ajardinamento e a urbanização das quadras, e, principalmente, criação de um esquema de segurança para elas (chegou-se a propor a transformação de quadras e de conjuntos residenciais do Lago Sul em condomínios fechados, com vigilância privada) - cf. debate com "prefeitos" no CB: 15/08/83). Acrescente-se que o movimento das prefeituras de quadras conta com a simpatia do GDF, uma vez que elas podem colaborar na gestão administrativa do Plano Piloto que, juntamente com o restante da RA1, não conta com uma administração regional própria. Neste sentido, o governo Aparecido criou pelo decreto n. 9.412, de 21 de abril de 1986 a Assessoria de Apoio às Associações de Moradores do Plano Piloto (AMPLA), que tem se empenhado na promoção de encontros entre síndicos e "prefeitos" numa tentativa de formar novas entidades deste tipo congregadas em torno de um Conselho de Prefeitos sob coordenação da mesma. Tal intenção chegou a ser questionada por alguns dos "prefeitos", mas a maioria deles viu na iniciativa do GDF o atendimento de uma de suas principais reivindicações ("AMPLA reúne síndicos em abril" CB - 15/11/87).

- (25) A taxa anual de crescimento demográfico do DF, que em 1960 chegava a 109,89 %, tem apresentado uma tendência de queda permanente desde então, devida basicamente ao declínio relativo do crescimento migratório. Mesmo assim, entre 1961 e 1970, 63,3% do crescimento populacional do DF deveu-se à imigração, ficando os 36,7% restantes por conta do crescimento vegetativo. Comparando as décadas de 60 e 70, verifica-se que a média da taxa anual de crescimento demográfico do DF correspondente aos dois períodos caiu de 14,4% para 8,15%, respectivamente. Mesmo não dispondo de dados precisos a este respeito, é lícito supor que esta queda se deva ao declínio da taxa de crescimento migratório. A despeito da desaceleração do último, a imigração ainda possui um peso muito grande sobre a taxa anual de crescimento populacional da capital: atualmente (1986) ela se encontra em 5,2%, um valor situado acima do dobro da taxa correspondente para o país como um todo, equivalente a 2,4% (Albuquerque e Carneiro, 1987:82).
- (26) A Fundação do Serviço Social desenvolve um importante trabalho neste sentido, através do Serviço de Migração e Trabalho, cujas diretrizes envolveriam basicamente duas linhas de ação: programas destinados à radicação da população migrante que chega ao DF; e, programas voltados para a reorientação do fluxo migratório que se dirige à capital. Na primeira linha, a FSS conta com três Centrais de Triagem, Ronda e Atendimento a Migrantes (CETRAMI's) no DF que fornecem orientação, assistência jurídica, auxílios (seja para ficar ou voltar), e atendimento de emergência (cada CETRAMI

conta com dormitórios de 150 vagas) aos recém-chegados. Na segunda, a FSS propunha a criação de Centros de Triagem e Treinamento de Migrantes (CETTREMIS) em pontos estratégicos que constituem "etapas para Brasília", onde os migrantes de extração social inferior seriam dotados de alguma qualificação profissional e orientados em relação às possibilidades de emprego no mercado de trabalho regional. Neste sentido, a FSS firmou convênio com as prefeituras de Anápolis e Luziânia para a implantação de postos de triagem e encaminhamento de migrantes nestes municípios. Mas o plano da FSS de criar CETTREMI's em toda a área de influência de Brasília, não obteve apoio material e institucional suficiente para entrar em operação. Hoje, além da assistência aos migrantes desenvolvida nos CETRAMI's, a atuação da FSS neste setor tem se restringido a um trabalho de controle social das invasões (levantamento das condições sociais gerais destes assentamentos; diálogo e negociação com as associações de moradores dos mesmos, visando obter seu apoio para os programas de remoção ou fixação desenvolvidos pelo GDF; etc.).

(27) Segundo declarações do ex-prefeito de Luziânia em encontro da AMAB no dia 8 de fevereiro de 1985, as cidades do Entorno, relegadas à condição de cidades-dormitório, não podem arcar sozinhas com todos os investimentos em infra-estrutura para oferecer saúde, educação, transporte e saneamento àqueles que trabalham em Brasília e só vivem nas cidades vizinhas por falta de condições para morar na Capital Federal: "se Brasília não abriga a sua força de trabalho, nada mais justo do que dividir a responsabilidade com aquelas cidades que acolhem os migrantes" ("Novo Governo do DF preocupa Entorno" - CB, 9/02/85). Visando repartir as responsabilidades administrativas por esta situação, no final de 1984 o GDF, os governos dos Estados de Goiás e Minas Gerais e a AMAB firmaram um Protocolo de Intenções para disciplinar investimentos e a gestão de recursos públicos na região. Atualmente o GDF já presta serviços de policiamento e de telefonia (postos da Telebrasil) para o Entorno.

(28) Tais preocupações, entretanto, não isentam o governo da necessidade de investir neste setor. Neste sentido, até mesmo um candidato de formação e ideário liberais como Pitanga Seixas (PDS), para quem o papel do governo em relação à moradia popular é apenas estimular a iniciativa privada ligada à construção civil (venda das projeções em seu poder, criação de linhas de crédito especiais, incentivos à adoção de tecnologias de baixo custo, etc.), bem como, dotar as áreas residenciais populares de infra-estrutura técnica e social, opõe-se fervorosamente ao argumento de que os investimentos neste setor realimentam o fluxo imigratório: "Trata-se de um argumento absurdo. Não se pode pensar que a solução para o problema migratório seja descuidar da periferia das cidades de tal maneira que elas se tornem verdadeiros purgatórios que desestimulem a vinda das pessoas para os grandes centros. Isto significa coibir uma das liberdades mais fundamentais do cidadão que é a do ir e vir..." Nessa questão da moradia popular, além das soluções liberais propostas por este candidato, juntamente com os candidatos do PMDB e PFL, os demais levantaram propostas de caráter redistributivo, como a cessão ou venda a "preços simbólicos" dos lotes aos atuais ocupantes na área das

invasões paralelamente a projetos para a sua urbanização.

- (29) É necessário esclarecer o que se entende por "industrialização do DF", uma vez que Brasília já conta com um "Setor de Indústrias e Abastecimento" e mesmo com uma Federação de Indústrias de Brasília. Trata-se de uma força de expressão que se justifica pela incipiência do setor secundário na capital. Segundo dados do Núcleo de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio de Brasília, o DF contava com 1.309 estabelecimentos industriais em 1984. Todavia, cerca de 62% destes constituíam microempresas com até 10 empregados que, frequentemente, se confundiam com empresas de prestação de serviços ou comerciais. Afora isto, a maior parte das indústrias do DF está ligada ao setor de construção civil (serrarias, olarias, fábricas de cimento, etc.) ou ao consumo do governo (especialmente indústrias gráficas). Neste caso, "industrialização do DF" significa a adoção de medidas que impliquem num efetivo impulso de desenvolvimento industrial.
- (30) Para o candidato do PCdoB coligado ao PMDB, "o que existe entre o GDF e o Governo Federal é uma troca de serviços, e não uma relação de dependência." Tolentino exemplifica seu argumento: "se o Governo Federal solicita ao governo do Estado de Goiás ou da Paraíba um funcionário para trabalhar no DF, estes Estados podem ou não cedê-lo; já o GDF não tem este direito: se for para a Presidência da República e órgãos vinculados, ele é obrigado a ceder os funcionários requisitados, pagando todos os salários e vantagens e, mantendo-os nos eventuais cargos de confiança". Ele ainda acrescenta que a manutenção do Governo Federal em Brasília custa muito caro ao erário local, pois as áreas da Esplanada dos Ministérios, os Setores de Embaixadas e o SMU são as melhor atendidas em termos de serviços públicos como limpeza, policiamento e, sobretudo, iluminação. Contudo, dada a proporção majoritária de recursos da União nas despesas correntes do GDF (v. pp. 266-67), a última observação do candidato é certamente equivocada.

VI

O ROSTO SEM FACE

No capítulo anterior focalizou-se o desenvolvimento da sociedade civil de Brasília e a luta pela cidadania de alguns de seus segmentos, tomando-se por base as contradições socio-espaciais de uma economia de mercado super-regulada, responsáveis pela diferenciação e hierarquização social dos "cidadãos da capital". Todavia, sendo a sociedade civil uma rede mais ou menos articulada de agrupamentos sociais formalmente organizados para participar da vida pública e influir sobre as ações do Estado, seu desenvolvimento não pode ser visto como uma mera decorrência dos fatores socio-econômicos mais diretamente responsáveis pela diferenciação e a hierarquização social destes agrupamentos.

Recordando as lições do primeiro capítulo, a formação de um agrupamento social propriamente dito fundamenta-se em traços culturais (concepções de mundo, representações da ordem social, valores, signos, etc.) partilhados pelos membros: são estes elementos que conferem ao grupo uma identidade que garante a coesão e a permanência de suas práticas coletivas. O mesmo também é válido para a formação de "blocos de agrupamentos", como é o caso da sociedade civil e de diversos tipos de "agrupamentos compostos", cuja identidade ampliada deve ser construída em torno de signos e significações de alta expressão coletiva, quantitativa e qualitativamente falando, para suplantar a concorrência interna das identidades e lealdades peculiares aos sub-agrupamentos que os constituem. No caso da sociedade civil, esta identidade alargada que lhe dá significado e expressão é o *status* de cidadania.

Estas observações gerais preliminares introduzem o problema central que se pretende investigar neste capítulo: a contribuição da produção e da política cultural desenvolvidas por diversos agentes sociais, dentro e fora do governo, para a construção da identidade dos brasilienses enquanto cidadãos do DF, cuja situação jurídico-institucional e administrativa é diferenciada do conjunto da Federação nacional. Cumpre observar, porém, que tanto a política quanto a produção cultural referentes ao DF inserem-se de maneira parcial e contraditória no seio desta problemática, uma vez que : 1) ambas veiculam valores éticos e estéticos, discursos e interesses de grupos sociais específicos que nem sempre situam-se ao nível da cidadania; e, 2) a formação da identidade cultural do brasiliense no plano da cidadania estaria em concorrência com outras identidades coletivas produzidas em seu nome pelos diferentes agentes sociais (incluindo indivíduos, grupos e instituições civis e estatais). Estas ressalvas indicam que questões aparentemente exteriores ao problema central investigado serão tangenciadas aqui.

1 - Quem é o Brasiliense? - Identidade Cultural e Identidade Política num contexto de ampla estratificação social

Na questão cultural, o que se destaca em Brasília não é um tipo específico de identidade coletiva alargada que, embora complexo e diferenciadamente representado, possa ser reconhecida enquanto tal entre os habitantes da capital; mas, ao contrário, as dificuldades que se interpõem no seu processo ainda incipiente de construção de uma identidade cultural própria. Neste sentido a antropóloga Mireya Suárez,

coordenadora de um grupo dedicado à preservação e difusão da "memória social" de Brasília, escrevia para o jornal alternativo *Parabelo* (Brasília, nov./83, n. 0): "os brasilienses carecem de elementos culturais que os vinculem entre si", o que "...impede o desencadeamento de amplas ações comunitárias." Para ela, a explicação desta carência apareceria no confronto entre o desenvolvimento peculiar da capital planejada e construída pelo Estado e o desenvolvimento "espontâneo" das cidades tradicionais.

Segundo a referida autora, nas grandes cidades tradicionais, normalmente desenvolvidas a partir de modestos aglomerados rurais, "a ação conjunta das famílias e dos grupos comunitários foi estabelecendo, ao longo do tempo, um código de comunicação amplamente partilhado que facilitou a conservação da identidade do cidadão-habitante e a ação coletiva quando a estrutura social tornou-se grandemente diferenciada". Assim, "ser paulistano, carioca, ou parisiense tornou-se uma identidade enraizada em significados culturais alargados além dos grupos específicos de classe, profissão, origem étnica e regional, etc.". "Sem passado rural e ainda sem gerações que se sucederam no tempo", prossegue ela, Brasília seria "uma cidade carente de códigos cognitivos alargados além dos grupos específicos". A ausência destes códigos juntamente com a "presença de uma diferenciação social típica das grandes metrópoles" funcionariam como um forte obstáculo à comunicação coletiva e ao desenvolvimento de símbolos que sirvam de base para construir a identidade do brasiliense: "com efeito, as pessoas desta cidade são menos brasilienses que do que cariocas, paulistas, mineiros, etc.."

As colocações transcritas acima situam corretamente o problema da identidade cultural dos brasilienses. Porém, elas são feitas em termos muito vagos. De fato os obstáculos à consolidação de uma identidade coletiva na qual os diferentes tipos de brasilienses se reconheçam mutuamente têm origem no tipo de desenvolvimento urbano da capital, induzido e planejado pelo Estado. Contudo, a maior dificuldade neste processo não é o fato de Brasília ser uma "cidade jovem", sem tradições locais, e cuja população constitui-se majoritariamente por pessoas provenientes de outros Estados, como se infere aparentemente das observações supracitadas: trata-se, antes, do perfil institucional peculiar ao DF, que não pode ser caracterizado como um Estado, do mesmo modo que não é possível, tampouco, caracterizar o Plano Piloto e as cidades satélites como municípios. É esta ambiguidade institucional, analisada no capítulo III, que obscurece a identificação dos diferentes brasilienses enquanto cidadãos do DF, sendo a noção de cidadania o principal "significado cultural alargado além dos grupos específicos" cujo desenvolvimento precário impediria o "desencadeamento de amplas ações comunitárias."

Afora suas consequências para a cidadania política (v. cap.III), esta ambiguidade juridico-institucional e administrativa do DF é costumeiramente vivenciada pelos brasilienses (lato senso) em diversas situações, sejam triviais ou de caráter excepcional. No último caso, o autor compartilhou um episódio ilustrativo no início de fevereiro de 1984, quando participava pela primeira vez de uma reunião do Comitê pró-Diretas de Brasília que, desde janeiro, vinha se reunindo na sede do Sindicato dos Professores do DF. Após horas de discussão, um dos participantes levantou uma questão bastante constrangedora àquela al-

tura da reunião: "Afim de contas, este 'Comitê pró-Diretas de Brasília' é do Plano Piloto ou do Distrito Federal?". Evitando olhares e comentários irritados, o participante apressou-se em esclarecer que no Sindicato dos Bancários, situado na mesma quadra (o Setor Comercial Sul), reunia-se naquele mesmo instante outro "Comitê pró-Diretas de Brasília" que se pretendia representativo de todo o DF!

Examinando-se a ambiguidade institucional de Brasília pelos reflexos que ela produz sobre o senso comum dos habitantes do DF, a relação entre o Plano Piloto e as cidades satélites aparece como o seu eixo principal. Na pesquisa, por exemplo, constatou-se uma grande dificuldade de caracterização do conjunto urbano de Brasília entre ativistas do movimento político partidário e sindical (Hélio Doyle e Geraldo Bentes, respectivamente) como também do movimento cultural (Néio Lúcio) que, durante seus respectivos depoimentos, levantaram uma mesma questão com termos variados e em momentos distintos da entrevista: as cidades satélites e o Plano Piloto (Brasília estrito senso) são cidades distintas do DF, ou "bairros" de uma única cidade (Brasília lato senso)? Outro exemplo menos "comprometido" é a constatação que a maioria dos nascidos nas cidades satélites identifica sua origem natal perante outrem, fora do DF, como sendo "de Brasília"; jamais "do Gama", "do Guará", "de Taguatinga", etc.. Porém, não se trata aqui da auto-identificação dos moradores das cidades satélites como cidadãos do DF; mas, antes, de sua precária identidade enquanto habitantes dos núcleos periféricos da Capital Federal.

Do ponto de vista dos moradores das cidades satélites, é preciso considerar que sua situação como habitantes os diferencia drasticamente do Plano Piloto, aproximando-os entre si. Assim, a construção de

sua identidade mais ampla enquanto cidadãos do DF, cujos direitos sociais seriam os mesmos dos habitantes do Plano Piloto, passa primeiro pelo questionamento desta diferenciação básica. E por intermédio dele que os moradores das cidades satélites constroem a sua identidade enquanto habitantes (U1), a partir da qual podem lutar pelo reconhecimento efetivo de sua cidadania mediante atendimento específico e diferenciado (leia-se redistributivo) no âmbito da política urbana .

A despeito do que foi dito acima, o fato de Brasília ser uma "cidade jovem" cuja população é formada majoritariamente por gente vinda de fora possui efeitos sobre o campo ideológico-cultural que decerto não podem ser descartados precipitadamente, como se discute no próximo item. Contudo, deve-se ponderar que o peso destes fatores tende a diluir-se ao longo do tempo. Atualmente, a primeira geração de brasilienses natos já é superior a qualquer outra colônia estadual estabelecida no DF, embora representem apenas 31,9% da população total (v. Tabela 13). Além disso, a maior parte da população imigrada já se encontra estabelecida no DF há bastante tempo: segundo sondagem de opinião realizada pela empresa *Vox Populi* no Plano Piloto e nas cidades satélites, 67% da população não natural de Brasília estaria domiciliada na capital há mais de 10 anos; sendo que, deste contingente, 46% declararam residir no DF há mais de 15 anos! Assim, pode-se dizer que Brasília vem perdendo aquele ar de "cidade de fronteira", transitório ponto de passagem na carreira de burocratas civis e militares, diplomatas, políticos e auxiliares, que não estabeleceriam qualquer vínculo social com a cidade.

Finalmente, o próprio espaço planejado segundo os cânones "racionalistas" e tecnocráticos do modernismo contribui para dificultar a

TABELA 13

População residente do Distrito Federal segundo naturalidade (1) por Unidade da Federação (1980)

Local de Nascimento (U.F.)	Nº de Residentes no DF
Distrito Federal	373.044
Minas Gerais	170.118
Goiás	121.558
Ceará	71.400
Bahia	67.017
Piauí	61.817
Rio de Janeiro	61.685
Paraíba	48.442
Maranhão	46.539
Pernambuco	33.585
São Paulo	28.733
Rio Grande do Norte	23.582
Rio Grande do Sul	11.321
Pará	7.846
Espírito Santo	7.724
Paraná	5.983
Alagoas	5.016
Sergipe	4.220
Mato Grosso	3.689
Mato Grosso do Sul	3.141
Amazonas	2.742
Santa Catarina	2.749
Acre	947
Rondônia	502
Amapá	480
Roraima	327
Fernando de Noronha	69
Sem especificação	3.176
TOTAL	1.167.452

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, FIBGE, 1982

(1) Para expressar melhor o fenômeno migratório os dados referentes a procedência seriam mais adequados, entretanto sua maior precisão exige especificar outras variáveis, cuja análise foge ao escopo deste trabalho. Não obstante, os dados sobre naturalidade também expressam a heterogeneidade de origens da população do Distrito Federal.

formação da identidade cultural dos brasilienses. Ao contrário do espaço das cidades de desenvolvimento urbano "espontâneo", marcado pela "desordem" resultante da ação de inúmeros agentes e processos sociais, o espaço planejado do Plano Piloto, grosseiramente reproduzido nas cidades satélites, é demasiado ordenado, homogêneo, e a-historicizado para acolher as concepções de mundo das diversas comunidades que o habitam. Na ocupação deste espaço impessoal, as vontades privadas dos indivíduos e grupos esbarram na organização espacial planejada segundo um modelo formal pré-estabelecido que dificulta o convívio social. Um curioso dado indicativo destas dificuldades é o fato de "a solidão e a falta de solidariedade entre os moradores" terem sido um dos itens indicados com maior frequência como o maior defeito de Brasília na sondagem referida acima, ao lado de "falta de segurança" e "precariedade do transporte coletivo" ("Do Cruzeiro ao Panteão" - CB: 3/01/88).

Contudo a organização espacial autoritária (pois definida unilateralmente pelo Estado) não é um limite absoluto para a interação sociocultural; uma vez que, como já visto, os agentes sociais podem desenvolver formas criativas de apropriação dos espaços públicos, inclusive a nível simbólico.

Tendo localizado aqui os principais condicionamentos prévios ao processo de construção de identidades coletivas nas quais os cidadãos do Distrito Federal possam reconhecer-se entre si, inclusive pelas diferenças, procura-se analisar a seguir os principais agentes envolvidos nele (ideologias, projetos, correlação de forças, etc.), a partir de algumas considerações teóricas.

2 - O Campo Ideológico Cultural do DF: uma diversidade de identidades

A construção da identidade coletiva do "brasiliense" enquanto cidadão do DF é um processo que envolve necessariamente a produção, difusão e comunicação de signos, valores, obras e práticas culturais que expressem as condições de vida peculiares à coletividade local, inclusive sua diferenciação sociocultural interna. Todavia, o processo que transforma um conjunto de elementos culturais diversificados em referenciais legítimos de identificação coletiva para um grupo, comunidade, ou sociedade não se desenvolve de maneira "natural", na medida que se desenrola num campo de disputas entre valores e interesses de agentes sociais distintos, nele envolvidos de maneira mais ou menos sistemática. Enquanto eixo para construção de uma identidade coletiva localizada, a cidadania (i.e.: a generalização, entre os habitantes dos diferentes assentamentos urbanos e núcleos rurais do DF, da consciência e do sentimento de pertencimento - no sentido de participação - à mesma comunidade política) também está sujeita à indeterminação destas disputas, bem como ao equilíbrio de forças que resulta delas. Antes de traçar um painel deste campo no contexto da capital da República, é necessário indicar a linha teórica que sustenta este tipo de abordagem.

2.1- Cultura, Ideologia e Estratificação Social

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a problemática da construção da identidade cultural de uma sociedade, comunidade ou grupo social é uma questão necessariamente política, inscrita no domínio

da ideologia. Sem entrar em maiores considerações teóricas sobre o termo, cujo aprofundamento conceitual seria inoportuno aqui, isto quer dizer que se trata de um processo necessariamente articulado à mudança e/ou reprodução do *status quo*.

A perspectiva acima indica uma postura crítica ante vertentes da ciência social que despolitizam a questão cultural, seja relegando-a a um plano secundário em relação à economia e à política, conforme algumas linhas da sociologia; ou ainda, concebendo-a numa ótica demasiado universalizante e relativista, segundo o veio principal da antropologia (02). A despeito da inestimável contribuição deste veio à crítica do conhecimento científico, tornou-se imprescindível relativizar o próprio relativismo para analisar a dinâmica do processo sociocultural nas sociedades urbano-industriais; pois, o domínio circunscrito pela noção de cultura (comunicação, expressão, conhecimentos, e padrões de comportamento social) nestas sociedades reflete a estratificação de sua estrutura social, sendo hierarquizado e permeado por relações de poder até certo ponto "especializadas" no que tange a agentes, práticas, e recursos sociais

A obediência ao postulado acima exige referenciar o universo cultural em termos de classes sociais numa visão pouco ortodoxa, dada a intensa complexificação da estrutura social sob o capitalismo avançado (v. capítulo I).

No contexto latino-americano, segundo Oliven (1980:101), as pesquisas voltadas para o estudo de "práticas e orientações culturais de diferentes classes sociais" costumam abarcar dois aspectos centrais: 1) a questão dos diferentes "estilos" ou "modos de vida", ligada a padrões comportamentais, normas e estratégias próprias para

lidar com a ordem social dominante; e, 2) os "sistemas de significados" (ou "orientações de valores"), que dizem respeito a modos peculiares de interpretar e representar a mesma.

Ao invés de ortodoxa, a conceituação das classes sociais que aparece na bibliografia comentada por Oliven (1980) mostra-se bastante flúida: fala-se descuidadamente em "camadas" ou "classes" populares e médias, e ainda, em "elites intelectuais", destacando a questão da relação "dominação/subordinação" cultural entre elas como eixo central de sua problemática. Paradoxalmente, um dos principais resultados teóricos de tais pesquisas, até mesmo pela própria renovação das práticas socioculturais observadas, foi haver gerado um movimento de revisão desta questão.

Em linhas gerais, de acordo com o debate mais recente, pode-se dizer que, ao nível dos modos ou estilos de vida, as necessidades cotidianas dos segmentos populares obrigam-nas ao constante exercício de sua inventividade, o que impede hoje em dia a antiga caracterização da cultura popular como mero veículo de subordinação à "cultura dominante" transfigurada na linguagem do povo. Todavia, ao nível dos sistemas de significados, a relação de subordinação da cultura popular se mostra cada vez mais evidente, na medida que o imaginário e a inventividade das camadas populares, apesar de frequentemente apropriados como "insumos" da indústria cultural, são "desvalorizados" num "mercado de trocas simbólicas" dominado pela chamada cultura de elite, caracterizada por discursos e práticas com alto nível de especialização e "qualificação" socio-profissional (direito, ciência, arte, ideologias políticas, etc). Portanto, é neste último nível que se concentra a "arena ativa" das lutas ideológico-culturais, onde as camadas intelectuais

adquirem uma relevância social que, apesar de crescentemente questionada, só tem aumentado com o desenvolvimento das estruturas técnicas e político-administrativas da sociedade urbano-industrial (03).

As considerações precedentes indicam a necessidade buscar um referencial teórico em que a questão ideológico-cultural seja discutida politicamente nos marcos do debate contemporâneo, dando conta da interação entre orientações (valores, representações) e práticas (padrões de comportamento) culturais a partir de uma conceituação bem elaborada e pouco ortodoxa tanto das classes como dos intelectuais enquanto agentes sociais. Estas características se encontram magistralmente articuladas no pensamento de Antônio Gramsci (04). O que nos interessa aqui, entretanto, não é propriamente o pensamento gramsciano, senão as sugestões que ele nos oferece quanto ao papel desempenhado pelos segmentos intelectuais e pelas massas populares na "organização" da cultura, que podem ser tomadas como um ponto de referência teórica, para analisar uma problemática diferente, num contexto bem específico.

Numa perspectiva gramsciana, pode-se dizer que as "lutas" ou "movimentos culturais" que perpassam as sociedades de formação capitalista sempre envolvem dois segmentos diferenciados com papéis ao mesmo tempo distintos e associados: 1) as "massas" ou camadas populares, cuja mentalidade, apesar de embrutecida por condições de trabalho e de vida inferiores, constitui a fonte primordial dos valores estéticos e afetivos de acentuada expressão coletiva; e, 2) os estratos intelectuais, enquanto camadas sociais especializadas na direção e organização da superestrutura "ideológico-cultural", cuja articulação com as classes que emergem das relações sociais de produção admite certa flexibilidade, expressa na própria tipologia dos mesmos estabelecida por

Gramsci. Neste quadro emergem "intelectuais orgânicos", cuja função social precípua é fundar um domínio "universal-histórico" dentro de uma determinada formação social, reconstruindo sistematicamente a mentalidade popular, seja num sentido crítico e pedagógico de emancipação político-ideológica do povo, ou, ao contrário, de incentivo à sua integração subordinada na cultura dominante. O que está em jogo é a consolidação da hegemonia política do "bloco no poder" estabelecido ou em ascensão num determinado "bloco histórico", que envolveria necessariamente uma articulação específica entre cultura-vontade-caráter, permeando ao mesmo tempo o Estado e a sociedade civil (05).

Mas, é preciso lembrar que o papel central desempenhado pelos intelectuais no pensamento de Gramsci baseia-se numa conceituação original dos mesmos enquanto categoria social. Neste sentido, o que os distingue numa sociedade não é o reconhecimento público do volume de conhecimentos ou talentos que acumulam individualmente, mas sua especialização no desempenho de funções que demandam uso intenso de faculdades intelectuais, tais como, direção de entidades (formulação de diretrizes e estratégias), interpretação e sistematização de signos e idéias, persuasão e pedagogia (06). Se a questão da atividade social especializada relativiza talentos e conhecimentos como atributos essenciais da categoria intelectual (podendo ser vistos como membros da mesma não apenas cientistas, filósofos, e literatos, mas também, dirigentes políticos, artistas, educadores, e animadores culturais de um modo geral), isto não diminui a importância da competência: a própria especialização implica maior disponibilidade para treinamento, acúmulo de recursos e experiências, investimentos e, sobretudo, competição.

A partir das breves considerações teóricas expostas acima, é possível transpor a questão da interação entre intelectuais orgânicos e povo, cultura popular e cultura de elite, para a construção da cidadania numa sociedade civil em formação. Vejamos como se desdobra esta problemática no contexto de Brasília.

2.2 - A Arena Cultural de Brasília

No que tange aos diversos modos de vida dos diferentes agrupamentos e classes sociais, o campo ideológico cultural do DF não apresenta peculiaridades significativas em relação às demais cidades grandes brasileiras, salvo uma demarcação mais rígida da territorialidade dos mesmos. Assim, é possível dizer que o Plano Piloto concentra o individualismo das classes médias e o exibicionismo público da vida social das elites, além de um exacerbado corporativismo dos estamentos burocráticos superiores; enquanto as cidades satélites, por sua vez, são o palco privilegiado da sociabilidade mais ampla das camadas populares, "calcada na rede extensa de parentesco, [e] regida pelo código da reciprocidade e da hierarquia capaz de circunscrever, sob as mesmas regras, a rede de vizinhança e amizade" (Machado e Magalhães, 1985:202). Todavia, este panorama dos modos de vida dos diferentes estratos e grupamentos sociais da capital é apenas o pano de fundo da "arena ativa" da luta ideológico-cultural que ali se desenrola: as disputas em torno de signos, símbolos e valores elaborados por agentes sociais especializados, tendo em vista a construção de identidades coletivas alargadas para os brasilienses (lato senso).

Nesta arena, Brasília apresenta um campo de significações culturais peculiarmente dividido, seja ao nível da intelectualidade ou das camadas populares, o que dificulta a formação de uma "cultura brasiliense" de ampla expressão social (i.e.: a constituição de um patrimônio local de referenciais culturais coletivos amplamente reconhecidos), cujo desenvolvimento seria fundamental para a plena difusão da cidadania como um valor de identificação sociocultural entre os diferentes agrupamentos da sociedade civil local.

Na esfera da intelectualidade, o papel de Brasília como Capital Federal e a presença de elites nacionais e estrangeiras pouco envolvidas com a cidade estimulam o desenvolvimento de intelectuais cosmopolitas de tipo tradicional, ao invés de intelectuais orgânicos ligados à valorização crítica e inventiva das manifestações culturais populares de expressão local. Além disso, o projeto utópico que animou a concepção inicial de Brasília deixou raízes em diversos segmentos intelectuais, que vêm se dedicando ao desenvolvimento de uma cultura dita "alternativa". O distanciamento desta em relação à base territorial local é ainda mais drástico, uma vez que seus intelectuais postulam seja a pseudo-marginalidade da "subcultura jovem"; ou ainda, o despertar de uma nova consciência de caráter "planetário" ou "cósmico", que permeia o discurso de grupos ligados à ecologia ou ao esoterismo.

Quanto à cultura popular, observa-se que a maior parte da população transplantada para o DF, por migração espontânea ou por transferência compulsória, trouxe consigo padrões próprios das culturas regionais de origem: culinária, artesanato, danças, estilos musicais, etc.. Se esta variedade tem contribuído para socializar a diversidade cultural nacional entre os brasilienses, renovando o repertório de

signos e valores estéticos dos produtores culturais locais, ela também contribui para retardar a formação de uma nova identidade que expresse as condições de vida das classes populares no âmbito da capital (07). Afora esta revitalização da herança regional, o veio místico é também um dos traços mais marcantes na cultura popular de Brasília, onde observa-se uma proliferação sem par de seitas as mais diversas, geralmente de cunho profético, anunciando o apocalipse e o início de uma nova era na "capital do terceiro milênio". É óbvio que este veio também não contribui para a criação de uma identidade cultural enraizada na experiência cotidiana da população local.

Todavia, é preciso considerar que a importância do veio místico na cultura do DF não está na sua ampla difusão popular; mas, sim, na criação de liames entre segmentos intelectuais e populares que se observa na aproximação entre misticismo profético e a "cultura alternativa". A ideologia híbrida que surge deste encontro tem um peso muito grande no campo das lutas culturais em Brasília, não apenas porque já conta com seus próprios intelectuais orgânicos, disputando recursos governamentais para o setor, espaço junto à imprensa, etc.; mas, igualmente, por ela ser alvo de apropriações políticas por parte do Estado (08).

O "pioneirismo" também pode ser lembrado como outra ideologia que, além de um forte apelo popular (especialmente entre os moradores mais antigos do DF e os brasilienses natos), conta com seus intelectuais mais ou menos "oficiais". Esta ideologia consiste em atribuir à fundação da cidade uma história mítica, caracterizada como uma epopéia de heróicos e desbravadores "bandeirantes modernos". Na vertente oficializada deste discurso, a história da construção de Brasília é eri-

gida sobre o "mito da comunhão" entre brasileiros das mais variadas regiões e condições sociais num esforço coletivo para construir uma obra de significado nacional, de tal sorte que não teria havido distinção social entre os "pioneiros" (v.Bicca,1985). Neste sentido, entre as várias páginas que o Anuário Estatístico de Brasília (1982) dedica aos últimos, lê-se que "pioneiro hoje não é apenas uma palavra, um substantivo, mas, sim, um título que nobilita quem o possui. E não são poucos os que têm a honra e o orgulho de sustentá-lo" (p.78). Entretanto, o que se verifica nas páginas restantes dedicadas a esta figura heróica, repletas de fotografias, é um desfile de personalidades típicas das colunas sociais: autoridades governamentais, empresários, socialites, etc. (09).

Mas, o pioneirismo também apresenta o que seria uma vertente crítica, que tenta assimilar a categoria pioneiro aos verdadeiros mártires da construção da capital planejada: os "candangos" que se submetiam às duras condições de trabalho sob o "ritmo de Brasília" (10). Trata-se de um dos veios que, opondo-se ao panorama descrito acima, alimenta a construção de uma cultura brasiliense cuja expressividade seja popular mas não populista, uma cultura que seria o vernáculo da capital: a cultura candanga, para utilizar uma expressão consagrada entre os intelectuais envolvidos neste processo. Antes de abordarmos algumas experiências desenvolvidas neste sentido no âmbito da sociedade civil, faremos algumas observações gerais de caráter histórico sobre o desenvolvimento desta cultura.

Do início dos anos 60 até o golpe militar de 64, Brasília viveu um período de notável efervescência cultural, associado à ideologia nacional-desenvolvimentista e à utopia modernista. Parte integrante

de um projeto de modernização e integração cultural do país, a nova capital deveria ser um foco de geração e difusão de uma cultura própria com "vocação nacional": pensava-se que a cultura a ser desenvolvida em Brasília, pela própria origem social, representaria uma síntese entre a tradição popular regional e a modernidade cosmopolita. Neste projeto em que esteve envolvida boa parte da *intelligentzia* nacional, a elaboração coletiva desta "cultura brasiliense" também deveria passar por propostas inovadoras de integração entre educação e cultura contidas na FEDE, na FCDF e na UnB (11), que tinham por finalidade fomentar o desenvolvimento de uma identidade própria numa população formada basicamente por migrantes para facilitar a sua integração a uma situação socio-espacial inteiramente nova (Duarte, 1983). Todavia, este último aspecto manteve-se subordinado ao primeiro, na medida que   cidade recém-nascida já se atribuía uma "personalidade nacional" que antecedia o desenvolvimento de uma identidade própria localmente enraizada. Assim, a produção cultural do circuito intelectual de Brasília neste período não favorecia a formação de uma cultura **candanga** no sentido acima: trazendo a marca do projeto nacional-desenvolvimentista, ela falava mais ao Brasil que aos "brasilienses", cuja evocação se fazia invariavelmente em termos de um pioneirismo romântico.

Quando Brasília entra em sua fase de consolidação urbana e política como a nova capital, o país já está sob o regime que nasceu do golpe militar de 1964. Sediando o poder autoritário, as manifestações artístico-culturais de Brasília serão vitimadas de maneira especial por uma censura implacável, que inclui o esvaziamento da estrutura político-administrativa (instituições e propostas) que fora criada para

desenvolver este setor (12). Neste ambiente carregado, em que a restrição da cidadania política se exerceu em sua plenitude autoritária, não houve espaço para a maturação de uma autêntica cultura candanga. Mesmo porque, segundo depoimento que nos foi prestado por um "militante cultural" da cidade que já atuava em Brasília neste período, Luiz Humberto M. Pereira, "nos tempos da ditadura militar os autores e artistas cultivavam um senso crítico arrogante, sacrificando as qualidades formais de suas obras em função de um conteúdo político".

E somente a partir de meados da década de setenta, já sob os ventos da distensão política, que começa a surgir uma produção cultural local ligada à construção de uma identidade "candanga": mais do que a sede, Brasília (lato senso) passa a ser um objeto temático desta produção. Além disso, os produtores culturais ligados a este veio começam a exigir da FCDF maior apoio e participação na formulação de uma política cultural para o DF. Veremos a seguir como se deu o desenvolvimento inicial deste processo.

2.3 - A Cidadania Pré-Política: a cultura candanga em gestação

A formação desta cultura candanga, que cumpriria o papel do autêntico vernáculo para comunicação, expressão e difusão de uma multifacetada identidade coletiva brasiliense, é um processo vivo e permanente, que se alimenta de inumeráveis práticas e obras sociais de diferentes agentes individuais e coletivos, entre "anônimos" e "notáveis". No entanto, o refinamento e organização (no sentido de "dar organicidade a") deste veio cultural certamente devem ser apreendidos nas experiências de agentes e movimentos sociais que conseguiram rom-

per o cerco do anonimato, produzindo obras e atividades bem sucedidas do ponto de vista de sua expressão própria e da repercussão social alcançada a nível local. Aborda-se aqui algumas experiências com relevância efetiva ou ilustrativa no desenvolvimento do processo em questão.

Neste plano, trata-se sobretudo de avaliar experiências de produção e difusão cultural cujas propostas são de tipo basicamente expressivo ou "pedagógico" (no sentido gramsciano, i.e.: ao mesmo tempo, educativo e organizacional). Apesar de barganharem recursos e equipamentos públicos junto ao Estado, os indivíduos, grupos, e entidades que atuam neste nível não perseguem um projeto alternativo de política cultural para disputar o poder nos aparelhos de Estado que atuam no setor; daí sua ação ter sido situada numa esfera "pré-política". Todavia, longe de serem politicamente irrelevantes, os múltiplos experimentos de ambos os tipos que trazem a marca da cultura candanga e alcançam uma significativa repercussão na vida cultural do DF produzem um aprendizado, uma memória e um prestígio tendentes a profissionalizar e politizar (no sentido da preparação para a disputa e o exercício do poder de Estado) os agentes sociais que estão por detrás deles, como será visto a seguir.

2.3.1 - Movimentos e agrupamentos de cunho expressivo

Neste nível a cultura artística adquire uma relevância fundamental, na medida que produz signos estéticos que transmitem não apenas idéias e valores, mas também efeitos sensoriais e emocionais que atingem o foro íntimo das pessoas: nada mais imprescindível para a solidi-

ficação de identidades coletivas. Sendo vasto e complexo o universo da produção artística brasiliense que alimenta a cultura candanga (ou seja, que contribui com dados emblemáticos para a formação de identidades coletivas locais consoantes a uma noção de cidadania popular), destacamos apenas algumas experiências no campo da música popular e da poesia para ilustrar aspectos essenciais do processo de desenvolvimento e difusão deste veio cultural. Se este destaque deve-se sobretudo à falta de conhecimento por parte do autor do que há de mais significativo em termos de cultura candanga noutros campos da produção artística de Brasília, ele pode ser justificado também por evidências empíricas de que a música popular, frequentemente associada à produção poética local, é a arte mais difundida entre o público e os produtores culturais na capital (13). Mas, o que interessa mesmo é verificar o desenvolvimento de uma vertente autenticamente candanga na produção poético-musical, cuja força expressiva contagiou a vida cultural da cidade em determinado período, formando profissionais e público, e, abrindo espaços para o setor.

O ano de 1977 marca o início do desenvolvimento deste processo. É o ano da publicação de um *best-seller* da chamada "poesia marginal", o libreto Iogurte com farinha, de Nicolas Behr, que abriu caminho para inúmeros outros poetas da "geração mimeógrafo" venderem seus livrinhos autoproduzidos pelos bares, portas de teatros, cinemas, e escolas da cidade (14). Se o título já traz em si uma metáfora humorística da estratificação social imperante em Brasília (a mistura quase impossível do "iogurte" do Plano Piloto com a "farinha" das cidades satélites), não se trata ainda de uma obra "candanga": é nos seus demais desses seis libretos publicados até 1980 (15) que Behr se mostra um brasi-

liense de corpo e alma, tendo na capital a musa principal de seus versos satíricos e contundentes. Neste ano também começa a ser divulgado o trabalho de Renato Mattos, um baiano que apesar de recém-chegado à capital, também adota Brasília como musa e mercado para sua arte.

Ainda em 1977 ele lança o primeiro *hit* da música (popular) candanga, "O telefone", um *reggae* cuja letra também evoca primorosamente a estratificação social do DF. "Um telefone é muito pouco/p'ra quem ama como um louco/ e mora no Plano Piloto", diz o refrão romântico que prepara um desfecho irônico:

"Se a garôta que o cara ama/ está p'rá lá do Gama/ mata de desgosto/ ele foge para a Asa Norte/ tropeçando em ratos/ que saem do esgôto/ E a televisão com seus programas/ que não têm mais chama/ p'ra quem está afoito/ ele fica por cima da cama/ dentro do pijama/ comendo biscoito."

Mas, 1977 é sobretudo um ano de aproximação dos artistas candangos entre si e com um público ainda distanciado; pois, é no ano seguinte que esta arte de Brasília para Brasília (*lato senso*) começa a acontecer de fato, principalmente pelo surgimento da Galeria Cabeças e do movimento que se aglutinou em torno dela. Foi este movimento, a ser discutido no próximo item, que propiciou um verdadeiro encontro dos artistas entre si e com o público da cidade. Tal encontro favoreceu o desenvolvimento de uma arte poético-musical com feições autenticamente "candangas", como se verifica na evolução temática de poemas e canções (16).

De início, a tematização da capital nesta arte candanga exprime-se principalmente na evocação de elementos ecológicos, referindo-se tanto ao ambiente natural (o cerrado e a paisagem do Planalto Central), como ao ambiente construído (arquitetura e urbanismo). Ambos os elementos são vistos frequentemente de maneira integrada, positiva ou

negativamente: queixa-se de solidão e monotonia do mesmo modo que se louva a luminosidade e o céu de Brasília, características que derivam ao mesmo tempo da paisagem natural (relevo, vegetação) e do partido urbanístico sintonizado com ela:.

...cenário desolado de árvores retorcidas
corre a vida pela solidão dos cerrados...
mitos galopam pela vastidão do nada
gralhas gritam de secura e susto...
enquanto não se cumprem
os sonhos das profecias.
(Guido Heleno - "Capital Federal")
.....

...gostaria de recuperar todos os encontros
que não me aconteceram nas esquinas ausentes.
Mas fui crescendo e me adaptando ao gabarito original
e às doenças sociais que o consumiram...
(Xênia Antunes - "Poesia, Brasília")

O espaço urbano planejado, embora confuso em sua organização tecnoburocrática, impessoal e "a-histórica", não é apenas objeto de críticas, mas também um referencial para os artistas demonstrarem o seu afeto pela cidade:

brasiplanos...
brasileixos...
brasilinhas...
tu me ensinas geometria
eu te ensino a namorar
(Luís Martins - "Moro e Namoro")
.....

Brasília é uma cidade
sem saudade

Brasília é uma cidade
cheia de saudades

Brasília é uma cidade?

pois quando lembrar de mim
pensa em mim numa cidade assim
sem tradição
(Climério - "Chorão/79")

Porém, as metáforas poéticas que recaem sobre a cidade espaço aludem basicamente ao Plano Piloto. A Brasília lato senso (DF) só é denotada quando os poetas tematizam a cidade capital, com a sede do poder central sendo despida publicamente nas suas contradições e contrastes sociais, de maneira nada panfletária, mas sutil e criativa, como nos dois poemas de Nicolas Behr (sem título) transcritos abaixo:

"O Plano Pilatos
lava as mãos
e a sujeira vai toda
p'ro lago Paranoá."
.....

"Adivinha
o que a cidade
disse p'ro satélite?!
será que dava
p'ra melhorar a imagem?"

Mas não é enumerando versos expressivos e analisando sua temática que vamos apreender a relevância da poesia candanga para a formação de uma identidade coletiva localmente enraizada, até porque os diferentes temas abordados costumam aparecer mesclados entre si na obra de um mesmo poeta (inclusive o aspecto místico de Brasília, cuja contribuição neste sentido deve ser vista como negativa, conforme já discutido no item 2.2). O que importa realmente é constatar que a geração mimeógrafo desencadeou um autêntico movimento poético na capital unindo poetas entre si e com outros artistas da cidade em torno de *shows* e *happenings*, bem como, de produções coletivas sob esquema editorial alternativo (como a "edição popular" da série "POrrETAS", produzida na gráfica do Sindicato dos Jornalistas local) e entidades, como o Clube de Poesia.

Tendo atingido seu apogeu por volta de 1982, este movimento começa a declinar a partir de então. Mas é o movimento de "poesia candanga" (i.e.: uma poesia voltada para a crítica e a expressão do *modus vivendi* dos brasilienses) que esmoreceu, não a produção poética de Brasília. A partir dele, a poesia conquistou um espaço próprio na vida cultural da capital que parece estar sendo crescentemente ocupado. Mas mudaram a forma de distribuição, a proposta editorial e mesmo a atitude dos poetas. Hoje, já é restrita a circulação de poesia na cidade através de livros baratos e rudemente editados, distribuídos de mão em mão pelos próprios poetas, como são raros os recitais em bares e *shows*. Além dos tradicionais lançamentos e de um espaço próprio na Feira do Livro (promoção anual), o principal canal coletivo de divulgação da poesia brasiliense passou a ser a formação de revistas não especializadas com uma produção gráfico-editorial sofisticada e periodicidade irregular. Ao invés do romantismo busca-se certo profissionalismo: as revistas são produzidas por um conselho editorial, patrocinadas pela iniciativa privada, e distribuídas nas principais livrarias da cidade. Do ponto de vista temático, nota-se nelas um distanciamento de preocupações locais, numa perspectiva cada vez mais "moderna" e "cosmopolita". É o caso da *Há Vagas* (1983 a 1985), da *Bric a Brac* (atualmente no terceiro número) e também da recente *Bula* (1989)

Mas, é sobretudo a música popular que difunde amplificadamente essa busca de uma identidade e uma linguagem coletiva de expressão candanga (v. nota 13). Mais do que as letras e os múltiplos estilos e ritmos musicais do cancionário brasiliense, é a trajetória social dos grupos e compositores da capital que permite distinguir os autênticos porta-vozes dessa expressão de outros artistas cujo trabalho neste se-

tor dirige-se noutra direção. Procura-se, a seguir, confrontar a trajetória e a obra de alguns deles.

Entre as vertentes de maior repercussão social na música popular de Brasília é possível distinguir duas grandes correntes no bojo das quais signos, idéias e valores de expressão autenticamente candanga: de um lado a vertente rockeira, mais em evidência ultimamente; e, de outro, uma corrente, por assim dizer, "pluralista", que explora criativamente a multiplicidade de estilos musicais presentes na capital devido à diversidade de origens da população local (17).

A vertente pluralista do veio candango começou a se formar por volta de 1977, com Renato Mattos e a banda Grande Circular, e os conjuntos Mel da Terra, e Liga Tripa, entre outros. pelo conteúdo de suas composições, como também pela forma de produção e circulação de seu trabalho, é possível considerar o Liga Tripa como o grupo musical mais caracteristicamente candango de Brasília. Mais do que um conjunto, o Liga Tripa tem atuado quase como um movimento cultural dentro da cidade. Apesar de contar com um núcleo mais ou menos constante, diversos músicos da cidade têm passado pelo grupo, cujo número tem variado de quatro a dez componentes. Mais importante que a evocação constante de assuntos relativos à vida social da capital na temática de suas canções (frevos, forrós, sambas, e híbridos), é o fato do Liga Tripa vir buscando trabalhar em parceria com alguns dos principais poetas candangos, para não falar de sua contribuição com composições próprias para o "Pacotão" (bloco carnavalesco de sátira política que tornou-se uma tradição em Brasília, conforme será visto abaixo). Mas, o traço mais original do grupo é ter uma proposta voltada basicamente para a animação cultural da cidade, sem maiores objetivos econômico-profis-

sionais (a maioria dos membros tem o seu emprego estável): o conjunto popularizou-se por invadir desavisadamente bares e pontos de encontro da cidade, tocando para os presentes. Afora este tipo de "show", o Liga Tripa tem se apresentado principalmente em eventos ao ar livre, sendo raras as apresentações do conjunto em recinto fechado com ingressos pagos. O grupo também divulgou o seu trabalho no Projeto Platéia (v. terceiro tópico), totalizando 22 apresentações somente em 1982. O único disco do Liga Tripa (1987 - selo independente) foi custeado mediante a compra antecipada de bônus do LP pelos fãs do conjunto.

A vertente roqueira apresenta um conteúdo e uma trajetória bem diferenciada da primeira corrente. Embora imagens críticas de Brasília sejam veiculadas através das letras e mesmo de alguns dos nomes das bandas de *rock* ("Detrito Federal" é o melhor exemplo), os signos e valores difundidos neste veio alimentam menos a formação de uma identidade cultural candanga que a construção de identidades ligadas a uma subcultura juvenil. Além disso, o vigoroso movimento roqueiro de Brasília teria surgido no bojo de uma onda de "*rock revival*" a nível internacional, terminando por invadir a mídia nacional. Esta onda traria sucesso para muitas destas bandas que, além de terem suas músicas tocadas nas principais rádios e redes de televisão nacionais, conseguiram gravar LP's nas maiores gravadoras do país. O sucesso não apenas implicou a profissionalização destes grupos, mas também sua migração para o Rio de Janeiro e São Paulo (é o caso da Legião Urbana, do Capital Inicial, e dos Paralamas do Sucesso, para ficar nos exemplos mais conhecidos), e conseqüente afastamento da tematização de questões referentes à capital.

Observa-se mais uma vez a profissionalização e a busca de sucesso trazendo consigo um apelo ao abandono do enraizamento local do artista e seu trabalho. No caso da música popular a atração exercida pelo eixo Rio-São Paulo é ainda mais forte, como demonstra a letra de uma canção de Oswaldo Montenegro, outro artista que depois de haver desenvolvido um trabalho músico-teatral envolvido com a Capital Federal, abandonou-a em busca de sucesso:

"Numa tarde quente / vou embora de Brasília/
num submarino do lago Paranoá/
Quero ser estrêla lá no Rio de Janeiro/
namorando o mar"

Não se trata, porém de uma tendência inevitável, mas de uma opção pessoal do artista, sujeito a outros apelos como o apego a determinado tipo de trabalho ou de público:

"A cidade quer que eu fique/
a cidade quer meu pique/
a cidade quer que fique louco, sozinho/
andando sempre o mesmo caminho"
(Renato Matos)

Mesmo exercendo a atividade musical como profissão (ao contrário do Liga Tripa), Mattos preferiu permanecer ligado a seu público local, não obstante possibilidades de mercado mais promissoras no eixo Rio-São Paulo. Assim, a profissionalização não implica necessariamente a perda de organicidade do trabalho artístico, podendo até reforçá-la. Além disso, o sucesso e a profissionalização do mesmo também possuem outros efeitos relevantes, como a melhoria de qualidade e o incentivo à formação de novos artistas. É precisamente este o caso do rock de Brasília, cujo sucesso realimentou a formação de novos grupos, a ponto da cidade chegar a ter entre 250 e 300 bandas, segundo avaliação dos jornais locais.

Saindo da esfera da cultura artística, podemos lembrar algumas manifestações populares que se tornaram referenciais de identificação entre amplos segmentos (inclusive das camadas médias e altas) da população de Brasília: as feiras livres das cidades satélites (destacando a do Guará); os passeios dominicais ao "Parque da Torre" (cf. cap.IV, pp. 216-17); o hábito de comer pastel e caldo de cana (especialmente na rodoviária), cantado pelos poetas da cidade; e os desfiles no Pacotão. A Sociedade Armorial Patafísica Rusticana, nome oficial do Pacotão, foi criada em 1977 por um grupo de jornalistas no bar Chorão, notabilizando-se pelas sátiras ao poder estabelecido. Este bloco debochado conseguiu um feito notável: fez do carnaval de rua uma tradição numa cidade praticamente sem ruas (18).

Finalmente, a cultura universitária deve ser lembrada como outro veio de destacada relevância para o desenvolvimento de uma identidade coletiva "candanga". Embora não trabalhe com elementos afetivos e sensoriais, é o discurso acadêmico que, sistematizando noções difusas como "cidadania" e "direitos sociais", as faz penetrar nas políticas públicas do aparelho de Estado. Aliás, a universidade é também o principal centro fornecedor de quadros técnicos para a burocracia estatal, daí podermos considerar o engajamento relativamente recente dos intelectuais acadêmicos de Brasília no estudo dos problemas do DF como um "movimento" de caráter pré-organizacional (19).

2.3.2 - Movimentos e agrupamentos de cunho pedagógico-organizacional

Examinamos acima algumas experiências culturais que alimentam a construção de uma identidade candanga - popular (por definição) e não populista (por formação) - no plano expressivo. Agora resta-nos avaliar experimentos com o mesmo sentido cujo caráter ultrapassa este plano e avança mais em direção ao exercício da cidadania, envolvendo a organização de movimentos e grupos em entidades representativas, com sede, estatutos, programas de ação e filosofia de trabalho próprios. A partir da avaliação de duas experiências com raios de ação e desdobramentos distintos, procuraremos mostrar como os movimentos culturais "pré-políticos" costumam passar por um processo pedagógico de politização a partir do momento em que colocam para si a difusão de novas formas de expressão não mais como um "objetivo", mas uma "estratégia" para organização de agrupamentos.

Num âmbito mais restrito, pode-se lembrar a Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro (ARUC) como exemplo de uma entidade que, nascendo de um movimento associativo de caráter puramente expressivo, evoluiu para uma organização que desempenha um claro papel político-cultural neste "bairro popular" do Plano Piloto. A matriz da ARUC foi o bloco carnavalesco Unidos do Cruzeiro, fundado em outubro de 1961, que estreitaria como escola de samba no carnaval do ano seguinte. A partir daí a ARUC iria consolidar-se como a mais estruturada escola de samba do DF, vencedora de 13 desfiles carnavalescos, e 5 vezes vice-campeã.

Mas, a ARUC não funciona apenas como entidade carnavalesca do Cruzeiro e "Quartel General do Samba" na capital, emprestando sua bem equipada sede (20) para ensaios do Pacotão e outros blocos do DF: ela

é ao mesmo tempo o único clube socio-recreativo deste bairro popular tão carente em equipamentos de lazer e, também, uma entidade atuante da sociedade civil local. Além de prestar apoio material à Associação de Moradores do bairro, a ARUC sempre esteve presente nas lutas de seus moradores, como na campanha em prol da construção de uma pista asfaltada ligando o Cruzeiro Velho ao Cruzeiro Novo ("Pista ligará dois Cruzeiros - UH/BSB: 07/06/83) ou no mutirão para limpeza do Centro Infantil ("Comunidade se une para limpar Centro Infantil do Cruzeiro" - UH/BsB: 26/07/83). Afora isso, ela conta com um departamento cultural que, entre outras atividades, vem organizando um acervo material sobre a memória do bairro e da entidade.

Duas observações são necessárias para entender a trajetória social da ARUC e o seu destacado papel na sociedade civil local, que também conta com ativos grupos religiosos, e uma Associação de Moradores de formação mais recente. Em primeiro lugar, recorde-se que não se deve ao acaso o fato do desenvolvimento de uma identidade coletiva entre os cruzeirenses (base dos movimentos associativos recentes) ter se iniciado a partir do samba e do carnaval, passando pelo crescimento da ARUC e de seu trabalho: a população do assentamento foi composta basicamente por cariocas da baixa classe média, funcionários públicos da União transferidos da antiga capital (21). Em segundo lugar, observe-se que este papel de destaque teria sido reforçado pela contraditória situação administrativa do Cruzeiro que, embora possua as mesmas carências das cidades satélites, não conta com uma administração regional própria por ser formalmente um bairro do Plano Piloto.

Fundada no último, e buscando apropriar-se criativamente do espaço público das superquadras, a Galeria Cabeças e o movimento artísti-

co-cultural que se articulou em torno dela acabaram tendo um raio de ação mais abrangente. Coordenada pelo ator, professor de teatro e animador cultural Néio Lúcio (v. perfil biográfico, p. 451), a galeria começou a funcionar em 1978, numa loja da CLS 311. A despeito do nome, o espaço da Galeria Cabeças foi montado num trabalho de mutirão, envolvendo artistas dos mais variados setores, para funcionar como um centro diversificado de discussão, produção e difusão artística:

"o espaço foi sendo equipado com as ferramentas que cada um trazia de sua casa ou ateliê: um mimeógrafo elétrico, uma oficina de serigrafia, compressores de ar com canetas para aerografia, papéis, maquiagem, material de cenografia, amplificadores, instrumentos musicais, etc. E começou a haver um uso comum deste material e, um encontro destas linguagens que a princípio estavam dispersas" (Néio Lúcio, entrevista concedida ao autor em 15/05/86)

Discutindo a falta de pontos de encontro, a ausência de pessoas no espaços públicos, a carência de opções de lazer da cidade e, sobretudo, as dificuldades de obtenção de público para a arte produzida em Brasília (22), os artistas ligados à galeria decidiram ocupar o "quintal coletivo" das superquadras para realizar mensalmente os Concertos Cabeças, verdadeiros *happenings* culturais, envolvendo música, poesia, performances teatrais, artes plásticas, etc. (23). Além dos artistas convidados pelo grupo Cabeças, a participação seria aberta a todos os interessados, sem seleção, respeitando-se a pauta de apresentações estabelecida com antecedência.

O primeiro Concerto Cabeças, patrocinado inteiramente pelo grupo da galeria, foi um sucesso em termos de produção e repercussão na cidade. A partir do segundo até o décimo segundo concerto (todos na SQS 311, exceto o último) o grupo contará com apoio financeiro da FCDF. O público do Cabeças terá um crescimento vertiginoso: segundo dados do Relatório Anual de Atividades da FCDF (1979), ele passará de 280 (2

concerto) a aproximadamente 1.200 pessoas (11), chegando a atingir cerca de 4.000 espectadores no concerto comemorativo do primeiro aniversário, realizado no auditório do SESC da 913 sul. Este relatório traz ainda o seguinte comentário a respeito desta promoção: "o êxito foi tão grande que moradores e artistas de outros locais tiveram a mesma iniciativa de realizar concertos ao ar livre com apoio do 'grupo Cabeças' e da FCDF, surgindo, então, os concertos itinerantes". Os últimos, batizados "Grande Circular", foram promovidos nas superquadras 203 sul e 312 norte, no Cruzeiro e no Guará, apoiando e dando origem a outras experiências de caráter lúdico-pedagógico e associativo: "A proposta era dar condições para que os moradores das quadras se organizassem para promover este tipo de trabalho. Forneceríamos o som e a estrutura para os primeiros concertos, depois eles poderiam ser assumidos e recriados por Associações de Moradores e grupos locais organizados" (Néio Lúcio, entrevistado em 15/05/86) (24)

Porém, o crescimento do trabalho teve efeitos contraditórios sobre o movimento Cabeças, obrigando o grupo a uma mudança de estrutura:

"o concerto passou a ser de toda a cidade, vinha gente até das satélites...Ele teve que sair das quadras, mudando para a rampa do Parque Pithon Farias, antes que criasse algum problema (aliás, nós nunca tivemos nenhuma reclamação de nenhum morador). Ao mesmo tempo começaram as dificuldades financeiras: aumentaram os nossos custos, e a verba inicial da FCDF nunca foi corrigida" (idem) (25).

Para fugir ao aluguel da loja, a Galeria Cabeças mudou-se para a 912 sul, reformando e ocupando um prédio abandonado da SAB, onde foram promovidos cursos de música, artes plásticas, noites de jazz, etc: depois de transformado num espaço cultural alternativo da cidade, ele foi reivindicado pela Associação dos Servidores da SAB e devolvido a ela. Para complicar, em meados de 1981, na gestão de Carlos Fernando

Mathias, a FCDF corta a verba do Cabeças. Sem condições de sobrevivência, o concerto ficou fora do ar durante todo o ano de 1982, enquanto a galeria, registrada no Conselho Nacional do Serviço Social do MEC como "instituição civil sem fins lucrativos", passou a existir apenas "no papel". Mas, havendo conquistado a imprensa e formado uma espécie de "público cativo" que contribuiu para consolidar a carreira de diversos artistas locais (inclusive a vertente poético-musical examinada) nos três anos anteriores, o Cabeças ressurge em 1983 com uma nova estrutura: o ateliê-gráfica-escola, a "galeria", foi remontado na 713 sul, e o Concerto voltou a ser realizado no Parque Pithon com patrocínio do BrB, selecionando músicos e artistas e pagando cachê pelas apresentações.

Esta segunda edição do Cabeças vai até o final de 1985, regularmente, com interrupções apenas no período de chuvas (3 a 4 meses por ano). Com a democratização da FCDF sob a gestão de Luiz Humberto M. Pereira, em 1986, o Concerto Cabeças será "recuperado", passando a incorporar-se num conjunto mais amplo de promoções culturais coordenadas por Néio Lúcio a partir da criação da Assessoria de Assuntos Comunitários, cuja proposta inovadora e descaminho serão analisadas no próximo item. O saldo destes concertos não é modesto. Nestes oito anos de trabalho regular (um interrompido) o Cabeças foi o principal meio de divulgação da obra de diversos artistas locais, formando inclusive uma espécie de "público cativo": em sua terceira fase (com patrocínio da FCDF), segundo afirmação de Néio Lúcio na entrevista concedida ao autor, ele estaria levando mensalmente cerca de 3 mil pessoas ao Parque da Cidade sem necessidade de qualquer divulgação prévia.

Ambas as experiências analisadas acima ilustram nossas proposições iniciais sobre o caráter politizante dos movimentos culturais para os quais a difusão de determinadas formas de expressão se torna uma "estratégia" organizacional de agrupamentos. Elas demonstram que esta estratégia envolve um processo pedagógico de acumulação e aprimoramento de recursos simbólicos (linguagem de trabalho, discurso, projetos, memória, etc.) e materiais (aparelhamento logístico), juntamente com a formação de lideranças individuais e coletivas (consolidação de prestígio, de penetração junto às "bases" e trânsito junto a segmentos dirigentes no seio do Estado e da sociedade civil, "representatividade"). A experiência da ARUC exemplifica como, neste processo, um agrupamento de caráter eminentemente expressivo pode tornar-se uma entidade com um papel político-cultural definido no seio da sociedade civil de sua comunidade; enquanto o movimento articulado em torno da Galeria Cabeças indica outra possibilidade: a transformação das práticas pedagógico-organizacionais de expressão artística de um determinado agrupamento e seu discurso em instrumento de política cultural, saindo da esfera "pré-política". Se a passagem desta à esfera política propriamente dita é ilustrada no último caso, a passagem do nível expressivo ao nível pedagógico é ilustrada no primeiro, o que demonstra que apesar de sua diferenciação e hierarquização, estes níveis e esferas se interpenetram mutuamente. Por isso verificar-se-á a presença destes mesmos níveis como duas ordens de preocupação na esfera da política cultural estrito senso.

3 - Política Cultural e Cidadania no DF

Neste tópico, busca-se avaliar a experiência de agrupamentos e movimentos cujo principal objetivo é exercer influência direta na política cultural do GDF, para mostrar até que ponto esta é uma arena relevante na construção da cidadania dos habitantes de Brasília (lato senso). Porém, antes de examinar projetos, obstáculos, e tendências que se colocam neste caminho, é necessário descrever a situação da distribuição e da gestão dos equipamentos culturais no DF, que condiciona a atuação dos agentes sociais envolvidos neste processo.

Em primeiro lugar, observe-se que até recentemente o Estado tinha o monopólio dos espaços culturais de Brasília: este monopólio só foi quebrado com a inauguração do Teatro Garagem do SESC (1979) e do Teatro Dulcina (1980). Mas ainda hoje, através da FCDF e outros órgãos, é o GDF que controla os maiores e os melhores espaços culturais da cidade, sendo ainda incipientes os investimentos em projetos culturais de maior envergadura no âmbito da iniciativa privada na capital.

Em segundo lugar, recorde-se a existência de um violento contraste entre o Plano Piloto e as cidades satélites quanto à distribuição de equipamentos culturais: até recentemente o Plano Piloto concentrava todos os espaços culturais geridos diretamente pela FCDF, enquanto nenhuma das cidades satélites tinha sequer um único espaço destinado exclusivamente a promoções artístico-culturais, salvo alguns cinemas especializados na exibição de filmes de violência e pornografia. Se o Plano Piloto continua apresentando uma enorme capacidade ociosa quanto à utilização dos espaços culturais disponíveis, a situação das cidades satélites teve uma melhoria recente, com a construção e, principalmen-

te, o aparelhamento de salas de espetáculos na maioria delas .

Ainda sujeitos a conflitos institucionais, estes espaços culturais recentemente conquistados na maior parte das cidades satélites são fruto da convergência entre dois movimentos distintos: de um lado, a paulatina organização de produtores culturais radicados nas respectivas comunidades em movimentos reivindicativos e entidades representativas; e, de outro, movimentos abrangentes em prol da democratização da política cultural no DF que tiveram ascendência sobre o poder no âmbito da FCDF na conjuntura inaugurada com a assim chamada Nova República. As contradições desta democratização no campo cultural, os avanços e recuos do processo no âmbito do Estado e da sociedade civil em relação à definição de uma política cultural ligada à noção de cidadania serão abordados neste tópico.

3.1 - Antecedentes

Três tipos de movimentos associativos na área cultural alimentaram e prepararam a democratização da FCDF ocorrida na gestão de Luiz Humberto M. Pereira , a ser analisada no próximo item: 1) movimentos de caráter "corporativo"; 2) movimentos de âmbito "comunitário"; e 3) movimentos de cunho "abrangente". Se apenas os dois últimos introduzem a questão da cidadania na discussão da política cultural, os primeiros, enquanto focos de discussão da produção artística, também têm a sua relevância neste processo como se discute a seguir.

Afora organizações com atuação tipicamente trabalhista e sindical, como a Ordem dos Músicos de Brasília, a associação de artistas que trabalham no mesmo ramo também produziu entidades corporativas en-

gajadas na discussão de uma política específica de produção e difusão cultural para suas respectivas áreas. E o caso, por exemplo, da Federação do Teatro Amador do Distrito Federal (FETADIF), que possui uma proposta de produção e difusão teatral voltada para a formação de um segmento delimitado do público (26); ou do Sindicato dos Escritores, que tem organizado esquemas alternativos de edição e divulgação para os jovens autores da capital. Embora as entidades deste tipo tendam a se colocarem como clientes frente o Estado, numa posição aqui definida como "pré-política", elas têm fornecido apoio (dados, idéias e quadros) para a organização de movimentos e entidades culturais de cunho "comunitário" e "abrangente".

Face à sua carência de recursos para a cultura de um modo geral, o desenvolvimento e a diversificação da produção artística nas cidades satélites não desembocaria na formação de entidades corporativas ligadas a um setor específico da arte; mas, ao contrário, na união ainda recente de diversos segmentos de "produtores culturais" e interessados em torno de organizações voltadas para o desenvolvimento artístico-cultural de suas respectivas comunidades. A formação destes movimentos e entidades culturais de "orientação comunitária" vem se desenvolvendo principalmente em Taguatinga, Guará, Núcleo Bandeirante e Gama. Nas demais cidades satélites, eles são ainda inexpressivos, seja pela isolamento dos "produtores culturais" (Brazlândia, Sobradinho, Planaltina) ou pela presença de outros canais não especializados que veiculam as demandas de caráter cultural da comunidade (Ceilândia e Cruzeiro). Algumas peculiaridades e conquistas merecem ser destacadas entre as cidades satélites onde estes movimentos culturais se desenvolveram e ganharam autonomia.

Não por acaso, Taguatinga foi a primeira das cidades satélites a contar com uma associação representativa de produtores culturais locais: a Associação de Arte e Cultura de Taguatinga (AACT), criada em 1983. Sendo a cidade satélite economicamente mais próspera, a atividade cultural produzida ali teve condições de desenvolver-se a despeito da precária assistência da FCDF às cidades satélites, conseguindo algum apoio junto à iniciativa privada local. Nestas condições, Taguatinga também seria a primeira cidade satélite a obter do GDF o aparelhamento de uma sala de espetáculos para sua população, o Teatro da Praça, cuja abertura definitiva em 1984 envolveu a mobilização de diversos grupos artístico-culturais da cidade, incluindo a recém-criada AACT (27). Afora diversas promoções intermitentes, esta entidade tem promovido anualmente dois grandes eventos culturais na cidade desde sua criação: a Semana de Arte e Cultura de Taguatinga e a FACULTA (Feira de Arte e Cult. de Taguatinga), envolvendo atividades diversas, de espetáculos artísticos a debates sobre a política cultural no DF. Entre as sugestões nascidas nos últimos, além da criação de um centro cultural em Taguatinga, a AACT reivindica a participação de representantes de entidades culturais das cidades satélites no Conselho Deliberativo da FCDF, e a descentralização da política cultural do GDF (a partir da criação de "Departamentos de Cultura nas Administrações Regionais" das cidades satélites).

Na mesma linha, o grupo Comunidade do Guará surgiu em 1984. Além de promover eventos regulares, como a Semana de Arte do Guará, oficinas de arte, mostras de cinema e debates, o grupo tem procurado discutir e veicular as principais reivindicações da comunidade junto ao público que reúne. Endossando as reivindicações mais gerais da AACT, o

grupo também pleiteia a transformação do espaço poliesportivo do CAVE num centro cultural da cidade (28). Como a entidade de Taguatinga, a Comunidade do Guará também não possui uma sede própria e obtém recursos esparsos de fontes diversas para suas promoções (ECDF, Administração Regional local, patrocínio de empresas privadas).

O movimento cultural que surgiu no Núcleo Bandeirante e a entidade gerada por ele apresentam características bem peculiares. Por volta de 1982, diversos grupos artísticos da cidade se uniram para formar a Oficina Livre de Arte, um centro de ensino, produção e discussão de atividades artístico-culturais, que obteve apoio da Administração Regional local para suas atividades. Perdendo este apoio com a nova administração que assumiu o Núcleo Bandeirante a partir da nomeação de José Aparecido para o GDF em 1986, o grupo forma o Instituto de Arte e Cultura Cidade Livre, que consegue sensibilizar a iniciativa privada local para o seu trabalho. Obtendo a cessão gratuita de uma sala comercial para montar a sua sede, o Instituto tem promovido atividades (com patrocínio privado) diretamente ligadas à formação de uma identidade cultural entre os habitantes do Núcleo Bandeirante, como o "Projeto Documentação" e o "Núcleo Bandeirante em Prosa e Verso", ambos voltados para a constituição de uma memória histórica da cidade. Mas, apesar do apoio da iniciativa privada, o Instituto não deixa de reivindicar um melhor atendimento da cidade pelos órgãos de cultura do GDF, propondo um convênio entre a ECDF e a Administração Regional do Núcleo Bandeirante para a instalação e o gerenciamento de um espaço cultural na sede da mesma.

Embora esteja entre os núcleos urbanos mais carentes do DF, o Gama tem se destacado por apresentar uma fermentação cultural relativa-

mente grande no contexto das cidades satélites, devido à atividade de grupos que atuam de maneira mais ou menos isolada (29). Foi a partir de sua mobilização que o Gama tornou-se, desde 1986, a cidade satélite melhor servida de espaços culturais: além do Teatro do Gama, nascido com a reforma do auditório do Centro Educacional n 1 a partir de convênio entre a FEDE e a FCDF, ela conta com o Centro Cultural do Gama (cinema, teatro, biblioteca e sala de exposições). O último foi uma conquista de um dos grupos mais antigos e ativos da comunidade, o Cineclube Porta Aberta, responsável também pela edição de um jornal local com periodicidade irregular, a Folha do Gama.

A despeito da falta de mobilização ou organização de seus produtores culturais, as demais cidades satélites, com exceção de Brazlândia (e do "bairro" do Cruzeiro), também foram beneficiadas com a abertura recente de espaços culturais. A partir de convênio entre a FCDF e a FEDE, firmados por iniciativa da primeira na gestão de Luiz Humberto M. Pereira, antigos auditórios escolares foram reformados e transformados nos teatros de Planaltina e Sobradinho. Quanto à Ceilândia, se não obteve a construção de um grande Centro Cultural pleiteado por diversas entidades e, cujo projeto arquitetônico e orçamento chegaram a ser definidos por técnicos da Administração Regional, a cidade foi contemplada com a construção da Casa do Cantador, projetada por Oscar Niemeyer por iniciativa do governador Aparecido de Oliveira.

O mais importante nas experiências acima não foi, contudo, a obtenção dos referidos espaços culturais, uma vez que a estabilidade ou o acesso à maioria deles podem ser comprometidos por eventuais problemas administrativos entre a FCDF e a FEDE (rompimento dos convênios), ou sua requisição pelos legítimos proprietários ou beneficiários pre-

ferenciais (no caso do Instituto de Arte e Cultura Cidade Livre e da Cass do Cantador, respectivamente). Trata-se, antes, do fortalecimento das entidades culturais das cidades satélites, a partir de seu reconhecimento enquanto interlocutores legítimos das comunidades representadas no que se refere a demandas de caráter cultural.

Finalmente, podemos abordar os movimentos culturais de caráter abrangente que surgiram basicamente no Plano Piloto, extrapolando-o em suas preocupações. Se os movimentos precedentes tiveram a consolidação de determinado agrupamento em torno de uma entidade representativa como a estratégia fundamental para o seu auto-fortalecimento, aqueles que abordaremos agora colocam-se a associação intergrupai e o fortalecimento mútuo de todas as entidades participantes como alvo central no seu horizonte político.

O CUCA (Movimento Candango de Dinamização Cultural) foi o precursor destes movimentos em Brasília. Ele nasceu em 1980 a partir de diversas reuniões e debates organizados por um grupo de alunos da UnB que pretendia criar um Centro Universitário de Cultura (CUC) para animar a vida cultural da universidade. Partindo de uma crítica aos antigos Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE, o grupo entendia que a criação de centros deste tipo não caberia à universidade, mas ao próprio povo, através de entidades populares diversas. Todavia, venceu a posição que defendia a integração da universidade à comunidade em que está inserida, nascendo o CUCA, um "mutirão cultural" aberto a artistas e interessados na dinamização da vida cultural de Brasília. A partir daí o grupo promoveu diversas reuniões, debates e seminários (geralmente no SESC, com participação aberta aos interessados e divulgação na imprensa), lançou manifestos reivindicativos, produziu docu-

mentos e um jornal de periodicidade irregular. O CUCA foi se definindo paulatinamente como um movimento mais voltado para a intervenção na política cultural do que na produção cultural de Brasília, intercedendo em prol da Galeria Cabeças, ameaçada de fechamento, em 1980, e tomando parte nas habituais polêmicas que se produzem a cada ano em torno do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, entre tantas outras.

Contudo, afora a empolgação inicial, o CUCA jamais conseguiria uma ampliação efetiva de sua base de apoio; pois, além de problemas ligados à falta de infra-estrutura, não havia ainda uma conjuntura favorável à união dos diversos movimentos de cunho cultural que ainda estavam em formação no DF. Mesmo assim surge, em 1982, a Frente Cultural de Brasília, uma tentativa de união de entidades profissionais, culturais e estudantis para intervir na vida cultural da cidade, à qual o CUCA se une para promover debates e seminários diversos. Entretanto, pelas mesmas razões, este movimento também perderia o fôlego antes de conseguir estruturar-se efetivamente. Mas, por volta do final de 1983, o que restava de ambos eram apenas as siglas em torno das quais se agregavam uns poucos e aguerridos militantes para discutir questões e eventualmente organizar promoções culturais (ainda hoje o CUCA sobrevive um tanto quixotesicamente). Todavia, ambos haviam contribuído para difundir entre os produtores culturais do DF a prática de discutir democraticamente a política cultural do Estado, fornecendo inúmeros subsídios contidos nos documentos e manifestos que produziram.

Em 1984, como o restante do país, Brasília foi sacudida por uma ampla mobilização política, inicialmente em torno da campanha pró-Diretas para a presidência da República e, depois, pela eleição de Tan-

credo Neves via colégio eleitoral. Com a vitória de Tancredo, abriam-se novas perspectivas para a cultura no país, como o fim da censura, e a criação do anunciado Ministério da Cultura a partir do desmembramento do MEC. Na capital, além disso, a eleição do novo presidente significaria uma ampla renovação no GDF, a começar pela indicação de um novo governador. Neste contexto, entre fins de 1984 e início de 1985, surgiriam em Brasília diversos movimentos interessados em discutir e participar da formulação de uma nova política cultural para Brasília e para o Brasil, alguns dos quais serão abordados a seguir.

O primeiro deles, posteriormente chamado "Movimento do Garvey" (pelo fato das reuniões terem sido feitas no Garvey Park Hotel), teve preocupações estritamente locais. Reunindo artistas, intelectuais e representantes de entidades culturais do Plano Piloto e das cidades satélites, tratava-se de traçar diretrizes de uma política cultural para o DF, incluindo a indicação de nomes para ocupar a diretoria executiva da FCDF, que gerou polêmicas e dissensões. O movimento culminou na elaboração de um documento entregue ao presidente eleito. Entre outros pontos, reivindicava-se a democratização do Conselho Deliberativo da FCDF e a construção (ou reaparelhamento de espaços já existentes) de pelo menos um teatro em cada cidade satélite.

Pouco depois de iniciado o mov. do Garvey, a Fundação Pedrosa Horta, do FNDB, desencadeou um movimento (suprapartidário) que viria a ser chamado de "Cultura, Brasília/Brasil". Como indica o nome adotado, este movimento pretendia inserir a discussão de uma política cultural para o DF no âmbito de um debate mais amplo sobre a cultura nacional, ligado à anunciada criação do MINC. Ele congregou um número significativo de entidades e lideranças representativas do meio artístico-cul-

tural do DF, reunindo-se na Fundação pró-Memória, onde o então Ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira compareceu a uma das reuniões. Os principais desdobramentos deste movimento foram a formação de pequenos grupos de trabalho e debate para atuarem em áreas específicas (30) e, a elaboração de documentos envolvendo princípios e diretrizes para uma política cultural nacional e local. Alguns destes princípios merecem ser destacados aqui, por estarem imediatamente relacionados à problemática discutida neste capítulo.

Em primeiro lugar, a questão da cultura é associada diretamente à cidadania, o "acesso aos bens culturais por parte de amplas camadas até agora excluídas" devendo constar entre os "novos direitos" a serem consagrados na Constituinte. Isto implica a articulação da questão cultural com a plena emancipação política do DF, e o reconhecimento de que o "espaço de operação institucional" da política cultural nesta unidade da Federação deve abranger toda a sua "área geográfica e social... , em seus setores rural e urbano, aí incluídas as invasões e outras formas de assentamento". Ainda neste sentido se insere a proposta de "mobilização dos órgãos da sociedade civil como possíveis focos de criação e difusão dos bens da cultura". Em segundo lugar, reafirma-se reivindicações e princípios recorrentes nos diversos movimentos culturais que têm se formado e dissolvido na capital, entre outros: a necessidade de uma interação efetiva entre a educação e a cultura, através de um trabalho conjunto entre FCDF e FEDF, como também da dinamização da UnB; a descentralização da política cultural, dotando as administrações regionais de recursos orçamentários e competência legal para atuarem no setor; o beneficiamento de todas cidades satélites com uma infra-estrutura básica para o desenvolvimento da produção

cultural local; e, a democratização do Conselho Deliberativo da FCDF (Fund. Pedroso Horta, 1985).

Favorecidos pela conjuntura política, os dois últimos movimentos tiveram uma forte repercussão junto à imprensa e à chamada "comunidade artístico-cultural". Além dos subsídios para uma política cultural democrática contidos nos documentos produzidos por ambos, eles contribuíram para o reconhecimento e legitimação de lideranças atuantes nesta área que viriam a compor o novo *staff* da FCDF com a nomeação de Luiz Humberto M. Pereira, um dos nomes sugeridos pelo Movimento do Garvey, para a diretoria executiva deste órgão (31). Apesar de sua curta duração, a gestão de Luiz Humberto na FCDF foi uma experiência marcada por um projeto de democratização da política cultural ligado à questão da cidadania, como veremos a seguir.

3.2 - A Cidadania na Política Cultural: experiências de um projeto democrático para a administração da cultura

A ascensão de Luiz Humberto à diretoria executiva da FCDF representou uma autêntica renovação de forças na política cultural do DF, não apenas por ser um nome há muito reconhecido como um ativista cultural da cidade (cf. perfil, ANEXO IV, p 450), mas pelo respaldo que ele teve junto aos supracitados movimentos culturais surgidos no nascedouro da Nova República, nos quais teve nítida participação. Assim, Luiz Humberto fez questão de honrar seus compromissos com os segmentos mais combativos do meio artístico-cultural da cidade, tanto na formação do novo *staff* da FCDF, como no atendimento às principais reivindicações deles. No primeiro aspecto, ele nos explica durante a entrevista

ta que "buscou-se montar um corpo produtivo a partir de uma equipe formada com pessoas com uma experiência cultural enraizada e reconhecida na cidade". Quanto ao segundo, o novo convênio firmado com a FEDF, que permitiu o surgimento de espaços culturais nas cidades satélites a partir do reaparelhamento de antigos auditórios escolares, representou o atendimento quase total de uma das reivindicações mais constantes nos movimentos culturais aqui abordados. Mas, as principais mudanças ocorreram a nível da política e da filosofia de trabalho da ECDF.

Como recorda Néio Lúcio, em entrevista ao autor, "as duas formas mais constantes de atuação da Fundação Cultural junto à comunidade sempre foram o atendimento isolado, a varejo, e o apadrinhamento". A nova gestão, ao contrário, procuraria atuar globalmente, sem paternalismo, e buscando um mínimo de representatividade para os seus projetos e decisões. Mesmo assumindo a diretoria da ECDF com dois terços do orçamento comprometidos e todas as pautas do Teatro Nacional tomadas, segundo declarou-nos Luiz Humberto, a nova equipe dividiu-se em 23 grupos de trabalho, que criaram novas assessorias e colocaram em marcha 15 novos projetos, além de recuperar antigas promoções que apesar de bem sucedidas não haviam sobrevivido por falta de apoio e outras dificuldades (Concerto Cabeças, Feira de Música, etc.) (32). Do ponto de vista da nossa problemática, a política cultural como um campo onde podem estar em jogo a prática e a expressão da cidadania, a criação da Assessoria de Assuntos Comunitários (AAC), pela qual pretendeu-se estender às cidades satélites e mesmo a algumas invasões recursos governamentais destinados à promoção cultural, foi a principal inovação da nova gestão.

E o coordenador da AAC, Néio Lúcio, que explica a proposta da nova assessoria:

"Não dá mais! É uma mentira! Eu não vejo condições em absoluto de um órgão institucional criar projetos na casa dos outros: você não pode chegar a um entendimento da atividade artística baseada na cultura de cada lugar se você não vive nestes lugares... Assim, fizemos várias visitas às cidades satélites e à invasão do Paranoá, recebemos propostas e discutimos uma linha de prioridades com os líderes da comunidade, buscando fazer um atendimento global baseado em suas carências comuns. Contratamos pelo menos um representante de cada cidade satélite, indicado por meio de associações dos moradores para trabalhar conosco por três meses, sem vínculo empregatício. Passado este período, são escolhidos outros representantes no mesmo esquema... Nós estamos trabalhando pelo fortalecimento das associações de moradores e associações culturais da comunidade pra que, uma vez legalizadas e legitimadas por sua representatividade, elas possam gerenciar as verbas e os programas elaborados por eles com a nossa assessoria" (entrevista ao autor em 15/05/86).

Escolhidos efetivamente entre as entidades culturais ou "comunitárias" mais atuantes, os representantes das cidades satélites reuniam-se semanalmente entre si (na sede do SINDBANC) e com o coordenador da AAC. Assim, afora o fortalecimento de entidades já consolidadas e o incentivo a organizações emergentes, o trabalho da AAC favoreceria o desenvolvimento de uma noção de sociedade civil entre elas, na medida que colocou em seu horizonte uma possibilidade de unificação dos movimentos culturais das cidades satélites. Das reuniões entre si, os representantes das satélites levantaram reivindicações e propostas comuns, como a criação de uma rubrica específica para as cidades satélites no orçamento da FCDF; espaço garantido para representantes das mesmas no Conselho Deliberativo deste órgão; e a criação de um Centro de Ação Cultural, das Satélites. Quanto às invasões, a atuação da AAC restringiu-se àquelas mais antigas, organizadas e

próximas do Plano Piloto, as Vilas Planalto e Paranoá. Ao invés de contratar representantes, a AAC preferiu atuar através de convênios com as associações de moradores destas vilas, pelos quais foram desenvolvidos projetos culturais participativos, que tiveram grande sucesso junto a elas.

Portanto, o que conferiu à gestão de Luiz Humberto um caráter inequivocamente democrático não foi apenas a representatividade dele e de sua equipe junto aos principais movimentos culturais surgidos no DF, de onde saíram; mas, principalmente, o norteamento da política cultural da FCDF por dois princípios essenciais à democracia: a cidadania e, o fortalecimento da sociedade civil. Porém, o movimento que os levou ao poder, como de resto, toda a renovação política ocorrida na malfadada Nova República antes da promulgação da nova Constituição, nasceu de iniciativas da própria sociedade civil sem uma democratização concomitante do Estado, o que acabaria provocando o desandamento do processo democrático.

3.3 - Descaminhos da democratização

"Eu não tenho posição, eu tenho movimento"

(Néio Lúcio)

Uma das primeiras medidas anunciadas por José Aparecido quando deixou o MINC para assumir o comando do GDF na primeira quinzena de maio de 1985 foi a criação de quatro novas secretarias de governo, entre as quais uma Secretaria de Cultura (SC) ,

que nasceria do desmembramento da Secr. de Educação e Cultura (SEC). A criação da SC, justamente num momento em que se abriam perspectivas de uma verdadeira democratização da FCDF, provocou uma forte reação dos segmentos mais mobilizados da área cultural no DF, que se uniram em torno do movimento Cultura, Brasília, Democracia, iniciado no dia 18 de maio, para impedir a implantação do novo órgão. Questionava-se não apenas a maneira como o novo órgão foi concebido, às pressas e sem discussão com os setores interessados, mas também a sua utilidade. Expressando uma opinião consensual entre os participantes daquele movimento, Luiz Humberto argumentou na sua entrevista:

"A separação entre educação e cultura em termos operacionais justifica-se em muitos casos, desde que não haja perda de contato entre as partes. Mas não se trata disso no DF: sua extensão territorial e população reduzida em relação às demais unidades da Federação não justifica a coexistência de uma Secretaria de Cultura e uma Fundação Cultural."

Porém, o que estava em jogo não era meramente uma questão de racionalidade administrativa, mas, o possível esvaziamento do projeto de democratização da política cultural que estava em curso na FCDF: ela passaria a ser um mero órgão executivo da política elaborada pela Secretaria de Cultura. Ante esta ameaça, o movimento Cultura, Brasília, Democracia obteve um crescimento extraordinário, a ponto de, em menos de dez dias, forçar a demissão do primeiro futuro secretário da Cultura. No mesmo dia (26/04/85), o governador convida Vera Pinheiro, esposa do deputado mineiro Israel Pinheiro Filho, para assumir o cargo cuja criação ainda não fora oficializada. O movimento reage levando suas objeções à Comissão do Senado para o DF. Nesta ocasião, esclareceu-se que o desmembramento da SEC dependeria da aprovação do Senado Federal mediante avaliação favorável das Comissões do DF, de Constituição e

Justiça, e de Finanças, além de votação plenária. Assim, o movimento decide organizar um grande seminário juntamente com a Comissão de Educação e Cultura do Senado para debater a questão. Ocorrido no final de agosto, o seminário "Cultura, nua e crua", contando com a presença dos ministros da Educação e da Cultura, dos titulares da SEC, da FEDF e da FCDF, de senadores, e inúmeros representantes dos produtores culturais de Brasília, gerou acirradas polêmicas, mas não conseguiu reverter a decisão do governador, que acabaria sendo aprovada pelo Senado. Todavia, a regulamentação definitiva da Secretaria de Cultura só viria à tona muito depois, pelo decreto n.º 9.798 de 13 de outubro de 1986.

Inconformado com a criação da nova secretaria do GDF, Luiz Humberto tornaria públicas e frequentes as suas críticas ao governador e à secretária da cultura, as quais teriam provocado a sua demissão da FCDF no início de 1986. Sua substituição por Reynaldo Jardim - um poeta e jornalista bem relacionado no meio político e recém-chegado à cidade - não gerou uma ruptura brusca na política da Fundação Cultural, uma vez que a mesma equipe de trabalho e os mesmos projetos seriam inicialmente preservados. No entanto, o *sprit de corps* que estava começando a se formar, e "aquela empolgação de Nova República", foram drasticamente abalados com a demissão do principal organizador daquela equipe. Entrevistado no início da nova gestão, Néio Lúcio fez um comentário crítico sobre o clima de dispersão que começava a tomar conta da FCDF:

"As coisas não estão de vento em popa...Falta uma política de trabalho definida para investir bem o nosso orçamento. Falta um longo caminho a percorrer para que a Fundação Cultural pense e funcione como um todo, e não como um monte de assessorias isoladas. Mas não é ninguém que vai chegar e dizer "é assim!" Isto terá que ser conquistado a partir de um processo de discussão, de dinâmica de grupo. E falta ainda um bom tempo para a gente

conseguir esta linguagem, sob pena de, não conseguindo, ficarmos iguais ou piores que as gestões passadas: tudo emperrado com roupagem de democracia"

Visando uma reestruturação da FCDF e a formulação de uma política cultural global para Brasília, foi proposta a realização de um grande seminário envolvendo o conjunto da FCDF e dos grupos e entidades ligados à cultura no DF, além do titular da Secretaria de Cultura (ainda sem estrutura). A pretexto de concentração de esforços para a preparação do seminário, as principais promoções da FCDF seriam provisoriamente suspensas durante um longo período. Porém, a "comunidade cultural" não se manteria inerte neste interim, reagindo através de novos movimentos, como o MAC (Mov. de Articulação Cultural), e reivindicações, como a criação de um Conselho Popular de Cultura que participaria da formulação da política cultural do GDF. Defendida por representantes de 32 entidades reunidas no dia 19 de setembro de 1986 com Reynaldo Jardim e Assessores nas dependências do Teatro Nacional, a criação deste conselho ficou para ser discutida durante o "Qualé da cultura" (nome pelo qual ficou conhecido o seminário planejado). O seminário jamais seria realizado. Porém, o decreto de 13 de outubro que instituiu a SC determinou a criação de um Conselho de Cultura em caráter provisório, ao qual caberia promover estudos e elaborar um regimento para o conselho a ser implantado definitivamente. O próprio conselho provisório, no entanto, permaneceria apenas "no papel" até o início de 1989.

Mas, esta longa fase de "hibernação" da FCDF, não foi apenas um período de inércia: ela permitiu que Reynaldo Jardim abandonasse sua retórica em favor de uma "não política cultural" por parte do Estado, e avançasse seus próprios projetos, desativando definitivamente a AAC,

assim como promoções bem sucedidas efetuados na gestão passada (Concerto Cabeças, Jogos de Cena, etc.). O retrocesso foi evidente: o principal projeto de Jardim (que obteve mais recursos), o "UniverCidade" foi uma generosa concessão à cultura místico-alternativa, promovendo cursos, palestras e atendimentos individuais nas áreas de homeopatia, acupuntura, astrologia, psicoterapia, etc.; enquanto os demais representaram um retorno à política de "atendimento a varejo" à comunidade.

Os novos rumos tomados pela gestão de Jardim não produziram apenas o seu desgaste junto a amplos setores dos produtores culturais do DF, mas igualmente inúmeras dissensões internas no corpo da FCDF: a maior parte da equipe que tinha sido montada por Luiz Humberto já havia se demitido no início de 1987. Com a situação agravada por frequentes desentendimentos com D'Alembert Jaccoud, novo titular da SC (33), Jardim é afastado no final deste ano (sendo premiado pelo governador com uma Assessoria Especial de Assuntos Culturais) e substituído pelo maestro Marlos Nobre.

Outro nome que veio de fora da cidade, o maestro foi recebido com desconfiança. Ao mesmo tempo, sua nomeação foi anunciada pelo governador Aparecido juntamente com uma reforma administrativa que poderia absorver a FCDF na Secretaria de Cultura. Tomando conhecimento da ampla mobilização que os artistas e produtores culturais da cidade vinham fazendo para combater o imobilismo imperante na política cultural do DF, Nobre tomou a iniciativa de ouvi-los em duas séries de encontros promovidos no Plano Piloto ("Fala Brasília") e em cada uma das cidades satélites ("Fala Satélite") entre fins de janeiro e início de março de 1988. Entretanto não houve uma mudança de rumos na sua gestão

(os novos projetos e recursos obtidos contemplariam quase exclusivamente as áreas de música e dança), assim como não houve a anunciada reforma administrativa. Contudo, as entidades culturais da cidade permaneceriam vigilantes.

A partir de setembro, quando se define Joaquim Roriz como o sucessor de José Aparecido (reconduzido ao posto de Ministro da Cultura) no comando do GDF, começa a se formar a "Articulação Cultural", uma frente de entidades culturais que se mobiliza para influir numa possível sucessão no setor cultural (FCDF e SC), decorrente da troca de governo. Além da indicação de nomes para substituir Nobre e Jaccoud, discute-se intensamente a formulação de uma nova política cultural para o DF, elaborando sucessivos documentos, e, elege-se uma comissão de 15 membros para compor uma "câmara permanente de vigília cultural". A mobilização é tão intensa e, tão grande a sua repercussão, que, através do decreto n 11.307 de 22 de novembro de 1988, Joaquim Roriz transforma esta comissão no Grupo de Trabalho para a Cultura (GT-Cultura), encarregado de estudar os problemas e propor alternativas para o setor. Quatro dias após a promulgação do decreto, amparado nos trabalhos da "articulação cultural", o GT-Cultura apresenta um relatório conclusivo ao novo governador. As principais reivindicações do relatório são: a realização de um grande **Seminário de Cultura** com ampla divulgação e participação de entidades culturais para discutir a institucionalização definitiva do sistema cultural do GDF (SC e FCDF); a implantação imediata do Conselho de Cultura provisório (conforme determina o decreto n 9.798) para sistematizar os resultados do seminário, elaborar e implementar o regimento do Conselho de Cultura definitivo (34); e, a descentralização da política cultural com a criação de nú-

cleos regionais da FCDF ou de "casas da cultura" nas cidades satélites.

Mas, além da extensa lista de reivindicações (que incluem demandas tipicamente corporativas ligadas aos profissionais da cultura), o relatório do GT-Cultura traz todo um discurso, enumerando princípios e diretrizes, que merece ser analisado aqui. A partir do entendimento da cultura como "um sistema em correlação com outros" (o político, o econômico, o educacional, o tecnológico e o meio ambiente), postula-se que "a ação cultural do Estado deve integrar-se num processo mais amplo que se volte para as circunstâncias e exigências do momento histórico". Deste postulado deduz-se que esta ação deve orientar-se por diretrizes básicas, entre as quais são destacadas a "formação da cidadania", o fortalecimento da "sociedade civil"; o reforço da "identidade cultural"; e o "incentivo à produção e difusão de bens culturais" (sem um "paternalismo" que comprometa a "autonomia" dos criadores. Estas diretrizes implicam buscar uma "coerência da ação cultural com as características, necessidades e interesses da comunidade do Distrito Federal"; garantir o acesso à cultura para todos os cidadãos de Brasília "em toda a sua geografia" (na qual foi incluída a região do Entorno); a educação destes cidadãos para um "comprometimento participante na sociedade"; e, o estímulo à "organização comunitária" (GT-Cultura, 1988).

Agora a politização do fenômeno cultural num discurso coerente, o relatório do GT-Cultura indica também a crescente unidade do movimento cultural do DF:

"Agora, quando pela enésima vez nos reunimos, é preciso dizer claramente que esta luta por uma representação da sociedade civil perante o Estado não é original. Nada de novo tratamos. Apenas referenciamos e ratificamos o tra-

balho de muitos aqui presentes, outros ausentes, alguns para sempre" (idem, p.1, grifado por mim).

Neste sentido, o relatório apresenta "à guisa de memória" um anexo com diversos documentos nascidos de debates com a "comunidade artístico-cultural" de Brasília de 1985 a 1988 (alguns dos quais já abordados aqui).

Todavia, a despeito dos notáveis avanços da sociedade civil nesta direção, a democratização da política cultural continua apenas uma esperança. Voltando ao GT-Cultura, foram pequenos os resultados práticos gerados por ele. Tendo sua representatividade questionada por entidades culturais ligadas às áreas de música e dança (35), a implantação do Conselho de Cultura provisório só foi se dar em fevereiro deste ano (1989). Porém, o Seminário de Cultura reivindicado pelas entidades ligadas ao setor não foi realizado e, sem ele, o Conselho deu prosseguimento à elaboração de um regimento para o Conselho definitivo. O imobilismo do Estado e o crescimento das tensões internas inerentes à crescente organização da sociedade civil vem produzindo certo desgaste nas lideranças e um refluxo na mobilização conjunta de entidades culturais.

Pois bem, para concluir este capítulo, é hora de se fazer um balanço dos fatores e tendências que indicam possibilidades negativas ou positivas de institucionalização de uma política cultural balizada por princípios democráticos; pois, a prática efetiva desta política é sempre uma questão atualizada conjunturalmente, de acordo com os interesses e a correlação de forças entre os agentes sociais envolvidos.

No âmbito da sociedade civil vem se observando uma crescente politização dos segmentos sociais ligados à produção artístico-cultural ao longo da década de 80 (correlata a um avanço progressivo da organi-

zação pré-política no campo da cultura popular e da cultura universitária). Todavia, este processo que, de certa maneira, pode ser visto como "natural" e cumulativo (no aspecto da memória formada e da experiência organizacional adquirida), também apresenta as suas próprias contradições. A politização crescente dos "militantes culturais" geralmente ameaça a unidade do movimento cultural enquanto luta geral por uma "representação da sociedade civil perante o Estado", uma vez que as reivindicações vão se tornando cada vez mais particulares e "profissionais". Como nos declarou Luiz Humberto, depois de ter vivido sua experiência de diretor-executivo da FCDF: "o que se observa é a tentativa continuada de privatização da coisa pública; todo mundo, o tempo todo..." Além disso, a politização crescente destes militantes acaba reforçando a liderança de alguns em detrimento de outros, o que gera um problema constante de questionamentos e disputas em torno da questão sempre polêmica da "representatividade".

Quanto ao Estado, o que ocorreu em Brasília reflete, como em todo o Brasil, os descaminhos da democracia numa conjuntura de transição. Os governadores indicados para Brasília pelo presidente Sarney, Aparecido e Roriz, brindaram os brasilienses com um discurso e uma estratégia política (criação de comissões, grupos de estudo, etc.) democráticos que, entretanto, não se converteram em práticas democráticas (v. episódio de criação da SC, sob forte oposição da "comunidade"). Ao mesmo tempo, os avanços efetivamente ocorridos na democratização da política cultural produziram suas próprias contradições, cuja superação demandaria mais democracia, sem prejuízo de uma autoridade competente e legítima. O Estado não deu prosseguimento a este processo (v. "boicote" ao "Qualé da Cultura" e ao Seminário de Cultura). Como

recorda Néio Lúcio, entrevistado quando ainda estava à frente da AAC no início da gestão Jardim, houve um "espírito de Nova República" inicial que contagiou muita gente:

"todo mundo querendo mostrar trabalho e botar em prática toda aquela teorização sobre democracia e processo de discussão. Isto aqui passou como em todo o Brasil. Mas está havendo um processo crescente de reivindicações nem sempre consequentes."

Se atualmente assiste-se a um refluxo na mobilização da sociedade civil, é possível prever novos movimentos de produtores culturais com a proximidade das eleições presidenciais. O novo presidente indicará pela última vez o governador do DF. Somente em novembro de 1990 os brasilienses elegerão o titular do GDF. E a partir deste momento, quando poderá haver uma efetiva interpenetração entre Estado e sociedade civil, que a institucionalização de uma política cultural orientada por princípios democráticos (como o desenvolvimento da cidadania e da "organização comunitária") estará colocada no horizonte dos brasilienses.

NOTAS

- (01) Nunca é demais lembrar que a palavra habitante tem a mesma raiz da palavra hábito; ou seja, que o "habitar", como situação social que inclui e ultrapassa o "habitat", pois engloba sua apropriação social (v. cap. IV, item 3.1), tem uma poderosa influência na conformação dos modos de vida peculiares aos diversos agrupamentos sociais.
- (02) Na discussão a respeito da noção de mudança social, tem sido costume entre os sociólogos reservar a expressão para as transformações "estruturais" da sociedade. Embora certos autores incluam o "sistema de valores" entre os elementos constitutivos da estrutura social, uma parte significativa dos teóricos da sociologia, entre marxistas e não marxistas, prefere considerar valores, idéias, arte, doutrinas religiosas e morais (i.e., os fenômenos culturais de um modo geral) como fatores de determinação social secundária, reservando o termo mudança cultural para as transformações ocorridas nesta esfera (cf. Bottomore, 1978:cap.XVII). No âmbito da antropologia, por sua vez, a questão cultural foi abordada de uma maneira distinta, mais "universalista" e, menos comprometida com a análise histórica. Segundo a noção antropológica, a cultura seria o fator responsável pela "humanização" do homem animal, sendo definida como o "não-natural": ou seja, como tudo aquilo que o homem acrescentaria à natureza, especialmente a produção de códigos simbólicos que o permitem comunicar-se e expressar-se na coletividade, transmitindo conhecimentos através das gerações. Desenvolvida paulatinamente com as pesquisas etnológicas que acompanharam o neocolonialismo europeu, esta noção se funda sobre a idéia da unidade psíquica da humanidade, segundo a qual não haveria diferenças significativas na natureza do processo de pensamento entre os diversos povos e civilizações. Dela nasceria um dos conceitos mais centrais da teoria antropológica, o relativismo cultural, fundamento metodológico da antropologia clássica, que permitiu a esta disciplina demonstrar a "racionalidade" ou a "lógica" interna das visões de mundo de todos os povos e, ao mesmo tempo, fazer a crítica do etnocentrismo da ciência dos civilizados.
- (03) O questionamento teórico mais profundo do papel social dos intelectuais é relativamente recente, como sugere Michel Foucault em diálogo com Giles Deleuze. Segundo ele, a representação tradicional do intelectual politizado enquanto consciência e eloquência das massas (era quem "dizia a verdade àqueles que ainda não a viam e, em nome daqueles que não podiam vê-la"), da qual o intelectual socialista típico tornou-se o paradigma fundamental, foi rompida pelas próprias massas com novas práticas sociais, mediante seu próprio discurso e saber (Foucault, 1985:71). Haveria, contudo, "um sistema de poder que barra, proíbe, invalida, esse discurso e esse saber" do qual os intelectuais fazem parte como "objeto e instrumento". Para ele, o novo papel político do intelectual, neste contexto, seria "lutar contra as formas de poder" que permeiam a ordem do discurso, da verdade e do saber (ibidem). Se o antigo paradigma do "intelectual engajado" entrou em crise, a politização destes agentes sociais não tende necessariamente a

seguir o caminho apontado por Foucault, como tem demonstrado o papel significativo desempenhado por eles nos "novos" movimentos sociais, tão estudados desde a década passada: apesar de identificados como "elementos externos", a presença destes "intelectuais" (profissionais liberais, líderes políticos e religiosos) nestes movimentos, além de contribuir para o sucesso de suas causas, tem sido frequentemente requisitada pelos mesmos (Boschi, 1983). Ao invés de lutar contra o sistema de poder ideológico-cultural, as massas e os intelectuais organicamente ligados a elas podem escolher lutar pelo poder dentro dele. Trata-se de um sistema cujo "funcionamento" (as relações que se estabelecem entre os agentes sociais participantes) se aproxima de uma "economia de trocas simbólicas"; pois, implica competição, acumulação e investimentos de "capital cultural", conforme sistematizado por Bourdieu (1974).

- (04) Sintonizado com o debate contemporâneo em torno do conceito de cultura, Gramsci confere a devida importância aos elementos, por assim dizer, "antropológicos" do fenômeno cultural sem cair no universalismo politicamente estéril, ao postular que "o homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza" (citado in Dias, 1984:81). Além disso, ao invés de seguir o velho paradigma do intelectual socialista criticado por Foucault (nota anterior), ele denuncia o "jacobinismo" de direita e de esquerda, relativiza as noções de ciência e filosofia, e elabora um conceito sofisticado de intelectuais (Gramsci, 1982 e 1984). Mais importante ainda, é o fato de que o mais brilhante marxista italiano pensa a questão da cultura dialeticamente, articulando-a ao domínio da economia, da política e da ideologia no seio de formações sociais determinadas, situadas em conjunturas ou "blocos históricos" específicos. Uma discussão mais detalhada sobre a questão da relação entre mudança social e mudança cultural no pensamento gramsciano pode ser encontrada em Vargas (1986).
- (05) A consolidação da hegemonia no seio de um bloco histórico no pensamento gramsciano constitui "o problema fundamental de toda concepção de mundo que se transformou em movimento cultural, em uma 'religião', em uma 'fé', isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade, nas quais esteja contida como 'premissa' implícita ..." (Gramsci, 1984a:16). Segundo ele, a formação deste "bloco intelectual-moral" implica estabelecer possibilidades culturais de passagem do saber ao compreender e ao sentir, e vice-versa, mediante uma "relação afetiva entre intelectuais e povo-nação": "...o elemento popular 'sente', mas nem sempre compreende ou sabe; o intelectual 'sabe', mas nem sempre compreende e, muito menos, 'sente' " (p. 139). Gramsci chega a ser taxativo: "não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta relação sentimental entre intelectuais e povo-nação" (ibidem).
- (06) Segundo Gramsci (1982:7), "se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais". Para ele, se todo homem pode ser considerado, em certo sentido, como um "intelectual" ou um "filósofo", é necessário recordar que "nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (ibidem). A questão relevante, em sua perspectiva, torna-se caracterizar historicamente esta função e estes agentes enquanto categoria social, o que ele faz nas inúmeras

ras "notas esparsas" desta obra.

- (07) O que explica a força e o arraigamento dos laços regionais na população de Brasília é o fato de que a maior parte dos migrantes veio para a capital diretamente do local de nascimento. Segundo Holston (1986) estas "migrações diretas" representaram cerca de 71% do contingente migratório total no período pré-inaugural, tornando-se a base para o desenvolvimento de afinidades culturais e para ações de solidariedade social entre os pioneiros (p.307). Acrescente-se que este fator persistiria praticamente inalterado ao longo da década de 60: uma pesquisa realizada pelo Dept de Geociências da UnB no segundo semestre de 1970 sobre correntes migratórias para o DF mostrou que, a despeito da existência de "etapas migratórias" com trajetórias mais ou menos definidas, os deslocamentos diretamente da origem representavam ainda 70% do total migratório (Ferreira e Paviani, 1973:157).
- (08) A trajetória social e o discurso do entrevistado Deodato Rivera (cf. ANEXO IV, p...) permitem qualificá-lo como um bom exemplo deste tipo de intelectual. Quanto à apropriação política da cultura mística popular e da cultura místico-alternativa por parte dos governos, ela teria sido inaugurada pelo próprio Juscelino Kubitschek. O famoso sonho de Dom Bosco é apenas um dos muitos elementos mítico-proféticos que o presidente incorporou a seu discurso para "vender" e defender o projeto da nova capital: num curioso livro de um astrólogo francês que anuncia a transformação de Brasília na capital da civilização ocidental na "Era de Aquarius", como noutras teriam sido retrospectivamente Paris e Roma (cujo aniversário também se comemora no dia 21 de abril), ele aparece posando ao lado do autor, como em tantas outras publicações desta natureza (Christian, Y. A mutação do mundo, S. Paulo, Pensamento, 1978). Todavia o presidente Kubitschek seria superado neste afã pelo seu conterrâneo José Aparecido de Oliveira que, no comando do GDF teve a ocasião de ir além do discurso e de gestos como haver agraciado dezenas de místicos e "alternativos" com uma comenda oficial, a medalha do Mérito Alvorada: seu governo criou e patrocinou projetos como o Roteiro Mágico de Brasília (cf. Biblio., 4 item: Luz, 1986) e Cidade da Paz. O primeiro é uma espécie de catálogo jornalístico das mais curiosas experiências místico-alternativas e esotéricas de grupos e indivíduos estabelecidos na capital, editado com finalidades turísticas pela CODEPLAN. Quanto ao último, trata-se do mais controvertido projeto do ex-Ministro da Cultura e governador do DF: Aparecido cedeu a grupos e entidades "alternativas" organizadas em torno da Fundação Cidade da Paz os mil hectares e as instalações da sede da Granja do Ipê (que fora "residência oficial" do Ministro Golbery do Couto e Silva) em regime de comodato por um prazo renovável de 15 anos. A Fundação seria encarregada de administrar a Universidade Holística Internacional de Brasília, além de dar apoio a iniciativas afins. O projeto teve bom "IBOPE" na imprensa, inclusive nacional, mas esvaziou-se em termos políticos e de atividades.
- (09) Existe inclusive uma entidade organizada para este tipo de celebração, o Clube dos Pioneiros, fundado em 1974 e sediado no Memorial JK: o clube estabeleceu uma data comemorativa do "Dia do Pioneiro" (12 de setembro), quando se homenageia personalidades com a Comenda do Pioneiro. O "título" de pioneiro também foi

apropriado na primeira eleição de Brasília (1986) pela maioria dos candidatos ao Congresso Constituinte que estavam radicados na cidade desde os tempos inaugurais.

- (10) O termo "candango", uma corruptela de *candongo* (de origem angolana), foi empregado originalmente para designar os operários que chegavam em grandes levadas de todas as regiões para trabalhar na construção de Brasília. Posteriormente, passou a ser utilizado como adjetivo relativo ao DF e, como substantivo que denota os nascidos nesta unidade da Federação de um modo geral (sem a ambiguidade do termo "brasiliense"). Quanto ao "pioneirismo crítico", note-se que ele tem produzido obras e consequências significativas. É o caso de uma produção de fôlego apoiada pelo governo e patrocinada pela iniciativa privada de Brasília: o documentário televisivo "Os pioneiros", dividido em vinte capítulos e exibido pela primeira vez na TV Nacional entre o final de 1983 e o início de 1984. Mencione-se ainda a fixação da Vila Planalto e a conservação de acampamentos como a Candangolândia, que se apoiaram não apenas nas lutas dos respectivos moradores, mas também na difusão de um conceito de resgate e preservação da "memória social" de Brasília entre intelectuais da capital com vínculos e penetração no GDF e no Governo Federal (v. Seminário "Brasília, memória e mobilização popular", anexo III).
- (11) Anísio Teixeira foi o idealizador do Plano de Educação de Brasília, a partir do qual foi criado o sistema de Escolas-Classe/Escolas-Parque, administrado pela FEDF: o ensino tradicional ministrado nas primeiras seria complementado por atividades artísticas e socio-recreativas desenvolvidas nas últimas. O prestigiado educador também esteve à frente do projeto da UnB (juntamente com Darcy Ribeiro), cujos primeiros cursos foram abertos em março de 1962. Aglutinando figuras-chave no meio artístico nacional, como Nelson Pereira dos Santos, Jean-Claude Bernadet, Wladimir de Carvalho (cinema), Rogério Duprat, Cláudio Santoro (música), e Décio Pignatari (literatura), entre outros, a UnB também investiria em diversos projetos de arte-educação (v. Duarte, 1983:71-91). Quanto à FCDF, criada em 1961, seu projeto inicial foi desenvolvido por Ferreira Gullar, primeiro diretor da fundação. Subordinadas à Secretaria de Cultura do GDF, a FEDF e a FCDF deveriam desenvolver programas de atuação conjunta.
- (12) Segundo um ex-assessor da FCDF por duas gestões diferentes, nosso entrevistado Marco Antônio Guimarães, havia sob o regime militar uma ordem tácita determinando que Brasília fosse constantemente "desaquecida", daí o desestímulo a qualquer manifestação cultural que tivesse um caráter de contestação social. Neste sentido, observa-se que entre 1966 e 1971 a FCDF teve um comandante da marinha, Arthur Azevedo Henning, na sua direção. A posterior nomeação de burocratas civis para a diretoria-executiva da fundação não alterou aquela orientação nem diminuiu a censura: em seu depoimento para este trabalho, Marco Antônio nos informa que numa mostra de cinema latino-americano organizada pela Assessoria de Cinema da FCDF com a sua colaboração, Ruy Pereira da Silva, diretor-executivo da Fundação Cultural, impediu a exibição de um filme cubano... Já em 1984, outro episódio retrata a submissão da FCDF aos militares: no dia 14 de dezembro o show do compositor Francis Hime na sala Villa-lobos do Teatro Nacional começou com

mais de uma hora de atraso por que a fundação havia reservado aquele espaço para uma comemoração da marinha (UH/BsB - 18/12/84).

- (13) Não se trata apenas do sucesso recente alcançado pelo *rock* de Brasília. Muito antes deste *boom* roqueiro, dados comparativos da FUNARTE e do SESC referentes ao consumo de atividades artísticas em São Paulo, no Rio de Janeiro e Brasília indicavam que a média de público para apresentações de música popular na capital era sempre superior à média geral, ao contrário do que ocorria em artes plásticas e teatro (Duarte, 1983:150-60). Este vigor da atividade musical no DF também se evidencia no Festival (anual) de Música Popular do Gama, criado em 1979, cuja regularidade (ininterrupta) constitui uma marcante exceção no panorama "cíclico" das manifestações artístico-culturais de Brasília.
- (14) É o próprio Behr que explica o último rótulo: "pode pertencer à geração mimeógrafo um poeta que imprimiu seus livros em off-set, xerox, etc..." Trata-se, antes de mais nada, de encarar a "atitude do poeta", ao mesmo tempo ética e estética, "como parte do poema". "A presença física do poeta", prossegue ele, "é exigida para que o livrinho circule: essa é a prova de fogo da nossa geração". Behr ainda destaca outras características essenciais desta vertente poética: a forte ligação afetiva entre o autor e sua obra (os livros são impressos e montados um a um pelos próprios poetas); o caráter aberto da mesma (com a possibilidade de modificações a cada nova edição); e, ainda, o encurtamento "para zero" da distância entre o artista e o público, pela forma de circulação adotada (in Restos Mortais, Col. Machado de Assis n. 32, Brasília, Senado Federal, 1980, p.09).
- (15) O poeta teve seu trabalho interrompido entre agosto de 1978 e março de 1979, por ter sido preso em flagrante delito por (sic.) "posse de material de cunho pornográfico" (refere-se aos livrinhos apreendidos pelo DOPS). Enquadrado no artigo 234 do Código Penal, Nicolas Behr foi julgado e absolvido.
- (16) Ressalve-se que este desenvolvimento já teria se iniciado no campo das artes cênicas, no início dos anos 70. Segundo depoimento de João Antônio, diretor de teatro radicado na capital, "o teatro em Brasília foi a arte mais perseguida, porque foi a primeira a pensar em produzir localmente comprometida", traduzindo a realidade local em espetáculos como "Chapecó", "Capital da Esperança", Centro-Oeste S/A", etc. (in Duarte, 1983:110).
- (17) Esta diversidade de origens não inclui apenas os diversos regionalismos oriundos das migrações internas, mas também influências internacionais vinculadas principalmente a segmentos do corpo diplomático. É o caso dos grupos musicais "Obina Shock" e "Tucuaiana", de estilo *afro*, formadas por filhos de diplomatas africanos radicados na capital. Quanto ao *rock* brasiliense, cumpre recordar que ele surgiu pioneiramente com o grupo "Aborto Elétrico", formado por filhos de professores da UnB que, tendo morado em Londres, trouxeram para cá o som e a irreverência juvenil dos *punks*.
- (18) Sobre este aspecto vale a pena registrar o comentário do prof. Benon Peixoto, presidente de honra da Associação das Escolas de Samba de Brasília (AESB): "não dá para comparar o carnaval daqui com o de outras cidades, pois as características de Brasília são

completamente diferentes. Vai se desfilar aonde, dentro de uma quadra, se não tem rua? Na W3? Um bloco espontâneo não dá para criar, tem que ser um bloco organizado. De qualquer maneira, está aí o Pacotão. Mas...mesmo assim, veja bem, com a força da imprensa. Eu quero ver um grupo de pessoas espontaneamente fazer aquele movimento todo sem a força da imprensa!...

- (19) Afora teses com difusão bastante restrita, até meados da década de 70 era pequeno o número de obras sobre Brasília produzido no meio acadêmico da capital (a produção exógena talvez fosse até superior) que chegava a ultrapassar os "muros" da universidade. A partir de então, nota-se um paulatino crescimento de livros, artigos e pesquisas sobre problemas do DF produzidos por membros do corpo docente da UnB, cuja circulação extrapola o meio acadêmico propriamente dito, incluindo revistas especializadas e o circuito governamental. Esta tendência tem sido fortalecida com a recente publicação de volumes interdisciplinares, envolvendo quadros da UnB e do GDF. Neste contexto, já é possível falar de autênticos intelectuais orgânicos de Brasília no meio universitário da capital, cuja produção acadêmica se debruça quase exclusivamente sobre questões referentes ao DF. Além desta tendência, deve-se recordar que a democratização da UnB sob a gestão de Cristovam Buarque, eleito pelo voto paritário dos três segmentos que compõem a comunidade universitária, fez com que a universidade voltasse a cumprir seu papel essencial. Segundo declarou-nos Buarque na entrevista concedida a esta pesquisa, este papel seria "integrar-se culturalmente com a comunidade e a sociedade onde ela está inserida enquanto centro de reflexão e geração de idéias", o que foi feito respectivamente através de programas de extensão universitária implantados nas cidades satélites (ao invés das atividades elitizadas promovidas pelo Decanato de Extensão na gestão passada); do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC), que promoveu cursos, estudos, debates e publicações de âmbito nacional voltados para o processo constituinte; e, dos Núcleos Temáticos criados para promover estudos e pesquisas interdisciplinares de interesse científico e social.
- (20) A sede da ARUC ocupa uma área de 3.000m² pertencente ao DEFER. A entidade, em acordo com o GDF, assinou no dia 18 de março de 1983 um termo de ocupação pelo qual permanecerá na área por 10 anos (renováveis), pagando uma taxa de 10 salários referência.
- (21) O prof. B. Peixoto, pres. de honra da AESB, fez um curioso comentário genérico a este respeito na sua entrevista (30/01/85): "eu acredito no carnaval de Brasília pelas raízes dele, pois aqui é o maior aglomerado de cariocas depois do Rio de Janeiro. Não precisa dizer mais nada, porque carioca é carnavalesco. Temos também a segunda maior concentração de nordestinos fora do nordeste (depois de São Paulo), que são também povos festeiros".
- (22) Analisando dados comparativos referentes ao consumo de atividades artísticas (independente do local de produção) em Brasília e no eixo Rio/São Paulo, Duarte (1983:155) conclui que: "em Brasília não há relação entre o nível de renda (mais alto que o do Rio e de São Paulo), o nível de escolaridade (idem) e as faixas etárias (em Brasília, uma população mais jovem) com os índices de frequência a espetáculos artísticos (mais baixos que no Rio e São Paulo). A infra-estrutura (relação casas de espetáculos e popula-

ção) e o número de oferta de espetáculos são, em princípio, não inferiores ao Rio de Janeiro e São Paulo. Se acrescentarmos as facilidades de acesso (a nível de Plano Piloto) e os preços dos ingressos (geralmente menores), não cabe nenhuma visão otimista em relação ao público...". Por trás destes índices desfavoráveis a Brasília não estaria apenas o forte efeito polarizador do eixo Rio/São Paulo, mas também segregação do espaço urbano e a distribuição extremamente desigual dos equipamentos culturais no DF. Quanto ao problema do consumo da produção artística local, ainda mais grave, a autora explica-o pela constituição de um círculo vicioso: "não há público porque não há qualidade, não há qualidade porque não há condições de produção, não há condições de produção porque não há público" (Duarte, 1983:156).

- (23) Em sua entrevista, Néio destaca a importância da regularidade: "todos os trabalhos que nós discutíamos dentro deste quartel geral, tudo que nós exercitávamos, deveria ser regular, senão não valeria a pena. Este era um exercício fundamental, pois sabíamos que o evento é uma faca de dois gumes: as vezes ele é muito antropofágico, cria frustração e desgaste se você não assume desde o início que as suas promoções devem ser assumidas desde o início como um processo, e não um produto...Mas, no Brasil, não se investe em processos, só em produtos."
- (24) Os concertos Grande Circular deram origem a outras atividades promovidas por grupos distintos. Na SQN 312 criou-se simbolicamente um Centro Comunitário que promoveu durante cinco meses consecutivos o "Panelão da Arte, enquanto no Cruzeiro formou-se a Galeria do Povo, que promoveu concertos regularmente durante anos seguidos. Na SQS 203 o Grande Circular forneceu apoio à inauguração da prefeitura da quadra, mas não gerou um trabalho com continuidade.
- (25) "Como recursos", conta Néio Lúcio, "a gente teve uma verba de Cr\$ 10.000,00 mensais da Fundação Cultural, o que garantia uma 'rua de arte'. Depois, para fazer também o "Grande Circular", essa verba passou para Cr\$ 30.000,00 mensais. Conseguimos ainda uma ajuda em material do comércio local" (in Duarte, 1983:136). Néio nos assegura que a desvalorização desta verba fez com que, pelo fim do período, ela cobrisse basicamente o aluguel do som (entrevista da pesquisa).
- (26) Conforme declaração do pres. da diretoria provisória da FETADIF, Francisco Simões, entrevistado por nós no início de 1985, "numa sociedade capitalista o teatro não tem distinção de nenhuma outra mercadoria: é um produto que você vai vender". Assim, ele acrescenta que "o grande público sempre irá assistir aos espetáculos mais bem divulgados e com produção mais elaborada". Para fugir a este dilema o artista não profissional "tem que procurar adotar e formar públicos alternativos", que seria a política preconizada pela FETADIF.
- (27) No que tange ao apoio da iniciativa privada à produção artístico-cultural de Taguatinga, destaca-se principalmente a presença de unidades do SESC (também no Plano Piloto) e do SESI (também na Ceilândia) nesta cidade satélite que, além de apoio material aos artistas localmente estabelecidos, têm promovido suas próprias atividades de formação e difusão artístico-cultural (v. Duarte, 1983:118-27). Quanto à casa de espetáculos, alguns grupos artís-

ticos da cidade, numa mobilização informal conseguiram o apoio da Secretaria de Educação e Cultura, sob gestão do embaixador Vladimir Murtinho (muito respeitado no meio artístico-cultural da cidade), para sua proposta de criação de um teatro em Taguatinga a partir da reforma e aparelhamento de um espaço escolar: assim, no final da década de 70, nasceu o Teatro da Praça, antigo auditório da Escola Industrial de Taguatinga. Entretanto, devido a problemas administrativos este teatro permaneceria fechado pouco depois de reformado e "entregue à comunidade", sendo aberto definitivamente apenas em 1984 a partir de um convênio entre a FEDF e FCDF. Também merece ser mencionado o "Rola Pedra", um "teatro de bolso" criado por iniciativa de José Fernandez que funcionou durante mais de um ano, numa loja alugada por ele e companheiros, como um centro de difusão do rock brasiliense fora do Plano Piloto, tendo de fechar por falta de apoio financeiro e reclamações dos comerciantes com estabelecimentos nas suas imediações.

- (28) O Centro Administrativo, Vivencial e Esportivo (CAVE) é um complexo desportivo composto por estádio de futebol, quadras polivalentes, teatro de arena, ginásio, salão e kartódromo.
- (29) Nosso entrevistado Jangmar Barreto de Almeida, ator e "ativista cultural" do Gama declarou-nos que não existe um "movimento cultural" naquela cidade satélite, mas "apenas pessoas sitiados se dedicando a determinada atividade cultural". O próprio entrevistado participou de uma tentativa infrutífera de criar a Associação de Teatro e Música do Gama, não obstante a cidade contar com diversos grupos ligados a ambas as áreas.
- (30) Estes grupos incluíam não apenas as áreas de literatura, teatro, artes plásticas, e música, como também, um movimento em prol da criação de bibliotecas públicas no DF, um grupo dedicado a debates sobre a constituinte, um voltado à preservação da memória social brasileira, além de muitos outros. Entretanto, a maioria teve curta duração.
- (31) "Foram movimentos importantes, este Cultura, Brasília/Brasil e o movimento do Garvey...de certa forma eu saí de lá também", declarou Luiz Humberto na entrevista concedida a esta pesquisa.
- (32) Esta recuperação, no entanto, excluiria o Projeto Platéia, que a despeito de representar uma boa idéia (a apresentação de espetáculos artísticos para os alunos da rede de ensino da FEDF com pagamento de cachês aos artistas e apoio da FCDF numa tentativa de "formar platéias"), segundo Luiz Humberto, era um projeto institucionalmente isolado da comunidade. Este projeto também foi criticado por outros entrevistados desta pesquisa, como Francisco Simões, para quem as crianças estavam sendo coagidas a assistir os espetáculos, não existiam critérios definidos para selecionar os artistas participantes, e havia recusa da equipe coordenadora em discutir o projeto com os mesmos.
- (33) Na gestão de Jaccoud, finalmente, a SC deixou de ser uma secretaria de fachada, tornando-se um órgão de captação de recursos para o setor. As verbas, ainda pequenas em relação ao orçamento da FCDF foram canalizadas para a reforma do Cine Brasília e, principalmente, para a construção de bibliotecas públicas nas cidades satélites. De fato, a primeira biblioteca pública do DF foi construída no Núcleo Bandeirante em 1987. No final de 1988, por iniciativa de Jaccoud, atendendo a uma antiga e recorrente demanda

das entidades e movimentos culturais de Brasília, cada uma das cidades satélites já contava com a sua própria biblioteca. O Plano Piloto sempre dispôs de inúmeras bibliotecas de órgãos públicos da administração federal, cujo acesso é livre, exceto para empréstimos (salvo na do Inst. Nacional do Livro da qual qualquer cidadão pode tornar-se sócio).

- (34) O GT-Cultura não deixou de apresentar sugestões para o regimento do Conselho de Cultura. Segundo o Grupo de Trabalho, este conselho deveria ser composto de 15 conselheiros e respectivos suplentes, sendo 2 membros natos, o Secretário de Cultura e o Diretor Executivo da FCDF, 4 indicados pelo Governador do DF (incluindo o presidente do conselho) e nove indicados pela comunidade. Trata-se, portanto, de uma sugestão pela qual a "comunidade" teria maioria absoluta no Conselho de Cultura.
- (35) Antes da gestão de Luiz Humberto, ambos os setores eram beneficiados com espaços e um volume de recursos desproporcionalmente grande em relação aos demais. Luiz Humberto conta que quando assumiu todas as pautas do Teatro Nacional estavam tomadas. A saída encontrada por ele foi entrar num acordo com o maestro Cláudio Santoro para eliminar os alguns concertos da orquestra e inúmeras apresentações das academias de *ballet*, que estavam ocupariam o teatro todos os fins de semana durante dois meses seguidos. Reynaldo Jardim também manteve certa restrição ao excesso de recursos e espaços dedicados à música e a dança, que foi totalmente eliminada na gestão maestro Marlos Nobre. Em apoio ao último, combatido pelo GT-Cultura, um grupo de oito entidades ligadas às áreas de música e dança elaboraram um documento questionando a representatividade do GT-Cultura, e reuniram-se com o governador Roriz para reivindicar a convocação de outro Grupo de Trabalho mais representativo do setor cultural. Todavia, a questão da representatividade é polêmica; pois, apesar das entidades signatárias deste documento "representarem" uma categoria de 15.600 membros, o número de filiados a estas entidades de cunho sindical é muito menor, algumas delas tendo tido problemas de quórum na eleição das últimas diretorias. Além disso, a maior parte das entidades que contestaram o GT-Cultura tiveram participação no Mov. de Articulação Cultural que lhe deu origem ("Os posseiros culturais preparados para a luta" - CB: 27/12/88).

VII

CONJUNTURA E ESTRUTURA: A PERSPECTIVA DA CAPITAL

Na primeira parte deste volume o objeto de pesquisa foi apresentado e situado em relação ao campo de investigação teórico-metodológico no qual se insere: tratava-se de analisar a dinâmica da estrutura socio-urbana de Brasília - agentes e processos envolvidos na sua reprodução ou transformação - na conjuntura inaugurada com a chamada Nova República, à luz de dados específicos referenciados em considerações teóricas criticamente formuladas sobre algumas das principais vertentes da sociologia geral e da sociologia urbana. A conceituação quadridimensional da estrutura socio-urbana (política, espacial, econômica e ideológico-cultural) estabelecida na primeira parte foi aplicada à análise das facetas estruturais de Brasília na segunda, buscando determinar as suas peculiaridades.

Para encerrar este trabalho, à guisa de conclusão, não nos cumpre senão recapitular a dinâmica observada em cada uma das facetas supracitadas (respectivamente analisadas nos capítulos III, IV, V e VI), levando em consideração as injunções da sociedade nacional sobre sua capital. Somente a partir de uma avaliação prévia das transformações recentes da estrutura social brasileira será possível apreender o alcance e a direção provável dos processos de mudança social observados no DF na conjuntura de despedida do regime mili-

tar via governo civil de transição.

1- Sociedade Urbano-Industrial no Brasil: estrutura, conjuntura e dilemas atuais

Conforme tangencialmente abordado nos capítulos I e III, a transformação do Brasil numa sociedade urbano-industrial é um fenômeno, por assim dizer, recente, envolvendo pouco mais de trinta anos. A década de 50 marca o início deste processo, quando se acentua o esforço de industrialização impulsionado pela 2a. Guerra Mundial, a integração do mercado interno, e a aceleração do crescimento urbano, intensificados no governo Kubitscheck com o Programa de Metas e a construção de Brasília (v. cap. III, pp. 95-96). Neste sentido, dados censitários referentes a 1960 já indicam, pela primeira vez em nossa história, o setor secundário com uma contribuição para o produto interno líquido (25,2%) superior ao setor primário (22,47%), embora a população rural ainda permaneça majoritária em relação à população urbana: respectivamente, 55,32% e 44,67% da população total.

A consolidação da sociedade urbano-industrial só começa a firmar-se ao longo das duas décadas seguintes, com o crescimento e a diversificação industrial; a expansão das relações assalariadas no campo e na cidade, incluindo o assalariamento da classe média liberal tradicional, e a emergência de amplos setores de uma "nova" classe média (em que se insere o alargamento e diversificação do corpo técnico esta-

tal); e, enfim um enorme incremento absoluto dos trabalhadores sindicalizados, especialmente no meio rural (cf. Santos, 1985 e Almeida, 1984). Além disso, este período caracteriza-se também pela expansão dos meios de comunicação de massas com efeitos socioculturais contraditórios, como a difusão de padrões de consumo de uma sociedade avançada sem uma base de mercado correspondente, e, o aumento da permeabilidade e da transparência do sistema dominante que controlaria a informação (cf. Faria, 1984 e Chacon, 1985).

Duas observações relevantes devem ser feitas sobre este processo de constituição de uma sociedade urbano-industrial no país: 1) do ponto de vista socio-econômico, ele caracterizou-se como uma "modernização conservadora", que não contribuiu para o efetivo desenvolvimento do país; 2) esta modernização da estrutura socio-econômica não foi acompanhada de uma modernização político-institucional no âmbito do Estado, na medida que ela se deu sob vigência de um regime autoritário, embora tenha gerado efeitos imprevistos e politicamente relevantes no seio da sociedade civil.

Discutindo o primeiro ponto sob a ótica social, já foi visto que o Brasil é provavelmente o país que apresenta o maior contraste entre seus indicadores sociais e os indicadores econômicos em todo o mundo. Se nossos índices de analfabetismo, mortalidade infantil, acidentes de trabalho, pobreza e miséria absoluta superam dezenas de países do terceiro mundo cuja economia é consideravelmente mais atrasada, enquanto a expectativa de vida e os investimentos governa-

mentais em programas sociais encontram-se muito abaixo dos mesmos, estes dados tornam-se ainda mais dramáticos quando desagregados, mostrando a enorme disparidade étnica e regional que persiste na sociedade brasileira (v. cap.I, nota n 07). Ademais, no período considerado, a concentração de renda teve um grande aumento: se 20% da PEA controlava 54,8% da renda nacional em 1960, vinte anos depois uma proporção quase idêntica desta renda (51%) passaria a ser controlada por apenas 10% da PEA (dados compilados pelo DataFolha - FSP: 05/10/88). O mesmo poderia ser dito da concentração fundiária, da criminalidade urbana e da violência no campo, embora nos faltem dados em mãos para afirmá-lo.

Nem mesmo sob uma ótica estritamente econômica, é possível caracterizar este período de consolidação da sociedade urbano-industrial como uma fase de grande desenvolvimento; pois, a oitava economia mundial em termos de PIB, já ocupava a décima primeira posição no *ranking* internacional em 1957: já tivemos melhor desempenho em igual período, assim como, outros países do terceiro mundo exibiram crescimento bem superior na mesma época. Além disso, "o salário mínimo manteve-se comprimido abaixo da inflação desde cerca de 1961, com pequeno intervalo de recuperação em 1977 e entre 1979 e 1981" (Santos, 1985). O menor entusiasmo que ainda poderia restar em relação à modernização industrial das últimas décadas, especialmente o período maior próspero do "milagre", se dissolve quando se observa os custos produzidos neste processo com a crise do endividamento. Além do persistente

descontrole inflacionário, a estagnação tomou conta da economia brasileira na década de 80: enquanto a média histórica de crescimento do PIB foi de 7% ao ano de 1948 até 1979, esta média cairia para 3,7% anuais entre 1980 e 1987 (idem).

Portanto, a "economia política do desenvolvimento" permanece na ordem do dia, indicando que o desenvolvimento das economias periféricas além do crescimento e da modernização tecnológica, pressupõe o fortalecimento do mercado interno mediante uma redistribuição de renda e de resgate da "dívida social", bem como, autonomia decisória e gestão eficiente da política econômica estatal mediante controle participativo de grupos e instituições da sociedade civil.

Neste sentido, o regime burocrático-autoritário centralizou enormemente a gestão da política econômica na esfera federal, o que prejudicou a transparência e a eficiência das decisões, aprofundando a corrupção da máquina estatal. Todavia o processo de modernização que resultou na diversificação da estrutura social brasileira provocou uma grande renovação dos atores sociais na arena política, cuja paulatina organização alimentou e foi impulsionada pelo declínio do autoritarismo do regime implantado em 1964: a emergência do "novo sindicalismo" liderado pelo operariado de ponta; a criação e dinamização das centrais sindicais, dos departamentos intersindicais, e do PT; a ampla sindicalização dos trabalhadores rurais e das classes médias assalariadas; o desenvolvimento de uma estrutura de representação do empresariado urbano e rural (vide o nascimento da UDR) paralela à

velha estrutura sindical; o incentivo governamental à formação de uma classe média estatal com alta qualificação técnico-profissional, cujos quadros tem se mobilizado em torno de organizações científicas politicamente atuantes; e, finalmente, o revigoramento das associações de bairros com a constituição de movimentos reivindicativos de origem pluriclassista ligados à questão urbana (i.e.: à gestão e provisão de equipamentos e serviços coletivos, bem como, à defesa das condições ambientais).

O tecido social da sociedade urbano-industrial que emerge do degêlo do regime autoritário revela, assim, uma sociedade civil fortalecida por uma malha de entidades organizadas que se relacionam num jogo complexo de competição e conciliação de interesses. Sob os auspícios da crise e da abertura do governo Figueiredo, esta sociedade civil rejuvenescida mobiliza-se intensamente para a derrubada do regime militar através do movimento pró-diretas, e permanece vigilante em relação ao pacto de elites que possibilitou a transição via colégio eleitoral, mantendo-se atenta e participativa no ponto culminante da conjuntura de transição: o processo constituinte.

Conforme destacado por inúmeras personalidades-chave da transição a mobilização da sociedade civil que antecede a eleição do Congresso Constituinte convergia para uma fecunda "situação constituinte", historicamente propícia à sedimentação do novo ordenamento jurídico como uma ordem político-institucional dotada de vigor e legitimidade sociais, garan-

tindo não apenas o direito, como também a expressão da cidadania dos diversos segmentos sociais. Além da mobilização indicada, a eleição seria precedida por medidas democratizantes, como a legalização dos partidos clandestinos, a instituição do voto do analfabeto, e um amplo recadastramento eleitoral, envolvendo uma enorme ampliação base eleitoral - que passou de 13,4% da população nas eleições para a constituinte de 1946 para cerca de 48% no pleito de novembro de 1985 (Sader, 1986).

Porém, se houve uma significativa renovação no perfil social dos eleitos correspondente a alterações no perfil do eleitorado, a maioria dos constituintes sendo formada por congressistas novatos oriundos dos segmentos médios da *intelligentzia* - profissionais de nível superior assalariados ou autônomos - (v. Rodrigues, 1987), o processo foi marcado por distorções de origem que condicionaram as possibilidades de uma mudança mais ampla na correlação entre as forças políticas.

A começar por uma questão de princípio, Raimundo Faoro (1985) recorda-nos que seria um equívoco chamar de "Assembleia Nacional Constituinte" o Congresso Constituinte instaurado no dia primeiro de fevereiro de 1987: o último seria apenas um "poder constituinte derivado", incapaz de produzir uma nova Constituição, mas tão somente revisões constitucionais mais ou menos amplas uma vez que, a rigor, a nação ou o povo, titular *de jure* do poder constituinte, deveria exercê-lo em expressão originária de soberania, através de uma As-

sembléia Constituinte exclusiva, desvinculada dos vícios e mecanismos da política partidária (01). Entre estes, as profundas distorções da representação política no Congresso, consagradas na legislação autoritária, não foram eliminados do pleito de novembro de 1986, de tal sorte que as regiões norte e nordeste onde predominam os "currais eleitorais" foram super-representadas, do mesmo modo que os Estados mais desenvolvidos foram sub-representados (02). Acrescente-se a presença de senadores que adquiriram poderes constituintes sem respaldo nas urnas, dada a duração previamente estabelecida de seus mandatos.

A nova Constituição que nasceu neste quadro complexo de conservação e mudança, não chegou a romper a gramsciana crise de hegemonia em que o velho morre e novo ainda não possui condições de nascer. A conciliação entre ambos os aspectos traduziu-se na cristalização de mudanças e permanências na nova Carta. As últimas são apreensíveis na presença de pequenas limitações que não representam verdadeiras ameaças aos interesses dos principais beneficiários do regime anterior: os militares, a tecnocracia federal, o grande capital nacional e multinacional, o capital financeiro, os grandes latifundiários e o setor privado da mídia (03). As inovações, por sua vez, dizem respeito sobretudo a reformas da legislação autoritária: a restauração da Federação através de uma ampla reforma tributária; o reequilíbrio dos poderes com a reconquista de atribuições e o fortalecimento do Poder Legislativo, a despeito da derrota do parlamentarismo; o fim

da censura proibitiva; e, a criação de novos instrumentos institucionais de participação e controle da sociedade civil e do cidadão sobre as políticas públicas e as decisões do Estado (os projetos de lei de "iniciativa popular"; o "mandado de segurança coletivo" e o "mandado de injunção"; a Defensoria Pública; o habeas-data; o referendo, etc.).

Mesmo as principais alterações na ordem socio-econômica temidas pelos setores mais conservadores, embora relevantes, não representaram maiores ameaças ao capital privado: criação de novos direitos trabalhistas, estendidos aos trabalhadores domésticos; ampliação do direito de greve (agora irrestrito); e instituição de um arcabouço jurídico para a reforma urbana que inclui o direito de usucapião nas cidades. Quanto às permanências nesta esfera, destacam-se a manutenção da contribuição obrigatória e da unicidade sindical, enquanto a legislação conservadora da reforma agrária, que impede a desapropriação de grandes propriedades produtivas representa um retrocesso em relação ao próprio Estatuto da Terra de 1964, que permitia a desapropriação de "latifúndios por extensão".

A transição política do autoritarismo a um regime efetivamente democrático, contudo, não se esgotou na promulgação da nova Constituição. A mencionada crise de hegemonia não foi superada nem mesmo na sua dimensão institucional, uma vez que o texto constitucional, cuja revisão deverá ser feita em 1993, possui mais de 150 referências determinando a elaboração de dispositivos complementares na legislação or-

dinária. Todavia, a recomposição na correlação entre as forças políticas é o principal aspecto desta questão; pois, a democratização do país "mais do que um problema de restauração institucional, é um objetivo social e político de poder a construir" (Sader, 1986: 143). Neste sentido, o processo constituinte desempenhou um papel pedagógico de reforço do nível de organização de todos os segmentos da sociedade civil, assim como, do debate entre eles, provocando uma flexibilização ideológica enriquecedora de suas concepções sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil compatível com as mudanças observadas no cenário político-econômico internacional: o declínio da hegemonia norte-americana no bloco capitalista face ao avanço da economia japonesa e à recuperação européia, juntamente com a diversificação e incipiente democratização do mundo socialista.

Neste contexto, a maximização de mudanças sociais e econômicas que possam ocorrer dentro de um quadro de estabilidade político-institucional continua sendo a principal questão por detrás do novo debate político-ideológico. Entre as posições com tendência ao fortalecimento, encontra-se a velha polarização política com um novo discurso: de um lado, o neoliberalismo indevidamente apropriado pelos setores mais em evidência da direita, que procuram associar estatização a autoritarismo e corrupção, e liberalismo econômico a democracia (04); de outro, uma esquerda cujo discurso se afasta do populismo distributivista, propondo um modelo nacional-popular e democrático de socialismo, preocupado com a racio-

nalização econômica do Estado (v. setores atualmente hegemônicos no PT - responsáveis pela articulação da Frente Brasil Popular, bem como, as declarações "modernizantes" do candidato do PCB). Além da ampla adesão por parte dos segmentos médios do setor privado, o discurso neoliberal demonstra estar conquistando considerável apoio popular na atual conjuntura; enquanto a nova esquerda parece crescer junto ao setor "moderno" da classe trabalhadora, à classe média estatal e ao amplo segmento de menor status da *intelligentzia* nacional (professores, jornalistas, assistentes sociais, etc.). Quanto à social-democracia representada por segmentos de elite do último setor, seu discurso ainda parece restrito a platóias acadêmicas.

Contudo, só se pode afirmar com certeza que a reestruturação das forças políticas que deverá marcar o encerramento da transição terá de aguardar os resultados da tão esperada eleição presidencial em dois turnos e por via direta que se aproxima, a partir da qual se firmará um novo bloco no poder mais ou menos permeável à participação da sociedade civil.

2 - Estrutura Socio-Urbana e Transição Política no DF

Vejamos agora como os condicionamentos recentes da estrutura social brasileira e os limites sociais da conjuntura política do regime de transição se refletiram no processo de mudança da estrutura socio-urbana de Brasília, recapitulando

os desdobramentos de suas quatro facetas principais observados nos capítulos precedentes.

De acordo com o quadro hipotético inicial e a argumentação conduzida aqui, a estrutura político-institucional do DF, condicionada pelas implicações de seu papel singular no contexto nacional como Capital Federal, seria o campo de maior valor estratégico para o desenvolvimento do processo de mudança social possível dentro dos limites da correlação de forças estabelecida no regime de transição a nível local.

Neste sentido pode-se observar que a conjuntura permitiu grandes avanços na legislação: concessão inicial ao DF do direito à representação política no Congresso, que nasceria com os parlamentares desempenhando o duplo papel de constituintes e "vereadores de luxo" (05); e, a consagração da "plena" autonomia política do DF como princípio no texto constitucional - eleição direta para governador e representação local numa Câmara Legislativa do DF - , cujas entrelinhas, no entanto, revelaram uma tentativa de regular o processo de democratização institucional, ao estabelecer como vedada a municipalização das cidades satélites.

Todavia, a questão ainda permanece em aberto não apenas pela revisão constitucional prevista, mas, principalmente, pela margem de atuação já aberta à primeira legislatura dos "deputados distritais", que será dotada de poderes constituintes para elaborar a Lei Orgânica do Distrito Federal. Porém, é espantosa a pequena atenção aos problemas e possibilidades institucionais relativos ao DF no contexto do novo

arcabouço constitucional: ainda não se formou o clima, nem esta havendo preparação para o debate desta questão no seio da sociedade civil; inclusive, no que tange aos setores engajados na incipiente política partidária local (v. Cap.III, último tópico). Espera-se a que proximidade do pleito para a Câmara Legislativa do DF venha ampliar os interlocutores deste debate ainda bastante restrito.

No âmbito da cidade-espaco, em grande parte condicionado pelos desdobramentos da cidade planejada a transição também permitiu uma abertura inédita do Estado à polêmica preponderantemente técnica e acadêmica sobre o planejamento urbano e urbanístico do DF, que traduziu-se em duas novas orientações inter-relacionadas da política urbana: uma revisão do modelo de ocupação territorial, acompanhada da simultânea valorização e flexibilização do modernismo.

A revisão da política territorial dirigiu-se no sentido do adensamento do tecido urbano do DF com a expansão do Plano Piloto pela criação de novos tipos de superquadras. Esta expansão, juntamente com a elaboração de uma legislação preservadora da concepção urbanística de Brasília para sua aclamação como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, seria convergente ao projeto de valorização do modernismo que, contraditoriamente, incorporou uma tímida flexibilização do zoneamento de usos e funções e, diversificação das tipologias arquiteturais ainda mais modesta (v. Cap. IV, item 3.3). Se a ausência de mudanças drásticas quanto a uma revisão do urbanismo modernista pode ser lamentada no meio

acadêmico, onde há grande polêmica a seu respeito entre arquitetos e urbanistas, a conciliação entre preservação, flexibilização e expansão deste paradigma urbanístico é consequente com a sua valorização positiva (grosso modo) no seio da sociedade civil (v. item 3.2 do mesmo).

A questão da metrópole-terciária discutida capítulo quinto, enfatizou o aspecto econômico da estrutura socio-urbana do DF, envolvendo dois processos de mudanças estruturais em interação neste campo: a metropolização e a industrialização.

Movimentando-se com inércia cumulativa de reprodução social relativamente autônoma face a conjunturas políticas, a metropolização de Brasília seria, em última análise, um reflexo das condições do mercado nacional a nível local e regional (oportunidades de trabalho, renda, consumo, benefícios e informação). Neste aspecto, a hipótese da determinação ulterior da esfera política sobre as demais parece submergir à "cidade capitalista", uma vez que a regulação estatal dos efeitos politicamente perversos da expansão metropolitana estaria muito aquém de um "contrôle" sobre o processo, apesar do Estado ter logrado relativo êxito no disciplinamento da ocupação territorial e econômica, evitando pressões sociais sobre a sede de governo (leia-se Plano Piloto ou RA 1). No entanto, os mecanismos centrais da regulação estatal da economia (cujo aspecto principal é a terciarização forçada ou o "estímulo negativo" ao desenvolvimento da atividade secundária) não são propriamente políti-

cos: trata-se, antes, do peso do Estado enquanto agente econômico chave a nível local, especialmente no que diz respeito a participação nos mercados imobiliário e de trabalho e investimentos públicos oriundos de privilégios orçamentários (v. primeiro tópico do cap.V).

Neste sentido, o agravamento estrutural da expansão periférica e metropolitana de Brasília, teria como efeitos imprevistos o fortalecimento do movimento das associações de moradores das invasões, bem como, o aumento da visibilidade social para o problema do desemprego. Assim, processos sociais "involuntários" e políticos iriam convergir na conjuntura da transição para que a industrialização do DF crescesse como questão estratégica para o seu desenvolvimento socio-econômico não apenas no âmbito do empresariado, mas da sociedade civil local em geral, alcançando uma significativa penetração junto ao GDF (v. terceiro tópico do cap. V). Tal crescimento do setor secundário significaria também uma diminuição relativa do peso do Estado na economia do DF.

Contudo, a articulação harmoniosa entre industrialização e metropolização no sentido do desenvolvimento socio-econômico ainda depende de uma política metropolitana para a região de Brasília, envolvendo a determinação das atribuições das diferentes esferas de governo num programa de descentralização de serviços, recursos e incentivos. Trata-se de um projeto ainda longínquo no horizonte do Estado, embora a democratização do GDF tenda a favorecê-lo.

O rosto sem face exprime dois condicionamentos distintos e superpostos peculiares à dimensão ideológico-cultural da estrutura socio-urbana do DF: 1) o perfil institucionalmente ambíguo dos núcleos urbanos queo compõem, derivado de sua função político-administrativa singular ante a Federação; e, 2) a cidade carente de elementos de identificação coletiva entre os habitantes, gerada por fatores de ordem histórica que atuam ainda hoje (diversidade de origem geográfica e sociocultural da população). Ambos aspectos se unificam na questão da construção da identidade coletiva do cidadão do DF, num processo complexo que passa pela política cultural, envolvendo a atuação de elementos anônimos, e agentes mais ou menos especializados e qualificados no âmbito da sociedade civil e do Estado. A ambiguidade institucional impede práticas e representações tradicionais da cidadania política ao nível societário mais elementar (competição e conciliação de interesses, participação e consenso ligados ao engajamento partidário e eleitoral na esfera municipal); enquanto a carência de referenciais coletivos comuns indica que a consolidação da identidade do brasiliense como cidadão passa pela concorrência entre uma multiplicidade de representações que se pretendem expressão do imaginário e do *modus vivendi* de Brasília (lato senso)

Neste contexto, a conjuntura permitiu ao segmento com o discurso mais avançado da arena cultural de Brasília (cultura como construção da cidadania e da identidade "candangas") abrir flancos na política cultural do GDF. Seu projeto de

organização da cultura pelo fortalecimento da sociedade civil produziu efeitos positivos neste sentido, além de resultados materiais; mas, não avançou como pretendia na institucionalização de suas práticas em virtude da limitada democratização efetiva do poder de Estado, juntamente com as contradições internas ao campo civil, tangenciadas no tópico final do sexto capítulo .

3 - Conclusão

Mais do que identificar agentes e processos de conservação e mudança interagindo numa estrutura formada por quatro facetas superpostas, a pesquisa indicou que os principais aspectos estruturais de Brasília unificam-se em torno do eixo político; mais precisamente, padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil incluindo a dimensão jurídico-simbólica. Neste ponto os avanços manifestados na transição política foram condicionados: a mobilização e a organização da sociedade civil foram estimuladas e apropriadas pelo Estado, sem a contrapartida de uma efetiva partilha do poder. Mesmo assim a conjuntura trouxe mais experiência aos atores sociais no que tange a exercício e à expressão da cidadania.

Sem o aprofundamento das relações entre o GDF e a sociedade civil nos níveis local e metropolitano, orientado por uma noção alargada da cidadania, Brasília não terá como potencializar sua "vocação" de centro dirigente nacional.

NOTAS

- (01) Faoro (1986) também recorda que a tese da constituinte foi arquitetada por ocasião das eleições parlamentares de 1974 pela oposição consentida do PMDB, sendo encampada como programa de luta da OAB em 1977. A entidade defendia uma Assembléia Constituinte exclusiva (i.e.: cujos representantes seriam eleitos independentemente dos partidos e teriam seus mandados revogados após a promulgação da nova carta), vista como uma estratégia ao mesmo tempo contrária à radicalização armada e oposta às manipulações casuísticas da legislação eleitoral. Para o jurista, esta proposta teria se desvirtuado a ponto de tornar-se mais uma "reforma contra a reforma".
- (02) As deficiências da representação parlamentar estabelecida pelas regras da ditadura (3 senadores, limite mínimo de 8 e máximo de 60 deputados por Estado) significam uma brutal estratificação do eleitorado: conforme cálculos apresentados por Faoro (1986:13), o voto de um eleitor do Estado pouco povoado como o Acre valeria doze vezes mais que o voto dos eleitores de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco (índice = 1), para não falar no eleitorado paulista (índice = a 0,6%). Cálculos equivalentes lidando especificamente com a representação do Congresso Constituinte eleito em novembro de 1986 podem ser encontrados em Rodrigues (1987).
- (03) Embora o novo texto constitucional estabeleça o papel das Forças Armadas não mais como a "defesa da pátria e garantia dos poderes constituídos", mas a a "defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem", ele não avançou em medidas de controle do poder militar, como a constituição de um Ministério da Defesa a cargo de um civil e a profissionalização deste estamento (cf. Stepan, 1986). Por outro lado, a diferenciação entre empresas brasileiras e empresas brasileiras de capital nacional, com a atribuição de proteção e benefícios às últimas, como prioridade no fornecimento de bens e serviços ao Estado, não afugentou nem ameaçou o capital transnacional já estabelecido no país, pois nada altera no tocante à questão da remessa de lucros, mantendo o monopólio estatal em setores como prospecção, transporte e refino de petróleo, e telecomunicações. Somente no setor de mineração foi vedada a participação do capital estrangeiro. Quanto ao capital financeiro não sofreu maiores restrições à especulação, salvo a limitação dos juros ao teto de 12% reais por ano, cuja implementação efetiva demanda novas regulamentações. A obrigatoriedade de aprovação em concurso para investidura em empregos, funções e cargos públicos (salvo aqueles "em comissão"), por sua vez, não indicou uma vontade política de combater a hipertrofia do Estado (especialmente na esfera federal; pois, o artigo n 19 premiou todos os funcionários públicos com pelo menos cinco anos de serviço (independentemente de concurso) com estabilidade no emprego. Finalmente, a democratização dos meios de comunicação de massa foi mínima: as concessões de canais de rádio e TV continua sendo atribuição do presidente da República, devendo ser apreciadas pelo Congresso, não sendo encampada a interessante proposta de abertura do setor a "empresas públicas não estatais", contando com a re-

apresentação de segmentos da sociedade civil, surgida no bojo do processo constituinte. A tímida proposta de democratização do Conselho Federal de Telecomunicações desaguou no Conselho de Comunicação Social previsto na Constituição: um abstrato "órgão auxiliar" do setor cujas atribuições ainda deverão ser estabelecidas pelo Congresso Nacional.

- (04) Destacando a importância de nossa herança colonial, Sader (1986) recorda-nos que "no Brasil e América Latina o liberalismo assumiu um papel inverso ao das metrópoles": no lugar de representar ideais de "democracia política, industrialização e progresso social" da burguesia industrial emergente contra o absolutismo e as oligarquias locais remanescentes do feudalismo, "a industrialização e a defesa dos ideais de igualdade social [aqui] nasceram com o nacionalismo, em oposição ao liberalismo importado, e surgiram no complexo fenômeno chamado populismo" (p.143). Daí ter havido uma cisão histórica entre a "questão democrática", apropriada pelo liberalismo oligárquico e a "questão nacional e popular", encampada pelo populismo politicamente anti-liberal (ibid). Do mesmo modo, pode-se dizer que o nosso neoliberalismo nasce em contexto muito diferente, e com uma orientação divergente, de seu berço no primeiro mundo capitalista. As nações centrais da economia mundial já reconhecem na prática jurídica e político-administrativa os direitos sociais da cidadania, fortalecendo seus respectivos mercados internos com investimentos em educação, saúde, ciência e tecnologia, qualificação do trabalho e qualidade de vida; daí, o neoliberalismo autóctone pregar muito mais a racionalização, e uma provável intensificação, da intervenção estatal na economia, "somando forças" com o capital privado, que uma drástica limitação de sua ingerência. Esta última caracteriza a pré-dica "neoliberal" latino-americana que, além de menosprezar a questão social interna, não aponta o aspecto central da necessária reforma do Estado: a desprivatização de seu aparelho de política econômica cartorialista, mais importante para o desenvolvimento, e talvez até como instrumento de controle do déficit público, que o combate ao empreguismo clientelista.
- (05) Diversos candidatos ao Congresso Constituinte entrevistados na pesquisa destacaram este papel ambíguo dos primeiros representantes do eleitorado de Brasília na história da cidade, sendo obrigados a articular no seu discurso de campanha as aspirações políticas locais de caráter administrativo (atribuíveis a uma Câmara de Veradores), com problemas de expressão regional e questões nacionais relativas à constituinte e ao parlamento. .

BIBLIOGRAFIA

1) Livros, Artigos, e Cadernos de Estudos

ADORNO, Th. & HORKHEIMER, Max (orgs.)

1973 - Temas básicos da sociologia, S. Paulo , Cultrix/EDUSP,

1a. edição (1a. ed. original: Frankfurt.1956).

ALBUQUERQUE, V. Frota de & CARNEIRO, F. Galvão - "Brasília: utopia e realidade", *Humanidades*, n 14, ago./out., 1987.

ALMEIDA, Ma. Herminia T. de & SORJ, Bernardo (orgs.)

1984 - Sociedade e politica no Brasil pós-64, S. Paulo, Brasiliense,

2a. edição (1a. ed.:1983)

- "O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança"

(in Almeida e Sorj, 1984: 191-214).

ALTHUSSEK, Louis

1980 - Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado, Lisboa, edl. Presença,

3a. edição (1a. ed. original: Paris, 1970).

ARON, Raymond - "Social Structure and The Ruling Class", *British Journal of Sociology* I (1 e 2), março e junho de 1950.

BASTIDE, Roger (org)

1971 - Usos e sentidos do termo estrutura, São paulo, EUSP/Herder, 1a.

edição (1 ed. original: s.d./s.l.)

BATISTA, Geraldo Sá N. - "Brasília - problemas e respostas de uma metrópole emergente" (in Paviani - org.,1987:211-20)

BENEVIDES, Ma. Victoria

1979 - O governo Kubitschek, desenvolvimento econômico e estabilidade política, R. de Janeiro, Paz e Terra, 3a. edição (1a.ed.:1976).

BERTONE, Leonor F. - "O Estado e a urbanização do DF" (in Paviani - org.1987:53-71).

BICCA, Paulo R.S. - "Brasília: mitos e realidade" (in Paviani-org., 1985: 102-33).

BOBBIO, Norberto

1982 - O Conceito de sociedade civil, Rio de Janeiro, Graal, 1a. edição (1a. ed. original: s.d./s.l.)

BOSCHI, Renato R. (org.)

1983 - Movimentos coletivos no Brasil urbano, "Debates Urbanos 5", Rio de Janeiro, Zahar, 2a. Edição (1a.ed.:IUPERJ,1982).

BOSCHI, R. R.; e, VALADARES, L. do Prado - "Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos" , (in Boschi - org.,1983:105-43).

BOTTOMORE, T.B.

1978 - Introdução à sociologia, Rio de Janeiro, Zahar, 7 edição (1a. ed. original: Londres, 1962).

BOURDIEU, Pierre

1974 - Economia das trocas simbólicas (introd., org. e seleção de Sérgio Miceli), S. Paulo, Perspectiva, 1a. edição.

1983 - Questões de sociologia, R. de Janeiro, Marco Zero, 1a. ed. (1a. ed. original: Paris, 1980).

CARDOSO, F.H. - "Althusserismo ou Marxismo? - A propósito do conceito de classe em Poulantzas" (in Poulantzas et. al.; 1976)

CASTELLS, Manuel

- 1979 - Problemas de investigação em sociologia urbana, Lisboa, Editorial Presença /Martins Fontes, 1a. edição (1a. ed. original: Madri,1971).
- 1983 - A questão urbana, R. de Janeiro, Paz e Terra, 1a. edição (1a. ed. original: Paris,1972)

CES (Centre d'Etudes Socialistes)

- 1967 - L'urbanisme aujourd'hui: mythes et réalités, Cahiers du Centre d'Etudes Socialistes, n 72-73, set./out., VVAA

CHACON, V. - "Comunicações de massa na sociedade democrática" in Jaguaribe et al.,1985:337-92)

CORDEIRO, L.A. & KOHLSDORF, G.R. - Brasília: algumas especulações prospectivas" (in Paviani, org.: 1985)

CORREA, Villas-Boas (coord.)

- 1985 - O país que nós queremos/Constituinte: o roteiro do futuro (depoimentos), R. de Janeiro, Salamandra, edição especial p/ FIAT.

COSTA, Lúcio

- 1962 - Sobre arquitetura, Porto Alegre, ed. da UFRS , s/edição
- "Relatório do Plano Pilôto de Brasília", in IBAM (1965:343-353)
- Entrevista à revista ISTOÉ, edição de 18 de novembro de 1987

DAU (Dept de Arquitetura e Urbanismo)

- 1971 - A Carta de Atenas e o IV CIAM (mimeo.), Cadernos de Estudos n 12, série Arquitetura e Urbanismo. Inst. de Artes e Arquitetura - UnB , Brasília.

DIAS, Edmundo F.

- 1984 - Democracia operária: construindo a nova civilização, tese de Doutorado, FAFICH/USP, São Paulo.

DUARTE, Ma. de Souza

1983 - A educação pela arte: o caso Brasília, Brasília, Thesaurus, 1a. edição.

DURKHEIM

1983 - Da divisão do trabalho social (1a. ed. original: Paris, 1893), e As regras do método sociológico (1a. ed. orig.: Paris, 1895), "Os pensadores" (trechos selecionados por GIANNOTTI, José A. - org.), São Paulo, Abril, 2a. edição

ECO, Umberto

1971 - A estrutura ausente, São Paulo, Perspectiva, 1a. edição

EPSTEIN, David G.

1973 - Brasília. Plan and Reality: a study of planned and spontaneous urban development, Berkeley, Univ. of California Press, 1a. ed.

FAORO, Raimundo - "Constituinte, a verdade e o sofisma" in Sader (1986:7-16)

FARIA, Vilmar - "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos" (in Almeida e Sorj - orgs., 1984: 118-63).

FARRET, Ricardo L. - "O Estado, a questão territorial e as bases para a implantação de Brasília" (in Paviani org.: 1986

FARRET, R. L. & SCHMIDT, B. V.

1986 - A questão urbana, "Brasil: os anos do autoritarismo", R. de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1a. edição.

- FERNANDES, Florestan - "A reconstrução empírica da realidade em ciências sociais", Rev. Anhembi, vol. XXVIII, n. 82 e 83, setembro e outubro de 1957.
- 1973 (org.) - Comunidade e sociedade, São Paulo, Cia. Ed. Nacional/EDUSP, 1a. edição.
- FERREIRA, Ignez C.B. - "O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano em Brasília" (in Paviani, org.: 1985)
- FERREIRA, Ignez C.B. e PAVIANI, Aldo - "As correntes migratórias para o D.F.", Rev. Bras. de Geografia, 35(3): 133-62, IBGE, 1973
- FORTI, Reginaldo (org.)
- 1979 - Marxismo e urbanismo capitalista, São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas (LECH), 1a. edição.
- FOUCAULT, Michel
- 1985 - Microfísica do poder, R. de Janeiro, Graal, 5a. edição (1a. ed. bras.:1979)
- GERTH, H. e MILLS, C. Wright "A mudança histórico-social" (in Ianni, org.:1972)
- GONZALES, Suely F.N. - "As formas concretas da segregação residencial em Brasília" (in Paviani, org.: 1985)
- GOURSOLAS, Jean-Marc - "New towns in the Paris metropolitan area: an analytic survey of the experience, 1965-1979", Intern. Journal of Urban and Regional Research, 3(4), setembro, 1980
- GRAEFF, Edgar A. - "Brasília: dois caminhos para a arquitetura moderna", Rev. Brasiliense, S. Paulo, 1(3), 162-80, 1957

GRAMSCI, A.

1982 - Os intelectuais e a organização da cultura, R. de Janeiro, Civilização Brasileira, 4a. edição (1a. ed. original: s.d./s.l.)

1984a - Concepção dialética da história, R. de Janeiro, Civ. Bras. 5a. edição (1a. ed. original: s.l., 1955)

1984b - Maquiavel, a política e o Estado moderno, R. de Janeiro, Civ. Bras, 5a. ed. (1a. ed. original: s.d./s.l.)

GUIMARAES, Antônio S. A. - "Estrutura e formação de classes na Bahia" in Novos Estudos CEBRAP, n 18, setembro de 1987

GURVITCH, G. - "As 'estruturas' em sociologia" (in Bastide, org.: 1971)

1979 - A vocação atual da sociologia, tomo I, São Paulo, Martins Fontes/Cosmos, 1a. edição. (1a. ed. original: Paris, 1950)

1982 - As classes sociais, São Paulo, Global, "Bases 44", 1a. edição (1a. ed. original: Paris, 1954)

HABERMAS, J. - "Técnica e ciência enquanto ideologia" in Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno (textos escolhidos), "Os pensadores", 1983, pp.313-43, 2a. edição (1a. ed. original: Frankfurt, 1968).

- "A arquitetura moderna e pós-moderna", Novos Estudos CEBRAP, n 18, setembro de 1987

HARVEY, David

1980 - A justiça social e a cidade, S. Paulo, HUCITEC, 1a. edição (1a. ed. original: Baltimore, 1973)

HEUZE, Claire - "Emergence d'une capitale, Brasília" in Frontieres: mythes et pratique, Cahiers de Sciences Humaines 22 (3-4), 1986

HOLANDA, Frederico de - "A morfologia interna da capital" (in Paviani, org.: 1985)

- "A velhice da modernidade", *Humanidades*, n 10, ago/out, 1986

HOLSTON, James

1986 - The Modernist City: Architecture, Politics, and Society in Brasilia, tese de doutoramento em Antropologia Social pela Universidade de Yale

IANNI, Otávio (org.)

1972 - Teorias da estratificação social, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 4a. edição.

IBAM (Instit. Bras. de Administração Municipal)

1965 - Leituras de planejamento e urbanismo, Rio de Janeiro, Biblioteca de Administração Municipal, s/ edição.

JAGUARIBE, Hélio

1985 (et.al.) - Brasil, sociedade democrática, R. de Janeiro, José Olímpio, 1a. edição.

1986 (org.) - Para um novo pacto social, Brasil 2000, R. de Janeiro, Salamandra, edição especial p/ a Fiat Automóveis.

JOFFILY, G.I.

1977 - Brasília e sua ideologia, Brasília, Thesaurus, 1a. edição.

LACLAU, Ernesto - "Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social", *Rev. Bras. de Ciências Sociais* 2(1): 41-47, out., 1986

LEDROUT, Raymond - "Política urbana e poder local" in *Espaço e Debates*, *Rev. Bras. de Estudos Regionais e Urbanos*, n 3, set/1981.

LEFEBVRE, Henri

1969 - O direito à cidade, S. Paulo, Documentos, 1a. edição (1a. ed. original: Paris, 1968)

LISPECTOR, Clarice - "Brasília, 1962" in Elenco de cronistas modernos, Rio de Janeiro, ed. Sabiá, 1971, 4a. edição.

LOJKINE, Jean - "O papel do Estado na urbanização" in Forti (org., 1979: 15-51).

MACHADO, Lia Z. e MAGALHAES, T. Q. - "Imagens do espaço: imagens da vida" (in Paviani, org.: 1985)

MANNHEIM, Karl

1972 - Ideologia e utopia, Rio de Janeiro, Zahar, segunda edição (1a. ed. inglesa: 1960; caps. II, III, IV - 1a. edição alemã: 1929; cap V, idem: 1931)

MARSHALL, T. H.

1967 - Cidadania, classe social e status, Rio de Janeiro, Zahar, 2a. edição (1a. ed. original: Londres, 1963)

MELLO, José C. de - "A legislação sobre o uso do solo em Brasília", Projeção (Rev. Bras. de Tributação e Economia), n 27, 1980.

MILLS, C. Wright

1975 - A imaginação sociológica, R. de Janeiro, Zahar, 4a. edição (1a. ed. original: Nova York, 1959)

NIEMEYER, Oscar - "A arquitetura moderna no Brasil" in Arte no Brasil, São Paulo, abril, 1982

OLIVEIRA, Francisco de - "Brasília ou a utopia intra-muros" in Croqui n 2, IAB/DF, 1979

OLIVEIRA, José Aparecido de

1987 - Três faces de uma cidade (pronunciamentos), Secretaria de Comunicação Social, GDF, s/ edição

OLIVEIRA, M. L. Peluso de - "Notas sobre a organização especial da periferia do DF", *Projeção* (Rev. Bras. de Tributação e Economia), n 27, 1980

- "Contradições e conflitos no espaço de classes: centro vs. periferia" (in Paviani - org., 1987:127-44)

OLIVEN, Rubem G. - "Classe e cultura nas cidades brasileiras" in Oliven, R. G., Urbanização e Mudança Social na América Latina, Petrópolis, Vozes, 1980, 1a. edição

PAVIANI, Aldo (org.)

1985 - Brasília, ideologia e realidade: o espaço urbano em questão, São Paulo, edições Projeto/CNPq, 1a. edição

- "A metrópole terciária" (in Paviani, org.: 1985)
- "Urbanização na América Latina: periferização em áreas metropolitanas", *Humanidades*, n 13, maio/julho, 1987.

1987 (org.) - Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos sociais em Brasília, Brasília, Ed. UnB/CODEPLAN, 1a. edição.

PECHMAN, Robert M. e RIBEIRO, Luiz C. Queiroz

1983 - O que é questão da moradia, "Primeiros Passos 92", São Paulo, Brasiliense, 1a. edição

PEDROSA, Mário

1981 - Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília, S. Paulo, Perspectiva, s/ed..

POULANTZAS, Nicos

1971 - Poder político y classes sociales em el Estado capitalista, México, Siglo XXI, s/ed. (1a. ed. original: Paris, 1968)

1976 (et al) - Teoria das classes sociais, Porto, Publicações, Escorpião, Cadernos "O homem e a sociedade", n 25

- "As classes sociais" in (Poulantzas et al.: 1976)

1978 - As classes sociais no capitalismo de hoje, R. de Janeiro, Zahar, 2a. edição (1a. ed. original: Paris, 1974)

PRZEWORSKI, Adam - "O processo de formação das classes", Dados, n 16, pp. 3-31, 1977.

RODRIGUES, Leôncio M.

1987 - Quem é quem na Constituinte: uma análise socio-política dos partidos e deputados, S. Paulo, OESP/Maltese, 1a. edição

SADER, Emir (org.)

1986 - Constituinte e democracia no Brasil hoje, S. Paulo, Brasiliense, 4a. edição (1a. edição:1985)

SANTOS, Milton

1987 - O espaço do cidadão, São Paulo, Nobel, 1a. edição

SANTOS, Wanderley G. dos

1979 - Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira, R.de Janeiro, Campus, 1a. edição

- "A pós-*'revolução'* brasileira" in Jaguaribe et alii (1985: 223-335)

SCHMIDT, Benício V.- "Brasília como centro político" in Paviani (org., 1985:28-41)

SOROKIN, G. - "O que é uma classe social?" (in Velho- org.,1976:84-93)

SOUZA, Nair H. Bicalho

1983 - Construtores de Brasília, Petrópolis, Vozes, 1a. edição

STAVENHAGEN, R. - "Estratificação social e estrutura de classes" (in Velho - org., 1976:133-70)

STEPAN, Alfred

1986 - Os Militares, da Abertura à Nova República, R. de Janeiro, Paz e Terra, 2a. edição.

TEIXEIRA, João Gabriel L.C.(ed.)

1986 - A construção da cidadania, Brasília, ed. Univers. de Brasília, 1986

THOMPSON, E. P.

1981 - A miséria da teoria ou um planetário de erros, Rio de Janeiro, 1a. edição (1a. ed. original: Londres, 1978)

TURKIENICZ, B. - "A morfologia das cidades satélites de Brasília" (in Paviani - org., 1987: 181-86).

URRY, John - "Localities, regions and social class", Intern. Journal of Urban and Regional Research, 4(5): 455-74, dezembro, 1981

VARGAS, Marcelo C. - "Classe social, estrutura e processo" (mimeo.), 1985

- "Mudança cultural e mudança social: lições gramscianas" (mimeo), 1986

VELHO, Otávio G. (org.)

1967 - O fenômeno urbano, R. de Janeiro, Zahar, 1a. edição

1976 - Estrutura de Classes e Estratificação Social, R. de Janeiro, Zahar, 6a. edição (1a. ed.: 1966)

VESENTINI, J. William

1986 - A capital da geopolítica, S. Paulo, Atica, 1a. edição

WEBER, Max

- 1967 - A Ética protestante e o espírito do capitalismo, São Paulo, Pioneira, 1a. ed. (publicado originalmente no ARCHIV FÜR SOZIALWISSENSCHAFT UND SOZIALPOLITIK, vols. XX e XXI, Tübingen, 1904 - 5)
- "Conceito e categorias de cidade", in Velho (org., 1967:73-96)
- "Classe, 'status', partido" in Velho et. al. (orgs., 1978: 61-83)

WRIGHT, Charles - "Transporte em Brasília" (in Paviani - org., 1987: 189-207).

WRIGHT, E. Olin

- 1981 - Classe, crise e Estado, R. de Janeiro, Zahar, 1a. edição (1a. ed. original: 1979)

2) Obras de Referência:

Anuário de Brasília - 1982, Carlos Rodrigues Editora, Brasília, 1983

CEDI (Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados)

- 1972 - Brasília, Bibliografias do CEDI, n 3, 21-1078, Brasília, Câmara dos Deputados.

CODEPLAN (Cia. de Desenvolvimento do Planalto Central)

- 1982 - Anuário Estatístico do Distrito Federal, Brasília, GDF
- 1983 - Anuário Estatístico do Distrito Federal, Brasília, GDF
- 1984 - Anuário Estatístico do Distrito Federal, Brasília, GDF
- 1985 - Anuário Estatístico do Distrito Federal, Brasília, GDF
- 1986 - Anuário Estatístico do Distrito Federal, Brasília, GDF
- 1987 - Anuário Estatístico do Distrito Federal, Brasília, GDF

DICIONARIO DE SOCIOLOGIA, Porto Alegre, ed. Globo, 1967 (1a. ed. 1961)
 ENCICLOPEDIA BARSA, vol.7, verbete "Guanabara, Estado da", pp. 155-68,
 1968.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, vol. 23, verbete "Washington, D.C.", pp.
 391-96, 1964 (fundada em 1783).

IBGE (Fund. Inst. Bras. de Geografia e Estatística)

1973 - Censo Demográfico de 1970 - DE, Rio de Janeiro, IBGE

1982 - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, Censo Demográfico
 (VV), R. de Janeiro, IBGE

3) Jornais e Revistas

CORREIO BRAZILIENSE (números diversos de 1983a 1989)

FOLHA DE SAO PAULO (idem)

JORNAL DE BRASILIA (idem)

Rev. ISTOE (idem)

Rev. VEJA (idem)

ULTIMA HORA DE BRASILIA (Idem)

4) Outras Fontes:

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988, Brasília,
 Centro Gráfico do Senado Federal, 1988..

ESCRITORIO MMM ROBERTO - Relatório do plano para Brasília inscrito sob
 o n 8 no concurso de 1957 (mimeo.), cópia adquirida na exposi-
 ção "Brasília, trilha aberta", MAB, agosto de 1986.

ESCRITORIO TECNICO RINO LEVY _ Relatório do plano para Brasília inscrito no concurso de 1957 sob o n 17, idem.

FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA - "Cultura, Brasília/Brasil", documento 1 (mimeo.), Brasília, março de 1985

FCDF (Fund. Cultural do Distrito Federal)

1973 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1974 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1975 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1976 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1977 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1978 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1979 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1980 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1981 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1982 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF

1983 - Relatório Anual de Atividades, Brasília, GDF.

GT-CULTURA (Grupo de Trabalho para a Cultura)

1988 - "Relatório de Conclusão", publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, 2/12/88, n 222

MAB (Museu de Arte de Brasília)

1986 - Catálogo da exposição "Brasília, trilha aberta", promovida pela Secr. de Cultura e FCDF em agosto, GDF

LUZ, Dioclécio

1986 - Roteiro mágico de Brasília, Brasília, CODEPLAN, 1a. edição.

SSS (Secretaria do Serviço Social do Gov. do Distrito Federal)

1973 - Definição de uma política migratória para o Distrito Federal.

Departamento de Migração e Trabalho da SSS, Brasília, GDF.

ANEXOS

ANEXO I

CRONOLOGIA DA INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL:

- 1750 - O cartógrafo goiano Francisco Tossi Colombina, elaborando uma Carta de Goiás e capitanias vizinhas, sugere a mudança da capital para essa região;
- 1763 - Transferência da sede do governo colonial de Salvador para o Rio de Janeiro;
- 1789 - Registra-se nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira ter sido o projeto dos conjurados organizar "uma república dividida em várias províncias, com uma capital na vila de São João del Rey ...": pela primeira vez a interiorização da capital constitui-se em preocupação de um segmento social da elite;
- 1808 - Além da transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, este ano marca o início da publicação do Correio Braziliense , em Londres, por Hipólito José da Costa;
- 1809 - Publicado em Lisboa um artigo atribuído a sir William Pitt, onde o embaixador inglês junto às Côrtes portuguesas, motivado por interesses colonialistas, teria sugerido a criação de uma nova Lisboa no interior do Brasil;
- 1810 - O conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira apresenta memorial ao Príncipe Regente Dom João onde aparecem, pela primeira vez, argumentos razoáveis justificando a transferência da sede do governo colonial para o interior do Brasil;

- 1813 - O célebre político gaúcho fundador do Correio Braziliense em Londres inicia a publicação de uma série de artigos (que volta a ser publicados em 1818 e 1822) em que defende a interiorização da capital brasileira;
- 1821 - Por iniciativa de José Bonifácio de Andrada e Silva, o parlamento elabora um documento de "Orientação aos Deputados Gerais" que iriam representar a Província de São Paulo nas Cortes Portuguesas de Lisboa, onde se propunha a fundação de uma "cidade central no interior do Brasil para assento da Corte ou Regência";
- 1822 - A proposição dos deputados paulistas é apresentada à Comissão de Constituição das Cortes Gerais reunidas em Lisboa na forma de um documento intitulado "Aditamento ao projeto de Constituição para fazê-lo aplicável ao Reino do Brasil";
- 1823 - Em célebre sessão da primeira Assembléia Constituinte brasileira, no dia nove de julho, José Bonifácio profere um discurso no qual defende a interiorização da capital imperial, sugerindo-lhe o nome de Petrópolis ou Brasília, bem como, três sítios alternativos para a sua localização no meio-oeste de Minas Gerais numa região que corresponderia à antiga comarca de Paracatu;
- 1824 - A Confederação do Equador, na revolução pernambucana, coloca a instalação da Assembléia Constituinte "em um ponto central do Brasil" como uma condição prévia a qualquer negociação com o governo imperial;
- 1839 - São escritos os primeiros artigos e cartas nas quais o historiador, geógrafo, diplomata, matemático e engenheiro Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, defende insistent-

tamente a necessidade de interiorização da capital;

- 1852 - E apresentado ao Senado projeto de lei do senador Holanda Cavalcanti, dispondo sobre a construção da capital a ser localizada "nas latitudes de 10 a 15 graus sul";
- 1877 - Os escritos do Visconde são reunidos e publicados no opúsculo "A questão da capital: marítima ou no interior?"; não satisfeito, Varnhagen empreende pessoalmente, no mesmo ano, um expedição à Província de Goiás, para verificar in loco as condições da região e indicar um local apropriado para abrigar a futura capital: o sítio sugerido é precisamente a zona onde iria se instalar o quadrilátero de Brasília oitenta e três anos depois, variando apenas as dimensões do território;
- 1890 - A Constituição provisória consigna a mudança da capital;
- 1891 - A primeira Constituição republicana estabelece no seu artigo 3 que "fica pertencente à União , no planalto central da República , uma zona de 14.400 km² , que será oportunamente de marcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal";
- 1892 - E constituída a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob a chefia do geógrafo Dr. Luiz Cruls , para estudar e demarcar a localização da futura capital;
- 1894 - E apresentado o relatório de conclusão da "Expedição Cruls", delimitando, na mesma zona anteriormente definida por Varnhagen , a área retangular de 90km de largura por 160km de comprimento, que passou a ser conhecida como o "Quadrilátero Cruls";
- 1920 - O presidente Epitácio Pessoa assina um decreto legislativo, dispondo sobre o início da construção da nova capital;

- 1922 - No dia sete de setembro, o presidente Epitácio Pessoa manda erigir a Pedra Fundamental de Brasília, no sítio Castanho, situado no Quadrilátero Cuuls;
- 1934 - O capítulo das disposições transitórias da nova Constituição prevê a interiorização da Capital Federal, submetendo à apreciação e deliberação do Congresso os estudos e as providências necessárias para a transferência;
- 1937 - A Constituição do Estado Novo omite-se sobre a questão da capital;
- 1940 - Lançada em Goiânia, pelo presidente Getúlio Vargas, a campanha "Rumo ao Oeste";
- 1946 - O artigo 4 das Disposições Transitórias da nova Constituição estabelece a transferência da capital de União para o Planalto Central e, a nomeação pelo presidente da República da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital. Em novembro, o presidente Dutra nomeia o general Djalma Poli Coelho presidente desta comissão;
- 1947 - A Comissão Poli Coelho, como passou a ser chamada, realiza duas expedições de estudos ao Planalto Central, concluindo pela excelência do antigo Quadrilátero Cuuls;
- 1952 - O Congresso aprova uma lei que manda realizar "pesquisas definitivas" para escolher o sítio onde será edificada a nova capital;
- 1953 - Sancionando a lei do Congresso, o presidente Getúlio Vargas designa uma nova comissão para localização da capital, presidida pelo general Aginaldo Caiado Castro;

- 1954 - Com o suicídio de Vargas, o presidente Café Filho convida o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para presidir a nova comissão que demarca a área definitiva;
- 1955 - A 5 de agosto, o presidente aprova o sítio e a área designados para abrigar a nova capital, entre os rios Preto e Descoberto, abrangendo terras dos municípios goianos de Luziânia, Planaltina e Formosa;
- 1956 - Em abril, o presidente Kubitschek envia uma mensagem ao Congresso para criação da "Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal", que é examinada pelos parlamentares e aprovada em novembro na forma da lei n. 2.874, que oficializa o nome de Brasília, cria e regulamenta a NOVACAP;
- 1960 - No dia 21 de abril a capital do Brasil é transferida oficialmente para Brasília, juntamente com a transformação do antigo Distrito Federal no Estado da Guanabara.

ANEXO II

- Movimentos e Agrupamentos de Brasília com "Observação Participante" do Autor:

- Período: do início de 1984 ao primeiro trimestre de 1985
- Comitê pró-Diretas de Brasília, desde fevereiro até 15 de abril de 1984, quando foi derrotada a emenda Dante de Oliveira, que estabelecia eleições presidenciais diretas para aquele ano;
- Seminário "Brasília, memória e mobilização popular", promovido pela Associação Brasileira de Antropologia (seção do DF) com o apoio da Fundação Nacional pró-Memória e do Memorial JK, nos dias 4,5 e 11 de novembro de 1984. Ele deu origem à "Comissão Brasília", formada por uma associação de representantes de diversas entidades para atuar junto à preservação da memória popular, vista como recurso de luta política e mobilização ideológico-cultural da vasta camada de excluídos e "semi-excluídos" que circunda o Plano Piloto, reivindicando seu direito à cidadania plena;
- 07 reuniões do Movimento Pró-Participação na Política Cultural do DF, do dia 23 de dezembro de 1984 até 10 de janeiro de 1985, data culminante do movimento, quando, entre outras reivindicações, a autodenominada "comunidade artístico-cultural" de Brasília encaminhou ao recém-eleito presidente, Dr. Tancredo Neves, um pedido para que ele fizesse chegar ao futuro governador do Distrito Federal por ele indicado

os nomes que esta comunidade apoiava para ocupar a diretoria executiva da FCDF;

- 02 reuniões (dias 10 e 24 de janeiro de 1985) do Movimento "Cultura: Brasília, Brasil", desencadeado pela Fundação Pedroso Horta (do PMDB): "suprapartidário", o movimento visava a discussão de uma proposta de política cultural para Brasília em sintonia com o processo nacional de mudanças no setor (criação de novos organismos estatais a nível federal, estadual, e municipal; recuo da censura, etc.), tendo gerado grupos de trabalho e discussão diferenciados segundo esferas de interesse específico (cuja duração média não deve ter ultrapassado um mês) nos quais acabou se dissolvendo, e, dois documentos gerais que refletem posicionamentos discutidos na plenária;

- Cerca de 10 reuniões com membros da comunidade brasiliense e um representante do GDF interessados em participar da comemoração do "Jubileu de Prata" de Brasília (o 25 aniversário da inauguração da capital), a partir do dia 25 de janeiro de 1985;

ANEXO III

Matriz das Entrevistas Efetuadas na Pesquisa

A) Entrevista-Padrão com Candidatos ao Congresso Constituinte pelo DF

(Período: de julho a setembro de 1985, na campanha pela Constituinte)

- Bloco I: Apresentação do Candidato e de sua Plataforma Política

1) Há quanto tempo mora em Brasília, e de onde o (a) sr. (sra.) veio? Como nasceu a idéia de se tornar candidato (ligações anteriores com a política)?

2) Na sua perspectiva, quais são, de um modo geral, as prioridades para a ação política no Distrito Federal (imediatas e a longo prazo)? E, considerando a Constituinte, quais seriam as aspirações de Brasília?

- Bloco II: Visão Geral de Brasília

3) A condição de capital político-administrativa do país faz com que haja em torno de Brasília um conflito entre o interesse local e o interesse federal?

4) Qual deve ser o grau de autonomia política para o Distrito Federal?

5) Como o(a) sr.(sra.) vê a industrialização de Brasília?

6) O(a) sr.(sra.) é favorável à preservação do urbanismo de Brasília?

7) Em que medida Brasília pode ou deve ser vista como um polo de irradiação cultural?

8) Existe, na sua opinião, uma "vocação nacional" de Brasília ? O que isto representa?

- Bloco III: Visão da Conjuntura Política Local e Nacional

9) Qual a sua visão do processo eleitoral incipiente em Brasília (peculiaridades e tendências dos candidatos e do eleitorado)? Está havendo maiores chances para os pequenos partidos aqui?

10) O que representa politicamente a Nova República ? Como é que Brasília vem se enquadrando neste período de transição?

- Bloco IV: Visão de Alguns Problemas Estruturais de Brasília

11) Como enfrentar a questão da moradia e o problema das invasões no Distrito Federal?

12) Como encaminhar a questão do transporte coletivo em Brasília, quando é sabido que se trata de um sistema dos mais caros do Brasil?

B) - Entrevista-Padrão com Líderes Sindicais

(Período: outubro de 1988, logo após a promulgação da Constituição)

- Bloco 1: Apresentação do Sindicalista

1) Há quanto tempo mora em Brasília, e de onde o sr. veio?

2) Há quanto tempo milita no movimento sindical?

- Bloco II: Visão do Movimento Sindical Brasiliense

3) Sendo Brasília uma cidade administrativa, onde o governo é o principal patrão da classe trabalhadora (ou seja, a força de trabalho é constituída majoritariamente de servidores públicos), como isto se reflete no movimento sindical?

4) Existe, na sua opinião, uma importância estratégica especial no fortalecimento do movimento sindical em Brasília? Como?

5) Como se dá o relacionamento do seu sindicato com:

a- outros sindicatos de Brasília;

b- organizações intersindicais locais (como as antigas COSUI, Frente Intersindical, etc.);

c- centrais sindicais nacionais (CUT, CGT, USI);

d- o movimento das associações de moradores ?

6) Que campanhas ou programas o seu sindicato tem desenvolvido ultimamente?

- Bloco III: Visão da "Estrutura Urbana" de Brasília

7) A condição de capital político-administrativa do país faz com que haja em torno de Brasília um conflito entre o interesse local e o interesse federal?

8) Qual deve ser o grau de autonomia política para o Distrito federal? O que está previsto na Constituição (eleição direta para Governador e Assembléia Legislativa) é suficiente?

9) Como o sr. vê a industrialização do Distrito Federal?

10) O sr. é favorável à preservação do urbanismo de Brasília?

11) Como enfrentar a questão da moradia e o problema das invasões no DF?

12) Como encaminhar a questão do transporte coletivo em Brasília, quando é sabido que se trata de um dos sistemas mais caros do país?

- Bloco IV: Visão da Conjuntura Política Local e Nacional

13) Em que medida o seu sindicato participou do processo constituinte? De que forma (eleições, lobbies, emendas populares, etc.)?

14) Que avaliação política geral o sr. faria do regime de transição sob o qual vive o país desde a chamada Nova República?

15) A promulgação da nova Constituição pode ser considerada como o encerramento do regime de transição? Quais as perspectivas políticas da classe trabalhadora hoje?

C) - Entrevista-Base com Autoridades da Política Cultural em Brasília

(Período: de novembro de 1984 a fevereiro de 1985)

- Bloco I: Apresentação da Autoridade Entrevistada

1) Há quanto tempo mora em Brasília e, de onde veio? Fale de sua trajetória na área cultural.

- Bloco II: Visão dos Movimentos e da Política Cultural em Brasília

2) Comente o processo de mobilização social que o levou a ocupar o posto atual.

- 3) Como a sua gestão tem se relacionado com a comunidade atuante na área cultural em Brasília (outras instituições governamentais, associações, movimentos, artistas) ? Compare com a gestão passada.
- 4) Quais foram as principais medidas tomadas e, quais ainda serão encaminhadas na sua gestão?
- 5) Qual deve ser o papel do Estado no domínio cultural? Onde é que a sua instituição entra nisso ?
- 6) Em que medida Brasília pode ou deve ser vista como um polo irradiador de cultura?
- 7) Existe, na sua opinião, uma "vocação nacional" de Brasília? O que isto representa?

- Bloco III: Questões Específicas

- a- para os representantes da FCDF;
- b- para o reitor da Universid. de Brasília;

a) FCDF

- 8) Comente o episódio da criação da Secretaria de Cultura do GDF: teria sido, conforme versão da imprensa, uma tentativa de boicote à nova gestão da FCDF; ou, como na versão do Governador Aparecido, um mero reflexo de uma tendência nacional recente que envolve o desmembramento do MEC, a criação do MINC e de diversas secretarias estaduais de cultura?
- 9) Comente a demissão de Luiz Humberto M.M. Pereira da Diretoria Executiva da FCDF (motivos e consequências).
- 10) Comente a substituição dele por Reynaldo Jardim (representatividade, projetos): está havendo um processo de continuidade ou de ruptura

em relação à gestão passada?

b) UnB

11) Qual a sua posição sobre a abertura de cursos noturnos na universidade?

12) Quais os projetos que o Decanato de Extensão está desenvolvendo junto às cidades satélites?

- Bloco IV: Visão Geral do Processo Cultural

13) Como vê a relação entre:

a) cultura & produção artística; b) cult. de elite & cult. popular; c) arte & cultura ?

14) Quem são os intelectuais e, qual é o seu papel na sociedade?

- Bloco V: Visão da Conjuntura

15) O que representa , para o sr., a Nova República política e culturalmente?

Observações:

(1) Todas as entrevistas da área cultural, a despeito de um núcleo básico de questões, seguiram o padrão "não-diretivo";

(2) Com exceção dos Blocos III e IV, todas as demais questões foram respondidas pelas autoridades governamentais entrevistadas: o reitor da UnB , um Diretor Executivo e dois assessores da FCDF. O número de perguntas efetivamente indagado, entretanto, ultrapassou o total deste questionário, uma vez que a maior parte dos entrevistados possuía uma experiência cultural diversificada, que demandava questões específicas adicionais, aproveitadas nas análises efetuadas na tese;

(3) Por uma necessidade de abreviar a entrevista , várias vezes adida e interrompida, o reitor não respondeu às questões do bloco IV;

(4) Para os demais entrevistados (artistas, animadores culturais, e representantes da cultura popular), as perguntas giraram em torno dos problemas enfrentados na sua atividade cultural, seja ao nível de apoio institucional , da produção cultural, ou ao nível de público.

ANEXO IV

Perfil Biográfico dos Entrevistados1 - Movimento Político

A) Candidatos ao Congresso Constituinte (entrevistados de agosto a setembro de 1986):

CARLOS ALBERTO TORRES, carioca, quarenta anos, casado e pai de família, começou sua vida política, ao filiar-se clandestinamente ao Partido Comunista Brasileiro em 1967. Cursando Engenharia Eletrônica, foi candidato ao D.A. da Escola de Engenharia da UFRJ em 1968, as vésperas do AI-5, cujo advento, juntamente com o recrudescimento geral do autoritarismo, obrigou ao fechamento das representações estudantis em todos os níveis. Em agosto de 1970, sua continuada atuação no PCB levou-o a ser preso por seis meses na Ilha das Flores no Rio de Janeiro. Formado em 1971, Carlos Alberto continua seus estudos e sua militância estudantil na UFRJ, onde conclui o mestrado em Administração da Produção. Veio para Brasília juntamente com os primeiros funcionários da ELETRONORTE, fundada no Rio de Janeiro e transferida para nova capital em 1975. Ingressa na UnB como professor do Dept de Administração, tornando-se um dos fundadores e diretores da Associação dos Docentes da universidade em 1977. Eleito presidente do Comitê pelo Voto no Distrito Federal em 1979, ele organiza com o apoio do presidente da ACDF, Lindberg Aziz Cury, o primeiro comício interpartidário pela representação política no DF, com a presença dos líderes nacionais Tancredo

Neves, Ulisses Guimarães, Leonel Brizola, e Lula. Participa da fundação do CERRADE em 1980, entidade civil do DF promotora de estudos e debates em prol da democracia, sendo eleito seu primeiro secretário geral. Sem deixar jamais o "partidão", cujas bases clandestinas no DF ajuda a organizar em 1977, Carlos Alberto é preso novamente em 1982, durante o seminário pela legalização do partido realizado em São Paulo no ano de 1982. Processado pela Lei de Segurança Nacional e demitido da ELETRONORTE por perseguição política, Carlos Alberto passa a atuar na esquerda do PMDB, sendo eleito em 1980 o primeiro vice-presidente da recém fundada seção do partido no DF. Reeito vice-presidente, ele acaba sucedendo Pompeu de Souza na presidência do PMDB/DF por um breve período, quando, em 1985, o último é nomeado Secretário de Educação e Cultura do GDF pelo governador José Aparecido de Oliveira. Com a legalização do PCB, em julho, e a retirada de seu processo da Justiça, Carlos Alberto é readmitido na ELETRONORTE, e retorna ao seu partido de origem, lançando-se candidato a Senador Constituinte pelo PCB em 1986;

FERNANDO TOLENTINO, solteiro, trinta e oito anos, nasceu na Bahia e veio para Brasília em 1974. Começou sua vida política pela atuação no movimento estudantil secundarista, tendo sido três anos consecutivos presidente do Grêmio da Escola de Aplicação da UFBA, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas da Bahia, e do DCE daquela universidade. Militando na organização clandestina de esquerda Ação Popular, chegou a ser prêso algumas vezes. Formado em Administração Pública, ele admitido como assessor da Prefeitura de Salvador, exercendo cargo de confiança. Posteriormente, Fernando Tolentino transfere-se para Brasília, trabalhando para o Ministério da Edu-

cação no Plano de Reclassificação de Cargos e Salários. Na capital, ele forma-se também em Jornalismo, trabalhando como repórter *free lancer* para os jornais locais. Na área jornalística, ele foi também editor do alternativo "A Cidade - sua Tribuna", e de "A Voz do Advogado", boletim informativo da OAB/DF. Tolentino tem exercido igualmente a profissão de professor universitário nas Faculdades de Administração da UDF e do CEUB. Ele foi um membro ativo do CEBRADE, e um dos fundadores do PMDB/DF, do qual já foi secretário-geral e vice-presidente. Integrando a facção do partido conhecida como "Bloco Popular", apoiada pelo Partido Comunista do Brasil e outros grupos de esquerda, Tolentino candidatou-se a Deputado Constituinte pelo PMDB. Entre os entrevistados, foi o candidato que apresentou a plataforma política mais polêmica, ousada, e, assim mesmo, melhor alinhavada: a transformação do DF no Estado de Brasília ;

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, piauiense, cerca de sessenta anos, casado e pai de família, radicou-se em Brasília desde 1960. Ele foi, sem dúvida, o candidato ao Congresso Constituinte pelo DF com maior experiência política acumulada. Petebista "histórico", Ferreira de Castro elegeu-se pelo PTB deputado estadual em 1950 (legislatura na qual se torna líder de bancada e presidente da Assembléia Legislativa do Estado), vice-governador (1954), e deputado federal (1958) no Piauí. Advogado formado pela Faculdade de Direito da UFMG, e já em Brasília como deputado federal, ele iria trabalhar como assessor para assuntos jurídicos da Presidência da República no governo João Goulart. Com o golpe militar de 1964, volta-se para a carreira jurídica, exercendo a advocacia e, colaborando na criação do Depto de Direito da UnB, onde lecionou e defendeu tese de doutorado. Presidente eleito

da OAB/DF , em plena vigência do AI5 , por ordem do Comando Militar de Brasília, teve que manter em sua própria residência o jurista Sobral Pinto sob custódia da entidade (1969). Foi também procurador do GDF, até deixar o cargo desincompatibilizando-se para candidatar-se, mais uma vez na legenda do PTB, a Senador Constituinte pelo DF;

HELIO DOYLE, carioca, trinta e cinco anos, casado pela segunda vez, um filho, veio para Brasília em 1961. É jornalista formado pela UnB, onde também exerce o magistério no Dept de Comunicação. Hélio começou suas atividades políticas como dirigente de entidades estudantis desde o movimento secundarista. Como jornalista, foi diretor-secretário da ABI/DF, e militou no sindicato local da categoria, tendo sido eleito para a sua presidência em 1980 e reeleito em 1983. Ele também foi representante de sua categoria na comissão instituída pelo GDF para investigar o assassinato do jornalista Mário Eugênio e, ainda nesta qualidade, participou das reuniões da Comissão de Estudos e Política Tarifária para o Transporte Urbano e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF durante o governo Aparecido. Partidário da ação político-sindical (ele é também filiado ao Sindicato dos Professores do DF, e à ADUnB), Hélio Doyle fez parte da diretoria do Dept Intersindical de Assessoria Parlamentar no DF, e esteve entre os fundadores da Frente Intersindical de Brasília. Fora do movimento sindical, Doyle foi ainda diretor do CEBRADE, participou do Comitê Brasileiro pela Anistia e, do Comitê pelo voto no DF. Tendo uma formação ideológica de esquerda, ao ser liberada a representação política para Brasília, ele candidatou-se a Deputado Constituinte pelo PDT.

LAURO CAMPOS, mineiro, cinquenta e sete anos, casado e pai de família, veio para Brasília em 1960. Formou-se na Faculdade de Ciências

Jurídicas e Sociais da UFMG em 1953, tornando-se docente da mesma na cadeira de Moeda, Crédito e Bancos, de 1954 a 1957. No ano seguinte, ele é laureado em curso de especialização em Economia do Desenvolvimento na Università Internazionale degli Studi Sociali, em Roma. De volta do curso, Lauro trabalha como técnico do Conselho Estadual de Economia e Administração de Minas Gerais, até transferir-se com a esposa para Brasília em 1960. Dedica-se a escrever a tese de doutorado que defenderá em 1962 na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Univ. Federal de Goiás, que o classifica em primeiro lugar no concurso para professor da mesma. A partir do ano seguinte trabalha nesta instituição até 1965, como professor de Economia Política. Em 1966, ingressa no Dept de Economia da UnB, cuja chefia esteve a seu cargo de 1970 a 1971. Lauro Campos foi também vice-diretor do Instituto de Ciências Humanas da UnB de 1974 a 1975. Ele é autor do livro A crise da ideologia keynesiana (ed. Campus, 1974). Sua atividade política, iniciada no movimento estudantil universitário e posteriormente esmorecida, iria ser retomada em 1971, quando Pedro Aleixo o convida a fazer parte da Executiva Nacional do Partido Democrático Republicano, legenda de oposição cuja tentativa frustrada de organização o envolveria por cerca de nove anos (!). Quando, no bojo da "abertura" do governo Figueiredo, é aberta a possibilidade de pluripartidarismo no Brasil, ele filia-se ao Partido dos Trabalhadores, votando com o partido nas eleições de 1982 sob o casuísmo do voto vinculado. No PT, Lauro Campos torna-se diretor da fundação cultural do partido (Fund. Wilson Pinheiro) em Brasília.. Bem apoiado na convenção, candidatou-se a Senador Constituinte pelo PT em 1986. Tendo obtido a terceira maior votação para senador no DF, ele seria derrotado pelo mecanismo eleito-

ral da sub-legenda, que deu a vitória ao candidato do PMDB Pompeu de Souza, menos votado.

LINDBERG AZIZ CURY, cinquenta e um anos, casado e pai de família, nasceu em Anápolis (GO), vindo para Brasília como comerciante ainda em 1957. Bem sucedido nos negócios, ele torna-se um próspero empresário, e lidera a criação de diversas associações de classe patronais. Como líder de classe, ele tem sido presidente da ACDF - a principal entidade representativa dos interesses da classe empresarial de Brasília - há quase dez anos, reelegendo-se sucessivamente. A frente desta entidade, Lindberg apoiou o Comitê pelo Voto no DF, colaborando intensamente na organização do primeiro comício pela representação política no DF (1980), tendo também engajado a entidade sob seu comando em campanha nacional pela implantação do Estatuto da Micro-empresa. Candidatando-se a Senador Constituinte pelo PMDB, ele defendeu em sua plataforma eleitoral a industrialização e a autonomia política plena do Distrito Federal. Apesar de ter desenvolvido uma campanha milionária, no contexto de Brasília, Lindberg perdeu a vaga para seu companheiro de sub-legenda, o radialista Meira Filho, o candidato mais votado no DF em 1986.

MARIA DE LOURDES ABADIA, quarenta anos, desquitada e sem filhos, também é goiana de Anápolis. Ela veio para Brasília em 1960. Formando-se pela UnB em Serviço Social, seria posteriormente contratada como técnica da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal (FSS). De 1971 em diante, ela assume a coordenação da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), onde destaca-se por sua facilidade em dialogar com o povo, tornando-se a administradora de fato da Ceilândia. A partir de 1975 exerce regulamentarmente o cargo de Administrador Regional de

Ceilândia, nele permanecendo por dez anos consecutivos. Em meados de 1985, Maria de Lourdes assume a diretoria executiva da FSS, deixando-a em fevereiro de 1986 para candidatar-se vitoriosamente a Deputada Constituinte pelo PFL: foi o segundo candidato mais votado entre os deputados no DF, poucos votos atrás do ex-Administrador Regional de Brasília, do Gama, e de Taguatinga, Valmir Campelo, também eleito pelo PFL. De tendência centro-esquerda, ela classificou-se como "esquerda moderada" na pesquisa efetuada por Rodrigues (1987) para o Jornal da Tarde, posicionando-se em favor de uma reforma agrária que mude a estrutura fundiária do país e, por um sistema econômico de equilíbrio entre o Estado e a iniciativa privada, com restrições ao capital estrangeiro;

PITANGA SEIXAS, cerca de quarenta anos, é carioca, casado, e não possui filhos. Formando-se em engenharia eletrônica no Rio de Janeiro, ele veio para Brasília em 1967. Em Brasília, prestou concurso para o Ministério da Justiça, onde ingressa para ser durante muitos anos o Diretor de Telecomunicações do Dept de Polícia Federal. Sempre ligado ao setor de telecomunicações, ele deixa a Polícia Federal para entrar na EMBRATEL, de onde sai para trabalhar durante cerca de quatorze anos na iniciativa privada, voltando para o setor público em meados de 1983, como engenheiro da TELEBRAS. Inicia suas atividades políticas no final do governo Figueiredo, quando anunciava-se a possibilidade de eleições diretas para presidente da República, filiando-se ao PDS nacional com a finalidade maior de eleger o ministro Aureliano Chaves. Embora seu candidato a presidente abandone aquele partido para fundar o PFL, decide permanecer no PDS, tornando-se um dos fundadores do partido em Brasília quando, em 1985, é autorizada a atividade parti-

dária no DF. Nesta legenda lança-se candidato a Senador Constituinte em 1986. Definindo-se basicamente como um candidato da classe média, Pitanga Seixas vê a ampliação gradativa da autonomia política do DF como o principal compromisso dos constituintes eleitos por Brasília.

Observação: Todas as idades se referem ao ano da entrevista (1988)

B) Lideranças Sindicais (entrevistados em outubro de 1988):

GERALDO LIMA BENTES, alagoano de Maceió, trinta e seis anos é desquitado e possui uma filha. Chegando ao DF em agosto de 1975, ingressa no quadro de funcionários do SESC de Brasília. Ao prestar vestibular, entra no curso de economia da UnB no ano seguinte, onde participa do movimento estudantil sem exercer liderança. Acaba abandonando o curso antes da conclusão. Quando em 1981 sua categoria ("cultuário") se organiza juntamente com outras em torno do SENALBA, ele é eleito para a presidência do sindicato, cargo que exerce até hoje, já no terceiro mandato consecutivo. Participa da fundação do Dept Intersindical de Assessoria Parlammentar (DIAP) na capital em 19/12/83. A partir do ano seguinte, ele entra para a diretoria do DIAP, exercendo o cargo de secretário geral. Em outubro de 1987, Geraldo é eleito presidente desta entidade, cujo envolvimento no processo constituinte foi bastante intenso e relevante;

JOSE DE LACERDA SAMPAIO JUNIOR, cearense, trinta e sete anos, desquitado e pai de três filhos, chegou em Brasília em dezembro de 1968. Ele trabalha como bancário desde os dezoito anos, quando inicia sua atuação no movimento sindical. Júnior entrou para o curso de economia

da UDF em 1978, participando do movimento estudantil como membro do DA. Em 1983 foi eleito presidente do SINDBANC pela chapa "articulação" cujo programa enfatizava a necessidade de ampliar a atuação do sindicato junto aos diversos segmentos da comunidade do DF. No ano seguinte passa a integrar a diretoria do DIAP.

Obs.: As idades e referem a 1988, ano da entrevista

C) Lideranças Comunitárias: (1)

ANTONIO CARLOS CORREIA DE ALMEIDA (entrevistado em março de 1985). baiano, casado e pai de família, tem cerca de cinquenta anos. Ele chegou em Brasília em 1958. Formado em direito (com especialização em Ciência Política nos Estados Unidos), além de exercer a advocacia, atua profissionalmente como funcionário da Secretaria de Saúde do GDF, tendo sido também professor da FEDE na rede de ensino do segundo grau. Militante do movimento estudantil em Salvador, Antônio Carlos veio para Brasília, segundo ele mesmo, "para fazer política na capital". Participou do movimento pró-fixação da Cidade Livre e da tentativa de organizar uma entidade civil representativa dos moradores da cidade já definitivamente assentada e rebatizada como Núcleo Bandeirante. Colaborou na fundação de onze associações de moradores no DF: "participava das reuniões, levava modelo de estatuto, secretariava a redação das atas, etc.". Embora não revele a facção com a qual se identifica (provavelmente o MR8), seu discurso trai uma ideologia de esquerda fortemente anti-capitalista. Esse tipo de "pregação" o faria vítima do regime militar, tendo sido prêso algumas vezes entre 1972 e 1973. O recrudescimento da ditadura o fez passar por um período de mo-

deração, voltando a intensificar suas atividades políticas a partir da abertura do governo Figueiredo. Participou do 1º Congresso Nacional de Associações de Moradores (CONAM) em 1982. No ano seguinte, integra-se à diretoria desta entidade; defende na imprensa e assessora juridicamente os moradores expulsos da "invasão" da Vila do Areal em Taguatinga; e, colabora na fundação da Associação dos Moradores da Asa Norte. Em 1984 é eleito presidente desta associação. No ano seguinte, Antônio Carlos acumula este cargo com a presidência da "Assembléia Comunitária", para a qual foi eleito em 05/01/85. Divergências políticas o fazem deixá-la poucos meses depois de assumir, permanecendo, desde então, à frente da Ass. dos Moradores da Asa Norte.

Observações:

(1) Por motivos de força maior, não foi possível entrevistar o presidente da Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia, conforme havíamos previsto inicialmente. Reconhecemos que este fato deixou uma lacuna significativa na pesquisa.

2- Movimento Cultural

(Entrevistas realizadas entre dezembro de 1984 e fevereiro de 1985; e, de novembro de 1985 a maio de 1986):

BENON PEIXOTO, carioca, idade não declarada, casado e pai de família. Criado no morro Engenho da Rainha, ele participa de escolas de samba a partir de 1954. Chegou em Brasília no final de 1977, para trabalhar como servidor público do GDF e professor de biologia no ensino secundário. Com pouco mais de um mês na cidade, funda a escola de samba "Acadêmicos do Planalto" que não pode participar do desfile do carnaval de 1978 por não ter obtido o reconhecimento do Departamento de Turismo do GDF (DETUR), sob o argumento de que não havia sido previamente um bloco carnavalesco. Não aceitando a decisão do órgão que coordenava o carnaval brasiliense, o professor Benon fomenta uma grande polêmica na imprensa local, apoiado pela Associação das Escolas de Samba de Brasília (AESB). O fato projeta o seu nome juntamente com o desta entidade, que viria a presidir de 1982 a 1984. Apoiado em sua gestão pelo governo, as escolas de samba e a imprensa, logrou receber o título de presidente de honra da AESB;

CRISTOVAM R. C. BUARQUE, quarenta e dois anos (1986), casado e pai de família, é pernambucano do Recife. Formando-se em Engenharia Mecânica pela UFPE em 1966, ele ingressa no mestrado em economia desta universidade e, conclui os créditos do curso em 1968. Um ano antes, já iniciara-se no magistério, como professor de economia da Univ. Católica de Pernambuco, entrando para o quadro docente da UFPE ainda em 1966. Exerce o magistério nesta universidade até 1970, quando vai es-

tudar na França. Em 1973, ele conclue o doutorado "3ème cycle" em Economia do Desenvolvimento na Ecole Pratique des Hautes Etudes, em Paris. Ainda no âmbito acadêmico, Cristovam foi também professor na American University em Washington (1978) e, desde 1979 faz parte do quadro dos professores do Dept de Economia da UnB. Paralelamente à carreira universitária, ele exerceu o magistério em diversos cursos de especialização e seminários em organismos governamentais nacionais (SUDENE, Instituto Rio Branco) e internacionais (Banco Mundial, BID, OIT, ONUDI). Além disso, exerceu cargos técnicos e administrativos na maior parte destes organismos, tendo sido consultor do CNPq, da Fundação João Pinheiro, do MIC, e das agências internacionais FAO, CEPAL, ONUDI, e IFAD. Além de uma extensa lista de artigos, Cristovam Buarque publicou quatro livros, dois versando sobre assuntos técnicos, e dois de literatura. Assumiu a reitoria da UnB em 16 de agosto de 1985, tendo sido o nome mais votado da lista sêxtupla eleita pelo voto direto e paritário da comunidade universitária;

DEODATO RIVERA, carioca, cinquenta anos (1986), casado, sem filhos, formou-se em filosofia pela antiga Univ. do Brasil em 1961. Funcionário público da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, ele transfere-se definitivamente para a nova capital ainda este ano. Profissionalmente, também exercia o jornalismo. Nesta atividade combateu o golpe militar de 1964, sendo obrigado a exilar-se já no primeiro ano do regime autoritário. Ele foi para o Chile, onde continuou atuando como jornalista e, fez curso de pós-graduação em ciência política na FLACSO, em Santiago. Nesta cidade também lecionou e trabalhou como pesquisador de 1968 a 1973. Em 1974 esteve na Noruega (Oslo), trabalhando em pesquisas para o International Peace Research Intitute. A partir do

ano seguinte até 1979, representa esta instituição junto à UNESCO, em Paris. De volta ao país em 1980, Deodato retoma as antigas atividades profissionais e culturais (ele é autor de poemas, crônicas, peças teatrais, etc.). Em 1983, funda e organiza o Jôgral da Câmara dos Deputados que, durante as comemorações do aniversário de Brasília naquele ano, apresentou no auditório Petrônio Portela o espetáculo de sua autoria "Brasília, luz da alvorada". No ano seguinte, ele trabalhou ativamente na eleição da chapa Renovação para o Conselho Deliberativo do Clube do Congresso, elaborando o projeto de transformação da sede campestre do clube num "centro cultural integrado". Embora a chapa tenha sido vitoriosa, o projeto não vingou... No final deste ano e início de 1985, ele participa ativamente da Comissão Pró-Jubileu de Prata de Brasília, elaborando, inclusive, o roteiro para um espetáculo cênico a ser apresentado em homenagem aos vinte e cinco anos da capital que nasceu, juntamente com toda a programação, com a agonia e a morte de Tancredo Neves no dia 21 de abril. Apaixonado por Brasília e crêdulo na sua "vocação utópica", ele produz em 1986 mais um espetáculo comemorativo do aniversário de Brasília : " 63: 3 X 21 de abril", apoiado pela ECDF e incluso na programação oficial do GDF. No ano seguinte, Deodato se engaja na coleta de assinaturas para uma Emenda Popular à Constituição que dispunha sobre os direitos da criança e do adolescente. Atualmente, entre São Paulo, Rio e Brasília, ele continua trabalhando pela paz e pelo "realmamento" das pessoas, através de instituições culturais como a "Ação Vida" de Brasília e, a Fund. Mahatma Gandhi em vias de organização.

FRANCISCO SIMÕES, vinte e cinco anos (1985), nascido em Brasília, trabalha com teatro amador desde os dezessete anos. Especializando-se

no teatro de bonecos desde 1982, ele criou e dirige o Mamulengo Presepada. Ao dedicar-se inteiramente ao trabalho artístico, ele parou de estudar com a conclusão do 2º grau, e sobrevive a partir desta atividade. Atuando politicamente em prol dos interesses da categoria e, participando do movimento cultural de Brasília, Francisco foi diretor da Federação de Teatro Amador do Distrito Federal (FETADIF) e da Regional Centro-Oeste da Confederação Nacional de Teatro Amador (CONFENATA). Além disso, colabora com a Associação de Arte e Cultura de Taguatinga, onde vive.

JANGMAR BARRETO DE ALMEIDA, baiano, vinte e dois anos (1985), chegou em Brasília no início de 1969. Quando foi entrevistado para essa pesquisa, fazia três anos que participava de atividades culturais diversas no Gama. Dirigiu o grupo músico-teatral "Raízes" que, em 1983, ganhou o V Festival de Música do Gama, bem como o prêmio de melhor apresentação. Com esta vitória, seu grupo foi convidado para apresentar-se no Projeto Platéia da FCDF, no qual a alta "cotação" obtida por ele junto ao público e aos coordenadores permitiu-lhe um total de 14 apresentações. No ano seguinte, o Raízes se dissolve, e ele começa a trabalhar com o Grupo de Teatro do Gama, filiado a FETADIF e dirigido por Márcio Viettes. No segundo semestre de 1984, Jangmar empenha-se na organização da incipiente Associação de Teatro e Música do Gama. Descontente com o "movimento cultural" desta cidade satélite e, buscando melhores oportunidades de trabalho, contatos e informações, ele muda-se para o Plano Piloto, para trabalhar com o diretor B. de Paiva. Paralelamente à atividade artística, Jangmar trabalha como funcionário público no Ministério do Interior, e cursa economia na Univ. Católica de Brasília;

LUIZ HUMBERTO MIRANDA MARTINS FERREIRA, carioca, cinquenta e um anos (1986), casado pela segunda vez, pai de três filhos, formou-se em arquitetura pela Universidade do Brasil em 1959. Começando a trabalhar na divisão de obras do MEC, transferiu-se com ela para Brasília em 1961. No ano seguinte, é um dos primeiros professores a ingressar no Dept de Arquitetura da UnB, onde trabalha até 1965, quando sai da universidade no bojo da crise que provocou a demissão coletiva de 226 professores. Apaixonado por fotografia, Luiz Humberto passa a dedicar-se profissionalmente a esta atividade. Lidando principalmente com fotojornalismo, trabalha dez anos para a revista VEJA e quatro anos para a ISTOE. Neste ramo, exerceu cargos importantes, seja no setor público ou na iniciativa privada: foi contratado como diretor de arte e fotografia pela agência de publicidade PROMOVE em 1969; foi diretor de arte e editor de fotografia do Jornal de Brasília em 1973; e chefe da divisão de fotografia da Fundação das Pioneiras Sociais e do Hospital Sarah Kubitschek, cujo Centro de Criatividade também esteve sob sua coordenação. Em abril de 1985 foi nomeado diretor-executivo da ECDF pelo governador Aparecido, tendo sido amplamente apoiado pela imprensa e a classe artística de Brasília. Insatisfeito com a criação da Secretaria de Cultura pelo governador, Luiz Humberto passa a criticá-lo em repetidas declarações à imprensa, até ser demitido em janeiro de 1986. Atualmente ele é professor de "Políticas Culturais" e "Análise da Imagem" no Dept de Comunicação da UnB;

MARCO ANTONIO GUIMARAES, solteiro, idade não declarada, é mineiro de Belo Horizonte. Apaixonado por cinema desde a infância, aos quatorze anos filia-se ao cineclube Centro de Estudos Cinematográficos na capital mineira. Ao cursar História na UFMG, ele descobre-se sem voca-

ção para o trabalho acadêmico, deixando a universidade sem formar-se. Torna-se funcionário do escritório regional da NOVACAP em Belo Horizonte, pedindo sua transferência para Brasília em 1968. Na capital federal, trabalha na Secretaria da Administração e na Secretaria de Governo do Distrito Federal. Convidado pelo dr. Walter Mello, então presidente da FCDF, transfere-se para esta fundação em 1971. Marco Antônio permanece na fundação até 1979, quando entra em conflito com a diretoria autoritária do dr. Ruy Pereira da Silva por causa de um filme cubano cuja exibição foi proibida no Festival Latino-Americano de Cinema promovido pela própria FCDF. Deixando a FCDF, vai para o Centro Nacional de Referência Cultural da Fund. Nac. pró-Memória, onde desenvolve um projeto de levantamento das imagens em movimento de Brasília, produzindo a edição do catálogo do acervo cinematográfico do Memorial JK. Ele trabalhou com Tânia Quaresma na pesquisa e na pré-edição do documentário televisivo em vinte capítulos "Os pioneiros", sobre a história da construção de Brasília, exibido pela TV Nacional. Marco Antônio foi ainda diretor de produção de um documentário de João Batista de Andrade sobre a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Em abril de 1985, ele é convidado por Luiz Humberto M.M. Ferreira para trabalhar na assessoria de cinema da FCDF, onde permanece até o início de 1987, quando retorna ao pró-Memória, mudando-se para Belo Horizonte, onde trabalha num projeto de resgate da produção cinematográfica do cineasta mineiro Humberto Mauro. Marco Antônio também tem feito trabalhos de pesquisa histórica na área de música, estudando o barroco mineiro;

NEIO LUCIO DE MORAES BARRETO, carioca, trinta e três anos (1986), casado pela segunda vez, um filho. Chegou a Brasília em 1959. Filho de uma professora de arte-educação (música) da Escola Parque, Néio fi-

cou órfão ainda adolescente. Nessa época, passou a frequentar o Colégio Pré-Universitário, onde se desenvolvia uma experiência de integração de atividades artísticas ao currículo de 2º grau com sentido pedagógico e profissionalizante. Embora não fosse aluno matriculado, Néio passou a trabalhar como auxiliar de cinema na cadeira de arte-educação do Pré. Ator autodidata, acaba professor da mesma cadeira na área de teatro, durante três anos consecutivos. Com o esvaziamento financeiro e institucional do Pré-Universitário (por perseguição do Conselho de Educação da SEC/DF), deixa-o no início de 1977, indo trabalhar como professor de teatro do CRESCA - escola de artes e criatividade formada basicamente por ex-professores do Pré. No ano seguinte, Néio lidera a fundação da Galeria Cabeças, centro de produção de um movimento artístico-cultural frutífero e duradouro em Brasília, envolvendo música, teatro, poesia, artes plásticas, performances, etc., que iria institucionalizar-se como "sociedade civil sem fins lucrativos" registrada no Conselho Nacional do Serviço Social do MEC no final de 1981. Paralelamente à direção da Galeria Cabeças, Néio trabalhava como ator e animador cultural consagrado a partir dos "Concertos Cabeças". Em abril de 1985, ele foi convidado para trabalhar na FCDF por Luiz Humberto M.M. Ferreira, criando e coordenando a Assessoria de Assuntos Comunitários, onde desenvolveu um programa de trabalho junto às cidades satélites, Vila Planalto e Vila Paranoá, apoiando-se em representantes eleitos através das associações de moradores. Descontente com a orientação da política cultural da FCDF, ele deixa-a no início de 1988, retomando suas antigas atividades;

TEODORO FREIRE, maranhense, casado e pai de família, idade não declarada, veio a Brasília em abril de 1961, trazido do Rio de Janeiro,

juntamente com uma ala da escola de samba da Mangueira, por Ferreira Gullar (então presidente da FCDF) para se apresentar nos festejos do primeiro aniversário da nova capital ao lado de grupos folclóricos de outras regiões. No ano seguinte, transfere-se definitivamente do Rio para Brasília. Trabalhando inicialmente na SAB, ele consegue um emprego de funcionário da UnB, onde está até hoje. Em 1963, Teodoro funda em Sobradinho a Sociedade Brasiliense de Folclore, rebatizada posteriormente como Centro de Tradições Populares e registrada no Conselho Nacional de Serviço Social do MEC. Neste centro, cerca de trinta a quarenta pessoas praticam o bumba-meu-boi, dançam quadrilha, e "tambor-de-crioula". O bumba-meu-boi do Teodoro é possivelmente o grupo folclórico mais antigo dos que se formaram em Brasília. Para ele, "as novelas e a música estrangeira são duas pragas que é preciso combater com muita seriedade", pois, elas "estão acabando com tudo o que é brasileiro".

OBS.: Todas as idades explicitadas referem-se ao ano da entrevista (entre parênteses).

SIGLAS/ABREVIATURAS

AAC - Assessoria de Assuntos Comunitários (FCDF)
AACT - Associação de Arte e Cultura de Taguatinga
ACB - Associação Comercial de Brasília
ACDF - Associação Comercial do Distrito Federal
AESB - Associação das Escolas de Samba de Brasília
AMAB - Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília
AMAN - Associação de Moradores da Asa Norte
AMPLA - Assessoria de Apoio às Assocs. de Moradores do Plano Piloto
BrB - Banco de Brasília (antigo Banco Regional de Brasília)
BsB - Brasília
CAUMA - Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (GDF)
CB - Correio Brasiliense
CEUB - Centro de Ensino Unificado de Brasília
CEI - Campanha de Erradicação de Invasões
CGT - Central Geral dos Trabalhadores
CLN - Comercial Local Norte
CLS - Comercial Local Sul
CODEPLAN - Cia. de Desenvolvimento do Planalto Central
COSUI - Coordenação Sindical Unitária Independente
CUT - Central Unica dos Trabalhadores
DEFER - Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (GDF)
DETUR - Departamento de Turismo (GDF)
DF - Distrito Federal
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE - Dept Intersind. de Estudos Estatísticos e Socio-Econômicos

DIESAT - Dept Intersind. de Estudos de Saúde e Ambiente de Trabalho
DTU - Departamento de Transportes Urbanos (GDF)
FCDF - Fundação Cultural do DF
FCP - Fund. da Casa Popular
FEDF - Fund. Educacional do DF
FETADIF - Federação de Teatro Amador do Dist. Federal
FSP - Folha de São Paulo
FSS - Fund. do Serviço Social do DF
FUNARTE - Fund. Nacional da Arte
GEB - Guarda Especial de Brasília
GDF - Governo do Distrito Federal
IAB - Instituto de Arquitetura do Brasil
JBsB - Jornal de Brasília
MAB - Museu de Arte de Brasília
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MINC - Ministério da Cultura
NOVACAP - Cia. Urbanizadora da Nova Capital
OAB/DF - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção DF
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDS - Partido Democrático Social
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEA - População Economicamente Ativa
PERGEB - Programa Especial para a Região Geoeconômica de Brasília
PEOT - Plano Estrutural de Organização Territorial do DF
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido Social-Democratico Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RA - Região Administrativa

SAB - Socied. de Abastecimento de Brasília

SC - Secretaria de Cultura do DF

SENALBA - Sindicato dos Empregados em Entids. de Assistência Social,
Recreativas e Culturais, de Orientação e Formação Profissio
nal de BSB

SESC - Serviço Social do Comércio

SHIS - Sociedade da Habitação de Interesse Social

SIA - Setor de Indústrias e Abastecimento

SINDBANC - Sindicato dos Bancários de Brasília

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Económica da Amazônia

SQN - Superquadra Norte

SQS - Superquadra Sul

STICMB - Sind. dos Trabalhadores na Indústira de Construção Civil e
Mobiliário de Brasília

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Região Amazônica

SUDECO - Superint. de Desenv. da Reg. Centro-Oeste

SUDENE - Superint. de Desenv. da Reg. Nordeste

TCB - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília

TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília

UDF - Universidade do Distrito Federal

UDR - União Democrática Ruralista

UnB - Universidade de Brasília

Índice de Anexos, Figuras e Tabelas

Anexo I - Cronologia da interiorização da capital.....	426
Anexo II - Movimentos e agrupamentos com "observação participante" do autor.....	431
Anexo III - Matriz das entrevistas.....	433
Anexo IV - Perfil biográfico dos entrevistados.....	439
Figura 1 - Quadrilátero Cruls, Distrito Federal e RA's.....	60
Figura 2 - Região Administrativa 1 (Área Urbana).....	62
Figura 3 - DF: Conjunto urbano e periferia sul.....	64
Figura 4 - DF: Repartição da população recenseada e estimada por localidade urbana (1960, 1970, 1980, 1985 e 1995).....	114
Figura 5 - Área de expansão do Plano Piloto.....	231
Tabela 1 - População das metrópoles nacionais por município e região metropolitana.....	69
Tabela 2 - Distância entre as cidades satélites e o P. Piloto.....	69
Tabela 3 - Brasil: Taxas de crescimento da população urbana em cida- des de 20 mil habitantes ou mais por região (1950-80)....	97
Tabela 4 - Brasil: Taxas de crescimento da população urbana em cida- des de 20 mil habitantes ou mais por classes de tamanho (1950-80).....	97
Tabela 5 - Prefeitos do antigo Distrito Federal e governadores do Estado da Guanabara (1892-1965).....	105

Tabela 6 - DF: População urbana recenseada e estimada (1960, 1970, 1980 e 1988	112
Tabela 7 - Autonomia vs. Cidadania Política no DF: propostas de institucionalização da representação política local apresentadas pelos candidatos ao Congresso Constituinte entrevistados na pesquisa.....	123
Tabela 8 - Urbanismo modernista: prós e contras	204
Tabela 9 - Propostas de planejamento urbano apresentadas pelos candidatos ao Cong. Constituinte entrevistados na pesquisa..	220
Tabela 10 - DF: População economicamente ativa (1970, 1976, 1980 e 1982)	258
Tabela 11 - DF: Renda bruta <i>per capita</i> anual por localidade urbana (1970, 1976, e 1982).....	261
Tabela 12 - DF: Renda bruta <i>per capita</i> anual por localidade urbana (1981-1985).....	261
Tabela 13 - DF: População residente segundo naturalidade por Unidade da Federação.....	331